

**ESPAÇOS E EXPRESSÕES DE CONFLITO
E TENSÃO ENTRE AUTÓCTONES,
MINORIAS MIGRANTES E NÃO MIGRANTES
NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS (Coord.)

MANUELA MENDES (Coord.)

CARLOS ELIAS BARBOSA

SANDRA BRITO SILVA

ALINE SCHILTZ

FRANCISCO VALA

Biblioteca Nacional - Catalogação na Publicação

MALHEIROS, Jorge Macaísta e outros

Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones,
Minorias Migrantes e Não Migrantes
na Área Metropolitana de Lisboa - (Observatório da imigração; 22)

I - Mendes, Manuela

ISBN 978-989-8000-29-3

CDU 316

323

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acime.gov.pt

COORDENADOR

PROF. ROBERTO CARNEIRO

rc@cepcep.ucp.pt

AUTORES

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS (Coord.)

MANUELA MENDES (Coord.)

CARLOS ELIAS BARBOSA

SANDRA BRITO SILVA

ALINE SCHILTZ

FRANCISCO VALA

EDIÇÃO

**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS (ACIME)**

R. ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (0351) 218106100 FAX: (00351) 218106117

E-MAIL: acime@acime.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

GRÁFICA DE COIMBRA

PRIMEIRA EDIÇÃO

1500 EXEMPLARES

ISBN

978-989-8000-29-3

DEPÓSITO LEGAL

257239/07

LISBOA, MARÇO 2007

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA	11
NOTA DO COORDENADOR	13
ESPAÇOS E EXPRESSÕES DE CONFLITO E TENSÃO ENTRE AUTÓCTONES, MINORIAS MIGRANTES E NÃO MIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	19
CAP. 1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO, PROBLEMATIZAÇÃO E ROTEIRO DE INVESTIGAÇÃO	21
1.1 Perspectivas teóricas sobre o conflito e a sua construção	25
1.1.1 Conflito, desvio, violência e criminalidade	25
1.1.2 Conflitos de base étnica - jovens, <i>gangs</i> e racismo	27
1.1.3 A expressão espacial dos conflitos - bairros e guetos	40
1.2 Problematização, modelo analítico e roteiro metodológico	47
CAP. 2. LUGARES DE PRIVAÇÃO, LUGARES DE CONFLITO: SEGREGAÇÃO ESPACIAL, GUETOS E DELINQUÊNCIA	61
2.1 O quadro de partida: níveis de privação nas freguesias da AML e espaços residenciais das minorias étnicas	62
2.2 Situação social e segregação sócio-espacial dos imigrantes na AML- avaliar a existência de guetos	72
2.3 Conflitos e controlo dos espaços: registos policiais, criminalidade violenta e delinquência de jovens	92
CAP. 3. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONFLITO: PERSPECTIVAS E IMAGENS	101
3.1. Etnicidade e espaços de conflito I: imagem dos actores institucionais	102

3.2. Etnicidade e espaços de conflito II: o “olhar” dos representantes dos grupos imigrantes e das minorias étnicas	119
3.3. Etnicidade e espaços de conflito III: do conflito à criminalidade – as perspectivas dos reclusos estrangeiros e do grupo cigano (minoria nacional)	133
3.3.1 Os estrangeiros em situação de reclusão no espaço da AML, em 2003	135
3.3.2 Breve leitura da situação prisional dos detidos ciganos: os “números” em 1998	141
3.3.3 Percepções de discriminação por parte dos imigrantes de Leste e ciganos face aos sistemas judicial e prisional	142
3.3.4 Tipo de crime e razões da detenção	158
3.3.5 Discriminação por parte das forças policiais na óptica dos grupos entrevistados	165
3.3.6 Breve síntese	169
3.4. Etnicidade e espaços de conflito IV – uma aproximação à imagem construída pela imprensa	172

CAP. 4. CASOS DE ESTUDO: ESPAÇOS DE CONFLITO CONVERGENTES E DIVERGENTES 189

4.1. O bairro do Alto da Cova da Moura	189
4.1.1. Introdução	189
4.1.2. Caracterização do bairro	192
4.1.3. Conflitualidade e tensões sócio-étnicas	198
4.1.4. Criminalidade, delinquência e condutas de risco	202
4.1.5. Conclusão: alguns pontos de reflexão	209
4.2. O Bairro da Quinta da Fonte (Apelação)	212
4.2.1. Caracterização geral do Bairro	212
4.2.2. Bairro e contexto envolvente – identificação dos principais problemas	217
4.2.3. Identificação das principais causas	229
4.2.4. Ideias e acções para a prevenção e resolução dos conflitos no bairro Quinta da Fonte	239
4.2.5. Principais constrangimentos	245
4.3 Cova da Moura e Quinta da Fonte: síntese comparativa	246

CAP. 5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO 253

ANEXOS	265
ANEXO 1: LISTAGEM DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS AGENTES SÓCIO-INSTITUCIONAIS	267
ANEXO 2: GUIÃO DE ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS COM INTERVENÇÃO JUNTO DOS IMIGRANTES E CIGANOS	269
ANEXO 3: LISTA DAS ENTREVISTAS AOS AGENTES SÓCIO-INSTITUCIONAIS E SESSÕES DE FOCUS GROUP NOS DOIS BAIROS EM ESTUDO	283
ANEXO 4: GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS COM INTERVENÇÃO JUNTO DOS IMIGRANTES E CIGANOS NOS BAIROS SELECIONADOS COMO CASOS DE ESTUDO	285
ANEXO 5: GUIÃO DE APOIO DO FOCUS GROUP	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores seleccionados para cálculo do índice de privação das freguesias	64
Quadro 2 - Lista das 25 freguesias com posições mais desfavoráveis no Índice de Privação	69
Quadro 3 - Lista das 25 freguesias com posições mais favoráveis no Índice de Privação	70
Quadro 4 - Coeficientes de correlação de Spearman entre a ordenação das 25 melhores e piores freguesias segundo o índice de privação e a ordenação da percentagem de imigrantes dos diversos grupos	72
Quadro 5 - Percentagem de estrangeiros em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa (1991, 2001)	73
Quadro 6 - Distribuição da população por grupos socioprofissionais na AML em 1991	76
Quadro 7 - Distribuição da população por grupos socioprofissionais na AML, em 2001	77
Quadro 8 - Índices de segregação dos principais grupos étnico-nacionais residentes na AML (freguesias - 1991 e 2001)	78
Quadro 9 - Elementos sobre as condições de alojamento dos estrangeiros na AML - 1991	80
Quadro 10 - Elementos sobre as condições de alojamento dos estrangeiros na AML - 2001	81
Quadro 11 - População residente por tipo de áreas	89
Quadro 12a - Menores em Juízo, segundo a nacionalidade, por situação que provocou a actuação do tribunal (1997-2000)	96
Quadro 12b - Menores em Juízo, segundo a nacionalidade, por situação que provocou a actuação do tribunal (1997-2000) (%)	97
Quadro 13 - Menores agentes de acto qualificado como crime (2001, 2002 e 2003)	97
Quadro 14 - Reclusos estrangeiros com residência nos concelhos da - AML, por nacionalidade, em 2003	136
Quadro 15 - Síntese do perfil social dos reclusos imigrantes de Leste, tipo de crime e tempo de reclusão e de pena	159
Quadro 16 - Síntese do perfil social dos reclusos ciganos, tipo de crime e tempo de reclusão e de pena	162
Quadro 16 - “Peças jornalísticas” analisadas segundo os anos	174
Quadro 17 - “Peças jornalísticas” analisadas segundo os meses	175
Quadro 18 - Número médio de indivíduos envolvidos nos eventos noticiados	176
Quadro 19 - Sexo dos indivíduos envolvidos nos eventos noticiados	177
Quadro 20 - Categorização etária dos envolvidos nos eventos noticiados pelos jornais	178
Quadro 21 - Instituições envolvidas nos eventos noticiados	178

Quadro 22 – Hora de ocorrência dos eventos noticiados	179
Quadro 23 – Concelhos em que ocorreram os eventos noticiados	180
Quadro 24 – Município de ocorrência dos crimes registados pelos jornais e dos crimes denunciados às autoridades nos concelhos da AML-Norte – 1998-2003	183
Quadro 25 – Cenários concretos em que decorreram os eventos noticiados	184
Quadro 26 – Tipo de conflito mais frequente nos eventos noticiados	185
Quadro 27 – Pertenças étnicas e/ou nacionais dos indivíduos envolvidos nos eventos noticiados	186
Quadro 28 – Indicadores Demográficos da Freguesia da Apelação	214
Quadro 29 – Composição etária do Bairro da Quinta da Fonte	215
Quadro 30 – Principais profissões por titular de alojamento na Qta. da Fonte	231
Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos)	246

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de análise	50
Figura 2 – Índice de Privação na Área Metropolitana de Lisboa, por freguesia, 2001	66
Figura 3 – Clusters territoriais de privação: uma leitura polarizada no contexto da AML (2001)	67
Figura 4 – Concentração de população da União Europeia (15) na AML, por secção estatística, em 2001	84
Figura 5 – Áreas de Concentração de população dos PALOP na AML, por secção estatística, em 2001	84
Figura 6 – Áreas de concentração de população do Brasil na AML, por secção estatística, em 2001	86
Figura 7 – Áreas de concentração de população da Europa de Leste na AML, por secção estatística, em 2001	86
Figura 8 – Distribuição da criminalidade violenta na AML – Norte (2003 e 2004)	93
Figura 9 – Menores em Juízo (Valores Relativos) 80-00	95
Figura 9 – Clusters territoriais de privação e locais problemáticos referenciados pelos agentes de regulação da delinquência	105
Figura 10 – Clusters territoriais de privação e locais problema referenciados pelos representantes dos grupos étnicos	131
Figura 11 – Clusters territoriais de privação e locais de conflito/criminalidade referenciados em Jornais (Público e Correio da Manhã)	181
Figura 12 – Bairro do Alto da Cova da Moura (mapa-síntese simplificado)	192
Figura 13 – Variação relativa da população – 1991-2001	215

“Mãe fora, em que avenida
Olhos que a perseguem pagam, comem
Pai dentro, lambendo a ferida
Com que o desemprego marca um homem
E o irmão na caserna
Puxando às armas brilhos
E Alice no café
Habitante do País dos Matraquilhos

Na classe dos repetentes
Hoje vai haver mais uma falta
Alice cerra os dentes
Vendo a bola que no ar ressalta
Quer lá saber do exame
Quer lá saber da escola
Aguarda no arame
Matraquilho nunca cai ao ir à bola

Há também Leonor
Libertada da prisão há meses
Dizem que é por amor
Que olha tanto por Alice às vezes (...)

(...) Quando se cai na lama
Ninguém pára pra nos levantar
Por Alice, o pai reclama
“Tua mãe não veio pra jantar”
E os insultos noite fora
Desvia-os em chorrilhos
Alice nunca chora
Adormece no País dos Matraquilhos (...)

(...) Entra então no café
Um rapaz de capacete em punho
Fica-se ali de pé
Escreve num papel um gatafunho (...)

(...) E tu ainda és o rei
Será que vieste em meu auxílio
A bem dizer, já não sei
Há tantos anos que ando no exílio
Vamos a um desafio
Atira tu primeiro
A vida está por um fio
Para quem é deste bairro prisioneiro

(...) E nunca mais ninguém soube
A não ser a Leonor, da Alice
Aqui vai, Leonor
A foto dos meus dois filhos
Se reparares melhor
Têm pinta assim, sei lá
De matraquilhos

Alice no País dos Matraquilhos (excertos)

SÉRGIO GODINHO

NOTA DE ABERTURA

A publicação do presente Estudo, no quadro do protocolo estabelecido entre o Observatório da Imigração do ACIME e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, reveste-se de um particular significado. A temática do conflito e das suas expressões, associada à sobre-representação de comunidades migrantes num dado espaço, é recorrente e representa uma das maiores fontes de mal-entendidos, bem como de afirmação de tensões e medos. Quase sempre a xenofobia nasce a partir deste contexto. Torna-se, por isso, necessário enfrentar corajosamente este tema e, sem subterfúgios, nem manipulações, entender os seus contornos e procurar a verdade.

Para olhar mais longe e mais fundo, é fundamental este trabalho do Prof. Jorge Malheiros e da sua equipa que, com a habitual competência e seriedade que lhes é reconhecida, nos oferecem uma leitura rica e abrangente desta problemática.

Do muito que é dito, sublinho como conclusão a clara associação da tensão à exclusão, do conflito à marginalização e da revolta à falta de esperança. Com efeito, é evidente que a exclusão social é a fonte de todos os males e que atinge com particular violência muitos imigrantes. Um dos impactos mais dramáticos – e que mais nos preocupa – dá-se sobre as suas crianças e jovens, atendendo à particular vulnerabilidade social e económica das famílias onde nascem. Fruto da pobreza e de uma vida particularmente difícil, estas famílias lutam em condições profundamente adversas (entre emprego precário, salário baixo e incerto e horário de trabalho alargado) por um futuro que muitas vezes lhes foge, apesar desse sacrifício. A pobreza gera, assim, exclusão social e esta pode atingir níveis trágicos de profunda ofensa à dignidade humana. Por exemplo, o simples facto de os pais começarem a trabalhar muito cedo e não existir nos seus bairros de residência suficiente rede de apoio pré-escolar, faz com que muitas destas crianças fiquem sozinhas, “fechadas na rua”, desde idades muito pequenas. Este facto só pode ter um resultado devastador.

Um outro nível a ter em consideração é a sensibilidade extraordinária destas famílias às crises sociais e económicas. São elas que estão na primeira linha dos que são atingidos

pelo desemprego ou pelos salários em atraso quando chegam os tempos difíceis. As alternativas rareiam e as consequências são muito funestas: destabilização familiar, incentivo ao abandono escolar, comportamentos desviantes,...

Por outro lado, os espaços residenciais ao alcance destas famílias são os mais desqualificados, com habitações precárias, espaços verdes e de lazer inexistente, equipamentos sociais incipientes, maus acessos e transportes deficientes. Muitas vezes guetizados, estes espaços sub-urbanos constituem uma paisagem à nascença que marca o destino.

Com o inestimável contributo do Prof. Jorge Malheiros e o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, este estudo pode representar uma peça essencial para que, conhecendo melhor a realidade, possamos centrar a nossa intervenção na verdadeira causa – a exclusão social – de muitos dos comportamentos desviantes na Área Metropolitana de Lisboa. Talvez assim não nos deixemos levar pela simplista e enganosa atribuição desses fenómenos a qualquer origem étnica ou nacional de alguns dos seus eventuais protagonistas.

RUI MARQUES

ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS

NOTA DO COORDENADOR

A cidade moderna, congestionada e apressada, é usualmente encarada como arena propícia ao deflagar de conflitualidades e à incivilidade de comportamentos.

São alegadamente escassos os recursos urbanos susceptíveis de controlar as bipolaridades fracturantes do tecido comunitário: rico-pobre, centro-periferia, autóctone-imigrante, idoso-jovem, maioria-minoria, ...

Dito de outro modo, na grande urbe parecem escassear os elementos mediadores capazes de superar as tensões e de resolver os confrontos que uma desumanização crescente das relações de troca entre cidadãos não cessa de produzir.

O estudo que ora se publica, financiado ao abrigo do pioneiro protocolo de colaboração que uniu esforços do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, centra-se na questão relativa à possível existência de conflitos de base étnica na Área Metropolitana de Lisboa. A investigação, extensa e minuciosa, que é objecto desta publicação conduz a resultados extremamente interessantes de que importa reter algumas das suas ideias mais salientes. Em tributo ao rigor e à clareza passaremos a citar brevemente segmentos significativos das conclusões fundamentais do estudo.

Desde logo, à pergunta sobre a existência de conflitualidades de base étnica os resultados do trabalho desenvolvido apontam para uma resposta de teor essencialmente negativo. Com efeito, enquanto as dimensões classe, género e idade surgem como fundamentais para a compreensão do fenómeno da conflitualidade urbana em Lisboa, já a questão étnica emerge como um elemento supletivo relativamente a essas variáveis.

Importa sublinhar que os défices no processo de sociabilização dos jovens se distinguem como um factor fundamental para compreender as trajectórias desviantes. Por um lado, a família não desempenha a sua responsabilidade de fonte de sociabilização primária. Por

outro lado, a escola, com destaque para o sistema público, que deveria funcionar como uma instituição capaz de contribuir para corrigir as desigualdades sociais, acaba por desempenhar mal (ou não desempenhar de todo) este papel. Por isso, de alguma forma, a rua e o “grupo da rua” acabam por substituir (e não complementar) as instâncias de sociabilização em crise.

Este défice nos processos de sociabilização não pode ser dissociado da situação de carência económica e de privação social em que se encontram estes jovens. Em suma, tende a ocorrer um processo de etnicização da pobreza, não apenas porque as populações africanas estão sobre-representadas nos bairros degradados da periferia da AML, e entre os grupos mais pobres da sociedade portuguesa, mas também porque, nestes casos, as limitações aos processos de ascensão social conjugam défices de capital social, humano e económico (elementos centrais) com práticas discriminatórias e racistas.

Para além das duas grandes questões mencionadas (défices de sociabilização e situação de privação), a produção de estigmas e a construção de representações sobre bairros e grupos emerge como outro aspecto relevante no processo de desenvolvimento de práticas desviantes e de conflitos. Embora a dimensão étnica não assuma um carácter central é evidente o seu cruzamento com todas as demais. Uma vez que a estigmatização negativa recai mais fortemente sobre determinados grupos étnicos, parece ocorrer uma etnicização da pobreza e os défices de sociabilização são acentuados pelas distâncias culturais que dificultam o “diálogo escolar” e a assunção de uma condição de “dupla pertença” ou de plena integração dos jovens na sociedade de destino dos pais.

Contudo, embora se possa considerar a existência de um elemento étnico nos conflitos, não podemos considerar tratar-se de conflitos étnicos, uma vez que outros níveis de identidade (e.g. de classe, de género, territorial ao nível do bairro) parecem sobrepor-se, quer enquanto factores de coesão do “grupo de pares”, quer enquanto elo de oposição face ou “outro”.

Quanto à existência ou não de *gangs* nos bairros da AML conclui-se que os jovens dos bairros não aparecem organizados em *gangs*, no sentido mais estrito e violento do termo.

Existem alguns *street gangs* ou, mais correctamente, *soft gangs* que reúnem grupos minoritários de jovens de determinados bairros degradados das periferias.

Procurou ainda demonstrar-se que não existem guetos étnicos na Área Metropolitana de Lisboa. Com efeito, parece mais correcto falar de bairros étnicos do que de guetos, sendo possível aplicar o termo “guetos dos pobres” ou, mais correctamente, “guetos de exclusão” a alguns dos bairros social e urbanisticamente degradados da AML.

Face às problemáticas detectadas e aos contornos que estas assumem, o estudo avança ainda com um conjunto valioso de sugestões de políticas públicas segundo cinco vertentes de possível actuação:

- A – **No domínio espaço-residencial**
- B – **No domínio jurídico**
- C – **No domínio do acompanhamento, intervenção social e educação**
- D – **No domínio da segurança**
- E – **No domínio do combate à estigmatização e à reconstrução das imagens.**

À equipa de investigação, superiormente dirigida pelo Prof. Jorge Malheiros, ficamos todos devedores: pela qualidade posta no estudo, pelo empenho colocado na sua realização, pela inovação metodológica introduzida no seu desenvolvimento, pela clareza na elaboração do texto final, pela coragem nas propostas de actuação.

Mas, acima de tudo, ficam os responsáveis políticos nas diversas esferas e níveis de intervenção (central, regional, local, autárquica, sectorial) munidos de melhores instrumentos de análise e de actuação a favor da construção de uma verdadeira, desejável e duradoura *cultura de paz* na complexa Área Metropolitana de Lisboa.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO DO ACIME

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2007

**ESPAÇOS E EXPRESSÕES DE CONFLITO
E TENSÃO ENTRE AUTÓCTONES,
MINORIAS MIGRANTES E NÃO MIGRANTES
NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO, PROBLEMATIZAÇÃO E ROTEIRO DE INVESTIGAÇÃO¹

A associação de imigrantes ou de estrangeiros, com destaque para alguns grupos em particular, à sobreconflitualidade e à violência é um fenómeno antigo. Efectivamente, a história aparece repleta de relatos que apontam os estrangeiros como responsáveis por tragédias e eventos violentos que ocorreram em diversas cidades. Como refere o escritor Amin Maalouf, em *Samarçanda* (1988: 32-33), algures no ano de 1072, através das justificações do Cádi local para a violência contra os visitantes: “*A resposta irei eu dar-ta, ela resume-se numa palavra: o medo. Toda a violência, aqui, é filha do medo. A nossa fé acha-se assaltada por todos os lados...*”.

A interpretação deste termo (o *medo*) deve ser efectuada de um modo lato, assim como a ideia da ameaça/diferença da fé pressupõe um quadro de distinções culturais mais abrangentes, que remetem para práticas distintas em diversas esferas (as normas sociais, as atitudes quotidianas...) e, sobretudo, para a ideia de etnicidade, que assenta nos elementos culturais específicos do grupo mas que incorpora uma componente relativa aos traços fenotípicos dos membros daquele, sobretudo quando traduzem visibilidade e diferenciação face à maioria. Efectivamente, responsabilizar o “outro” por crises ou situações de conflito, não só traduz o receio face a uma pretensa ameaça “exterior” que coloca em causa a ordem social e cultural que conhecemos, como liberta o grupo autóctone de eventuais responsabilidades na emergência e no desenvolvimento dos processos negativos. Neste quadro, é fácil transformar o estrangeiro (e os seus descendentes) no explorador ou no ser violento, que deve assumir a total responsabilidade pela violência e pelo conflito, mesmo quando emerge como principal vítima. Esta faceta extrema da xenofobia esteve presente, de modo relativamente sistemático, ao longo da história europeia nas atitudes de muitos povos em relação a judeus e ciganos, que no primeiro caso foram “arrumados” em

1 Os autores do estudo agradecem a colaboração científica de Isabel André (CEG - Universidade de Lisboa) e de Richard Black (Universidade de Sussex), bem como o trabalho rigoroso e empenhado de Cristina Lateira, Edna Ferreira e Micaela Silva no processo de tratamento da informação recolhida nas entrevistas.

guetos em muitas cidades², expulsos e perseguidos da Península Ibérica no século XV e condenados ao extermínio pela Alemanha nazi nos anos 30 e 40 do século passado. Relativamente aos ciganos, as perseguições são também sistemáticas, tanto na Europa Ocidental como Oriental, só que neste caso a representação social atribuída ao grupo assenta, em larga medida nas imagens da “indolência”, da “vigarice” e dos comportamentos violentos (Mendes, 1998).

Esta primeira aproximação à questão dos conflitos (e da violência) que incorporam uma dimensão étnica centra-se no modo como a maioria percebe os grupos minoritários que

com ela coexistem e lhes atribui determinados estereótipos. Estes estereótipos que são atribuídos aos grupos estendem-se às próprias práticas destes, até porque a acção é inseparável do agente ou agentes que a originam e protagonizam. Neste sentido, a violência não corresponde a um dado objectivo, a uma realidade meramente quantificável traduzida num único relato fiável e verosímil. **Tão importante como a ocorrência violenta em si é a representação que os indivíduos têm desta** (Avel, 2004, Ferrándiz e Feixa, 2005), a noção temporal e sócio-espacialmente subjectiva que os leva a interpretar o acontecimento, a situá-lo no contexto marcado por estereótipos, a atribuir responsabilidades. E, como veremos adiante, o papel dos órgãos de comunicação contemporâneos no processo de “construção da violência” é fortíssimo, pela capacidade de difusão e de formação da opinião pública que possuem.

Uma outra perspectiva da relação entre violência e imigração remete para a eventual existência de uma ligação entre desorganização social + segregação espacial de natureza socioétnica e o desenvolvimento de violência grupal de jovens, em larga medida de origem imigrante ou pertencentes a um grupo étnico minoritário³. Uma análise pioneira que explora esta perspectiva corresponde ao trabalho já clássico de Trasher sobre os *gangs*⁴ de

2 O termo gueto, associado, no século XV, ao bairro de Veneza onde se fabricavam canhões e se concentravam judeus, também foi aplicado às concentrações residenciais de judeus nas cidades da Europa Continental, em diversos momentos da história.

3 Por grupo étnico minoritário entende-se um conjunto de indivíduos que partilha um conjunto de características sócio-culturais específicas (língua, religião, práticas culturais, origem geográfica efectiva ou simbólico-ancestral), que se auto-identifica como pertencendo ao mesmo grupo e que é minoritário em termos estatísticos (face a outros grupos mais numerosos) e sociais (apresenta défices de cidadania substantiva quando comparado com outros grupos).

4 A noção de *gang* desenvolvida por Trasher no seu estudo de 1313 grupos (*The Gang. A study of 1313*

Chicago, realizado em 1927 (citado por Avenel, 2004: 80), que destaca a inscrição territorial destes *gangs* nos espaços intersticiais situados entre os bairros centrais e os bairros burgueses da periferia, espaços esses predominantemente habitados por imigrantes europeus que experimentavam dificuldades de integração. Esta linha de interpretação mantém-se até aos dias de hoje, embora assuma contornos um pouco distintos, que tendem a encontrar na *dupla marginalização* dos filhos dos imigrantes, face à sociedade de destino e aos próprios progenitores e à sua cultura, um dos principais motivos para o mal-estar que conduz ao desvio (Decker, 2005). Este tipo de interpretação, expressa muitas vezes na metáfora da “não pertença dos filhos dos imigrantes, entalados entre duas culturas sem pertencer bem a nenhuma”, resulta também da forma como as sociedades receptoras tendem a assumir o “outro”, frequentemente desejando o seu conformismo face às normas e aos valores dominantes, mas esperando que mantenha um comportamento diferente, que remete para os elementos da identidade original (Vala, 1999 e 2002). Apesar do multiculturalismo e do interculturalismo fomentarem o respeito pela diferença e valorizarem os aspectos específicos da cultura dos imigrantes, os membros dos grupos autóctones tendem a olhar para os descendentes dos estrangeiros como cidadãos diferentes, frequentemente dotados de uma menor legitimidade face aos direitos, mesmo que se trate de cidadãos formalmente possuidores da nacionalidade do Estado de destino. Ainda que estes cidadãos possuam direitos políticos formais e tenham passado por um processo de socialização nas escolas dos locais de destino, acabam, frequentemente, por ser excluídos em termos sociais e económicos (Avenel, 2004).

Finalmente, o último aspecto que importa desenvolver nesta pesquisa prende-se com a expressão espacial dos conflitos. Como acabamos de ver, a violência urbana tem, frequentemente, como pano de fundo, a revolta face ao espaço envolvente e a segregação espacial de base social e étnica. Efectivamente, o desenvolvimento de uma cidade mais segregada do ponto de vista social e étnico, ao longo do período situado entre os anos 40 e os anos 80 do século XX, acentuou a separação entre os espaços residenciais das classes pobres e das classes mais favorecidas.

gangs in Chicago) é muito abrangente, incluindo desde máfias a grupos de delinquentes, passando por fraternidades escolares e escuteiros (Ferrándiz e Feixa, 2005: 214). Decorre daqui alguma imprecisão na associação destes *gangs* à violência, embora Trasher refira que mais de 500 estejam associados a comportamento delincente. Esta questão dos *gangs* será desenvolvida no próximo subcapítulo.

Mesmo que os últimos 20-25 anos não sejam, necessariamente, marcados por um crescimento da segregação sócio-étnica em muitas cidades da Europa Ocidental (Malheiros, 2002), emergindo fenómenos como a nobilitação de áreas dos centros históricos ou dos espaços portuários (Bairro Alto e Alcântara em Lisboa, Ramblas em Barcelona, Kop Van Zuid e Nordijland em Roterdão, as Docklands londrinas, para citar apenas alguns exemplos) que dão origem a processos de fragmentação sócio-espacial (coexistência de famílias de grupos sociais distintos nos mesmos bairros, provocando contiguidade espacial sem continuidade social), algumas áreas parecem ter visto acentuar-se os seus problemas sociais. Efectivamente, a polarização social que caracterizou a evolução de muitas metrópoles europeias nos anos 80 e 90 (Sassen, 1991; Kloosterman, 1995; Salgueiro *et al.*, 1997) e que está associada ao crescimento do desemprego e à precarização das relações laborais, assume particular expressão nalgumas áreas das cidades. Estas, que correspondem a bairros sociais periféricos como os localizados na envolvente de Lisboa ou Paris, a bairros de barracas como os da Área Metropolitana de Lisboa ou ainda a áreas antigas de génese operária situadas nas proximidades do centro das cidades, como acontece na Holanda ou na Grã-Bretanha, registam uma sobre-representação do desemprego, do insucesso escolar e da população com baixas qualificações, elevados níveis de degradação do espaço público e, frequentemente, evidências de situações de insegurança e de criminalidade (sobretudo tráfico de droga) superiores à média. Actualmente, estes bairros são muitas vezes habitados por um número significativo de famílias imigrantes, sendo também marcados por um certo isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade, transformando-se em *no go areas*. O desenvolvimento de culturas de fechamento e violência nestes espaços, onde a sociabilização de rua junto do grupo de pares se apresenta aos jovens como um processo mais interessante do que os oferecidos pela família ou a escola, acaba por funcionar como uma resposta à violência da sociedade, ao défice de reconhecimento identitário (enquanto jovens, enquanto membros de pleno direito da sociedade de destino...) e ao próprio isolamento do bairro (Wilson, 1987).

1.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O CONFLITO E A SUA CONSTRUÇÃO

1.1.1 Conflito, desvio, violência e criminalidade

Conflito e violência não são termos equivalentes. **Conflito** remete para a existência de um antagonismo que se manifesta de uma forma mais ou menos evidente; traduz uma discordância e tem implícita a existência de tensão entre duas partes. Os conflitos são susceptíveis de regulação (através do respeito pelas normas de conduta social, do auto-controlo, no caso extremo, do recurso aos tribunais) e não degeneram necessariamente em violência, podendo mesmo funcionar como factor capaz de desencadear processos de transformação e emancipação.

Efectivamente, os conflitos latentes ou de base manifesta tendem, frequentemente, a mascarar ou a ocultar outros problemas que carecem de resolução e que remetem, por exemplo, para as desigualdades socioeconómicas. Marx, por exemplo, concebia o conflito social como um factor revolucionário de mudança, assente na contradição fundamental entre capital e trabalho, com tradução na luta de classes entre dominantes (proprietários dos meios de produção) e dominados (destituídos desses meios, só dispendo da sua força de trabalho). Ao assumir que a burguesia desempenhou um papel revolucionário na história, proporcionando a destruição do modo de produção feudal, Marx (1848/1997) identifica o tipo de grupos que, através da mobilização sistemática de protestos violentos, pode desencadear grandes mudanças sociais. Estes grupos são normalmente compostos por aqueles que estando em processo de ascensão social ou conscientes de que podem percorrer tal trajectória, a vêem de alguma forma coarctada. Segundo Dahrendorf (2005), isto traduz uma situação de frustração que, nas sociedades actuais, pode ser ampliada pela exigência de resultados imediatos, contribuindo para a emergência de protestos e conflitos. Estes, para além do seu potencial emancipatório, uma vez que são capazes de chamar a atenção para situações de desigualdade que devem ser corrigidas ou significar uma transição de poder, podem ter efeitos positivos ao nível do reforço da coesão dos grupos em conflito.

É nesta linha de pensamento que Simmel (2003) evidencia as funções positivas do conflito, enquanto força motriz da própria vida social. Para este autor, o conflito é

um fenómeno universal que faz parte integrante da vida em sociedade, actuando como uma forma de socialização, o que significa que o funcionamento e a existência das sociedades se alimenta, também, da sua própria conflituosidade. Neste quadro, defende que a “luta externa” favorece a coesão interna do *ingroup*, contribuindo para identificação de comunalidades e solidariedades e, também, para a definição de limites e fronteiras entre grupos. Já Coser (1956) dá maior amplitude ao conflito, pois embora considere que o conflito com o outro mobiliza energias internas e aumenta a coesão, refere que os efeitos deste no grupo dependem da forma como se estrutura o grupo e do tipo de conflito. Efectivamente, grupos fortemente desestruturados e com manifesta falta de solidariedade interna tendem, segundo este autor, a desintegrar-se perante o conflito exterior.

Por vezes, os grupos não manifestam abertamente conflitos, preferindo camuflar as situações e acumular a tensão. Quanto mais emotivas e afectivas são as ligações sociais mais violentos são os conflitos. Em qualquer grupo ou sociedade estão presentes correntes de convergência e de divergência. A presença de união e de oposição dentro de um dado grupo, ou mesmo a nível macro-social, contribuem para a violência do conflito, e quanto mais estreitas as relações, mais apaixonado e violento tenderá a ser o conflito.

Em síntese, embora o conflito possa desembocar em violência efectiva e explícita e comporte riscos ao nível da geração de anomia e da ruptura da coesão social, deve ser encarado como um fenómeno social inerente ao próprio funcionamento das sociedades, uma vez que é a expressão da existência de interesses divergentes e de objectivos distintos por parte dos actores sociais. Adicionalmente, o conflito pode ter efeitos positivos ao nível da identificação dos elementos comuns dos grupos e, em sequência, do reforço da sua própria coesão interna. Por último, o conflito pode dar contributos

fundamentais para o próprio processo de regulação social, uma vez que, na maioria dos casos⁵, força o estabelecimento de compromissos assentes em regras e em normas sociais que permitam o funcionamento e a coexistência dos antagonistas. Também por esta razão, Simmel (2003) realça o carácter positivo dos conflitos.

5 Isto não se verifica quando os conflitos têm um vencedor que impõe as suas exigências e as suas normas, reduzindo os opositores a uma situação de dependência ou, em casos extremos, eliminando-os.

Já a **violência** tem um significado distinto do conflito. Pode-se entendê-la como “o uso agressivo de força física por parte de indivíduos ou grupos contra outros indivíduos ou grupos, havendo outras formas de agressividade não física (verbal, simbólica, moral) que podem causar maiores danos. Ademais, a violência não se limita ao uso da força, mas também à possibilidade ou ameaça de a utilizar” (Ferrándiz e Feixa, 2005: 212).

A violência configura uma forma de desvio no contexto de sociedades que condenam todos os comportamentos violentos situados fora das esferas específicas criadas para este efeito – o *ring* de boxe da periferia parisiense do filme *O Ódio (La Haine)* de Mathieu Kassovitz, realizado em 1995, ou o seu equivalente no South Side de Chicago, apresentado por Wacquant (2005) – e que criaram um quadro regulador dos conflitos (através dos tribunais ou de práticas disciplinares específicas das escolas, dos empregos, etc.) que exclui e desvaloriza a violência enquanto uso agressivo da força física. Esta ideia de **desvio** pressupõe a existência de um comportamento “médio” ou “ideal” que se relaciona com a ordem e conformidade sociais expectáveis. Para o interaccionismo simbólico, designadamente para Becker (1966), não há desviantes em si mesmos, mas uma relação entre actores que se rotulam mutuamente, de forma consciente ou inconsciente. O desviante é classificado e estigmatizado segundo as normas do grupo maioritário, mas pode não o ser no seu *ingroup* (age em conformidade com as expectativas do seu grupo de pertença). É a própria sociedade e os seus agrupamentos que constroem o desvio ao estabelecer as regras cuja infracção constitui desvio e ao aplicá-las aos *outsiders*. Conforme com a situação e o contexto, qualquer um de nós poderá ser etiquetado como “desviante” ou “normal”, pois o desvio é criado pela sociedade, não sendo uma característica intrínseca ao indivíduo ou grupo social, mas um veredicto social que lhes é atribuído, no âmbito de um determinado ambiente temporal e sócio-espacial.

Martine Xiberras (1996) considera que o desvio e a marginalidade não provocam apenas desagregação moral e social. Acredita que o desvio tem potencialidades regenerativas, ou seja, conduz também à recomposição do tecido social. Já anteriormente R. Merton (1967) antevia nos comportamentos desviantes um potencial inovador, dado que podem introduzir mudança social. Efectivamente, a inovação pressupõe sempre um desvio face à norma estabelecida, uma ruptura relativamente à atitude padrão (André e Malheiros,

2002), pelo que o “comportamento desviante” pode ter um conteúdo positivo, podendo gerar dinâmicas sociais novas.

Atendendo às definições apresentadas, percebe-se que muitas formas de desvio (a apropriação de bens alheios, as injúrias, o vandalismo...) e, sobretudo, a violência se enquadram no contexto dos **actos criminalizáveis**, situando-se o último tipo de prática no âmbito da categoria “crimes contra as pessoas”. Contudo, nem toda a violência prefigura um **crime** (um acto que viola o conjunto formal de normas que regula a vida em sociedade⁶), como evidenciam os actos de legítima defesa, a acção da polícia com o intuito de fazer cumprir as normas de segurança ou as atitudes violentas assumidas em contexto de guerra, desde que respeitem as normas internacionais, com destaque para a Convenção de Genebra.

Embora o presente estudo se centre nos conflitos, o facto de muitos destes aparecerem associados a comportamentos desviantes e desembocarem em atitudes violentas e criminalizáveis, justifica a análise dos três últimos domínios. Adicionalmente, a observação de informação estatística e jornalística associada a conflitos implica a recolha de dados sobre os actos violentos (porque sendo visíveis são reportados pelos órgãos de informação) e sobre os crimes (contabilizados nas estatísticas da justiça). Já os conflitos, porque podem estar latentes ou ter uma expressão atenuada, remetem para uma análise de carácter qualitativo e teor extensivo, centrada em entrevistas que pretendem contribuir para identificar as causas profundas dos fenómenos.

1.1.2 Conflitos de base étnica – jovens, *gangs* e racismo

⁶ Esteves (1999: 15) considera crime o “acto cometido por alguém contra uma determinada lei”. Daqui decorre a ideia de crime enquanto acto de violação grave das normas que regulam a vida em sociedade.

Embora esta pesquisa se centre nas expressões territoriais do conflito e nas suas dimensões de base étnica, é inevitável abordar aqui a questão dos jovens. Efectivamente, seja por via da análise dos conflitos propriamente ditos, seja através do estudo dos actos criminalizáveis (no caso concreto, prática de violência e/ou de comportamentos desviantes que configuram crimes contra o

património ou a propriedade), chega-se facilmente à conclusão de que os jovens do sexo masculino estão claramente sobre-representados nestes processos. Esta constatação antiga está na base de alguns estudos clássicos sobre violência e juventude, com destaque para o trabalho pioneiro de Stanley Hall⁷, elaborado em 1904, que associa o processo de metamorfose física e psíquica dos jovens à crise psicológica e à tensão social que remetem para um quadro de acréscimo do potencial conflictivo (Hall, 1904 in Ferrándiz e Feixa, 2005: 210). Desta interpretação resultou uma associação entre tensões psicológicas e patologias sociais, emergindo a violência como o resultado, quase inevitável, destes factores.

Actualmente, esta perspectiva naturalista da violência que remete para as características físicas dos jovens do sexo masculino as motivações fundamentais para a agressividade e o conflito, tem sido largamente posta em causa. Efectivamente, esta associação entre “jovens rapazes” e violência ignora o processo de construção social das práticas e dos imaginários violentos, admite que todos os jovens têm tendências conflituais relativamente uniformes e esquece o papel que os meios sociogeográficos têm na criação, difusão e mesmo tipologia dos comportamentos violentos (*i.e.*, também relativamente aos comportamentos anti-sociais, não é igual crescer num bairro degradado da periferia lisboeta ou num bairro de classe média-alta da Linha do Estoril ou das Avenidas Novas, em Lisboa).

Na verdade, a existência de uma sobre-agressividade associada aos jovens do sexo masculino, sobretudo oriundos dos bairros urbanos e das classes populares, tem estado presente na literatura ao longo dos últimos 150 anos (Mucchielli, 2002). Este tipo de comportamentos aparece fundado em culturas de virilidade, muito associadas ao grupo de pares (rapazes jovens do sexo masculino), e assume uma expressão simbólica muito forte (o vandalismo e os *graffitis* que desafiam, as provocações orais aos mais velhos e aos “outros”, a utilização de uma linguagem específica). Esta “conflituosidade exuberante”, para utilizar uma expressão de Monod, traduz sentimentos de oposição de alguns jovens, sobretudo oriundos dos grupos menos privilegiados da sociedade mas que estão conscientes das suas desvantagens sociais, que se traduzem no confronto entre

⁷ *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education.*

identidades juvenis em afirmação e busca de poder e reconhecimento e identidades adultas, consolidadas e pretensamente dominantes (Ferrándiz e Feixa, 2005: 214). Quando estas identidades adultas aparecem fragilizadas ou deixam de funcionar como referência, como acontece nos casos de desemprego ou pobreza persistente dos pais, ou ainda nas situações de discriminação e distanciamento social de muitos trabalhadores imigrantes face à sociedade de destino, a revolta dos jovens tende a assumir expressões mais fortes e intensas. Nestes casos, o vandalismo e a destruição das organizações (empresas, serviços públicos...) e dos bens materiais tendem a revestir proporções particularmente fortes, uma vez que passam a representar, em simultâneo, as estruturas incapazes de promover a integração (dos próprios e dos pais) e os “objectos” socialmente inalcançáveis através de comportamentos socialmente conformes (o sucesso escolar aparece sempre limitado, a aquisição de bens-símbolo da sociedade de consumo difícil, a esquadra da polícia emerge como o espaço de repressão e não de protecção...). Estas explicações vão parcialmente ao encontro de um dos aspectos da teoria da anomia que se centra sobre as insatisfações suscitadas por um eventual desequilíbrio entre os desejos e os meios de os satisfazer (Mucchielli, 2002). Com a expansão da sociedade de consumo e a multiplicação dos apelos à frequência de determinados espaços (e.g. os grandes centros comerciais criados nos últimos 25 anos...) e à aquisição de bens materiais, cada vez mais marcados pelo seu valor simbólico (e.g. roupa e calçado de marca), todo o período do pós-Segunda Guerra Mundial é inevitavelmente caracterizado pelo agravamento dos sentimentos de desconforto e mesmo revolta entre os jovens das classes mais desfavorecidas. Efectivamente, o acentuar das lógicas de mercadorização de todos os domínios da sociedade, da cultura à restauração, passando pelo desporto e pelo ensino superior, no quadro do pós-modernismo e do neoliberalismo contemporâneos, vai acentuar a dicotomia entre o desejo de possuir e de consumir e as limitações formais e remuneratórias para o fazer, em toda a sua plenitude. Neste quadro, a associação que Merton (1967) efectuou, já nos anos 30, entre o desajuste atrás descrito e o eventual acréscimo dos comportamentos desviantes entre os jovens, parece encontrar, na actualidade, um potencial explicativo acrescido (Pais, 2003).

Contudo, este tipo de explicação para os comportamentos desviantes de alguns jovens revela-se necessariamente incompleto, até porque nem todos os indivíduos que se sen-

tem insatisfeitos por não conseguir realizar determinados desejos materiais ou de lazer assumem atitudes violentas. Efectivamente, torna-se relevante reflectir, quer sobre os mecanismos de controlo do potencial da agressividade juvenil, quer sobre as transformações sociais contemporâneas e os contextos sócio-geográficos específicos que, eventualmente, a potenciam.

Na bibliografia científica francesa sobre o fenómeno dos “bairros sensíveis” e dos jovens, enquanto “nova classe perigosa”⁸, é possível identificar um conjunto de factores que ajudam a perceber o fenómeno da delinquência juvenil contemporânea, sobrerrepresentada em determinados espaços urbanos (Mucchielli, 2002; Beaud e Pialoux, 2003; Avenel, 2004):

- i) O crescimento do desemprego e a afirmação de relações laborais assentes na precariedade, a partir da segunda metade dos anos 70. Este processo afecta os pais dos jovens, podendo agravar fortemente a situação social (dívidas, cortes na aquisição de determinados bens...) e acentuar as dependências face aos organismos públicos (segurança social e rendimentos de inserção, subsídio de desemprego) e as instituições de natureza sócio-caritativa, como o Banco Alimentar. Relativamente aos jovens, sobretudo os menos qualificados e etnicamente diferentes da população maioritária, apresentam riscos agravados de insucesso no mercado de trabalho, seja por possuírem frequentemente níveis de instrução mais reduzidos – que são uma função da origem social e, eventualmente, de estratégias familiares, e não de uma qualquer etnicidade (Mucchielli, 2002: 98) –, seja por se depararem com fortes processos de estigmatização e discriminação que remetem para etiquetas sociais (“só terá oportunidades na construção civil, como mecânico ou a trabalhar no McDonald’s”, pensamento comum a vários professores acerca dos seus alunos de

8 A utilização, neste caso particular, de referências francesas prende-se com alguma proximidade entre o contexto sócio-geográfico que enquadra a violência juvenil nas grandes cidades deste país e a situação na Área Metropolitana de Lisboa: existência de periferias degradadas com enormes áreas de habitação social, concentração espacial de imigrantes e descendentes nestes espaços, quadros jurídicos de inspiração semelhante, evolução dos números de criminalidade desde a década de 80 comportando vários pontos de contacto (incremento dos crimes contra a propriedade e dos delitos associados ao tráfico de estupefacientes, uma certa diminuição dos crimes mais violentos) (Mucchielli, 2002; Seabra, 2005). Não obstante estes pontos de contacto, não ignoramos que se trata de contextos diferentes, não só

origem africana) ou formas de racismo “desculpabilizante” (“os nossos clientes não querem um indivíduo com as suas características”) ou dissimulado (“o posto de trabalho acaba de ser preenchido”). Como referem Beaud e Pialoux, 2003), promove-se a construção social da *não empregabilidade* destes jovens.

- ii) A crise das instituições clássicas de sociabilização primária e controlo social, com destaque para a família e a vizinhança. Relativamente à família, é importante mencionar que o “conflito de gerações” não é um fenómeno novo, estando bem analisado na sociologia e na psicologia. O que importa aqui realçar é que o desajuste entre os valores dos pais (mais conservadores) e os valores dos filhos, naturalmente possuidores de um carácter mais emancipatório, pode ser acentuado pela velocidade da sociedade de consumo, cujas ofertas tecnológicas e culturais parecem marcar mais intensamente as diferenças intergeracionais, sobretudo no caso das famílias de menores recursos, e, também, pela origem “imigrante” de alguns jovens. Neste último caso, as divergências próprias da dinâmica temporal que marca as várias gerações são acentuadas por diferenciações culturais mais intensas, uma vez que os referenciais identitários associados aos meios de origem de pais e filhos são substancialmente distintos. Para além

destes aspectos, alguns estudos referem-se a uma relação entre modelos familiares (a problemática das famílias monoparentais), demissão/supervisão parental (sobretudo a ausência do pai, reformado, detido, fora do domicílio conjugal) e incidência da delinquência juvenil. Embora o défice de supervisão parental e uma menor intensidade nas relações familiares (conversar ao serão, tomar pelo menos uma refeição em conjunto diariamente...) possam ter alguma relação com o desenvolvimento de comportamentos desviantes entre os jovens, parece ser claro que a capacidade de controlo dos pais relativamente aos filhos depende, fortemente e de modo directo, do nível de vida daqueles (Mucchielli, 2000). Na grande maioria das famílias, o pai ou a mãe tentam desempenhar o seu papel de controlo e orientação dos filhos.

porque os quadros imigratórios são distintos (em termos temporais, de origens geográficas, etc.), como pelo facto de a própria evolução da criminalidade de jovens não apresentar um paralelismo claro (crescimento dos delitos cometidos por jovens oriundos das periferias pobres das cidades francesas relativa estabilidade da delinquência juvenil em Portugal, ainda que o final dos anos 90 e o início do século XXI pareçam revelar uma tendência para o crescimento, já pressentida nalguns estudos – Seabra, 2005).

iii) A escola e o desajuste entre oferta e procura escolar desempenham um papel importante na geração de sentimentos de insatisfação e frustração que podem contribuir para acentuar as atitudes anti-sociais entre os jovens. Em primeiro lugar, a escola está muito vinculada a programas uniformes e razoavelmente rígidos que parecem pouco adaptados a jovens cuja linguagem e cultura doméstica remetem para referências pouco aproveitadas em contexto escolar. Perante este desajuste, a sociabilização de rua, entre o grupo de pares, emerge como algo mais atractivo do que a sociabilização “fechada”, em meio escolar, até porque, como alguém frisou numa entrevista, “a rua e o mundo são a cores e a escola demasiado a preto e branco”. Neste quadro, se a sociabilização menos regulada da “rua”, que faz apelo à virilidade e à competição masculina, não é contrabalançada por uma sociabilização mais formatada que remete para o espaço doméstico e a escola, então o campo para a emergência de incivildades (provocações verbais, danificação de automóveis, edifícios, etc...) e mesmo de pequena delinquência (furtos de objectos, ofensas corporais menores...) alarga-se bastante. Em segundo lugar, a associação entre sucesso escolar e percursos marcados por mobilidade sócio-profissional ascendente tem vindo a ser interiorizada pelas famílias e pelos jovens de todos os meios sociais, designadamente por via do alargamento do período de escolaridade obrigatória e da generalização e democratização do ensino, desde o básico ao superior. Ora, a boa inserção no meio escolar e o sucesso que nele se atinge dependem, em larga medida, do meio social de origem dos jovens, pois é aqui que estes adquirem a linguagem, os valores e as referências que os aproximam ou afastam mais do universo escolar. Como os jovens oriundos das classes populares estão inseridos numa cultura doméstica mais distante da cultura escolar, as probabilidades de insucesso aumentam, como atestam os *rankings* de sucesso escolar do ensino secundário português, que apresentam invariavelmente no topo colégios privados ou escolas localizadas em bairros de classe média e média-alta, onde uma parte significativa dos alunos possui níveis de capital económico, cultural e social superiores à média da população. É importante frisar que o insucesso (ou menor sucesso) não tem apenas significado intrínseco, possuindo igualmente um valor simbólico, traduzindo a aparente incapacidade do jovem para ascender socialmente, simbolizando o coarctar das aspirações relativamente a boa inserção social. Disto decorre um distanciamento relativamente

à escola, um reforço das formas de rejeição que podem desembocar nas supracitadas incivildades. Finalmente, e em terceiro lugar, as escolas incorporam mecanismos de segregação duplos, tanto ao *nível externo*, (porque muitas famílias colocam os alunos autóctones das classes sociais mais favorecidas em estabelecimentos específicos deixando algumas escolas “de bairro” para os filhos das classes populares, cada vez mais com origem na imigração), como *interno* (em virtude da frequente concentração dos alunos com pior desempenho escolar nas mesmas turmas, sob a justificação de um acompanhamento mais próximo e específico que, frequentemente, esconde uma atitude de separação – os “maus” alunos não podem perturbar o funcionamento das turmas normais – e de um certo abandono – não raramente estas turmas “difíceis” ficam para os professores mais jovens e inexperientes).

- iv) A interiorização de um certo destino de classe, cada vez mais próximo de um destino de etno-classe, marcado por um cepticismo face às instituições de sociabilização (à escola, aos vizinhos do bairro) e ao próprio futuro, acaba por contribuir para acentuar os sentimentos de exclusão e a revolta de muitos jovens. É significativo que muitos menores oriundos das classes mais desfavorecidas, quando interrogados acerca do seu futuro, sejam incapazes de o projectar, fixando-se no imediatismo, como atestam os estudos de Moura Ferreira (2000) e Seabra (2005). Este sentimento de impotência face a hipóteses de inclusão coarctadas, sobretudo em comparação com as possibilidades da juventude oriunda das classes média e alta, maioritariamente descendente de autóctones, é reforçado nos momentos em que os jovens oriundos das classes populares originárias da imigração começam a procurar o primeiro emprego, uma vez que menores qualificações, estigmas de natureza étnica e social e discriminação, emergem como factores limitadores de uma inserção profissional bem sucedida. E, nestes casos, o prolongamento das respostas violentas em idades mais avançadas ou o conformismo relativamente à aceitação dos empregos desqualificados que a sociedade “oferece” emergem como duas possibilidades extremas.
- v) A criminalização da pobreza (Wacquant, 2000), que decorre, frequentemente, da aplicação de um modelo securitário de intervenção social, pode, também, reforçar

os sentimentos de revolta e, potencialmente, as atitudes conflituais. Embora a criação de sentimentos de segurança urbana seja essencial para a boa qualidade de vida na cidade, este desiderato não pode justificar a implementação de um política de intervenção assente, primariamente, na acção securitária da polícia e no encarceramento. Como destaca Wacquant (2000), a criminalização da miséria tem custos sociais e económicos significativos (em termos de desestabilização das famílias, dos valores que se gastam com prisões e tribunais) e, a médio/longo prazo, contribui para agravar os potenciais de violência e conflitualidade existentes na sociedade (pela estigmatização dos ex-detidos, pelo reforço da sua não empregabilidade, pela “aprendizagem” da violência e da delinquência que, em muitos casos, representa a passagem pelo sistema prisional). Em alternativa a esta política em que a natureza securitária assume primazia, pode-se apostar na extensão dos direitos de cidadania e na manutenção das garantias do Estado social, combatendo a exclusão ligada à pobreza, ao desemprego e à precariedade no mercado de trabalho. Adicionalmente, as formas modernas de policiamento podem assumir um carácter inovador que garanta maior proximidade aos cidadãos, designadamente através das lógicas do policiamento comunitário e do policiamento de proximidade (Damas, 2004). Estes modelos de policiamento têm a preocupação de estabelecer pontes entre a polícia e os cidadãos (comunidade), envolvendo estes últimos no processo de identificação e resolução dos problemas de segurança da sua área de residência ou trabalho. Além disso, a actividade da polícia procura centrar-se no combate às causas da insegurança, incluindo-se aqui a prevenção dos problemas da comunidade e a intervenção no sentido de minorar as incivildades, mesmo que estas não configurem propriamente crimes. Para desenvolver esta actividade, o policiamento deve ser personalizado e o patrulhamento efectuado a pé ou de bicicleta, com a manutenção de agentes específicos em cada bairro que devem assegurar um contacto estreito com as populações e as instituições locais e ter uma atitude pró-activa de prevenção e regulação das tensões e conflitos (Damas, 2004).

- vi) Como mencionámos atrás, a representação da violência é tão relevante como o fenómeno em si mesmo. Efectivamente, os *media* possuem um papel fundamental

no processo de construção dos eventos violentos e dos conflitos e na atribuição de estigmas aos lugares urbanos e às várias populações que neles habitam. A televisão e os restantes órgãos de comunicação social participam na co-construção dos conflitos e dos eventos violentos, amplificando-os e fornecendo uma visibilidade aos autores que estes naturalmente não enjeitam (Mucchielli, 2002; Avenel, 2004, Ferin Cunha e Almeida Santos, 2004). O espectáculo mediático pode não só ampliar um fenómeno violento, como deformá-lo, através do modo como são captadas as imagens (por exemplo, mostrando só determinado grupo de indivíduos), da selecção de entrevistados a incluir na peça (frequentemente realizada à pressa e sem possibilidade de crítica sustentada das fontes) e do modo como são seleccionados e apresentados os depoimentos recolhidos. Um bom exemplo deste fenómeno de deformação e ampliação corresponde ao tratamento mediático dos acontecimentos de 10 de Junho de 2005, na praia de Carcavelos, onde a preocupação da jornalista que efectuou os directos com a não estigmatização através do uso de linguagem correcta acabou por não conseguir evitar a distorção do conteúdo do denominado “arrastão”. Por um lado, a sucessiva repetição de imagens que misturavam alguns jovens negros a correr e a furtar objectos na praia com outros que corriam juntamente com os autóctones, apanhados desprevenidos no quadro do acontecimento, levou a uma interpretação que aglutinou todos os jovens de origem africana num único conjunto de infractores que perpetravam um delito colectivo (o tal arrastão) contra os desprevenidos banhistas brancos. A somar a isto, uma ou duas entrevistas efectuadas a pessoas presentes na praia no momento do arrastão recolheram depoimentos que mencionavam, sem qualquer base estatística ou meramente contabilística fiável, que se tratava de uma acção planeada que envolvia 400 ou 500 jovens. Depois de esta imagem se ter expandido (mesmo entre os *mass media* europeus), acentuando sentimentos de medo colectivo dos residentes na AML, a própria polícia declarou tratar-se de um acontecimento envolvendo um grupo muito menor de pessoas (30 ou 40) e não efectuou qualquer detenção, não tendo sido apresentadas queixas à polícia por parte dos banhistas que se encontravam na praia, nesse dia 10 de Junho. Por último, deve frisar-se que os órgãos de informação também contribuem para a estigmatização das pessoas e dos bairros, noticiando essencialmente os “acontecimentos” extraordinários que, em determinadas áreas

correspondem à violência (apreensões de droga, conflitos entre grupos rivais ou com a polícia, etc.) e nunca a eventos positivos, mesmo que estes sejam mais frequentes (ACIME, 2006).

- vii) A concentração de população pertencente a grupos sociais mais desfavorecidos em grandes bairros de habitação social também parece facilitar a emergência de tensões sociais e comportamentos desviantes. Em primeiro lugar, a homogeneidade social destes espaços limita o desenvolvimento de dinâmicas económicas que dependem da existência de famílias pertencentes à classe média, assim como de mudanças sociais, também elas muito associadas a indivíduos dotados de níveis elevados de capital humano e social. Esta homogeneidade social nivelada por baixo implica também uma concentração espacial de problemas como o desemprego ou o insucesso escolar, o que acentua as dificuldades associadas à desocupação, sobretudo dos jovens do sexo masculino, abrindo a porta para o reforço das formas de sociabilização de rua. Em segundo lugar, muitos destes bairros destinaram-se a alojar populações de origem rural ou que residiam em bairros de barracas, não tendo os realojamentos sido correctamente acompanhados, o que implicou que a aprendizagem da vida em edifícios altos, distantes da rua, sem jardins ou pequenas hortas, a requererem a manutenção de partes comuns e geridos em regime de condomínio, não fosse efectuada correctamente. Daqui decorre a dificuldade em estabelecer boas relações de vizinhança, assim como a incapacidade de conservar as partes comuns (e, por vezes, os próprios alojamentos) dos edifícios. Em terceiro lugar, mesmo que originalmente alguns destes bairros sociais, como certas *cités* da periferia das grandes cidades francesas, fossem objecto de um planeamento interessante e construtivo (densidades não muito elevadas, instalação de vários equipamentos e espaços verdes...), a sua implementação não respeitou, frequentemente, muitos destes pressupostos, acabando por se verificar uma densificação do construído, algum sacrifício na instalação dos equipamentos e uma desvalorização do espaço público (por atrasos nos arranjos, falta de manutenção...). Por último, o próprio modo de conceber os bairros e os edifícios não facilita o desenvolvimento de boas relações de vizinhança, nem o controlo social. Em muitos casos, estes bairros estão relativamente isolados da envolvente, pois localizam-se nas margens das áreas

urbanizadas, possuem poucas entradas e aparecem muito “voltados para dentro”. Adicionalmente, os edifícios altos dificultam o controlo que os pais (sobretudo as mães) exercem sobre os filhos, uma vez que os andares estão muito distantes da rua.

Uma expressão desta violência localizada associada aos jovens e aos bairros é o *gang* que, como vimos, remete para o estudo de Chicago, efectuado por Trasher, nos anos 20. Embora o termo *gang* esteja na ordem do dia na imprensa e mesmo na investigação social e criminalística, não existe uma definição única e universal (Falk, 2005; Decker, 2005). A análise de várias perspectivas permite destacar um conjunto de elementos, designadamente a existência de um grupo de indivíduos que assumem uma identidade grupal – marcada por determinados símbolos (a designação do grupo, certos *graffitti* específicos, etc.) e que se dedicam à delinquência e/ou à criminalidade. A noção de *gang* remete, também, para alguma constância na pertença dos membros, mesmo que alguns destes grupos apresentem estruturas relativamente abertas. Como refere Falk (2005) – e a própria tipologia original do estudo de Trasher evidenciava –, o termo *gang* é aplicado a organizações muito distintas, que vão das estruturas do crime organizado (tipo máfia) e do tráfico organizado de drogas até aos grupos violentos de motociclistas e de jovens que actuam nas ruas e se dedicam, essencialmente, a incivilidades (comportamentos socialmente reprováveis), a alguma pequena criminalidade e, eventualmente, ao tráfico de droga em escala reduzida. A definição de *eurogang* de Decker (2005) aponta precisamente para este último tipo de grupos, uma vez que considera tratar-se de “grupos de jovens baseados na rua, cujo envolvimento em actividades ilegais é parte da identidade e que apresentam uma certa durabilidade”.

As justificações para o envolvimento nestes *youth gangs* ou *street gangs* remetem para um quadro relativamente complexo que inclui a afirmação social dos jovens através do respeito e do poder que a pertença ao *gang* suscita, bem como a criação de sensações de protecção e solidariedade juvenil no contexto dos bairros. A alienação social e os rendimentos que gera o tráfico de droga quando os *gangs* se dedicam a tal actividade são outros motivos que funcionam como justificações para o envolvimento nestes grupos (Wortley e Tanner, 2005).

Do ponto de vista estrutural, o desenvolvimento dos *gangs* de jovens, que são designados por *bandes* na bibliografia francesa e, por vezes, por *grupos de jovens*, na literatura portuguesa, parece depender fortemente de factores como o sexo (sobretudo rapazes), a idade (entre os 13-14 e os 23 anos), o grupo social de pertença (sobretudo jovens oriundos das classes populares e da classe média-baixa), as estruturas familiares, o (fraco) envolvimento escolar e a origem imigrante/pertença étnica, ainda que esta última em menor grau (Wortley e Tanner, 2005). Há ainda autores que relacionam o aparecimento de bandos de jovens em meio urbano aos processos de renovação urbana (realojamento ou outros), visando o processo de (re)agrupamento destes a recuperação de marcas territoriais herdadas do “bairro pré-intervenção” associadas a uma identidade própria, distante dos modelos normativos da ideologia dominante. Neste quadro, a origem imigrante e a pertença étnica emergem como condições supletivas dos motivos socio-demográficos e familiares que estão na base do envolvimento em *gangs* (no sentido mais abrangente do termo), a larga maioria dos quais de baixa periculosidade e dedicados a incivildades que perturbam a ordem pública mas estão longe de corresponder a formas de criminalidade violenta e organizada. Cabe também aqui lembrar que a “construção” do *gang* e da sua imagem é um processo para o qual contribuem os membros que o integram e as suas actividades, mas também as narrativas que são transmitidas pela imprensa, pelos actores políticos e, de algum modo, pela própria polícia⁹. Uma profusão de notícias mais alarmistas centradas na actividade dos grupos de jovens associada a declarações espectaculares marcadas por algum oportunismo político que justificam o recurso à violência policial quando aplicada a *gangs*, sem especificar do que se trata, contribuem para estigmatizar os jovens e para uma interiorização da violência, em tudo contrária à prevenção dos conflitos, dos delitos e da violência. Na verdade, prevenir a transformação destes grupos de jovens em *gangs* violentos e centrados na actividade criminal mais perigosa constitui um desiderato fundamental em termos de dissuasão e prevenção. E estas acções, que devem procurar tirar partido dos lados positivos do conflito atrás explicitados, assentam mais na intervenção social do que na repressão policial, devendo esta última, de resto, ser complementar da primeira.

De qualquer forma, considerar “os jovens” ou mesmo “os jovens das segundas gerações” como uma categoria social homogénea

⁹ A este propósito, ver Macedo, A. (2004), capítulo 6.

radica num falso processo de simplificação que ignora todas as diferenciações internas, em termos de origens, sociais, familiares e outras. Se este quadro de raciocínio levou Bourdieu a declarar que “a juventude”, enquanto categoria social, não existe, parece-nos também pertinente afirmar que a generalização da imagem dos jovens descendentes de imigrantes, pretensamente mais envolvidos em conflitos e crimes, constitui uma perspectiva distorcida e redutora da realidade. Efectivamente, se as crianças e os jovens com origens étnicas não europeias crescerem em contextos socioterritoriais mais favoráveis, dominados pelas classes médias ou médias-altas, com uma qualidade urbanística elevada associada à presença de equipamentos e de oportunidades escolares, as oportunidades de sucesso social e profissional incrementam-se exponencialmente e o envolvimento em comportamentos desviantes decresce substancialmente.

1.1.3 A expressão espacial dos conflitos - bairros e guetos

A temática da concentração espacial das populações imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa tem sido abordada, de forma directa ou indirecta, por diversos autores (Castro e Freitas, 1991; Malheiros, 1998; Machado, 2002, entre outros) que destacam a formação de bairros onde predominam determinados grupos étnicos minoritários, em muitos casos caracterizados por condições habitacionais degradadas. É precisamente o destaque dado a esta associação entre relativa homogeneidade étnica (associada a um determinado grupo de origem migrante ou, eventualmente, a uma minoria nacional – e.g. – o grupo cigano) e meio físico e social degradado que tem, frequentemente, marcado o debate académico e político em torno da questão da segregação socioétnica do espaço residencial. Neste sentido, o cerne da discussão passa da organização espacial segregada da cidade (o mosaico decorrente da existência de áreas urbanas caracterizadas por uma certa homogeneidade étnica – e social –, separadas umas das outras – Kempen e Ozuekren, 1998; Malheiros, 2002) para a “problemática do gueto” (enunciada de forma mais sistemática desde os anos 20 através dos sociólogos da Escola de Chicago, nomeadamente Louis Wirth), entendido, na sua aceção mais simples, como um espaço marginalizado e relativamente fechado à envolvente, que conjuga degradação urbanística

e social com homogeneidade étnica, assente na fortíssima concentração de um determinado grupo étnico minoritário.

Adiante, teremos oportunidade de discutir e operacionalizar a noção de gueto, importando agora reflectir em torno do significado da concentração espacial dos grupos migrantes, mais concretamente se esta se traduz num problema adicional para a cidade, com consequências perniciosas em termos de perda de propinquidade, redução da coesão social e territorial e acentuação dos conflitos.

Como ponto de partida para esta discussão, podemos começar por afirmar que a concentração espacial das minorias não é, necessariamente, um processo negativo.

Sabe-se que os Japoneses tendem a exibir níveis de concentração espacial elevados nas cidades de destino, não sendo tal considerado um problema. Também nalgumas metrópoles da Europa do Sul (e.g. Madrid e Lisboa) se verificam níveis de segregação elevados dos imigrantes oriundos de países desenvolvidos (União Europeia e América do Norte), para além de a sua localização residencial ser distinta da dos outros grupos migrantes e se aproximar da correspondente à das classes afluentes das duas metrópoles (Buckeley Iglesias, 1998: 8; e Malheiros, 2000: 224-227). Esta constatação remete, de imediato, para duas questões interessantes. Em primeiro lugar, entre os membros dos grupos étnicos mais solventes, a identificação de classe relativamente a indivíduos com uma posição social idêntica, mas pertencentes a outros grupos étnicos é maior, o que facilita a sua inserção nas áreas residenciais de maior qualidade. Isto não impede, contudo, que os elementos étnicos e culturais continuem a ser relevantes no processo de decisão de reagrupamento no destino. Por outras palavras, mesmo num contexto de proximidade de classe, a existência de diferenças importantes ao nível dos costumes e práticas culturais, como acontece entre os norte-europeus e os mediterrânicos, por exemplo, tem como consequência a emergência de segregação espacial. Claro que a segregação dos grupos de origem não europeia e das populações mais abastadas da UE e da América do Norte tem contornos diferentes que levaram Malheiros (2000: 224) a falar de segregação *activa* e *passiva*. Enquanto os últimos têm acesso à informação e níveis de rendimentos que alargam o seu leque de escolhas residenciais, os primeiros revelam muito mais limitações no

acesso aos diferentes segmentos do mercado residencial (rendimentos mais reduzidos, irregularidade na presença no mercado de trabalho, alguns constrangimentos no acesso à habitação social, preconceitos por parte dos proprietários de habitações...).

Perante esta situação, torna-se claro que a segregação étnica não pode, por si só, ser considerada um problema. Claro que os processos de segregação passiva de carácter étnico se podem considerar negativos, uma vez que eles são, pelo menos parcialmente, o produto de condições mais limitadas de acesso ao mercado residencial. Para mais, vários autores referem que a concentração espacial dos imigrantes e das minorias em determinadas áreas limita as suas possibilidades de participação na sociedade, uma vez que se reduzem os contactos com os autóctones (Kempen e Özüekren, 1998: 1632; Blom, 1999: 298). Ainda segundo estes especialistas, isto revela-se particularmente desvantajoso em termos de acesso ao mercado de trabalho e de uma participação escolar bem sucedida por parte dos descendentes de imigrantes que contribua para reforçar as trajectórias de ascensão social geracional.

E embora reconheçamos a pertinência destas observações, designadamente em termos da construção de uma sociedade mais solidária e inclusiva, elas baseiam-se numa perspectiva claramente integracionista, que concebe a trajectória dos imigrantes nas sociedades de acolhimento como um processo unidireccional, em que apenas os que chegam devem mudar. Contrariando esta ideia, deve referir-se que os bairros predominantemente étnicos são portadores de recursos muito importantes para os imigrantes e as minorias, quer em termos de satisfação de necessidades sociais e culturais específicas, quer em termos de contactos ou mesmo de acesso ao mercado de emprego. Como referem Kestelot e Cortie (1998: 1845-1846) para Bruxelas, as estratégias económicas e sociais dos imigrantes, nomeadamente em situações de crise, tiram forte partido das redes de solidariedade que envolvem conterrâneos, o que tem como consequência um reforço das ligações aos bairros residenciais de carácter étnico.

Por último, **a segregação é efectivamente problemática quando a minoria étnica está inserida num espaço social e urbanisticamente degradado, que efectivamente coarcta oportunidades.** Com efeito, o problema reside nos espaços em que a segregação étnica

coincide com a segregação social, isto é, nos locais onde as minorias pobres estão sobrerrepresentadas e se reproduzem processos de exclusão como o desemprego, a desvalorização de mecanismos de sociabilização formal como o ensino, e o desenvolvimento de culturas de ilegalidade ligadas à droga, à violência e à criminalidade. Contudo, a maioria dos bairros étnicos europeus – e os portugueses não são excepção – são marcados por uma razoável heterogeneidade das populações e por um nível de abertura ao exterior não negligenciável. A importância da racialização ou etnicização enquanto marcas sociais distintivas tem um significado bastante menor nas sociedades da Europa do Sul do que na sociedade norte-americana e mesmo nas sociedades inglesa ou holandesa, com as suas categorizações dos grupos ou minorias étnicas. Como refere Wacquant (1996: 261-262), a propósito de Paris, a grande fonte de conflituosidade nos bairros degradados relaciona-se com as fortes tensões entre os jovens, frequentemente descendentes de migrantes, mas não necessariamente de uma única origem, e os restantes grupos sociais. Este tipo de clivagens, presente em muitas cidades europeias, só parcialmente se relaciona com eventuais desajustes associados à origem étnica, sendo muito mais o produto do contexto sócio-geográfico de destino, não apenas ao nível local (o bairro) mas também ao nível institucional e relacional.

Em geral, esta discussão em torno da problemática da segregação residencial de grupos étnicos e de imigrantes pobres acaba por ser colocada sob a forma da geração de guetos ou da denominada guetização. Este contexto tem levado diversos investigadores que analisam o fenómeno de segregação residencial de base étnica nas cidades da Europa a procurar pronunciar-se acerca da existência ou não de guetos. Na bibliografia científica, um *gueto*, em sentido estrito, corresponde a uma área onde a totalidade da população residente pertence ao mesmo grupo étnico ou racial, verificando-se também que quase toda a população da cidade (ou região) que pertence a esse grupo se concentra no gueto (está pouco presente noutros bairros) (Peach, 1996: 216-217). Amersfoort (1990) junta a esta definição a componente “institucional”, que significa que a concentração do grupo étnico no gueto é o resultado de um processo não desejado e de algum modo coercivo, imposto por actores sociais externos ao grupo (proprietários urbanos, autoridades municipais e planeadores, etc.). Também presente na acepção de gueto está a noção de “fechamento”, isto é, de redução das relações daquela entidade espacial com o exterior,

emergindo barreiras simbólicas (imagem de espaço violento, degradado, sem atractivos...) e por vezes físicas (muitos destes bairros são circundados por linhas de caminho-de-ferro e auto-estradas ou “escondidos” da envolvente por grandes cartazes publicitários...) que limitam a interacção, sobretudo no sentido “fora-dentro”. Frequentemente, são bairros e zonas residenciais desintegrados da malha urbana; no discurso popular e mediático, são considerados responsáveis pela criminalidade, venda de droga e insegurança urbana.

Este conceito mais estrito de gueto tem origem na análise das concentrações espaciais da população negra nas metrópoles americanas que, entre o início do século XX e os anos 40, se deslocou em grande número para as cidades em rápida industrialização (sobretudo do Nordeste), sendo de algum modo forçada a concentrar-se quase exclusivamente em determinadas áreas residenciais, onde constituía a quase totalidade dos habitantes (Massey e Denton, 1993). Os fortíssimos níveis de segregação e isolamento espacial dos negros residentes nos guetos das cidades americanas mantinham-se tão elevados no início dos anos 90 que Massey e Denton (1993: 74-78) se referem a estas áreas como “hipersegregadas”.

Partindo desta noção, diversos investigadores têm referido a inexistência de guetos nas cidades europeias, como é destacado por Peach (1996) para o caso inglês, por Blom (1999) para Oslo, por Tosi e Lombardi (1998) para as cidades do Norte de Itália e por Musterd, Ostendorf e Breebaart (1998) para várias metrópoles do norte do continente (Paris, Amesterdão, Bruxelas, Manchester, Londres, Frankfurt-am-Main, Düsseldorf e Estocolmo). Efectivamente, na maioria destas cidades os bairros étnicos são caracterizados, não só por uma mistura entre população autóctone e alóctone, mas também pela coexistência de diversos grupos minoritários de origem imigrante. Assim sendo, não é fácil efectuar leituras que acentuam o vector étnico como a única linha de interpretação possível ou mesmo a linha de interpretação dominante. Neste âmbito, e na sequência de estudos anteriores, procuraremos demonstrar adiante que também a Área Metropolitana de Lisboa é marcada pela inexistência de guetos “étnicos” ou, pelo menos, que estes correspondem a situações excepcionais, não só em termos de frequência, mas também relativamente às características que possuem.

Com efeito, a situação predominante, como veremos, corresponde à emergência de “**guetos de exclusão**”, onde aparece frequentemente sobre-representada uma minoria étnica, em muitos casos coexistindo, quer com a população autóctone, quer com outros grupos minoritários (PE-Portugal, 2005).

Os **guetos de exclusão** são lugares estigmatizados no olhar da sociedade. Estigmatizar não é mais do que uma forma de categorização de uma entidade (indivíduo, grupo de indivíduos, lugar, bairro...) com base em certos atributos que fornecem informação social e que são transmitidos através de signos e símbolos que chamam a atenção. A estigmatização que recai sobre indivíduos, grupos e espaços residenciais cria relações de distância e despersonalização das entidades estigmatizadas.

Esses espaços de exclusão tendem a assumir notoriedade mediática e pública, são locais “famosos”, os seus habitantes ficam demasiado expostos a esta publicidade exagerada e geralmente negativa. São lugares que só pelo seu nome – Spangen em Roterdão, Tres Mil Viviendas em Sevilha, Azinhaga dos Besouros ou Cova da Moura em Lisboa, Les 4000 (La Courneuve), Pablo Picasso (Nanterre) ou Les Bosquets (Montfermeil) na periferia de Paris – produzem perturbação, são percebidos como um mal da sociedade. Qualquer acontecimento negativo assume um enfoque desmesurado na comunicação social, transformando esse evento em “espectáculo da violência ou do comportamento anti-social”. Frequentemente, os habitantes destes lugares não são vistos publicamente como pessoas com uma personalidade individual, mas como uma categoria social. Os estigmatizados defendem-se também do exterior que os repudia, podendo adoptar condutas e atitudes de incomunicação, já que o exterior poderá ser intuído como “inimigo” (político, técnico de intervenção social, jornalista, etc.). Apesar de habitarem em espaços de constrangimento, os residentes podem também pôr em prática formas de resistência face ao modo como são percebidos e tratados pelo exterior que, no extremo, acabam por conduzir ou acentuar os comportamentos “de provocação e violência”, sobretudo entre (alguns) jovens.

Goffman (1963/1988) afirma que o estigmatizado tende a reunir-se com outros estigmatizados, formando-se assim pequenos grupos sociais que correspondem a uma espécie

de “mundos alternativos”. Ainda que sobre estas áreas se intensifique o controlo policial e institucional, tal não significa que evoluam no sentido de “zonas não problemáticas ou críticas”, pois o maior controlo institucional poderá gerar uma maior desejo de quebrar as regras, isto é, de assumir comportamentos “desviantes” e agressivos. Possivelmente é isso que acontece em alguns dos locais que constituem casos de estudo e que mais adiante desenvolveremos.

Apesar destas constatações, que apontam para a centralidade das desvantagens socio-espaciais nos processos conducentes à geração de conflitos e violência, a ênfase da especificidade étnica de alguns bairros, mesmo que ocorra em contexto de relativa diversidade de populações, acaba, nalguns discursos académicos, e sobretudo ao nível do discurso político, por se sobrepor à relevância concedida às questões sociais e urbanísticas. Por exemplo, numa palestra efectuada em 1999¹⁰, o então Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas de Portugal afirmava que a solução para os problemas associados ao espaço residencial das minorias de origem não europeia em Lisboa, passava pela sua dispersão. Diversas cidades europeias (Roterdão, Bruxelas, Frankfurt-am-Main e outras) experimentaram implementar, de modo mais ou menos efectivo, políticas de dispersão dos imigrantes e das minorias étnicas (Musterd, Ostendorf e Breebaart, 1998: 188-189). Na maioria dos casos, este tipo de intervenção nunca foi efectivamente formalizado (caso de Roterdão, nos anos 70 e 80) e noutros, a sua implementação, embora legalmente possível, nunca foi aplicada (caso dos municípios belgas). Em nossa opinião, considerar a dispersão como o elemento primordial da política urbana a prosseguir nas áreas residenciais problemáticas onde se concentram as minorias étnicas faz pouco sentido, uma vez que se trata de um problema de privação social e não de natureza étnica e demográfica. Por outras palavras, não se trata de dispersar as minorias, naturalmente sobrerrepresentadas na população de menores recursos residente nestes bairros, mas de criar condições para que estes se qualifiquem, modifiquem a sua imagem e se tornem parte integrante da cidade, o que passa por processos de destruição e realojamento nos casos de degradação irreversível, e de renovação física, social e económica nos restantes.

10 IV Conferência do Programa Internacional Metropolis, realizada em Dezembro de 1999, em Washington.

É verdade que criticamos as áreas de habitação social marcadas pelo semigigantismo ou gigantismo (por exemplo, Chelas, em Lisboa, ou Apelação, em Loures) onde acabam por se reproduzir (ou mesmo agravar) os problemas que já vinham dos bairros de barracas ou de alojamento precário, e que consideramos positiva alguma dispersão espacial nos projectos de realojamento. Contudo, pensamos que as questões centrais residem na *geração de dinâmicas sociais de base*, envolvendo os residentes no processo de transformação urbanística e socioeconómica e na *qualificação*, seja como forma de assegurar qualidade nos novos bairros de realojamento ou de revalorizar e renovar as áreas que entraram em declínio, ao abrigo de programas como o PER, as iniciativas comunitárias URBAN I e II, o PROQUAL (requalificação da Área Metropolitana de Lisboa) e, mais recentemente, a Iniciativa Bairros Críticos¹¹ que, nas fases de diagnóstico e desenho da intervenção, incorporou mecanismos muito fortes de participação das instituições públicas e dos residentes, não apenas ao nível das sugestões, mas também da pesquisa de soluções negociadas (INH, 2006).

Finalmente, assumir a dispersão de um determinado grupo minoritário como componente central de projectos de intervenção pública é pouco aceitável, no contexto de uma sociedade democrática que entende os desejos e a participação das populações como elementos a respeitar e a promover. De resto, a maioria das autoridades nacionais e locais que pensaram implementar políticas de dispersão das minorias abandonaram de forma mais ou menos rápida esta ideia (Musterd, Ostendorf e Breebaart, 1998: 193), o que parece comprovar o seu reduzido contributo para a melhoria das situações de degradação social e urbanística que envolvem populações imigradas.

11 A Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos é tutelada pelo Instituto Nacional da Habitação e enquadrada pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, tendo origem na Resolução do Conselho de Ministros n. 143/2005, de 2 de Agosto (DR n.º. 172, Série I – B, de 7 de Setembro). Começou como um Programa Experimental destinado a desenhar processos de intervenção multi-institucionais e multi-fundos em três bairros problemáticos do ponto de vista social e urbanístico: Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto).

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO, MODELO ANALÍTICO E ROTEIRO METODOLÓGICO

A investigação cujos resultados se expressam neste relatório reveste, claramente, um carácter exploratório. Pela dimensão dos recursos disponíveis e, sobretudo, pelo tempo de desenvolvimento de que se dispunha, tornava-se impossível explorar de forma mais aprofundada todas as dimensões analíticas incluídas no trabalho. Assumindo um objecto de estudo complexo que resulta do cruzamento de populações imigradas (componente social) e bairros onde estas estão sobre-representadas (componente espacial), tornou-se evidente, desde o início, que o aprofundamento de análises que remetem para o conhecimento de processos cujas manifestações se prolongam no tempo só seria possível com a utilização de métodos (observação participante, entrevistas com *follow-ups* periódicos com o objectivo de avaliar a evolução dos indivíduos e dos grupos relativamente à sua perspectiva e envolvimento nos conflitos¹²...) impossíveis de aplicar no contexto de uma investigação desenvolvida num período de tempo relativamente curto.

As afirmações efectuadas não pretendem, naturalmente, servir de justificação para quaisquer limitações existentes neste estudo, mas tão só clarificar os seus contornos em termos dos objectivos possíveis de investigação. Esclarecido isto, importa agora identificar

as questões-chave a que se pretendeu responder com o estudo, bem como esquematizar o modelo analítico e explicitar o roteiro metodológico que foi seguido para lhes responder.

Centrando-se o estudo na questão dos conflitos étnicos e na sua expressão espacial, pode assumir-se que toda a investigação foi estruturada em torno das seguintes questões-chave:

- Existem conflitos “localizados” na Área Metropolitana de Lisboa cujas motivações principais sejam de índole étnica?
- Em que espaços se expressam estes conflitos? Manifestam estes espaços o carácter de guetos étnicos?

12 Uma vez que os protagonistas do desvio e dos conflitos são, essencialmente, jovens, torna-se interessante avaliar se os comportamentos desviantes se prolongam na idade adulta ou, se pelo contrário, traduzem apenas uma fase de crescimento caracterizada pela irreverência e pela revolta que é potencialmente benéfica para o próprio processo de crescimento e maturação dos indivíduos e que, uma vez ultrapassada, os transforma em indivíduos “não desviantes” .

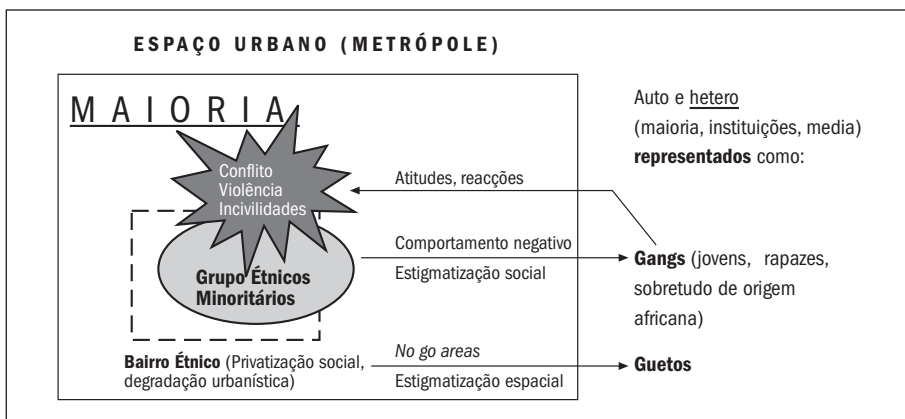
- Emergindo os jovens como principais protagonistas, efectivos e representados, destes conflitos, quais são os principais factores explicativos para estes processos?

Se a noção de espaço tem um conteúdo algo abstracto que pode ser definido como a extensão de tudo o que nos envolve ou, de um modo mais explícito, como o tecido de relações que se estabelecem entre os diferentes pontos, num sentido próximo ao que é apresentado por Bailly e Ferras (1997), esta pesquisa centra-se em espaços concretos, materializáveis, dotados de um conteúdo simultaneamente físico e social. Neste sentido, passamos da noção de espaço à noção de lugar, entendido como algo que não traduz apenas uma realidade física, que corresponde a um conjunto de edifícios com determinadas características situados no contexto de um espaço público mais ou menos homogéneo, que podemos designar, de modo pragmático e objectivo, como bairro ou unidade de vizinhança. Um bairro ou unidade de vizinhança traduz uma realidade social que foi produzida no contexto de uma determinada sociedade e que é apropriada e representada por aqueles que a habitam, a utilizam ou, simplesmente, a reconhecem indirectamente a partir da descrição de amigos, de familiares ou dos próprios *media*. Um bairro pode ser entendido como um processo, como algo possuidor de uma dinâmica (física, ambiental, económica, social, cultural...) que está em constante transformação (Massey, 1991/1997) e que possui identidades múltiplas que resultam da forma como os diferentes actores ou grupos de actores interpretam a conjugação entre as componentes da paisagem urbana (os elementos físicos visíveis) e as características socioculturais e económicas que estão presentes no bairro. O que dota cada bairro de especificidade é, antes de mais, o facto de assentar num conjunto particular de relações socioespaciais, mais ou menos abertas ao exterior, nas quais intervêm diferentes actores que produzem, se apropriam e utilizam a unidade de vizinhança. Porque os objectivos destes actores são frequentemente distintos e, por vezes, dissonantes, não só os modos de utilizar e representar o espaço são diferentes, como as possibilidades de conflito são significativas. Este pode manter-se latente e chegar mesmo a funcionar como base para a discussão interna e a definição de estratégias para o bairro ou, numa situação paradoxal, pode emergir sob a forma de focos de violência, mais ou menos visível, que acentuam estigmas e coarctam a convivência. Os bairros, para além de um espaço físico, são um espaço social, isto é, um lugar de práticas sociais (Gonçalves, 1988), de utilização, de significação, ou seja, espaços de apropriação

simbólica. A convivência próxima que, por vezes, se reduz à coabitação de indivíduos e grupos com estilos e modos de vida diversos, poderá provocar uma maior aproximação, mas também é verdade que pode estar na base de alguns conflitos e de uma maior insegurança afectiva e psíquica. Deste modo, e atendendo à diversidade de modos de apropriação e representação do espaço dos bairros, que se reflectem na construção da sua identidade e, também, no tipo de conflitos latentes ou explícitos (não necessariamente de base étnica), torna-se fundamental colocar uma questão adicional:

- Como é que os espaços concretos (bairros, unidades de vizinhança) são construídos e representados pelos principais tipos de protagonistas, nomeadamente:
 - as minorias étnicas, com destaque para os seus representantes institucionais;
 - as instituições que, de modo directo ou indirecto, funcionam como “agentes reguladores” do conflito;
 - os órgãos de informação, enquanto grandes construtores e difusores de imagens sociais dos grupos e dos lugares.

FIGURA 1. Modelo de análise



A figura 1 pretende resumir o modelo analítico do presente trabalho, destacando o conflito e as incivildades como a problemática central e os bairros étnicos (mais ou menos segregados) e os grupos étnicos minoritários, com destaque para os jovens do sexo masculino de origem estrangeira, como os principais actores espaciais e sociais, respectivamente. A estigmatização de grupos e espaços e a sua leitura/representação enquanto *gangs* e *guetos*, bem como o quadro de oportunidades (ou da sua ausência) profissionais, sociais, educativas e urbanísticas (em termos de interacção socioespacial, por exemplo) que se lhes coloca, constituem-se como mecanismos fundamentais para compreender o processo de geração dos conflitos. Finalmente, o conflito envolve quer as minorias, quer a maioria, implementando esta acções e estratégias visando a prevenção, o controlo e a repressão das incivildades e da violência. Como tivemos oportunidade de referir, a regulação do conflito remete, inevitavelmente, para o papel dos sistemas judicial, policial e penal, justificando quer a utilização de informação gerada por estes sistemas (taxas de criminalidade, de reclusão...), quer a análise de algumas das suas actividades.

Para abordar a problemática e responder às questões atrás enunciadas, prosseguiu-se um roteiro metodológico que, embora combine técnicas de natureza quantitativa e qualitativa, privilegiou, de algum modo, as segundas, sobretudo nas formas de recolha e tratamento de informação proveniente de fontes primárias. Como se pretendia saber quais as práticas, as atitudes e as perspectivas de determinados actores, bem como os contornos e os fundamentos de determinados processos em curso em locais específicos, entendeu-se que o recurso a métodos de tipo intensivo (entrevistas semiestruturadas, *focus group*...) permitiria obter respostas bastante mais completas. Nestes casos, mais do que detectar padrões e regularidades, pretendia-se compreender atitudes e causas.

Porque estamos conscientes das limitações da pesquisa puramente qualitativa e, do ponto de vista da investigação, nos situamos próximos da perspectiva do realismo crítico, optámos por uma estratégia metodológica pautada por alguma abertura e pluralismo metodológico (Sayer, 2000), pelo que, em determinados níveis de análise, se procurou estabelecer alguma complementaridade entre a tradição qualitativa e o uso de técnicas de análise e tratamento de informação, tanto de carácter quantitativo, como da tradição

13 Uma discussão mais aprofundada em torno destas tradições de pesquisa pode ser encontrada em Ritchie, Jane e Lewis, Jane (orgs.) (2004).

14 Nalguns casos, como o da distribuição da população residente, foi possível utilizar um nível de análise mais detalhado que corresponde à secção estatística do INE.

15 Trata-se de um índice composto que conjuga um conjunto de indicadores (no caso presente, 18) e toma como referência os valores extremos (máximos e mínimos) destes. Um vez determinados estes valores extremos, os dados originais obtidos por cada freguesia em cada indicador são normalizados com base na seguinte fórmula $VnX_i = (X_i - Min_i) / (Max_i - Min_i)$, sendo:

VnX_i – Valor normalizado da freguesia X no indicador i

X_i – Valor original da freguesia X no indicador i

Min_i – Valor mínimo da série

correspondente ao indicador i

Max_i – Valor máximo da série

correspondente ao indicador i

Após esta normalização, os valores obtidos por cada freguesia em cada indicador são condensados num único valor final (índice de privação), com recurso a uma média aritmética ponderada, uma vez que os indicadores incluídos na dimensão “estruturas demográficas” contribuem com metade do peso dos restantes

cartográfica¹³. Esta opção tem por base o pressuposto de que “*the purpose of bringing different approaches together is to yield different types of intelligence about the study subject rather than simply to fuse the outputs from qualitative and quantitative enquiry*” (Ritchie and Lewis, (eds.) (2004)).

Em termos concretos, nesta pesquisa privilegiamos, essencialmente, o uso de uma abordagem qualitativa, estruturada em 4 níveis de análise em que mobilizámos uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação.

Num primeiro momento, com o intuito de conhecer, ainda que numa perspectiva exploratória, o tema em análise, procedeu-se à recolha, leitura e análise de elementos bibliográficos sobre conflitualidades e tensões socioétnicas. Este *primeiro nível de análise* empírica permitiu contextualizar de forma mais aprofundada e rigorosa o objecto de estudo e, a partir daí, construir o modelo de análise, em que os conceitos de conflito (étnico), etnicidade, segregação socioespacial, gueto, *gang*, representação e estigmatização assumem, como vimos, um carácter estruturante.

Num *segundo nível analítico* foi feita a recolha, análise e tratamento de informação estatística sobre a realidade social e económica das freguesias da Área Metropolitana de Lisboa (unidade geográfica com informação disponível, já tratada, mais próxima da unidade bairro¹⁴). Isto permitiu a construção de um índice de privação das freguesias, que utiliza os mesmos princípios técnicos do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD¹⁵. Este índice foi depois cruzado com informação relativa à distribuição da população residente de nacionalidade estrangeira. Infelizmente, como a lei portuguesa não permite a obtenção de informação estatística com base em critérios étnicos, esta foi a melhor aproximação

possível à distribuição das minorias étnicas no território da AML. O caso mais deficitário corresponde aos indivíduos de etnia cigana que, por terem nacionalidade portuguesa e não apresentarem outros indicadores de natureza cultural e/ou demográfica que sejam distintivos em termos de quantificação estatística (não há naturalidades particulares, não há uma religião distintiva que esteja categorizada, por exemplo, nos dados dos censos), não puderam ser objecto de análise específica neste nível.

Para além desta análise, efectuou-se uma avaliação da dinâmica social e residencial dos grupos de estrangeiros na AML, com base em dados dos censos de 1991 e 2001. Foi assim possível traçar os retratos sociográficos dos diferentes grupos de estrangeiros na AML e compreender os seus níveis de vulnerabilidade, em contexto de inserção. Porque se pretendia analisar a componente espacial do conflito, designadamente em termos da sua expressão ao (eventual) nível do gueto, procedeu-se à análise da evolução dos níveis de segregação socioespacial dos principais grupos de estrangeiros presentes nas freguesias da AML (1991 e 2001). Para além do cálculo dos índices de segregação¹⁶ e da cartografia dos quocientes de localização¹⁷ dos diversos grupos nas várias freguesias, que nos dão as situações de sobre-representação espacial, testou-se, de modo empírico, a eventual existência de guetos, tomando como base conceptual de referência, a noção explicitada no ponto 1.1. Mais concretamente, utilizou-se a classificação de Jonhston *et al.* (2001), que segue uma perspectiva avançada por Philpott em 1978, e que considera existirem dois grandes tipos de áreas residenciais: enclaves de minorias (*minority enclaves*), onde a sociedade de acolhimento é minoritária, e comunidades da sociedade de acolhimento (*host communities*). Estas duas categorias são depois subdivididas (quatro subcategorias no primeiro caso e duas no segundo) em função do peso dos estrangeiros, da estrutura dos

- para explicações mais detalhadas, ver ponto 2.1. A etapa final consiste em ordenar os valores dos índices de privação de todas as freguesias (variam entre 0 - privação mínima e 1 - privação máxima), por forma a que se obtenha um *ranking* final.

16 O índice de segregação apresenta a seguinte fórmula genérica:

$$SI = 1/2 \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$$

x - corresponde à relação entre um grupo de população residente numa determinada subunidade i e a população total do mesmo grupo residente em toda a área incluída no estudo.

y - corresponde à relação entre a população dos restantes grupos na subunidade i (exclui-se o grupo x) e a população dos mesmos grupos residentes em toda a área em estudo.

n - Número de unidades espaciais que integram a área em estudo.

Este índice de segregação varia entre 0 (distribuição equitativa dos grupos étnicos e/ou sociais pelo território) e 100 (segregação máxima).

17 O quociente de localização é uma medida extremamente útil para identificar a sobre-representação de um grupo numa determinada subárea, tomando como referência o seu significado em toda a área

diferentes grupos de estrangeiros e dos seus níveis de concentração em cada área (Jonhston *et al.*, 2001)¹⁸.

Porque a avaliação dos guetos é incompleta em termos da avaliação dos espaços de conflito, incluiu-se aqui a análise estatística de algumas expressões indirectas do conflito que assumem a expressão de delitos potencialmente criminalizáveis no contexto da legislação portuguesa. Neste sentido, procedeu-se à análise dos concelhos de residência dos detidos estrangeiros com morada na AML, segundo a nacionalidade, no ano de 2003, com base em informação estatística disponibilizada pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, de modo a perceber se existe uma relação directa entre o número de estrangeiros (e a origem geográfica destes) residentes em cada concelho e os detidos que declaram residência em cada um destes. A observação (ou não) de uma relação directa, sem sobrerrepresentações espaciais específicas, dá-nos uma primeira indicação sobre a

existência (ou não) de expressões mais localizadas de conflito etnicizado, que corresponderiam às sobrerrepresentações de detidos residentes. Deve referir-se que esta análise deve ser encarada como um teste, uma aproximação às expressões espaciais do conflito, uma vez que a utilização da unidade de análise “concelho” se revela demasiado abrangente para identificar com precisão espaços de conflito, situados ao nível do bairro ou, quando muito, da freguesia. Convém ainda lembrar que conflito e delito não são sinónimos e que o facto de os detidos residirem no momento anterior à detenção num determinado local, não significa que esse local seja um espaço de conflito.

Refira-se que, na sequência do ponto 1.1, pressupomos que a existência de espaços de conflito remete, em larga medida, para problemas associados à estrutura social dos residentes, ao quadro de oportunidades existentes no mercado de emprego e aos mecanismos de inserção familiar, escolar e laboral, o que releva a imagem de *guetos de exclusão* ou *guetos dos pobres* face à imagem de *guetos étnicos*. Neste sentido, efectuou-se uma análise

em análise, que, no nosso caso, corresponde à AML. Este índice expressa a relação entre o peso relativo de um grupo particular de estrangeiros (e.g. cabo-verdianos) em cada subárea e o peso relativo do mesmo grupo na metrópole em análise. Os valores de referência para os quocientes de localização são:

QL > 1 – Sobrerrepresentação relativa do grupo na subunidade.

QL = 1 – O peso relativo do grupo na subunidade reproduz o seu significado na metrópole.

QL < 1 – O grupo está sub-representado na subunidade.

18 Uma especificação das características destas áreas pode ser encontrada no capítulo 2, no contexto da análise empírica.

cruzada das taxas de incidência espacial da reclusão de estrangeiros (ao nível do município) e do índice de privação das freguesias, com o intuito de efectuar uma aproximação à relação entre *lugares de privação* e *lugares geradores de “delinquência”*. Neste domínio, tomam-se como referência algumas das ideias-base avançadas por Wacquant (2000), assumindo-se, também, que se trata de uma análise exploratória de carácter qualitativo (comparação de expressões espaciais), uma vez mais porque o detalhe espacial da informação relativa aos reclusos está longe de ser satisfatório para o objectivo em causa.

As limitações da informação de carácter quantitativo justificaram a implementação de uma análise intensiva que se baseou num conjunto de 15 entrevistas efectuadas a reclusos de nacionalidade estrangeira e cidadãos nacionais de etnia cigana (minoría nacional). Sabendo-se que outros estudos revelaram tendências para a criminalização dos estrangeiros por parte do sistema judicial português (Seabra, 1999; Esteves e Malheiros, 1999 e, especialmente, Seabra e Santos, 2005), pretendia-se obter a visão dos próprios reclusos estrangeiros relativamente a esta situação e, especialmente, a percepção que têm sobre o contributo dos espaços de residência ou de frequência na geração de delitos e/ou conflitos.

Num *terceiro nível de análise*, procedeu-se ao levantamento dos agentes socioinstitucionais que intervêm junto dos imigrantes (de Leste, africanos, brasileiros, chineses, indianos) e dos ciganos. Posteriormente, seleccionaram-se alguns desses agentes e realizaram-se 14 entrevistas a instituições públicas e privadas que trabalham de forma directa, efectiva e próxima dos imigrantes e ciganos (ver Anexo 1, lista das instituições entrevistadas e Anexo 2, guião de entrevista utilizado). A entrevista assume nesta pesquisa um papel fulcral, sendo aqui encarada como um processo interlocutório, em que através do discurso é possível aceder aos sistemas de representação e às práticas sociais dos sujeitos (Blanchet e Gotman, 1997: 25).

Estas 14 instituições foram agrupadas em dois grandes conjuntos que, de alguma forma, traduzem dois olhares que interessava ter presentes neste trabalho: o das organizações que representam os imigrantes (8 instituições) e o das instituições com alguma inter-

venção ao nível da regulação dos conflitos (6 instituições – polícias, serviços prisionais, APAV, Apoio à Reinserção) (ver Anexo 1).

O guião centrou-se em 6 eixos de análise: a acção da instituição face aos grupos migrantes e minorias não migrantes, o retrato dos utentes migrantes e minorias não migrantes, as conflitualidades e tensões intergrupais, os espaços de conflito; a percepção do acolhimento prestado pela sociedade maioritária aos grupos migrantes e a percepção sobre a presença e a integração de minorias não migrantes e migrantes. A realização destas entrevistas de carácter semiestruturado proporcionou também informação sobre as

populações-alvo, nomeadamente o seu perfil sociográfico, as suas condições de vida e as principais problemáticas, carências e dificuldades. Obteve-se ainda informação relevante sobre percepções e representações dos responsáveis institucionais face à discriminação e a expressões de racismo de que são alvo grupos imigrantes e ciganos, em contexto nacional. Ao interrogar os agentes institucionais foi possível conhecer a sua intervenção (em termos sincrónicos e diacrónicos), assim como as medidas de política social e a acção de outros agentes socioinstitucionais que intervêm junto dos grupos empíricos. Depois de os depoimentos orais produzidos pelos entrevistados terem sido integralmente transcritos, efectuou-se uma análise de conteúdo de carácter temático, que serviu de base para a selecção dos estratos que suportam a análise qualitativa desenvolvida no trabalho.

Em complementaridade a esta análise centrada nas duas perspectivas supracitadas, procurou-se também obter uma aproximação à imagem dos espaços e dos grupos associados a delitos e conflitos que é transmitida pelos órgãos de informação escrita. Neste caso, usámos a técnica da análise temática de conteúdo às notícias de 2 jornais diários publicados entre 1999-2003 (*Correio da Manhã* e *Público*)¹⁹ para determinar os bairros e/ou zonas residenciais-problemáticas na AML, bem como a associação que,

19 Como o tempo para a realização de pesquisa era reduzido, optou-se por efectuar uma amostragem sistemática dos jornais que foram objecto de análise, considerando apenas dois dias em cada semana, sendo um forçosa-mente um domingo ou segunda-feira (em alternância semanal) e uma terça ou quarta-feira (também em alternância semanal). No contexto desta análise, chegou a equacionar-se a possibilidade de analisar peças jornalísticas produzidas para televisão, reconhecendo que este meio de comunicação tem um impacto superior ao da imprensa. Contudo, este desiderato não se revelou exequível no contexto deste projecto devido a limitações temporais e humanas (a equipa não dispunha de nenhum especialista em comunicação centrada na imagem), ficando como um domínio a explorar no futuro.

eventualmente, era estabelecida entre espaços de conflito (e conflitos propriamente ditos) e determinados grupos étnicos. Procurámos escolher jornais com públicos-alvo diferenciados, um mais conotado com a imprensa popular e com uma relevante circulação na AML, e o outro mais associado a uma “imprensa de qualidade” e que se dirige de forma privilegiada às classes média e alta em meios urbanos.

A operacionalização desta técnica permitiu uma aproximação experimental ao modo como a imprensa representa e constrói os contornos territoriais dos conflitos e tensões socioétnicas, bem como das suas manifestações. Subjacente a esta análise está a ideia de que os *media* são construtores da imagem dos grupos e dos espaços, e por isso, ao transmitirem determinadas mensagens estão também a fazer uma construção da própria realidade. Além disso, a pertinência e a visibilidade de determinadas questões ou problemas também se prende não só com preocupações relacionadas com a agenda dos *media*, mas também com inquietações veiculadas pela opinião pública. Mais do que uma mera transcrição directa da realidade, o discurso jornalístico é também uma forma de construção, que reflecte a reflexividade do próprio autor da peça. Nesta análise atentamos aos conteúdos veiculados, neste âmbito, fez-se o levantamento e registo das peças jornalísticas que faziam menção a conflitos e a delitos ocorridos na AML. A informação considerada mais relevante dizia respeito à identificação dos lugares, às populações e instituições envolvidas e à caracterização das situações existentes. Verificou-se que africanos e, especialmente, ciganos são os grupos minoritários mais referenciados por parte da cobertura mediática da imprensa, no que concerne a conflitos de cariz socioétnico.

Num *quarto momento*, a conjugação dos resultados da análise das entrevistas com a análise da imprensa diária permitiu seleccionar 2 bairros que foram alvo de estudo de caso – a Cova da Moura (Buraca/Damaia – Amadora) e a Quinta da Fonte (Apelação – Loures). A selecção destes bairros baseou-se no número de referências efectuadas por parte dos representantes das minorias étnicas, dos representantes das instituições e das referências nos jornais (que destacavam a Cova da Moura) e, também, no facto de a Apelação (Quinta da Fonte) ser muito menos destacada e corresponder a um bairro cujos contornos físicos são substancialmente distintos da Cova da Moura (trata-se de habitação

social, construída em blocos de vários andares, com uma estrutura planeada e rígida, com maior qualidade da maioria das habitações, mas não necessariamente quanto ao conjunto do espaço público).

O desenvolvimento da pesquisa nos bairros da Cova da Moura e da Quinta da Fonte procurou combinar duas técnicas de recolha de informação de natureza qualitativa: mais uma vez, a entrevista semiestruturada a protagonistas institucionais e a técnica de *focus group* (grupos de discussão) com a participação de residentes nos bairros.

Foram efectuadas 11 entrevistas²⁰ a fim de conhecer como é que os protagonistas institucionais com intervenção localizada no espaço bairro caracterizam as populações que aí residem, nomeadamente problemas e dificuldades experienciados pelos moradores, a incidência de conflitualidades e tensões socioétnicas, bem como outros fenómenos como a guetização, a segregação, a discriminação e a estigmatização nos contextos em análise (ver Anexo 3 – lista de entrevistados – e Anexo 4, respectivo guião). Também foi explorado o lado das respostas institucionais para os problemas.

Depois das entrevistas, promoveu-se em cada um dos espaços territoriais seleccionados duas sessões de *focus group*, em que se discutiram, em contexto interactivo, questões estratégicas para a pesquisa e que, ou não foram suficientemente exploradas nas entrevistas ou requeriam maior aprofundamento, nomeadamente a percepção dos conflitos existentes nos bairros e dos indivíduos ou grupos que lhes eram associados, as causas e formas de resolução dos conflitos socioétnicos manifestos ou latentes e a atitude dos agentes reguladores (forças de segurança) nestes espaços. Na composição dos grupos procurou-se seleccionar moradores anónimos e com pertenças etárias, étnicas e nacionais diversas, assim como indivíduos com protagonismo associativo. Uma vez que os protagonistas dos conflitos são, essencialmente, jovens do sexo masculino e que foi muito difícil reuni-los em sessões conjuntas com indivíduos mais velhos, optou-se por realizar sessões separadas com jovens (entre 12 e 21 anos) e adultos, em cada um dos bairros. Este procedimento teve também a vantagem de gerar um maior à-vontade entre os participantes, uma vez que a presença do outro grupo poderia originar,

20 A entrevista à PSP da Amadora, mencionada no Anexo 1, também incluiu as questões relativas ao Bairro da Cova da Moura.

por razões distintas, comportamentos marcados por uma maior inibição. Em cada um dos bairros, as duas sessões duraram em média entre 90-180 minutos²¹, e conseguiram reunir entre 4 e 9 participantes (ver Anexo 5, guião de apoio), o que está dentro dos limites aceitáveis para uma sessão deste tipo.

Tal como as entrevistas, também os *focus groups* são estratégias de recolha de informação de carácter interactivo que ampliam esta dimensão, pois não só pode intervir mais do que um moderador, como se multiplica o número de sujeitos presente, reforçando-se o processo colectivo de discussão e produção de sentido por parte destes. Diferentemente da entrevista semiestruturada, os *focus groups* permitem o uso da palavra de uma forma mais livre e menos estruturada. Esta foi uma oportunidade para explorar diferentes opiniões e uma diversidade de posicionamentos sobre o assunto em discussão, constituindo momentos em que mais facilmente emergem reacções verbais espontâneas e até emocionais. O moderador limitou-se a levantar algumas questões genéricas sobre os vários temas que interessava discutir e a fazer afirmações gerais, relativamente às quais os intervenientes se posicionaram. Procurou ainda reorientar o “debate”, quando este se afastava muito da temática proposta ou quando um dos protagonistas se apropriava da palavra por períodos muito prolongados, monopolizando a conversa.

21 A excepção correspondeu à entrevista com os jovens da Apelação que durou cerca de 75 minutos.

CAPÍTULO 2.

LUGARES DE PRIVAÇÃO, LUGARES DE CONFLITO: SEGREGAÇÃO ESPACIAL, GUETOS E DELINQUÊNCIA

Como vimos na discussão teórica e conceptual em torno da questão do conflito e das expressões que este assume, entendeu-se, desde o início, que este está mais associado a situações de privação social (desemprego, precarização das relações laborais, ausência de suporte familiar) particularmente evidentes em bairros fisicamente degradados e fortemente estigmatizados onde se concentram proporções elevadas de jovens e se podem instalar culturas de violência e dependência, do que a aspectos de natureza étnico-cultural que justificariam a prevalência de tendências mais fortes para o conflito em determinados grupos.

Tendo em consideração esta perspectiva, este capítulo pretende chamar a atenção para a existência de espaços marcados por significativas desigualdades socioespaciais no interior da AML e, sobretudo, estabelecer a relação entre imigração e privação social, em contextos localizados (bairros). Num segundo momento, pretende-se desconstruir a noção de *gueto étnico* e mostrar como os processos existentes assumem a forma de etnicização de *guetos dos pobres*, por via do agravamento das situações de exclusão social das minorias étnicas.

Embora em Portugal os desejos de criação de um Estado-penitência (Wacquant, 2000) como base para a implementação de uma política de combate ao conflito e à desordem originados, essencialmente, pelo agravamento de certos problemas sociais como o aumento do desemprego, sejam bastante menos evidentes do que em países como os EUA ou a Grã-Bretanha, alguns avanços nesse sentido emergiram nos últimos 3 ou 4 anos. A tentação securitária, patente nalguns discursos políticos, associada à redução de alguns benefícios sociais (veja-se o exemplo da transformação do RMG em RSI com exclusão de maior número de jovens e com a redução da percentagem daqueles que, em troca do rendimento, exerciam actividades de formação ou qualificação) parecem ter dado corpo à filosofia de intervenção que substituiu o Estado-Providência pelo pretendo

incentivo à inserção em segmentos pouco qualificados do mercado de trabalho (curiosamente, num contexto de crescente desemprego) associado a um reforço da penalização dos pobres (Wacquant, 2000). Felizmente, estas opções foram contrariadas por outras estratégias que evidenciam preocupações mais humanitárias no âmbito da segurança pública (e.g. programas de policiamento de proximidade) e de alguns programas de intervenção social dirigida para grupos vulneráveis, como a melhoria do sistema de acolhimento e informação aos imigrantes (se bem que a proliferação de estatutos distintos e a cristalização de categorias que conferem níveis diferentes de cidadania não sejam propensas à geração de igualdade) e a manutenção e alargamento do Programa Escolhas que tem os jovens “em risco” como grupo-alvo (ainda que seja discutível a *quasi*-anulação do critério territorial – incidência em áreas-problema – que antes estava associado às intervenções).

2.1 O QUADRO DE PARTIDA: NÍVEIS DE PRIVAÇÃO NAS FREGUESIAS DA AML E ESPAÇOS RESIDENCIAIS DAS MINORIAS ÉTNICAS

22 Utiliza-se o termo privação (e não pobreza) porque o conjunto de variáveis – todas oriundas dos Censos de 2001 – representa uma “fotografia de momento”, não fornecendo a perspectiva estrutural e dinâmica que a caracterização da pobreza requer, mesmo que alguns dos indicadores traduzam défices estruturais da sociedade portuguesa (percentagem de analfabetos com mais de 10 anos ou a percentagem de população residente empregada nos grupos de actividades 7, 8 e 9, por exemplo).

Como foi mencionado no ponto 1.2, a análise da privação²² das freguesias foi efectuada com base num índice de privação, cuja construção tomou como referência a metodologia-base do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, ainda que o quadro de variáveis de referência obedeça a princípios distintos (Quadro 1). Embora tivesse sido possível utilizar mais indicadores do que os seleccionados, a observação destes permitiu identificar uma importante margem de sobreposição que daria origem a uma maior redundância estatística. Assim sendo, optou-se por reduzir o número de indicadores, assegurando um conjunto de critérios-chave que traduzem a noção de privação tal como a entendemos, mas atenuando os níveis de redundância da informação.

Relativamente aos critérios-chave considerados, partiu-se do princípio de que as dimensões relacionadas com o emprego

(ou a sua ausência e a dependência de subsídios) e com a empregabilidade, aqui reduzida à instrução formal, assumiriam uma maior relevância, na medida em que traduzem um dos aspectos mais significativos dos processos de exclusão contemporâneos e, indirectamente, de situações de pobreza e privação.

Outras dimensões consideradas correspondem aos níveis de deficiência (apenas um indicador), que implicam maior fragilidade dos recursos humanos e maior dependência, e a prevalência de famílias monoparentais (2 indicadores) que, sobretudo em contextos de pobreza, apresentam uma vulnerabilidade acrescida, para além de algumas teorias oriundas da psicologia afirmarem a existência de desvantagens de crescimento no caso das crianças situadas no âmbito de famílias em que falta uma das figuras parentais. Por último, incluiu-se ainda uma dimensão relativa ao ambiente físico dos bairros (condições de habitabilidade), que diminui a qualidade de vida, limita as condições de convivência saudável e promove a hetero e a auto-estigmatização.

Porque a questão do conflito tem como principais protagonistas jovens do sexo masculino, inclui-se uma dimensão complementar relativa às estruturas demográficas, que inclui dois indicadores que contribuem com metade do peso dos restantes, uma vez que não traduzem situações de privação, (mas) antes uma indicação indirecta relativamente ao significado da população que pode, potencialmente, estar mais envolvida em situações de conflito.

QUADRO 1 – Indicadores seleccionados para cálculo do índice de privação das freguesias

Dimensões	Indicadores
Exclusão do mercado de trabalho (5 indicadores)	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de desemprego na população masculina • Taxa de desemprego na população feminina • Percentagem de população desempregada à procura do 1º emprego • Percentagem de residentes entre 15-24 anos com subsídio de desemprego • Homens desempregados que não fazem diligências para obter emprego / total dos desempregados
Emprego menos qualificado (1 indicador)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de população residente empregada nos grupos de actividades 7, 8, 9
Instrução formal (3 indicadores)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos • Percentagem de população masculina com o ensino secundário ou mais • População com o ensino superior
Subsidiodependência (1 indicador)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de residentes que beneficiam de RMG
Deficiência (1 indicador)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de famílias com deficientes
Famílias não clássicas com filhos (2 indicadores)	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias monoparentais constituídas pelo pai (mais de 15 anos) e 1 ou mais filhos (com menos de 15 anos) • Famílias monoparentais constituídas pela mãe (mais de 15 anos) e 1 ou mais filhos (com menos de 15 anos)
Condições de alojamento (3 indicadores)	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de população residente em alojamentos não clássico (barracas e afins) • Percentagem de população residente em alojamentos equipados com electricidade, retrete, água, sistema de aquecimento e banho • Percentagem de alojamentos sobrelotados com menos de 3 divisões
Dimensão complementar	
Estruturas demográficas (2 indicadores)	<ul style="list-style-type: none"> • População residente (homens) (peso de 0,5 no índice) • Percentagem de população residente (15 aos 24 anos) (peso de 0,5 no índice)

A observação das figuras 2 e 3 e também dos quadros 2 e 3 fornece uma boa imagem da espacialização da privação no território da Área Metropolitana de Lisboa. Como foi evidenciado por outros estudos que utilizaram, na maioria dos casos, dados relativos a 1991 (Salgueiro *et al.*, 1997; Malheiros, 2000), o padrão que emerge aponta para uma metrópole de tipo dual, na perspectiva de Marcuse, onde um conjunto de freguesias caracterizadas por maiores índices de desemprego, níveis de instrução mais baixos e piores condições de habitabilidade, se opõe a outro grupo de freguesias, quase todas localizadas no município de Lisboa e no seu prolongamento ao longo da “Marginal” que vai até Cascais, que correspondem à cidade “brilhante”, na expressão feliz de Milton Santos, marcada pela boa qualidade sociourbanística.

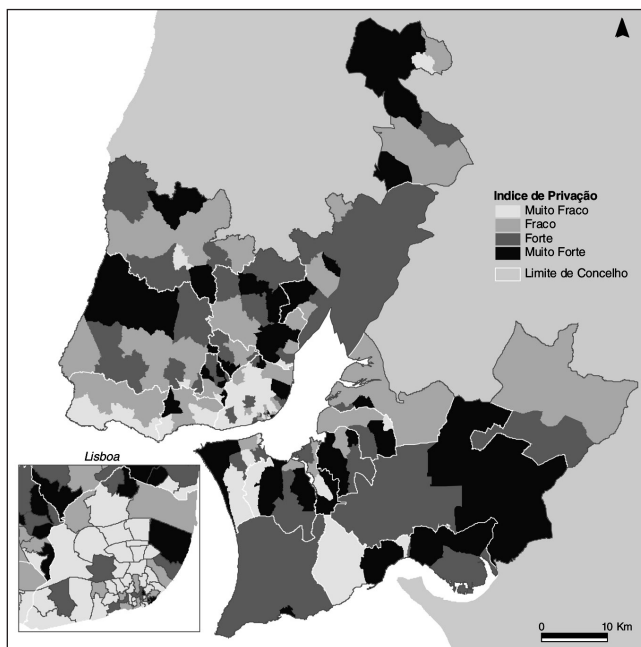
Porque esta perspectiva dicotómica é, naturalmente, redutora, podemos considerar que as freguesias incluídas nas posições mais desfavoráveis do índice podem ser subdivididas em três tipos distintos. Por um lado, vamos encontrar as freguesias suburbanas (Apelação, S. Julião do Tojal, Prior Velho, Caparica, Vialonga, Buraca ou São Sebastião – Setúbal²³) ou das áreas limítrofes do município de Lisboa (Marvila, Charneca), outrora marcadas por presenças relevantes de bairros de barracas, hoje em larga medida substituídos por habitação social, construída ao abrigo de programas públicos, com destaque para o Programa Especial de Realojamento (PER)²⁴. Em muitos casos, trata-se de bairros com proporções de jovens acima da média, com problemas graves de absentismo e insucesso escolar que acabam por se reflectir numa menor empregabilidade e, conseqüentemente, em maiores taxas de desemprego. A menor qualidade dos edifícios e do espaço público reflecte-se negativamente sobre o quotidiano das pessoas, pois a oferta comercial é, muitas vezes, reduzida, o prazer de utilizar os espaços exteriores inexistente e a estigmatização dos bairros, muitas vezes entendidos como *no go areas*, transforma-se na estigmatização de quem lá vive. As relações espaciais também aparecem, frequentemente, coarctadas, não só porque estas freguesias ocupam, em diversos

23 Neste caso, trata-se de uma espécie de dupla periferia, uma vez que a freguesia de São Sebastião se situa num espaço periférico ao centro de Setúbal (cidade que está nos limites da Área Metropolitana de Lisboa), e concentra a maioria dos bairros sociais da cidade.

24 O PER foi criado em 1993 e tem como objectivo eliminar os bairros de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto através do realojamento da sua população em bairros sociais. Este processo de realojamento resulta de um acordo estabelecido entre o governo e as autarquias, sendo os custos co-financiados. Em 1996, o Programa foi complementado

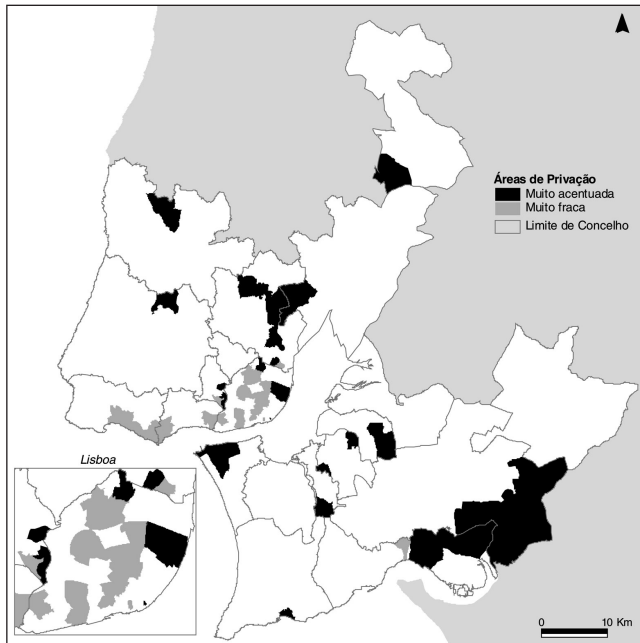
casos, franjas suburbanas intersticiais aos grandes eixos de comunicação, mas sobretudo porque a coexistência, ao nível interno, de bairros-problema com bairros percebidos como normais acaba por se traduzir em cortes relacionais, com os primeiros a “desaparecerem” dos percursos dos residentes nos segundos e a serem adjectivados, à distância, como locais caóticos, perigosos e degradados (Malheiros, 2001: 488-490).

FIGURA 2 - Índice de Privação na Área Metropolitana de Lisboa, por freguesia, 2001



com o denominado PER-famílias que confere às famílias residentes nos bairros de barracas que foram recenseados em 1993 a possibilidade de procederem autonomamente ao seu próprio realojamento em habitações por si escolhidas, beneficiando de um subsídio a fundo perdido e, também, de crédito a juros bonificados, desde que não ultrapassem determinados limites (baixos) relativos aos valores dos alojamentos que vão adquirir. Em 2006, treze anos após o lançamento do Programa, o realojamento da população da maioria dos bairros de barracas encontrava-se concluído, tendo-se procedido à demolição destes.

FIGURA 3 – **Clusters territoriais de privação: uma leitura polarizada no contexto da AML (2001)**



Por outro lado, um segundo tipo corresponde a freguesias localizadas em áreas peri-urbanas, situadas nos limites da Área Metropolitana (Sobral da Abelheira, em Mafra; Vila Nova da Rainha, na Azambuja; Afonsoeiro e Alto Estanqueiro-Jardia, no Montijo; Marateca, em Palmela ou Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, em Setúbal) ou em espaços que ficam fora dos grandes eixos de expansão metropolitana (Montelavar em Sintra; Sarilhos Pequenos, na Moita), onde a pressão urbanística se tem feito sentir de modo mais ténue, não se instalando muitas construções novas, nem se procedendo a uma substituição demográfica que contrarie as tendências para um envelhecimento mais significativo. Este segundo tipo partilha com o primeiro os elevados níveis de desemprego e os baixos níveis de instrução, neste caso associados a uma população mais envelhecida, empregada em sectores tradicionais como a indústria transformadora e mesmo a agro-pecuária e que

experimenta dificuldades de requalificação, quando os postos de trabalho que tradicionalmente ocupava são suprimidos ou sofrem alterações de conteúdo. Nestas freguesias, os níveis de dependência do RMG são mais reduzidos, assim como a presença de famílias monoparentais pobres, o que evidencia tratar-se de espaços ainda marcados por elementos da pobreza tradicional (agravada pelo processo de recomposição económica da AML). Do ponto de vista da qualidade urbanística, embora o peso das barracas seja muito pouco significativo, os problemas surgem ao nível da habitação “rural” tradicional, pequena e por vezes pouco equipada.

Em suma, estes dois tipos de lugares de privação traduzem, por um lado, situações de “nova” pobreza localizadas em lugares relativamente jovens produzidos pela dinâmica de expansão suburbana contemporânea e, por outro, contextos mais marcados por elementos da pobreza tradicional, que correspondem a bolsas intersticiais localizadas ou a bairros situados nas franjas peri-urbanas, com uma demografia menos dinâmica, caracterizada por uma população mais envelhecida e menos qualificada.

Para além dos dois tipos fundamentais, há ainda um caso (S. Miguel, em Alfama – Lisboa) que é exemplo de uma freguesia histórica do centro, com características populares, que ainda não sofreu processos de nobilitação significativos, até porque as limitações físicas à circulação automóvel a tornam menos atractiva para as classes com níveis de rendimentos mais elevados. Este tipo de freguesias, de que S. Miguel é o exemplo extremo, tem registado um processo de redução e envelhecimento demográfico favorecido pelo congelamento dos valores das rendas durante cerca de 50 anos. Como as habitações são antigas e pequenas e, muitas vezes, mal equipadas (por exemplo, sem casa de banho completa), a própria qualidade dos alojamentos não contribui para fixar os descendentes dos residentes tradicionais (que procuram casa na periferia e aí se fixam) e não atraem novos habitantes, excepto nos casos de reabilitação bem sucedida, que, embora em crescendo, são ainda em número limitado, designadamente no caso de S. Miguel. Daqui resulta a prevalência de uma população cada vez mais envelhecida, reformada ou com empregos pouco qualificados e que possui níveis de instrução baixos. Tal como nos bairros do tipo 1, parece detectar-se alguns processos de reprodução das situações de pobreza *in situ*, uma vez que diversos jovens que ficam no bairro, apesar de possuírem

expectativas de mobilidade social superiores às dos progenitores, acabam por não conseguir obter empregos correspondentes a essas expectativas²⁵, acabando por experimentar situações de desemprego frequentes. Neste contexto, percebe-se a relevância do Rendimento Mínimo Garantido.

QUADRO 2 – Lista das 25 freguesias com posições mais desfavoráveis no Índice de Privação

Concelho	Freguesia	Índice	Ranking
Lisboa	Charneca	0,67	1
Moita	Vale da Amoreira	0,55	2
Loures	Apelação	0,54	3
Mafra	Sobral da Abelheira	0,53	4
Loures	São Julião do Tojal	0,53	5
Almada	Caparica	0,53	6
Lisboa	Marvila	0,52	7
Loures	Prior Velho	0,52	8
Loures	Unhos	0,50	9
Montijo	Afonsoeiro	0,50	10
Lisboa	São Miguel	0,50	11
Barreiro	Coina	0,50	12
Montijo	Alto-Estanqueiro-Jardia	0,49	13
Almada	Trafaria	0,49	14
Setúbal	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	0,49	15
V. F. de Xira	Vialonga	0,49	16
Azambuja	Vila Nova da Rainha	0,49	17
Loures	Fanhões	0,49	18
Amadora	Buraca	0,49	19
Moita	Sarilhos Pequenos	0,48	20
Setúbal	Setúbal (São Sebastião)	0,48	21
Sintra	Montelavar	0,47	22
Amadora	Venda Nova	0,47	23
Sesimbra	Sesimbra (Santiago)	0,47	24
Palmela	Marateca	0,47	25

25 Isto torna-se mais significativo se não considerarmos os factores estruturais de mobilidade social que estão associados, por exemplo, à passagem das actividades industriais e da construção civil para serviços pouco qualificados.

Fonte (dados originais): INE, *Censos de 2001*.

QUADRO 3 – Lista das 25 freguesias com posições mais favoráveis no Índice de Privação

Concelho	Freguesia	Índice	Ranking
Setúbal	Setúbal (São Julião)	0,31	192
Oeiras	Linda-a-Velha	0,31	193
Lisboa	Coração de Jesus	0,30	194
Lisboa	Alcântara	0,30	195
Lisboa	Sacramento	0,30	196
Cascais	Estoril	0,30	197
Oeiras	Oeiras e São Julião da Barra	0,30	198
Cascais	Carcavelos	0,29	199
Oeiras	Algés	0,29	200
Cascais	Parede	0,29	201
Lisboa	Lumiar	0,29	202
Lisboa	São Jorge de Arroios	0,28	203
Lisboa	Lapa	0,28	204
Lisboa	Santa Isabel	0,27	205
Lisboa	São Domingos de Benfica	0,26	206
Lisboa	São Sebastião da Pedreira	0,26	207
Lisboa	Nossa Senhora de Fátima	0,25	208
Lisboa	São Mamede	0,24	209
Loures	Portela	0,24	210
Lisboa	Alvalade	0,24	211
Amadora	Alfragide	0,24	212
Lisboa	Mártires	0,23	213
Lisboa	São João de Brito	0,23	214
Lisboa	São Francisco Xavier	0,22	215
Lisboa	São João de Deus	0,20	216

Fonte (dados originais): INE, *Censos de 2001*.

Estabelecido este quadro, que dá uma boa perspectiva da cidade dual (nível macro), que depois pode ser subdividida em áreas distintas, designadamente em relação aos bairros

com níveis de privação mais elevados, interessa avaliar a relação entre estes espaços e os níveis de concentração residencial de imigrantes e minorias étnicas. De alguma forma, interessa contrapor a imagem de *guetos de exclusão* ou *guetos dos pobres* à imagem de *guetos étnicos*.

Relativamente a esta questão, que será desenvolvida no ponto seguinte, efectuámos uma aproximação preliminar que consistiu em verificar a associação entre a presença de estrangeiros pertencentes a diversos grupos e o índice de privação das freguesias, através do cálculo de coeficientes de correlação (Quadro 4). Os resultados obtidos permitem retirar três ilações principais: em primeiro lugar, verifica-se uma associação positiva mais significativa (embora fraca) entre os estrangeiros e a série de freguesias com valores desfavoráveis no índice de privação, o que confirma, desde logo, uma maior presença dos estrangeiros em espaços mais degradados; em segundo lugar, considerando as correlações entre as freguesias com índices de privação desfavoráveis e as percentagens ordenadas de diversos grupos de estrangeiros, aquelas atingem maiores valores entre os cidadãos dos PALOP – é nestes casos, portanto, que ocorre alguma etnicização da miséria. Contudo, a terceira ilação vai mitigar esta conclusão e deixar pistas relativamente à ausência de guetos étnicos, pois o facto de os coeficientes de correlação registarem sempre valores relativamente baixos (nunca atingem 0,6, numa série com 25 unidades de análise), mostra que os vários grupos de estrangeiros se encontram tendencialmente dispersos pela AML e que, mesmo entre os PALOP, registamos situações diversas em termos de privação (ou da ausência dela) – veja-se, por exemplo, que no caso de Guineenses e Angolanos, os coeficientes de correlação com as freguesias melhores e as freguesias piores estão relativamente próximos e são dos mais elevados das duas séries. Tratando-se de dois grupos que incluem proporções relevantes dos denominados Luso-Guineenses, expressão de Fernando Luís Machado (2002) e, também, Luso-Angolanos, para além de membros das elites dos dois países em Portugal, até por motivos políticos, evidencia-se a existência de uma diferenciação social interna nos dois grupos, que coloca limites às análises que tendem a perspectivar cada grupo nacional de imigrantes como um todo mais ao menos homogéneo, construído em torno de um conjunto fixo de categorias. Ainda assim, convém lembrar que tudo aponta para uma sobre-representação dos principais grupos de imigrantes dos PALOP nas situações de exclusão e, naturalmente, em diversos bairros problemáticos do ponto de vista sociourbanístico.

QUADRO 4 – Coeficientes de correlação de Spearman entre a ordenação das 25 melhores e piores freguesias segundo o índice de privação e a ordenação da percentagem de imigrantes dos diversos grupos

	Melhores freguesias (valores mais reduzidos no índice de privação)	Piores freguesias (valores mais elevados no índice de privação)
Estrangeiros – total	0,292	0,433
União Europeia	-0,104	-0,145
Resto da Europa	0,319	-0,212
Brasil	0,284	-0,293
Índia – Paquistão	0,013	0,139
China	0,254	-0,064
PALOP	0,336	0,522
Angola	0,512	0,485
Cabo-Verde	0,168	0,404
Moçambique	0,3	0,273
Guiné-Bissau	0,427	0,512
S. Tomé e Príncipe	0,215	0,557

2.2 SITUAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS IMIGRANTES NA AML – AVALIAR A EXISTÊNCIA DE GUETOS

Os padrões de localização dos imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa e as dinâmicas socioespaciais dos principais grupos estrangeiros residentes têm sido alvo de abordagens que incluem “perspectivas convergentes” associadas ao contexto da Europa mediterrânica (e.g. Malheiros, 1998), designadamente no que respeita à reestruturação económica e, particularmente, aos efeitos da globalização sobre a estrutura do mercado de trabalho e às políticas sociais (Estado-Providência e política da habitação em particular) e seu impacto nas dinâmicas socioespaciais (e.g. Malheiros e Vala, 2004; Salgueiro *et al.*, 1997). Em contrapartida, detectam-se “perspectivas divergentes” que enfatizam as

particularidades espaço-temporais do contexto imigratório e a especificidade das estruturas institucionais e políticas (Lucinda *et al.*, 2002). Estas diferentes leituras sobre os processos de inclusão dos imigrantes no contexto metropolitano de Lisboa não são obviamente estanques (as diferentes perspectivas encontram-se de forma mais ou menos marcada nas abordagens dos autores referenciados) e inserem-se num campo de discussão mais vasto, presente na literatura sobre segregação socioespacial. Esta última tende a privilegiar, como abordagem dominante, a especificidade da organização socioespacial dos imigrantes nas diferentes metrópoles, resultado de estruturas metropolitanas (social, económica, institucional, política, morfo-funcional...) particulares e macro-forças associadas aos regimes de Estado-Providência e ao processo de globalização (reestruturação económica e urbana, menor intervenção do Estado) (veja-se por exemplo a revisão feita por Arbaci em 2002 e o *State of the Art* coordenado por Fonseca e Malheiros, em 2005).

QUADRO 5 – Percentagem de estrangeiros em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa (1991, 2001)

	1991	2001
<i>Portugal</i>		
População Residente total	9 867 147	10 356 117
Residentes estrangeiros	106 565	226 715
%	1,1	2,2
<i>Área Metropolitana de Lisboa</i>		
População Residente total	2 540 276	2 682 687
Residentes estrangeiros	45 608	125 927
%	1,8	4,7

In: Fonseca *et al.* (2002), p. 60

(Fonte dos dados: INE - Censos de 1991 e 2001)

Independentemente da forma de problematização, as dinâmicas sócio-espaciais recentes dos imigrantes na AML permitem destacar o seguinte conjunto de factores:

- ❑ O aumento do número de imigrantes (entre 1991 e 2001, a população estrangeira quase triplica e a sua importância atinge cerca de 5% da população total) (Quadro 5).
- ❑ Não obstante as tendências para a dispersão ocorridas no início do século XXI, os imigrantes mantinham uma forte concentração, com destaque para os nacionais dos PALOP, protagonistas de vagas migratórias mais antigas (em 2001, segundo os Censos, cerca de 55% dos estrangeiros a residir em Portugal encontravam-se na AML).
- ❑ A tendência para a diversificação dos grupos de imigrantes presentes (para além dos imigrantes dos PALOP e da UE, a comunidade brasileira, os estrangeiros da Europa de Leste e da Ásia, nomeadamente China, Índia e Paquistão, passaram a assumir maior importância, seja pelo volume, seja pelo crescimento que revelaram na última década) (Malheiros e Vala, 2004).
- ❑ Uma tendência para o reforço de formas desqualificantes de inserção no mercado de trabalho, que acentuam a assimetria na estrutura polarizada dos activos estrangeiros residentes em Portugal e na AML, uma vez que as formas de inserção nos segmentos indiferenciados se têm reforçado mais do que as formas de inserção nos segmentos mais qualificados do mercado de trabalho (reforço dos grupos socioprofissionais mais desvalorizados: para além dos independentes e operários da indústria em que a construção civil assume uma importância substancial, têm aumentado os operários não qualificados e os trabalhadores não qualificados do terciário - Quadros 6 e 7). Contudo, o comportamento das vagas de imigração mais antigas e mais recentes relativamente ao mercado de trabalho não é idêntico. Quanto aos imigrantes mais antigos com origem nos PALOP, não obstante os baixos níveis médios de instrução e a sobre-representação em sectores pouco qualificados dos serviços e da construção civil, a evolução da estrutura sociopro-

fissional, entre 1991 e 2001, pauta-se por um comportamento semelhante ao do grupo dominante, marcado por uma tendência para o crescimento suave nos segmentos mais qualificados. Esta trajectória social aparentemente positiva é favorecida pela consolidação do grupo migrante no contexto do mercado de trabalho nacional e, também, pelo aumento estrutural das qualificações dos mais jovens. Contudo, convém frisar que se está perante um ponto de partida muito baixo e que os níveis de instrução reduzidos, quando comparados com Brasileiros e imigrantes da Europa de Leste, por exemplo, associados à particular incidência de estereótipos negativos incidentes sobre esta população, tornam mais difícil a implementação de trajectórias bem sucedidas no mercado de trabalho nacional.

Já os imigrantes inseridos na vaga migratória mais recente (europeus de Leste, Brasileiros e alguns indivíduos provenientes do Sul da Ásia) apresentam um tipo de vulnerabilidade distinto. Estes imigrantes, que frequentemente possuem níveis de instrução médios-altos e altos e se encontram numa fase inicial do ciclo migratório, pelo que são completamente dominados pelos activos, apresentam uma clara sobre-qualificação para a maioria das funções que desempenham. Apesar das suas qualificações, as dificuldades linguísticas iniciais experimentadas pelos europeus de Leste, o tipo de “encaminhamento” definido pelas empresas que dominam a colocação destes imigrantes e a sua inexperiência no mercado de trabalho nacional coarctam significativamente as suas possibilidades. Tudo isto se agrava em virtude da sobre-representação de situações de irregularidade (entrada e permanência ilegal no país, fim da validade dos documentos que possibilitavam a estadia) e da reduzida dinâmica do mercado de emprego nacional nos últimos anos, não surpreendendo o relevante crescimento do desemprego que se tem verificado entre europeus de Leste e Brasileiros (DGACCP/CEG, 2006).

- Novos padrões de localização associados a diferentes grupos (para além do padrão suburbano tradicionalmente dominante, revelam-se áreas de concentração dos imigrantes do Leste europeu e Brasileiros ainda mais periféricas – 2ª coroa suburbana e mesmo espaços peri-urbanos – e das populações asiáticas no centro metropolitano, designadamente na área envolvente do Martim Moniz).

QUADRO 6 – Distribuição da população por grupos socioprofissionais na AML em 1991

Nacionalidade	População activa	População não activa	Percentagens														Empregados não qualificados dos serviços	Outras situações	População % activa não
			Empresários e gestores de grandes empresas	Empresários e médias pequenas empresas	Pequenos empresários e trabalhadores por conta própria e qualificados de ID	Trabalhadores por conta própria e empregos administrativos, comércio e serviços	Trabalhadores por conta própria e trabalhadores semi-qualificados da indústria e construção	Trabalhadores por conta própria e trabalhadores semi-qualificados da agricultura	Trabalhadores da indústria e construção	Empregados não qualificados dos serviços	Outras situações	População % activa não							
Total	1 217 447	1 322 829	2,4	1,8	7,8	16,3	10,5	0,8	2,1	4,6	1,6	52,1							
Portugal	1 189 716	1 292 084	2,4	1,8	7,8	16,4	10,5	0,8	2,0	4,5	1,6	52,1							
EU - 15	4 229	5 866	8,2	3,9	13,6	9,7	2,9	0,3	0,7	1,6	1,1	58,1							
Europa de Leste	105	122	3,5	0,4	28,6	7,0	3,1	0,4	0,4	0,4	2,2	53,7							
PALOP	14 941	10 660	2,3	1,1	2,5	8,0	22,4	0,5	8,8	11,1	1,7	41,6							
Cabo Verde	4 830	9 113	2,5	1,1	1,2	6,3	26,9	0,6	11,3	14,1	1,4	34,6							
Guiné-Bissau	1 111	1 645	2,8	0,6	4,2	5,5	31,9	0,3	8,0	4,6	1,9	40,3							
Angola	2 697	2 328	1,9	0,9	3,8	10,5	12,4	0,3	5,9	8,6	2,1	53,7							
S.Tomé e Príncipe	835	949	1,4	0,9	4,7	8,5	17,5	0,6	6,4	10,8	2,4	46,8							
Mocambique	1 187	906	1,8	3,1	3,6	16,5	7,8	0,3	2,7	6,0	1,5	56,7							
África - Outros	809	857	3,8	1,5	5,3	8,3	18,9	0,1	4,4	4,4	1,7	51,4							
América do Norte	407	895	5,3	1,0	15,4	5,1	1,6	0,0	0,1	0,5	2,3	68,7							
Brasil	2 263	2 137	6,0	2,5	20,2	14,0	4,4	0,2	0,8	2,5	0,8	48,6							
América Central e do Sul - outros	288	429	6,3	2,5	15,5	7,9	4,0	0,1	0,8	2,0	1,0	59,8							
China, Índia e Paquistão	365	496	2,6	9,8	4,9	18,6	2,1	0,5	0,9	2,2	0,9	57,6							
Paquistão	176	119	2,7	12,9	2,7	17,3	1,0	0,0	0,3	3,4	0,0	59,7							
Índia	245	131	2,7	5,1	5,3	12,0	2,4	1,1	1,9	2,4	2,1	66,2							
China	75	115	2,1	14,2	7,4	33,7	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	39,5							
Ásia - Outros	173	272	10,8	5,2	9,4	9,2	1,1	0,0	0,9	2,0	0,2	61,1							

Fonte: INE, Censos de 1991 (dados não publicados).

QUADRO 7 – Distribuição da população por grupos socioprofissionais na AML, em 2001

Nacionalidade	População activa		População não activa										
	População activa	População não activa	Empresários e grandes empresas	Empresários e pequenas e médias empresas	Pequenos empresários e trabalhadores por conta própria e profissionais qualificados de ID	Trabalhadores por conta própria e empregados administrativos, comércio e serviços	Trabalhadores por conta própria e semi-qualificados da indústria e construção	Trabalhadores por conta própria e trabalhadores da agricultura	Trabalhadores não qualificados da indústria e construção	Empregados nos serviços	Outras situações	População não activa %	
			Porcentagens										
Total	1 399 758	1 282 929	2,5	3,2	11,3	16,0	9,9	0,5	1,3	6,0	1,5	47,8	
Portugal	1 298 612	1 218 200	2,4	3,2	11,5	16,3	9,4	0,5	1,1	5,8	1,5	48,4	
EU - 15	6 783	5 552	8,0	4,9	23,7	10,1	3,9	0,4	0,7	2,0	1,2	45,0	
Europa de Leste	6 653	695	1,9	2,0	7,8	7,7	39,0	2,2	18,5	9,8	1,7	9,5	
PALOP	50 158	30 269	1,6	2,4	3,2	9,1	23,6	0,3	4,9	14,9	2,3	37,6	
Cabo Verde	18 538	10 164	1,7	2,4	1,5	7,4	24,6	0,4	5,6	19,7	1,4	35,4	
Guiné-Bissau	8 843	4 633	1,9	2,5	4,0	7,8	30,8	0,3	5,3	10,5	2,5	34,4	
Angola	16 391	11 315	1,4	2,3	3,8	10,5	21,6	0,3	4,4	11,5	3,2	40,8	
S.Tomé e Príncipe	4 642	3 143	1,6	2,1	4,3	9,3	18,4	0,3	3,6	18,3	1,9	40,4	
Moçambique	1 744	1 014	2,2	4,4	7,4	19,7	11,8	0,4	2,7	11,7	3,0	36,8	
África - Outros	1 291	559	3,0	3,8	6,1	9,7	27,9	0,8	8,6	7,4	2,6	30,2	
América do Norte	547	695	4,3	3,1	22,6	6,7	2,2	0,6	0,5	1,8	2,3	56,0	
Brasil	12 969	3 848	5,3	4,8	11,8	16,9	21,0	0,6	6,6	8,4	1,6	22,9	
América Central e do Sul - outros	739	371	4,8	5,9	21,4	12,3	8,9	0,3	1,5	8,9	2,4	33,4	
China, Índia e Paquistão	2 440	785	1,6	11,7	2,8	22,1	18,6	0,5	13,6	3,8	1,1	24,3	
Paquistão	614	139	1,5	5,3	2,3	12,6	36,8	0,8	16,5	4,5	1,3	18,5	
Índia	997	353	1,3	3,9	3,3	14,0	22,6	0,4	22,9	4,2	1,3	26,1	
China	829	293	2,0	25,2	2,6	38,3	1,6	0,3	0,5	2,7	0,6	26,1	
Ásia - Outros	608	366	4,7	4,9	8,4	17,1	10,5	1,5	5,1	8,7	1,3	37,6	

Fonte: INE, Censos de 2001 (dados não publicados).

- Uma tendência generalizada para a diminuição dos índices de segregação nos diferentes grupos de imigrantes (Quadro 8). Nalguns casos (europeus de Leste, brasileiros e mesmo chineses), esta evolução está relacionada com o incremento e a diversificação das populações imigrantes, noutros (cidadãos dos PALOP) dependerá mais dos efeitos dos processos de realojamento e das trajetórias sociais ascendentes.

QUADRO 8 – Índices de segregação dos principais grupos étnico-nacionais residentes na AML (freguesias – 1991 e 2001)

Nacionalidade	1991	2001	Diferenças
	%	%	p.p.
China, Índia e Paquistão	52	42	-10
China	67	41	-26
Índia	54	54	0
Paquistão	71	64	-7
UE - 15	39	39	0
América do Norte	42	37	-5
PALOP	37	36	-1
Angola	30	35	5
Cabo Verde	46	37	-8
Guiné-Bissau	51	46	-6
Moçambique	38	27	-10
S. Tomé e Príncipe	50	50	-1
Europa de Leste	59	29	-31
Brasil	33	28	-5
Portugal	25	22	-3

	Decréscimo
	Estabilização
	Aumento

Tendo como referência os quadros de problematização dominantes na abordagem da segregação socioespacial de cariz étnico apresentados no ponto 1.1.3 e as tendências de inserção dos imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa registadas na última década, propõe-se agora uma leitura das situações residenciais dos vários grupos de imigrantes e também da segregação residencial em 2001. O objectivo último prende-se com a avaliação empírica da existência ou não de guetos, com recurso ao critério utilizado por Johnston *et al.* (2001), explicitado adiante.

A observação de um conjunto de indicadores relativos à situação residencial dos vários grupos de estrangeiros na AML, em 1991 e 2001, permite destacar duas situações distintas.

Em primeiro lugar, os naturais dos PALOP, com destaque para Cabo-Verdianos, Guineenses e São-Tomenses, revelam uma clara sobrerrepresentação na habitação mais degradada (alojamentos não clássicos que correspondem, na maioria dos casos, a barracas ou alojamentos abarracados), não obstante a evolução relativa fortemente positiva observada entre 1991 e 2001 (comparar quadros 9 e 10). Esta tendência, que se prolongou certamente nos primeiros anos do século XXI, é ínsita à implementação do PER nos municípios da AML, que tem levado muitas famílias originárias dos PALOP dos bairros de barracas para os bairros sociais. Outro aspecto que importa realçar, de resto já mencionado atrás, diz respeito ao reforço da percentagem de cidadãos destes países com alojamento próprio que, embora ainda se situe abaixo dos valores observados para os Portugueses, regista um crescimento assinalável ao longo dos anos 90. Isto atesta, quer o processo de consolidação da presença destes grupos de imigrantes em Portugal, quer uma melhoria da sua situação socioeconómica. Não obstante estas tendências de evolução positivas, há dois aspectos que justificam alguma reserva no optimismo associado a esta análise. Por um lado, o número absoluto de cidadãos dos PALOP que em 2001 ainda residia em barracas (alojamentos não clássicos) era superior ao registado em 1991 (passaram de aproximadamente 6000 para mais de 7300), o que revela, apesar do impacto do processo de realojamento responsável pelo forte progresso observado em termos relativos, que as oportunidades residenciais de muitos imigrantes dos PALOP, com destaque para os recém-chegados, continuaram a ser limitadas, conduzindo-os aos

espaços informais, onde o apoio de conterrâneos permite obter “habitação sem papéis” a custos mais reduzidos (sobretudo se se tratar de “partes de casa” ou se os alojamentos forem partilhados). Por outro lado, a percentagem de residentes oriundos destes países a viver em alojamentos sobrelotados reduziu-se pouco no período em análise, continuando a apresentar valores muito elevados, idênticos ou mesmo superiores (caso de Guineenses e São-Tomenses) aos registados pelos grupos que integram vagas imigratórias mais recentes. A prevalência de noções de família extensa, que contribuem para facilitar o alojamento

QUADRO 9 - Elementos sobre as condições de alojamento dos estrangeiros na AML - 1991

Nacionalidade	Aloj. não clássicos	Aloj. arrendadps	*Aloj. C/ arrendamento inferior a 59.86 €	Aloj. próprio	Aloj. Próprio c/ encargos	Aloj. sobrelotados	Alojamentos partilhados (+ 1 família)
	Percentagens de população						
Total	2,1	44,6	32,3	55,4	28,5	32,4	2,5
Portugal	1,9	44,5	32,6	55,5	28,4	32,2	2,4
EU - 15	1,0	48,9	19,8	51,1	35,0	17,2	4,0
Europa de Leste	4,1	67,8	11,5	32,2	17,3	27,9	8,8
PALOP	24,0	55,7	20,4	44,3	26,9	67,9	8,6
<i>Cabo Verde</i>	29,5	53,3	23,6	46,7	32,6	67,6	5,7
<i>Guiné-Bissau</i>	30,3	66,4	11,6	33,6	18,2	75,2	22,8
<i>Angola</i>	11,6	55,7	19,4	44,3	23,0	66,7	9,2
<i>S. Tomé e Príncipe</i>	27,0	62,9	22,7	37,1	24,0	73,9	9,7
<i>Moçambique</i>	5,4	52,4	13,7	47,6	17,5	60,7	7,0
Outros - África	21,5	56,0	12,8	44,0	24,7	56,7	11,8
América do Norte	0,2	50,0	9,6	50,0	35,0	14,3	4,2
Brasil	0,4	59,5	11,7	40,5	21,0	30,1	8,0
China, Índia e Paquistão	2,2	40,4	8,7	59,6	30,3	50,6	8,3
<i>Paquistão</i>	1,7	35,3	6,6	64,7	25,2	56,6	1,0
<i>Índia</i>	3,7	37,9	9,1	62,1	27,9	48,2	8,5
<i>China</i>	0,0	52,7	11,2	47,3	42,6	45,7	19,1
Resto da Ásia	0,5	58,9	13,8	41,1	29,6	17,2	5,9

Fonte: INE, Censos de 1991 (Dados não publicados).

QUADRO 10 – Elementos sobre as condições de alojamento dos estrangeiros na AML – 2001

Nacionalidade	Aloj. não clássicos	Aloj. arrendadps	*Aloj. C/ arrendamento inferior a 99.76 €	Aloj. próprio	Aloj. Próprio c/ encargos	Aloj. sobrelotados	Alojamentos partilhados (+ 1 família)
Percentagens de população							
Total	1,4	30,4	17,6	69,6	33,1	24,7	2,3
Portugal	1,1	29,4	18,1	70,6	33,8	23,2	1,8
EU - 15	0,7	45,3	7,9	54,7	31,8	14,6	5,8
Europa de Leste	4,7	79,6	5,0	20,4	11,6	64,9	41,4
PALOP	9,3	46,1	12,5	53,9	19,0	64,2	8,9
<i>Cabo Verde</i>	14,1	48,1	21,0	51,9	22,5	60,5	5,8
<i>Guiné-Bissau</i>	8,7	48,1	9,6	51,9	11,9	68,2	15,6
<i>Angola</i>	4,3	44,8	6,4	55,2	16,9	65,8	9,2
<i>S.Tomé e Príncipe</i>	13,0	42,3	11,1	57,7	26,3	70,7	8,5
<i>Moçambique</i>	2,6	41,5	11,3	58,5	21,1	47,1	5,4
Outros - África	2,0	58,6	4,6	41,4	17,8	52,5	24,3
América do Norte	0,6	38,4	5,4	61,6	39,4	12,0	4,6
Brasil	1,3	71,7	3,1	28,3	11,0	51,6	23,0
China, Índia e Paquistão	1,3	65,3	5,4	34,7	18,3	65,7	31,7
<i>Paquistão</i>	2,0	78,0	3,3	32,0	17,7	79,2	51,9
<i>Índia</i>	1,7	61,0	9,2	39,0	22,8	70,8	28,2
<i>China</i>	0,2	62,0	2,4	38,0	17,6	50,7	22,3
Resto da Ásia	0,3	59,6	5,9	40,4	24,3	38,8	23,5

Fonte: INE, Censos de 2001 (Dados não publicados).

mento de parentes em segundo grau, recém-chegados ou não, justifica este processo de sobrelotação, também acentuado pelos índices sintéticos de fecundidade mais elevados destas populações (Valente Rosa, 2004). Apesar da pertinência destas justificações, a prevalência de níveis elevados de sobrelotação ao longo dos anos mostra que as dificuldades sentidas pelos cidadãos dos PALOP em termos de acesso ao mercado residencial formal (pelos custos da oferta disponível, mas também por dificuldades associadas ao acesso formal ao crédito e a práticas de discriminação subtil dos proprietários) constituem uma explicação central para a situação detectada.

Em segundo lugar, temos os estrangeiros associados à vaga imigratória mais recente, cuja situação é caracterizada por uma vulnerabilidade residencial de tipo diverso. Como as possibilidades de autoconstrução informal são hoje mais reduzidas e o acesso a habitação pública na AML é praticamente impossível, uma vez que na última década esta se tem destinado quase exclusivamente ao realojamento dos antigos bairros de barracas, as oportunidades residenciais dos “novos imigrantes” atenuam-se substancialmente, concentrando-se no mercado de arrendamento, frequentemente informal. É significativo que europeus de Leste, Brasileiros e asiáticos observem, entre 1991 e 2001, um crescimento significativo da proporção de residentes em alojamentos arrendados (supera os 60% em todos os grupos e aproxima-se dos 80% no caso dos europeus de Leste) e, em simultâneo, um decréscimo daqueles que pagam arrendamentos reduzidos – abaixo de 5% em quase todos os casos, quando ultrapassava os 10% em 1991²⁶. Esta situação mostra que os recém-chegados optam, como seria de esperar, por arrendar casas ou partes de casa, acabando por pagar por estes valores de mercado superiores aos residentes já estabelecidos, sejam estes nacionais ou estrangeiros (note-se que a percentagem de Portugueses que pagam arrendamentos relativamente baixos se situa próximo dos 20%, observando-se situação idêntica com 12,5% dos naturais dos PALOP). O modo de ultrapassar as dificuldades colocadas pelos elevados valores dos arrendamentos consiste na adopção de estratégias de partilha dos alojamentos, que atingem índices de sobrelocação tão elevados como os dos africanos – com excepção dos Brasileiros –, só que, neste caso, com recurso à coabitação de indivíduos de famílias diferentes (por exemplo, habitação conjunta de vários indivíduos do sexo masculino da mesma nacionalidade e, eventualmente, oriundos da mesma região que trabalham na construção civil).

Centrando-nos agora na leitura dos índices de segregação (IS) calculados a partir das freguesias (Quadro 8), tornam-se evidentes os maiores níveis de segregação socio-espacial de alguns grupos dos PALOPs (São-Tomenses e Guineenses) que assumem uma expressão significativa no contexto da AML, estando nela presentes desde o primeiro ciclo imigratório, embora tenham reforçado o seu peso relativo a partir dos anos 80.

26 Os valores utilizados como limiar para arrendamentos baixos em 1991 e em 2001 são distintos em virtude de se ter procedido a uma deflação dos valores de referência do arrendamento.

Os grupos com maior grau de segregação residencial são contudo os asiáticos – Paquitaneses e Indianos –, comunidades estruturadas em torno de elementos culturais e religiosos originais e bastante salientes, com uma forte dinâmica empresarial de cariz étnico; componentes que, associadas a um peso demográfico muito diminuto, se traduzem em lógicas de fortalecimento da comunidade através da proximidade espacial. Ainda que se possam associar os elevados índices de segregação a um efeito estatístico de dimensão, estes grupos destacam-se relativamente aos Norte-Americanos ou aos Chineses, com efectivos bastante semelhantes.

As populações do Leste europeu e do Brasil, grupos com um crescimento muito significativo na última década e com elevada importância na AML, apresentam os menores níveis de segregação residencial, evidenciando um grau de dispersão geográfica mais significativo.

Uma análise mais detalhada das localizações dos diversos grupos de imigrantes na Área Metropolitana permite identificar distintos padrões de “cidade estrangeira”. Por exemplo, a concentração de população estrangeira em zonas de prestígio, onde os valores de arrendamento e transacção de imóveis são mais elevados – caso da Linha do Estoril –, são dominadas pela sobre-representação de estrangeiros norte-americanos e da Europa Ocidental (ver figura 4).

As áreas de concentração dos nacionais dos PALOP, em 2001 (figura 5) mantêm o padrão suburbano já identificado em 1991 (Malheiros, 1998), demonstrando uma razoável tendência deste grupo para a inércia, relativamente à alteração do padrão espacial associado à primeira vaga de movimentos migratórios para a AML no pós-25 de Abril. Apesar das modificações significativas ocorridas nas condições de habitação destas populações durante a década de 90 (em 1991, 24% da população dos PALP residia em alojamentos não clássicos; em 2001, esta proporção correspondia apenas a 9%²⁷), os padrões de localização mantiveram-se relativamente estáveis. De facto, o Programa Especial de Realojamento (PER), que constituiu o principal motor para o

27 Apesar desta alteração estrutural, o grupo dos PALOP era ainda em 2001 aquele que apresentava maior percentagem de população a residir em alojamentos não clássicos. De resto, como tivemos oportunidade de referir, o volume da população das ex-colónias africanas a residir neste tipo de alojamentos apresentou mesmo um crescimento entre 1991 e 2001 (aproximadamente mais 22%).

FIGURA 4 – Concentração de população da União Europeia (15) na AML, por secção estatística, em 2001

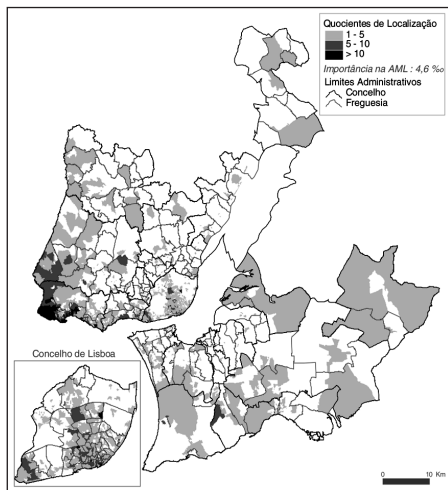
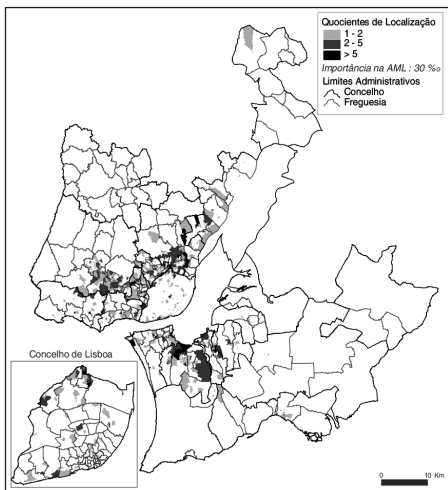


FIGURA 5 – Áreas de Concentração de população dos PALOP na AML, por secção estatística, em 2001



melhoramento das condições de habitabilidade destas populações (Malheiros e Vala, 2004), apresenta um desenho institucional de base que, embora contribuindo ligeiramente para a redução dos índices de segregação, dificulta a emergência de novos

padrões de localização das populações residentes em bairros de barracas. Tratando-se de um programa com génese na administração central, mas implementado pelas autoridades locais (Câmaras Municipais), os processos de realojamento processam-se, com algumas excepções, no município onde os bairros degradados estavam instalados²⁸. Como os municípios não conseguiram, por diversas razões (financeiras, de aceitação social dos realojados...), proceder a uma construção dispersa dos bairros sociais, o realojamento processou-se, em diversos casos, em massa, acabando por reproduzir os padrões de concentração pré-existent, eventualmente injectados por algumas novas misturas

²⁸ Malheiros (1998) faz, neste contexto, referência ao PER-famílias que, por permitir às famílias escolherem uma habitação no mercado formal privado de habitação (no contexto de determinados limites), poderia funcionar como um instrumento facilitador da alteração dos padrões de residência dos realojados. No entanto, a fraca adesão a esta

populacionais. Por último, é natural que mesmo as trajetórias sociais positivas, que implicaram a entrada no mercado formal de habitação de muitos indivíduos dos PALOP, encontrassem resposta em áreas suburbanas onde o Parque habitacional é maior e os preços de transacção no mercado imobiliário se situam abaixo da média da AML.

As áreas de concentração dos europeus de Leste e Brasileiros apresentam um padrão mais periférico e disperso, sendo sobretudo relevantes na segunda coroa metropolitana. Este padrão é, contudo, mais evidente para as populações do Leste europeu do que para os Brasileiros, quer porque os primeiros apresentam quocientes de localização mais elevados na segunda coroa metropolitana, quer porque a sobre-representação de população brasileira é também significativa em áreas próximas do centro da metrópole (ver figuras 6 e 7). De facto, a população brasileira era já em 1991 um grupo significativo na AML, mas com características socioprofissionais mais qualificadas do que as presentes na nova vaga de imigrantes brasileiros²⁹, o que significava também um padrão de localização nas áreas mais nobres da Área Metropolitana de Lisboa (veja-se, por exemplo, a expressão que os Brasileiros ainda assumem em 2001, na Linha do Estoril e em Cascais). Este facto, associado a uma menor discriminação no acesso ao mercado de habitação (mesma língua do que a sociedade de acolhimento, maioritariamente católicos e brancos e percebidos como culturalmente próximos...) traduz-se numa maior proximidade face à sociedade de acolhimento e, por isso, num menor número de áreas de concentração expressivas.

Independentemente destas particularidades associadas à população de nacionalidade brasileira, os padrões periféricos das áreas de concentração de ambos os grupos – europeus de Leste e Brasileiros –, apontam para estratégias de inserção no contexto metropolitano via segmentos do mercado de trabalho menos qualificados e mesmo informais e, também, através do arrendamento de habitação relativamente barata de promoção privada, muitas vezes localizada em espaços sujeitos a menor pressão por parte da procura.

modalidade associada a dificuldades burocráticas, aos limites financeiros impostos e à obrigatoriedade de recorrer a uma entidade bancária específica, pelo menos numa primeira fase de implementação do Programa, acabou por limitar as suas potencialidades.

29 Apenas como exemplo, pode referir-se que a percentagem de população brasileira empregada em actividades não qualificadas passou de cerca de 3 para 15% entre 1991 e 2001 (quadros 6 e 7).

FIGURA 6 – Áreas de concentração de população do Brasil na AML, por secção estatística, em 2001

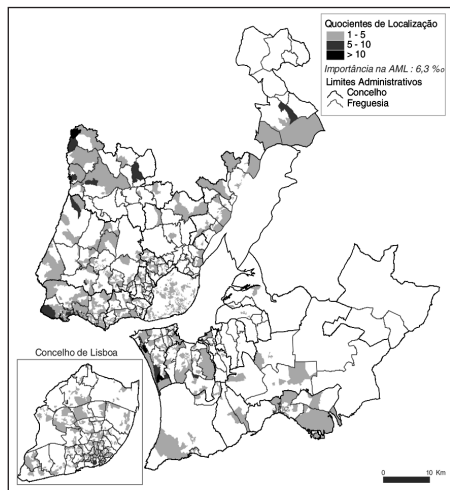
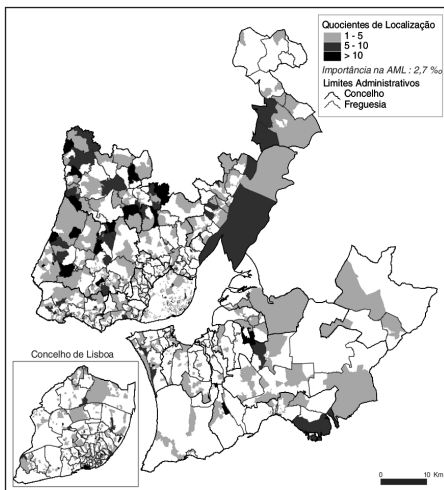


FIGURA 7 – Áreas de concentração de população da Europa de Leste na AML, por secção estatística, em 2001



Para avaliar a existência de guetos na AML recorreremos ao critério explicitado por Johnston *et al.* (2001). Após a subdivisão nos dois grandes tipos de áreas já mencionadas – enclaves de minorias (*minority enclaves*) e comunidades da sociedade de acolhimento (*host communities*) – pretende-se identificar a existência dos seguintes tipos:

Enclaves minoritários (A), áreas residenciais onde a sociedade de acolhimento representa menos de metade da população total:

A.1) enclaves de associação assimilação-pluralismo (*Associated assimilation-pluralism*) – o grupo da sociedade de acolhimento apresenta uma presença significativa (30 a 50%) e um ou mais grupos minoritários representam pelo menos 20% da população total, sendo que nenhum deles ultrapassa os 60%;

- A.2) enclaves com mistura étnica (*mixed minority enclaves*) – partilhados por 2 ou mais grupos minoritários sem que haja polarização, e fraca presença da população da sociedade de acolhimento³⁰;
- A.3) enclaves polarizados (*polarised enclaves*) – com um grupo minoritário destacado, representando pelo menos cerca de 60% da população total e, portanto, sem partilhar a área com outros grupos significativos;
- A.4) guetos – correspondem a enclaves polarizados mas onde o grupo minoritário principal, para além de representar pelo menos cerca de 60% da população residente nessa área, representa também 30% ou mais da população total do grupo residente no contexto territorial em análise.

As áreas dominadas pela comunidade de acolhimento (B) subdividem-se em duas subcategorias que traduzem diferentes níveis de contacto com grupos minoritários:

- B.1) comunidades da sociedade de acolhimento não isoladas (*non-isolated host communities*) – o grupo da sociedade de acolhimento representa 50 a 79% da população total residente na área e a presença dos grupos minoritários é bastante reduzida ou a presença dos grupos minoritários expressa-se apenas através de um grupo;
- B.2) comunidades da sociedade de acolhimento isoladas (*isolated host communities*) – a população do grupo da sociedade de acolhimento representa 80% ou mais da população total residente na área.

A definição dos limiares (e sua correspondência conceptual) pode ser sempre alvo de discussão. Por exemplo, se utilizarmos o conceito de gueto proposto por Peach (1996) – Gueto “negro” ou real como uma área onde praticamente toda a população pertence ao mesmo grupo étnico, religioso ou racial, verificando-se também que a grande maioria da população da cidade (ou região) que

30 Na definição de categorias proposta por Johnston *et al.* (2001) não são referidos limiares na definição deste grupo. Apesar disso, eles podem ser identificados através dos limiares definidos em A.1) e A.3).

pertence a esse grupo se concentra nessa área – pode questionar-se se a operacionalização de gueto não deveria considerar um limiar superior no que diz respeito à importância que a população do grupo residente na área em causa representa na população total do mesmo grupo residente na área de estudo. De igual modo, a operacionalização de “enclaves polarizados” aproxima-se bastante do conceito de Bairro Étnico – área onde um determinado grupo é maioritário sem ser dominante e sem estar exclusivamente aí concentrado – proposto por Van Amersfoort (1990).

O valor acrescentado das categorias apresentadas, com destaque para as noções de enclave polarizado e, particularmente, gueto, reside, não apenas no facto de a sua base conceptual remeter para questões que são centrais nesta investigação – a eventual incidência espacial dos conflitos de base étnica –, mas, sobretudo, no esforço de delimitação de classes apriorísticas estabelecidas a partir de critérios precisos, passíveis de operacionalização com base na informação disponível.

O Quadro 11 apresenta a importância dos vários grupos de imigrantes instalados na AML nas diversas categorias de espaços considerados na tipologia de referência, definidos em função da composição étnica da população neles residente. O facto de o resultado da tipologia das áreas de residência ser uma função dos grupos considerados obriga à sua explicitação, independentemente da fraca expressão de alguns destes grupos.

A generalidade dos grupos estrangeiros encontra-se em áreas residenciais dominadas pela comunidade de acolhimento (população de nacionalidade portuguesa) e é sobretudo relevante a expressão dos grupos em *áreas não isoladas dominadas pela comunidade de acolhimento*. Esta visão plural da organização espacial dos imigrantes é apenas contrariada por imigrantes de origem africana, sobretudo os provenientes das ex-colónias, com alguma expressão em enclaves de população estrangeira.

Ainda assim, a maior expressão deste grupo surge em *enclaves de assimilação-pluralismo*, onde a presença da população da sociedade de acolhimento é mais expressiva (entre 30 e 50%).

QUADRO 11 – População residente por tipo de áreas

Grupos	Áreas com forte presença de estrangeiros				Áreas dominadas pela comunidade de acolhimento		População residente	
	Enclaves de assimilação-pluralismo	Enclaves com mix étnico	Enclaves polarizados	Guetos	Isolados	Não isolados	%	Número
Total	0,2	0,0	0,1	0,0	2,5	97,2	100	2682687
Portugal	0,1	0,0	0,0	0,0	1,9	98,0	100	2516812
EU - 15	0,1	0,0	0,0	0,0	6,6	93,3	100	12335
Europa de Leste	0,3	0,0	0,0	0,0	3,4	96,3	100	7348
Resto da Europa	0,0	0,0	0,2	0,0	11,6	88,2	100	474
PALOP	3,5	0,0	2,9	0,0	16,9	76,8	100	80427
Outros - África	1,0	0,0	0,1	0,0	5,5	93,4	100	1850
América do Norte	0,2	0,0	0,0	0,0	5,6	94,2	100	1242
Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	94,6	100	16817
Resto da América do Centro e Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	95,1	100	1110
China, Índia e Paquistão	0,1	0,0	0,0	0,0	7,5	92,5	100	3225
Resto da Ásia	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	94,1	100	974
Oceania	0,0	0,0	0,0	0,0	7,2	92,8	100	125
Dupla nacionalidade e outras situações	1,0	0,0	0,2	0,0	6,8	91,9	100	39948

Esta leitura coloca ainda em evidência a inexistência de população a residir em *guetos*. Apesar disso, é significativo o facto de cerca de 2300 indivíduos dos PALOP residirem em *enclaves polarizados*, onde a sua presença corresponde a 60% ou mais da população residente nessas áreas. Atendendo a estas características, a AML emerge como um contexto espacial onde a mistura entre grupos étnicos distintos, com destaque para o domínio dos autóctones, é claramente a regra na grande maioria dos bairros. Alguns trabalhos mencionam que a concentração espacial de indivíduos com a mesma origem étnica não é, necessariamente, negativa (Kempen e Ozkueren, 1998; Malheiros, 2001). Contudo, no caso da AML, esta questão não pode ser considerada prioritária, uma vez que

os supostos espaços de concentração revelam a existência de *mix* étnico interno ou, pelo menos, a coexistência de unidades de vizinhança diversificadas neste domínio.

Parece portanto claro que as políticas de intervenção se devem orientar para a melhoria das condições sociourbanísticas dos espaços degradados e marginalizados e, também, para a promoção da convivência entre os diferentes grupos étnicos que partilham os espaços. Lógicas de dispersão espacial podem fazer algum sentido em contexto de realojamento, se forem ao encontro dos desejos dos realojados e, sobretudo, se tiverem o objectivo de promover a integração social das populações anteriormente residentes em bairros de barracas (independentemente da origem étnica).

Em síntese, esta análise da situação residencial dos estrangeiros com particular incidência na questão da segregação socioespacial de base étnica e na identificação de guetos permite realçar quatro questões.

Em primeiro lugar, parece emergir uma visão plural da organização espacial dos grupos étnicos na Área Metropolitana de Lisboa. Tecnicamente, não se detecta a existência de guetos “étnicos”, emergindo um número bastante reduzido de secções estatísticas que revelam uma forte concentração de imigrantes (enclaves polarizados).

Isto não significa que se devam simplificar as políticas de intervenção sociourbanística em bairros degradados; muito pelo contrário. Porque estamos perante guetos de exclusão, onde a reprodução dos problemas sociais e urbanísticos encontra condições favoráveis, as políticas de intervenção devem ser melhoradas e aprofundadas (maior disponibilização de verbas, continuação da combinação entre intervenção física e acção social, reforço das parcerias institucionais e dos níveis de *empowerment*, esforço de monitorização...), mas a incorporação, mais ou menos prioritária, em sede de realojamento, de eventuais princípios de dispersão de populações com a mesma origem étnica, parece despropositada.

Em segundo lugar, a coexistência de diferentes grupos étnicos nos vários bairros da cidade obriga, necessariamente, à aprendizagem de uma coexistência pluriétnica, marcada pela tolerância e pelo fomento da interacção positiva. Porque pode existir algum

potencial de conflito, normal em qualquer lugar devido à existência de dinâmicas que estão associadas a grupos com interesses nem sempre convergentes, o desenvolvimento das políticas sociais e mesmo sócio-urbanísticas nalguns bairros problemáticos, com destaque para os classificados como enclaves polarizados, deve incorporar medidas e acções direccionadas para o controlo e a prevenção dos conflitos (policiamento de proximidade, intervenções no âmbito da mediação de conflitos, acções de formação no domínio da interculturalidade e do desenvolvimento de formas de resistência em contexto de forte pressão grupal).

Em terceiro lugar, detectam-se índices de segregação mais elevados nalguns grupos dos PALOP – São-Tomenses e Guineenses –, cuja situação na sociedade portuguesa está menos consolidada do que a de Angolanos e Cabo-Verdianos, designadamente devido à importância relativa do número de chegadas mais recentes (anos 80 e sobretudo 90). Nestes casos, as trajectórias de ascensão social parecem menos marcadas, contribuindo para dificultar o acesso ao mercado privado de habitação, sendo que a incorporação nos programas públicos de realojamento pode também deparar com algumas dificuldades (devido a chegadas posteriores aos recenseamentos efectuados no âmbito do PER, por exemplo).

Finalmente, os europeus de Leste e os Brasileiros (vagas imigratórias mais recentes) exibem índices de segregação mais reduzidos do que os cidadãos dos PALOP, o que parece apontar para alguma racialização (ou estereotipização étnica) das relações entre senhorios/proprietários de habitação e potenciais arrendatários/compradores. Adicionalmente, a chegada mais recente, que implica, naturalmente, menor consolidação residencial, e a proximidade sociocultural, efectiva ou percebida, relativamente à sociedade portuguesa, também contribuirão para a maior dispersão pelo território metropolitano, sobretudo nesta fase inicial do ciclo migratório.

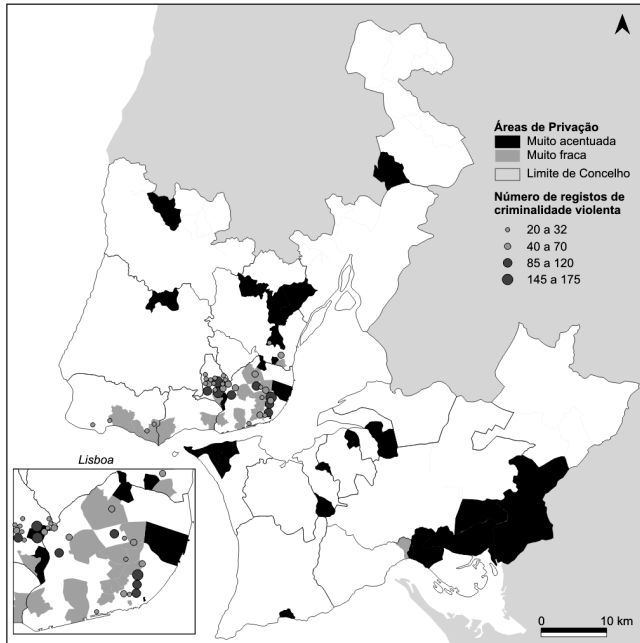
2.3 CONFLITOS E CONTROLO DOS ESPAÇOS: REGISTOS POLICIAIS, CRIMINALIDADE VIOLENTA E DELINQUÊNCIA DE JOVENS

No último capítulo, os casos de estudo que seleccionámos permitirão uma leitura mais detalhada e aprofundada da relação entre espaços degradados, actividades dos jovens, oportunidades sociais, conflito e delinquência. Para já, importa fechar o capítulo mais centrado na segregação socioespacial de base étnica na AML, acrescentando a última dimensão relevante que diz respeito à análise cruzada dos espaços de privação e dos espaços de ocorrência de delitos, com destaque para a criminalidade grupal e a criminalidade violenta. Inevitavelmente, esta análise implica referências à questão da delinquência juvenil, designadamente aquela que é protagonizada por grupos de jovens, resultando daqui a oportunidade para uma primeira aproximação ao tema dos *gangs*.

Antes de passarmos à análise, convém recordar que a informação estatística utilizada como referência, proveniente do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça e de fontes policiais, apresenta limitações que importa ter em consideração, com destaque para o facto de apenas incluir criminalidade registada, o que deixa de fora a maioria dos delitos, e, também, para a existência de algumas incongruências relacionadas com o modo de registar os delitos por parte dos vários intervenientes no processo (polícias, tribunais...) (Esteves, 1999; Seabra, 2003; Seabra e Santos, 2005)

Segundo os dados recolhidos pela Polícia de Segurança Pública relativos a criminalidade violenta e a criminalidade grupal (cometida por grupos de três ou mais pessoas) nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto entre 2001 e 2004, ambos os fenómenos registaram um crescimento no período em causa, embora no primeiro caso a variação seja bastante mais ténue (uma taxa de crescimento média de 2,3% no primeiro caso e de cerca de 12% no segundo). Tanto num caso como no outro, verifica-se uma concentração destes fenómenos na Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que os registos ali efectuados correspondem a mais de 55% do total nacional.

FIGURA 8 – Distribuição da criminalidade violenta na AML – Norte (2003 e 2004)



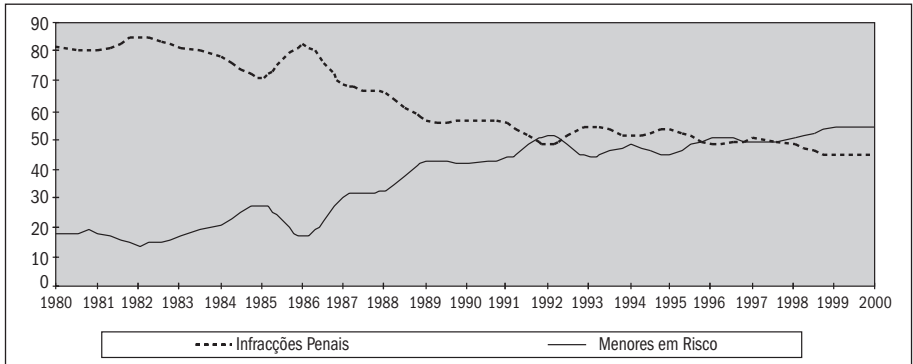
Tratando-se de fenómenos claramente sobre-representados na AML, interessa agora perceber quais os espaços onde se verifica a maior ocorrência de registos e cruzar essa análise com as áreas de privação atrás associadas aos guetos de exclusão. Uma leitura da figura 8 mostra que espaços dotados de grande acessibilidade à periferia (próximos de *interfaces* de transportes, por exemplo), como as áreas de Benfica/Colégio Militar/Colombo, Campo Grande/Alameda das Linhas de Torres e o próprio centro da Amadora (estação, Av. Elias Garcia), apresentam uma sobre-representação da criminalidade violenta. Ainda na cidade de Lisboa, a faixa compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e o Martim Moniz também observa registos significativos, aparecendo em posições menos destacadas o Rossio e a área das Avenidas Novas (Av. Igreja/Av. EUA). Relativamente aos bairros da primeira coroa periférica que registam índices de

privação mais elevados e, em diversos casos, uma sobre-representação das populações de origem imigrada, os registos de criminalidade violenta são significativamente mais reduzidos (exceptuam-se alguns bairros da Amadora). Isto vem confirmar a análise efectuada no relatório da PSP que inclui a informação aqui tratada e que refere que menos de 1% da criminalidade violenta tem lugar nos bairros que a própria polícia classifica como mais problemáticos. Apesar dos valores reduzidos, convém fazer a sua leitura com cautela – por um lado, o facto de se tratar, em muitos casos, de bairros que funcionam como *no go areas*, limita a ocorrência de criminalidade violenta, uma vez que esta corresponde, essencialmente, a roubos (com ou sem violência após a extracção), o que significa que num contexto marcado, em simultâneo, pela privação e por algum sentimento de identidade de bairro que justifica a redução dos delitos sobre os vizinhos, as vítimas potenciais deste tipo de violência sejam em menor número. Por outro lado, como o interconhecimento é a norma nestes espaços, a sub-representação da contabilização dos delitos pode aqui ser maior, uma vez que normas informais internas de regulação terão alguma tendência a prevalecer face ao recurso às instituições formais como os tribunais ou a polícia, de resto mal aceites por várias franjas da população, como teremos oportunidade de ver nos próximos capítulos. Por último, embora a quantidade de eventos violentos registados nestes bairros não seja, na maioria dos casos, muito elevada, deve notar-se que alguns destes se caracterizam pelo seu carácter extremo, para além de a polícia considerar que alguns dos bairros funcionam como focos da delinquência que ocorre noutros locais, designadamente de delinquência praticada em grupo.

Relativamente aos delitos praticados em grupo, com destaque para os que envolvem menores, para além do incremento registado nos últimos anos, fontes distintas (PSP; Seabra, 2005b) referem um crescimento dos crimes violentos, designadamente o roubo e as ofensas à integridade física. Embora a polícia considere a existência de “grupos” ou “bandos” de jovens delinquentes, assume também que estes são dotados de um carácter volátil e de “inconstância organizacional”, o que aponta para algum afastamento relativamente à definição mais estrita e “dura” de *gangs*.

Se nos fixarmos exclusivamente nos jovens delinquentes ou nos jovens em risco de se envolverem em práticas desviantes (dos 12 aos 16 anos, exclusive), há um conjunto de

FIGURA 9 – Menores em Juízo (Valores Relativos) 80-00



Fonte: Justiça de Menores, 1980-2000, Estatísticas da Justiça, GEPMJ e GPLPMJ (Dados tratados por Seabra, 2005b).

indicações interessantes relativamente à criminalidade grupal e ao envolvimento de jovens estrangeiros e descendentes de estrangeiros neste tipo de práticas.

Considerando a evolução dos menores em juízo no período anterior à implementação da Lei Tutelar Educativa³¹, verifica-se que a partir de meados dos anos 80 os jovens infractores apresentam uma tendência para a redução relativa que é compensada pelo crescimento dos menores em risco (menores com condutas desviantes, abandonados, maltratados...) que, após 1996, ultrapassam de forma constante os 50%.

Tendo em conta este quadro, as preocupações com os jovens devem situar-se mais ao nível da sua vulnerabilidade do que da sua punição, o que implica a prevenção dos comportamentos desviantes e a sua protecção sempre que necessário. De resto, as alterações introduzidas pela Lei Tutelar Educativa que, após 2001, deslocaram para a alçada da Segurança Social os casos correspondentes aos jovens em risco, parecem apontar nesta direcção (Seabra, 2005).

Uma análise específica dos jovens envolvidos em actos qualificados como crime após a implementação do novo quadro legal

³¹ Lei n. 166/99 de 14 de Setembro de 1999 que foi implementada a partir de 1 de Janeiro de 2001.

mostra uma redução significativa do número de casos (2251 em 2000, 1417 em 2001, 1157 em 2002 e 1175 em 2003) que, segundo Seabra (2005b), se deverá à possibilidade de suspensão do processo nos casos em que o facto qualificado como crime é punível com uma pena de prisão máxima que não excede os 5 anos se o jovem evidencie um comportamento que aponta para o não envolvimento em actos semelhantes no futuro.

Embora não existam muitos estudos que incorporem a dimensão étnica ou nacional dos jovens sujeitos à justiça de menores, há referências a uma sobrerrepresentação das crianças e dos jovens de origem africana entre os indivíduos judicializados entre finais dos anos 80 e a segunda metade dos anos 90 (Pedroso e Fonseca, 1999; Seabra, 2005). Contudo, esta sobrerrepresentação, que também pode ser encontrada entre os adultos (Esteves e Malheiros, 2001; Seabra e Santos, 2005), é influenciada pela maior criminalização dos grupos sociais mais desfavorecidos e, ainda, pela incorporação nestes dados de menores com comportamentos desviantes (pré-delinquência) e de menores-vítimas.

QUADRO 12A – Menores em Juízo, segundo a nacionalidade, por situação que provocou a actuação do tribunal (1997-2000)

	1997			1998			1999			2000		
	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.
Total	3050	3000	50	3191	3134	57	4177	4093	84	5726	5607	119
MMAP	950	934	16	1065	1047	18	1415	1378	37	1818	1784	34
MCD	781	772	9	805	792	13	1158	1134	24	1657	1620	37
IP	1319	1294	25	1321	1295	26	1604	1581	23	2251	2203	48

MMAP – Menores maltratados, abandonados ou em perigo;

MCD – Menores com condutas desviantes; IP – Infração penal. (Dados tratados por Seabra, 2005b).

Fonte: *Justiça de Menores, 1997-2000.*

**QUADRO 12B – Menores em Juízo, segundo a nacionalidade,
por situação que provocou a actuação do tribunal (1997-2000) (%)**

	1997			1998			1999			2000		
	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.	Total	Port.	Estr.
Total												
MMAP	31,1	31,1	32,0	33,4	33,4	31,6	33,9	33,7	44,0	31,7	31,8	28,6
MCD	25,6	25,7	18,0	25,2	25,3	22,8	27,7	27,7	28,6	28,9	28,9	31,1
IP	43,2	43,1	50,0	41,4	41,3	45,6	38,4	38,6	27,4	39,3	39,3	40,3

MMAP – Menores maltratados, abandonados ou em perigo; MCD – Menores com condutas desviantes; IP – Infracção penal.

De resto, a observação dos quadros 12a e 12b mostra como uma parte substancial dos menores estrangeiros em juízo entre 1997 e 2000 não tinha cometido factos qualificados como crime, verificando-se mesmo um decréscimo relativo daqueles que se encontravam nesta situação (menos de 40% em 1999 e 2000) e um aumento da proporção de menores estrangeiros com condutas desviantes. Contudo, uma vez que o valor absoluto de menores estrangeiros que cometeram infracções penais não se reduziu e o número daqueles que aparecem envolvidos em condutas desviantes teve um crescimento bastante significativo, tudo aponta para um reforço das situações de risco (tendência futura para um maior envolvimento em actividades criminais) entre esta subpopulação.

QUADRO 13 – Menores agentes de acto qualificado como crime (2001, 2002 e 2003)

	2001	2002	2003
Total	1417	1157	1175
Portugueses	1383	1123	1129
Estrangeiros	34	34	46
% Estrangeiros	2,4	2,9	3,9

Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Dados tratados por Seabra, 2005).

Aliás, os dados para o período 2000-2003, já ao abrigo da Lei Tutelar Educativa, confirmam este crescimento da proporção de menores estrangeiros envolvidos em crimes (Quadro 13), se bem que os valores se situem ligeiramente abaixo da percentagem de população estrangeira legalmente instalada no país (3,9% contra 5%, aproximadamente). No entanto, este valor inclui apenas uma parte dos menores delinquentes descendentes de imigrantes, uma vez que exclui todos aqueles que já têm nacionalidade portuguesa. É significativo que alguns estudos (e.g. Pedrosa e Fonseca, 1999) refiram ter encontrado, no contexto sociogeográfico específico correspondente à AML, percentagens de descendentes de imigrantes africanos criminalizados equivalentes a aproximadamente 30% dos processos analisados.

Uma última nota diz respeito ao tipo de delitos praticado por estes jovens. O predomínio corresponde aos crimes contra a propriedade (furto, roubo), embora, como foi referido anteriormente, se venha a reforçar a dimensão agressiva destes, nomeadamente através do exercício de violência sobre as vítimas. Deve ainda acrescentar-se que os crimes relacionados com o tráfico de droga apresentam, nas estatísticas oficiais, um peso pouco significativo na delinquência de menores (Seabra, 2005b) o que contribui para desconstruir um estigma que tem vindo a ser promovido pelo discurso mediático e do senso comum e, também, para mostrar uma disjunção entre a criminalidade dos grupos de jovens e a criminalidade relacionada com o tráfico de droga que envolve população adulta (mesmo que se trate de adultos jovens).

Com base nos elementos discutidos no último ponto deste capítulo, gostaríamos de realçar três ideias-chave.

Os níveis de criminalidade e de criminalidade violenta registados nos bairros críticos, isto é, nos bairros localizados em freguesias com valores elevados no índice de privação, não são muito elevados. Contudo, estes espaços registam algumas ocorrências de extrema violência e, em determinados casos, de maior incidência de tráfico de droga (e.g. Cova da Moura³²) e aparecem associados a focos de geração de actividade delinvente que se manifesta noutros locais. Refira-se, também, que a

32 Ver, a este propósito, o *Relatório da Iniciativa Bairros Críticos* elaborado para a Cova da Moura, em Julho de 2006.

informação relativa à criminalidade registada nestes espaços não refere a existência de conflitos étnicos (um determinado grupo contra os restantes).

Nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento da criminalidade perpetrada por jovens estrangeiros e, eventualmente (não há dados que permitam suportar esta afirmação de modo sistemático), descendentes de estrangeiros. Contudo, a proporção de menores estrangeiros condenados por infracções penais é inferior à percentagem de estrangeiros no total da população residente e o seu aumento entre 1997 e 2003 (+92%) não acompanha a variação do número total de estrangeiros no mesmo período (mais 150%)³³. Contudo, o crescimento significativo do número de menores estrangeiros em risco, sobretudo com condutas desviantes, assim como o aumento da criminalidade violenta justifica a necessidade de uma forte intervenção preventiva (modificação nas relações com a escola, mediação de conflitos, actividade junto dos pais, policiamento de proximidade) que contribua para limitar a degeneração dos comportamentos desviantes em criminalidade séria.

Embora se registe um incremento da criminalidade grupal, o facto de se tratar de grupos voláteis e algo inconstantes, em muitos casos mais dedicados a incivildades e ao pequeno crime (sobretudo quando se trata de jovens), parece apontar para uma expressão reduzida – ou mesmo inexistente – de *gangs* no sentido estrito, embora se possa falar de *soft gangs*. Embora alguns destes grupos de jovens tenham uma composição étnica dominada por descendentes de imigrantes, designadamente dos PALOP, noutros casos tal não acontece. A pertença ao grupo parece assentar mais em características como a partilha de uma “cultura de virilidade masculina” centrada na rua e nas lealdades de bairro, bem como em origens sociais relativamente semelhantes, do que em comunalidades étnicas. Eventualmente estas últimas podem estar presentes – e até ser assumidas pelo grupo –, mas

33 Esta comparação deve ser entendida com um carácter meramente indicativo, servindo apenas para demonstrar que o crescimento da criminalidade entre menores estrangeiros não é um fenómeno excepcional, acompanhando o crescimento global da imigração. Na verdade, as duas séries não correspondem bem às mesmas populações, uma vez que uma inclui todos os estrangeiros e a outra (os menores delinquentes) recai apenas sobre uma parcela destes. Além disto, a contabilização das duas séries é complexa no período 1997-2003, num dos casos porque a alteração da Lei Tutelar de Menores teve reflexos no número de menores julgados por factos qualificados como crime e, no outro, a contabilização das autorizações de permanência coloca alguns problemas metodológicos.

efectivamente parecem funcionar como um elemento supletivo aos restantes elementos de coesão. De qualquer modo, entender que as incivilidades associadas a estes grupos assumem a expressão de conflito étnico ou de violência de base étnica parece claramente incorrecto³⁴. Os jovens que integram estes grupos misturam uma cultura de virilidade com sentimentos de desvantagem e exclusão (relativamente à sociedade de consumo, aos sistemas de referência centrais como a escola), para os quais pode contribuir a discriminação racial, designadamente quando se trata de descendentes de africanos, que tendem a acentuar a geração de comportamentos desviantes, antisociais e agressivos. Frequentemente, como o grupo de pares é do mesmo bairro, da mesma origem étnica e/ou da mesma origem social, podem gerar-se conflitos geradores de situações de violência relativamente a outros jovens – individualmente ou organizados em grupos – pertencentes a outros grupos sociais ou a outros bairros.

Para além da criminalidade associada a menores estrangeiros e aos descendentes de imigrantes, importa destacar o crescimento registado no número de menores estrangeiros maltratados no final dos anos 90. Isto mostra que estas crianças e jovens têm práticas delinquentes, mas também são muitas vezes vítimas. Daqui decorre a necessidade de manter e ampliar os programas de protecção actualmente existentes.

34 Como refere Horowitz (1985), nas sociedades ocidentais, a existência de fracturas e lealdades diversas e complexas (em termos de classe, religião, filiação política e mesmo identidade local) reduz o espaço para a expressão dos conflitos étnicos.

CAPÍTULO 3.

A CONSTRUÇÃO DOS GRUPOS E DOS ESPAÇOS DE CONFLITO: PERSPECTIVAS E IMAGENS

Este capítulo procura estruturar-se em três momentos principais de análise e procura identificar e analisar as representações que os diferentes tipos de actores possuem dos espaços e das manifestações de conflito, dos grupos pretensamente envolvidos e das suas motivações, com destaque para questões referentes ao racismo e à discriminação. No primeiro momento analítico, iremos dar a conhecer o posicionamento de alguns actores institucionais que intervêm de forma directa e regular no processo de regulação dos conflitos (DGSP, APAV, GNR, etc.), assim como dos próprios representantes das minorias migrantes e não migrantes em Portugal (Associações de Imigrantes).

Num segundo momento, o nosso enfoque de análise irá incidir numa faceta mais disruptiva da conflitualidade (os delitos e aqueles que os perpetraram), prolongando-se o olhar com que concluímos o capítulo anterior. Neste contexto, iremos analisar as percepções dos indivíduos com pertença a minorias não migrantes (os ciganos) e minorias migrantes (da Europa de Leste³⁵) em reclusão prisional. Procuramos conhecer o que estes protagonistas sociais pensam (representações) e sentem (emoções) no que se refere ao tratamento que lhes é conferido pela sociedade maioritária, nomeadamente por parte dos sistemas judicial e prisional.

No terceiro nível de análise, a nossa atenção centrou-se nas representações veiculadas pela imprensa por via do discurso mediático em torno da conflitualidade, dos seus cenários e das pertenças étnicas e/ou nacionais dos seus protagonistas sociais. Neste contexto, procuramos averiguar em que medida a imprensa tem um papel determinante ao nível da estigmatização e da discriminação discursiva de certos bairros e, também, de determinadas minorias migrantes e não migrantes. Teun van Dijk (1997)

35 Para além das entrevistas efectuadas junto dos membros destes grupos (ciganos e europeus de Leste) pretendia-se, também, recolher informação junto de detidos com outras origens geográficas, nomeadamente africanos. Uma vez que esta componente não estava prevista no momento de concepção do projecto, o tempo e os recursos disponíveis não permitiram o seu maior desenvolvimento e, portanto, a realização de entrevistas com africanos e seus descendentes.

refere que a presença de grupos minoritários na imprensa ocidental assume uma certa regularidade (desde os anos 70), embora não se trate de um fenómeno com uma expressividade assinalável. Para o autor, o interesse e a atenção dos *media* face a estes grupos é muito limitado, a não ser quando se associa a sua presença a práticas “obscuras”, negativas e violentas, ou seja, “desviantes”, constatação deveras pertinente face aos resultados que aqui iremos apresentar.

3.1. ETNICIDADE E ESPAÇOS DE CONFLITO I: IMAGEM DOS ACTORES INSTITUCIONAIS

A partir das décadas de 80/90, Portugal tornou-se destino de diversas vagas migratórias. Este facto conduziu ao surgimento de um novo contexto social pluriétnico, com novas formas de interacção social que incorporam relações inter- e intra-étnicas.

O fenómeno migratório tornou-se num tema obrigatório e relevante de discussão científica e social, marcando a agenda política e suscitando preocupações entre a opinião pública. Este novo contexto relacional, quando conjugado com a crise económica por que Portugal passou entre 2002/2003 e 2005/2006, contribuiu para a emergência de manifestações de xenofobia e de racismo, sobretudo subtil, contra comunidades imigrantes e minorias étnicas, trazendo para a discussão pública questões como a coesão social em sociedades marcadas pela diversidade, as relações e as tensões inter-étnicas e os próprios processos de discriminação e de formação de preconceitos³⁶.

Torna-se assim extremamente relevante a análise das atitudes face às minorias e grupos imigrantes a residir em Portugal de forma a perceber a abertura e a compreensão intercultural da sociedade maioritária. No entanto, o racismo, a xenofobia e a discriminação são fenómenos complexos e multifacetados, manifestando-se de forma diversificada em função da percepção que a maioria tem dos vários grupos de imigrantes e minorias étnicas, processo que depende, entre outros factores, das políticas de acolhimento e combate à discriminação que vão

36 É significativo que diversas sondagens realizadas nos últimos dois anos, tanto a nível nacional como a nível local, junto da opinião pública portuguesa, mostrem uma posição dominante daqueles que acham que o número de estrangeiros no país é excessivo.

sendo aplicadas pelos governos nacionais. Deve referir-se que estes fenómenos não são recentes e que nem sempre assumem configurações flagrantes e ostensivas, tendendo a assumir manifestações cada vez mais subtis, indirectas e dissimuladas (Vala, 2002). O racismo e a discriminação escondem-se por detrás de comportamentos inibidores, não só das populações mas também das próprias instituições, sendo possível identificar práticas discriminatórias ou negligentes relativamente a minorias, refugiados ou imigrantes por parte da polícia, dos organismos governamentais, dos hospitais e dos próprios serviços de apoio à imigração, entre outros.

É neste sentido que se torna pertinente a análise das *representações que os actores institucionais, que actuam na área de regulação de conflitos e se relacionam directa ou indirectamente com imigrantes e minorias étnicas, constroem acerca da etnicidade, das relações entre os grupos e dos espaços de privação onde estes estão, nalguns casos, sobrerepresentados.*

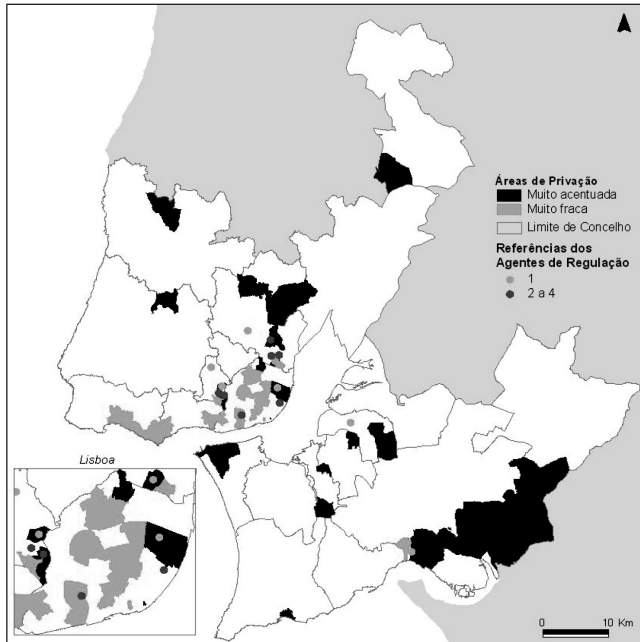
O estudo dos conflitos, da etnicidade e dos espaços onde estes se cruzam passa, necessariamente, por um lado, pela análise das características das próprias minorias imigrantes e não migrantes e, por outro, pela discussão da emergência de fenómenos como a exclusão social e a segregação socioespacial dessas populações.

Como vimos no capítulo anterior, o padrão geográfico de inserção dos imigrantes e das minorias étnicas em Portugal apresenta uma forte concentração na Área Metropolitana de Lisboa, não obstante as tendências para uma maior dispersão geográfica pelo território nacional, verificadas desde o período 1999/2000, quando teve início a vaga migratória dominada por estrangeiros oriundos do Leste da Europa e do Brasil (Malheiros, 2001). Dentro da AML, os diferentes grupos de imigrantes apresentam padrões de distribuição e níveis de concentração residencial distintos, o que permite identificar áreas mais e menos diversas em termos sociais e étnicos, podendo falar-se de alguns (poucos) enclaves étnicos polarizados por determinado grupo de origem estrangeira, com destaque para os Cabo-Verdianos e outras populações oriundas da África lusófona.

Prolongando a discussão atrás iniciada relativamente à relação entre grupos sociais, espaços de privação e conflitos – incluindo-se aqui os delitos –, a entrada no domínio da análise das representações justifica que se faça uma distinção entre diferentes categorias de espaços (escolar e profissional, público e privado, residencial e não residencial – zonas comerciais, *interfaces* de transportes, etc.), atendendo aos diferentes tipos de relações e interações que se estabelecem entre os indivíduos presentes em cada um destes espaços. Por exemplo, as zonas comerciais e os *interfaces* de transportes são representados como locais propensos à prática de delitos em virtude das oportunidades que proporcionam, quer pelo número de pessoas em presença, quer pela impessoalidade dos contactos, quer ainda pela quantidade de bens transaccionados. Já a escola, o local de trabalho e os bairros residenciais são locais onde existe uma maior proximidade e interação entre diferentes grupos e indivíduos pelo que as tensões e conflitos surgem tendencialmente de forma mais espontânea e, de certo modo, sistemática. A dimensão das áreas geográficas, a configuração dos edifícios e dos espaços públicos, a maior ou menor heterogeneidade cultural, social e económica dos bairros, bem como o tipo e intensidade das relações interpessoais e entre grupos são factores que condicionam o tipo de interação que se estabelece e, em sequência, a forma e a intensidade dos potenciais conflitos.

Tendo em consideração a informação recolhida nas entrevistas aos actores institucionais, a imagem que estes manifestam aponta para uma prevalência dos maiores conflitos e problemas nas *áreas urbanas* e, sobretudo, na AML, mais concretamente nos bairros mais degradados, com destaque para aqueles que se localizam em áreas suburbanas.

FIGURA 9 – **Clusters territoriais de privação e locais problemáticos referenciados pelos agentes de regulação da delinquência**



No que diz respeito aos bairros mais associados a conflitos e a violência, os actores institucionais entrevistados mencionaram diversos *bairros problemáticos* localizados na primeira coroa periférica, com destaque para a Quinta do Mocho e a Quinta da Fonte no concelho de Loures e para um *cluster* dominado pela Cova da Moura e pelo Bairro 6 de Maio na faixa do município da Amadora que confina com Lisboa. Algumas áreas localizadas no interior da cidade de Lisboa, embora não no centro desta (áreas de Chelas e do Casal Ventoso), caracterizadas pela presença de bairros sociais e por uma maior intensidade do tráfico de droga, são também destacadas (figura 9).

Note-se que todos estes bairros se localizam em espaços de privação ou na envolvente imediata destes (com excepção do Casal Ventoso, onde a média da freguesia “esconde”

a realidade específica do bairro), o que mostra que as representações dos espaços de violência e conflito sobrevalorizam os bairros degradados. Embora os registos de criminalidade grupal e violenta evidenciem a existência de problemas significativos nestes espaços, os registos de ocorrências criminais são mais elevados nalguns locais da cidade de Lisboa e nalguns espaços de *interface* localizados próximos dos bairros, como tivemos oportunidade de ver. Contudo, as representações dos agentes de protecção dos cidadãos e de controlo e prevenção das actividades criminais incidem sobretudo nos bairros degradados de onde são provenientes muitos reclusos. Discutindo sobre o papel do espaço na geração de tensões e comportamentos desviantes, estes actores realçaram a necessidade de os bairros “*não se fecharem sobre si mesmos*”, sendo importante que intensifiquem as relações com o exterior de forma a evitar “*a criação de guetos*”. Embora tenhamos referido que não existem guetos étnicos na AML, a degradação e a estigmatização de alguns bairros onde se concentra muita população de origem imigrante – classificados como enclaves étnicos polarizados, em termos de estratificação étnica e como guetos de exclusão, em função da estrutura social que os caracteriza – justifica a implementação de medidas urgentes por parte das instituições públicas, visando a abertura dos bairros, a requalificação do espaço físico, o reforço das competências dos jovens e o combate à discriminação e aos preconceitos (relativamente ao espaço e aos seus residentes). Efectivamente, se a dimensão étnica é actualmente supletiva de outras dimensões da desvantagem (social, territorial...), existe o risco de que aquela venha a assumir maior preponderância, se a tendência para a etnicização da pobreza e dos espaços de privação não for contrariada.

De qualquer forma, para além da variedade de problemas sociais e urbanísticos que convergem nestes espaços, alguns dos entrevistados referem a desadequação dos bairros às características dos diferentes grupos (e.g., “*os ciganos são realojados como qualquer outro grupo, o que não deveria acontecer porque têm características muito próprias*”). Esta observação deve entender-se no quadro da crítica aos processos de realojamento, uma vez que para além destes revelarem, frequentemente, desajustes ao nível da concepção urbanística (espaços desadequados à dimensão das famílias, “*corte*” da relação “*rua-casa*”, normalmente importante para as populações realojadas, má qualidade dos materiais e da própria concepção do alojamento devido à aplicação das normas

mínimas do RGEU³⁷, desestruturação da vida económica local e da animação dos espaços públicos em virtude da desadequada consideração de espaços para comércio e serviços, atrasos frequentes na execução dos espaços públicos...), apresentam também défices de acompanhamento social que acabam por dificultar o processo de aprendizagem da vida num apartamento e no contexto da comunidade dos locatários de um prédio (Guerra, 1994).

É verdade que estes entrevistados, para além de mencionarem os desajustes entre os processos de realojamento e as características e necessidades de determinados grupos populacionais, vão mais longe, ao acrescentarem que, não obstante existirem alguns problemas relativamente transversais a todos os grupos de residentes e a todos os bairros, também ocorrem problemas e conflitos específicos a determinados bairros e a determinadas composições étnicas, sociais e mesmo geracionais:

«Há problemas que atravessam transversalmente todas as classes sociais e são multidimensionais, como a violência doméstica, mas existem muitos que atingem apenas uma certa comunidade» (APAV)

«Quando falamos de bairros onde habitam essencialmente ciganos... têm as suas características, têm uma cultura completamente distinta, têm uma forma de viver completamente distinta... do que se estivermos a falar de bairros africanos... não tem absolutamente nada a ver» (PSP)

Em termos mais específicos, algumas entrevistas apontam para uma forte *correlação entre a frequência de conflitos e os espaços residenciais onde estão sobrerrepresentados os descendentes de imigrantes (as denominadas 2ª e 3ª gerações) e a população cigana:*

«parece-me que os grandes problemas de conflitualidade, isto é um estudo que está por fazer, (...), não tem tanto a ver com os migrantes, mas com as segundas gerações» (DGSP)

37 RGEU significa Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Em relação a estes dois grupos de indivíduos (descendentes de imigrantes e ciganos) cabe aqui fazer uma curtíssima reflexão sobre a questão da cidadania e a sua aplicação prática. É dito que *«legalmente, e a legislação prevê que eles são portugueses, ou seja, a ideia é um pouco são Portugueses de direito, mas se calhar não são de facto»* (DGSP). No caso dos descendentes de imigrantes, sabemos que muitos não têm nacionalidade portuguesa, mesmo que já tenham nascido em território nacional, situação que *a priori* é muito condicionante, uma vez que tem implícita a ocorrência de alguns défices no acesso aos direitos (e.g., restrições no acesso à prática de desportos colectivos federados devido à limitação da inscrição de estrangeiros nas equipas), gerando uma sensação de injustiça face aos outros jovens que nasceram e/ou cresceram nos mesmos bairros, mas que não sofrem esta limitação formal³⁸.

38 Refira-se que a nova Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril, regulamentada pelo DL n. 237-A/2006, de 14 de Dezembro), recentemente aprovada pela Assembleia da República, aparece dotada de um importante potencial relativamente à facilitação do acesso à nacionalidade por parte dos descendentes de imigrantes nascidos em Portugal. Será agora importante monitorizar o modo como esta lei vai ser aplicada na prática e, também, a forma como as diferentes instituições (ONG, associações de imigrantes, poderes públicos) vão actuar, designadamente ao nível dos incentivos e contributos efectivos para que as crianças e os jovens descendentes de imigrantes passem a beneficiar, de facto, da nacionalidade portuguesa em toda a sua plenitude.

Mesmo relativamente aos Portugueses de direito, isto é, àqueles jovens que têm efectivamente a nacionalidade portuguesa, o que sucede é que, por variadíssimas razões, estes indivíduos revelam défices de cidadania substantiva, não tendo as mesmas oportunidades de acesso a determinados sistemas sociais, desde a habitação ao emprego. Esta situação reflecte a sua situação marginal na sociedade portuguesa e condiciona de forma quase sempre decisiva os seus percursos de vida.

Os dois grupos mais destacados (descendentes de imigrantes dos PALOP e ciganos), embora possuidores de características diferentes, partilham algumas circunstâncias pois revelam uma sobrerrepresentação de indivíduos jovens, desvinculados do sistema de ensino, com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e, frequentemente, inseridos em famílias com grandes carências sociais e económicas.

Esta situação tem influências óbvias não só na construção da própria identidade dos jovens mas também na construção dos seus “ideais de referência”. Efectivamente, os descendentes de

imigrantes experimentam, com alguma frequência, uma sensação de “desintegração” tanto em relação à cultura maioritária, como em relação à cultura de origem dos seus progenitores, emergindo, por vezes, alguma confusão relativamente aos referenciais identitários e à sua assimilação e utilização (Marques, 2005: 167-169). Como referem alguns entrevistados, os descendentes de imigrantes:

«enfrentam, em minha opinião, também um problema extremamente complicado porque eles já não perfilham, não vivem de acordo nem com os padrões culturais nacionais, nem com os padrões culturais de origem dos pais, e às vezes já nem são de segunda geração, são de terceira geração» (DGSP)

«nós temos os casos em África, as tradições culturais, a atenção às pessoas mais idosas, que é uma percepção, que é um conhecimento adquirido, que é transmitido, o respeito por determinados tipos de valores e, enfim, no mesmo modelo de comportamento dos jovens, enfim, de segunda e terceira geração, nós constatamos que há, por um lado, o afrontar daquilo que nós temos como socialmente aceitável e às vezes criminalmente, mas também há um desrespeito total pelos valores tradicionais de origem, quer dizer, a palavra do velho, o respeito pelos pais também não existem...» (DGSP)

Embora este mal-estar dos jovens descendentes de imigrantes seja, em diversos casos, uma realidade, deve frisar-se que a sua génese só pode ser compreendida tendo em consideração os constrangimentos do contexto em que se situam e, também, a acção dos actores da sociedade de acolhimento. Na verdade, como de alguma forma transparece do excerto incluído acima, espera-se que os jovens adoptem, de algum modo, os valores pretensamente associados à sociedade de origem dos pais, desvalorizando-se o facto de os processos culturais serem dinâmicos e de os jovens ditos de 2.^a e 3.^a geração efectuarem o seu processo de sociabilização completamente no âmbito da sociedade de destino (dos pais). Daqui decorre uma dificuldade em aceitar os processos de miscigenação cultural que caracterizam muitos jovens descendentes, que constroem e reconstróem os seus referenciais socioculturais, incorporando alguns elementos associados aos valores e às práticas dos pais e, sobretudo, muitos elementos, quer da cultura dominante em

Portugal, quer dos referenciais da cultura globalizada. Se os jovens se sentem, por vezes, perdidos em relação a vários referenciais culturais, as expectativas da maioria (e, por vezes, dos próprios pais) relativamente a eles contribuem, com frequência, para acentuar este processo de “não integração”.

Assim, muitos destes jovens tendem a adoptar estratégias muito próprias de interacção e especialmente integração não só económica mas muito particularmente social. Ou seja, tanto descendentes de imigrantes como ciganos acabam, frequentemente, por estabelecer rupturas – algumas vezes agressivas – com a cultura dominante e valorizar e integrar elementos de culturas alternativas que acabam por funcionar como traços de distinção e afirmação que suportam determinadas estratégias de integração social.

«Ao estabelecerem-se rupturas com a sociedade envolvente, assumem-se novos compromissos e reforçam-se determinadas relações. Os conflitos servem também para isso.» (DGSP)

De facto, os modelos de comportamento adoptados por determinado grupo – jovens descendentes de imigrantes, jovens dos bairros sociais, ciganos... – vão ao encontro dos seus interesses e necessidades e muitas vezes são usados como estratégia de defesa e de acção em determinados contextos, sobretudo se marcados pela estigmatização, pela segregação e pela discriminação. Nesse sentido, estes sujeitos, com destaque para os jovens provenientes dos bairros degradados das periferias, poderão estar em condições propícias para se reagruparem em colectivos com regras próprias, uma determinada hierarquia e códigos de conduta interna relativamente descoincidentes face àquilo que é dominante na sociedade envolvente. Trata-se, afinal, do processo de desenvolvimento dos *soft gangs* mencionados no capítulo anterior, pensando-se que quanto maiores são os níveis de desvantagem social e de discriminação, bem como de desestabilidade e coesão dos grupos entretanto formados, maior a divergência face à sociedade maioritária e mais frequentes os problemas relativamente a tudo o que lhes é exterior.

«Eles próprios se auto-excluem porque sabem que não vão ser aceites e preferem não se misturar. Eles marcam também a diferença que existe com os outros,

porque sabem que são discriminados. A sobrevalorização que têm deles mesmos é uma protecção contra esta discriminação (...) Não está a haver um esforço para acabar com esta discriminação porque existem ainda muitos programas estabelecidos que são para pessoas ciganas e o facto de ainda existirem perpetua a exclusão; isto é porque ainda são vistos de forma diferente»
(O Companheiro)

Por conseguinte, as populações migrantes e as minorias étnicas têm fortes redes de solidariedade dentro da própria comunidade defendendo-se e entreadujando-se mutuamente. Frequentemente, os processos de automarginalização, bem como a adopção de uma certa atitude hostil face ao exterior, mais não são do que um mecanismo de defesa, funcionando o comportamento mais desviante ou exclusionário como uma forma de reforço das normas e da própria identidade de uma dada comunidade ou grupo.

Em suma, o grau de aceitação de um indivíduo ou grupo minoritário, com as suas práticas e valores específicos em constante dinâmica, é um importante factor de impedimento ou potenciação de conflitos e tensões sociais.

Os interlocutores institucionais afirmaram também que a existência de conflitos entre diferentes grupos depende, igualmente, da influência de estímulos exteriores e que os principais conflitos ou tensões existentes advêm ou são gerados em contextos de forte exclusão social, sendo que os conflitos que envolvem estas minorias podem ocorrer com quaisquer outras que se encontrem na mesma situação. É referido que os conflitos surgem por motivos pessoais, individuais e muito raramente por motivos raciais ou étnicos, ou seja, os conflitos habitualmente envolvem problemas entre indivíduos e não entre grupos étnicos sendo os motivos mais frequentes a falta de comunicação, a desestruturação familiar, as difíceis condições de vida, as diferenças culturais e as baixas taxas de escolaridade, entre outros aspectos. Não podemos, no entanto, descurar o facto de quando o indivíduo interage com outrem está a mobilizar os seus recursos identitários, o que implica, inevitavelmente, a mobilização da identidade étnica e/ou nacional, em conjunto com outras dimensões daquela (social, geográfica, de género...).

Quando interrogadas sobre a sua própria *posição e acção face aos conflitos e tensões* relativamente aos grupos étnicos e aos imigrantes presentes na sociedade portuguesa, todas as entidades entrevistadas afirmam estar a desenvolver uma acção de promoção do multiculturalismo e de luta contra a exclusão social, bem como de promoção do desenvolvimento da inclusão de todos os grupos sociais. Sublinham o facto de o seu trabalho procurar ser cada vez mais em parceria e em rede para que os resultados sejam mais efectivos e ajustados às diferentes realidades. A sua intervenção é não discriminatória, embora orientada para a diversidade de populações e solicitações. No entanto, e apesar de revelarem que tratam todos de igual modo, por vezes há a necessidade de se fazer discriminação positiva, respeitando no entanto a identidade cultural dos grupos.

Acentuam o facto de estarem cientes da sua responsabilidade social e política face a fenómenos como o racismo e a discriminação; nesse sentido, tentam participar em reuniões e congressos políticos e sociais, bem como em diferentes programas de intervenção social – individualmente ou em parceria, a nível local ou nacional. Procuram também divulgar e promover a reflexão sobre os problemas e dificuldades, quer experimentados pelos utentes, quer inerentes à sua própria intervenção quotidiana, alertando ainda para alguns desajustes entre as políticas e a realidade. Finalmente, é ainda reconhecida a insuficiência, nalguns contextos, dos recursos técnicos, humanos e materiais para a concretização de determinados objectivos e actividades.

As entidades fazem também uma análise crítica do seu trabalho, afirmando que apesar de as instituições não estarem preparadas para acolher e resolver certo tipo de situações, há diversos bons exemplos de trabalho “com” e “para” as comunidades de imigrantes e minorias étnicas. Dizem que se está a começar a fazer um esforço no sentido de preparar a sociedade para incorporar positivamente a dimensão pluricultural, só que muitas vezes não se sabe muito bem qual o objectivo intrínseco e qual o resultado ou eficácia das acções desenvolvidas porque não há uma avaliação das mesmas ou porque esta é deficiente. Nota-se também que não há uma mobilização da sociedade maioritária em prol da resolução dos problemas dos imigrantes e das minorias; em contrapartida, muitos dos membros destes grupos também não tentam solucionar os seus próprios problemas, sobretudo quando se trata de assuntos de carácter colectivo. As entidades afirmam que

em Portugal não há uma política de integração eficaz e sustentável; o que há são meros movimentos espontâneos para resolver «*problemas de consciência, mas em termos de políticas de fundo não parece que seja nada de sustentável e que venha a ter efeitos continuados no futuro*» (DGSP).

É também sustentado pelos interlocutores institucionais que a questão da etnicidade e dos espaços de conflito tem que ser equacionada à luz dos *debates políticos e legislativos no plano internacional*. Apesar da independência dos Estados-membros da UE, consideram que, hoje em dia, não se pode falar em políticas nacionais sem considerar primeiro as políticas europeias, sejam elas no plano da segurança, do combate ao terrorismo ou da economia. A legislação sobre questões sociais ou sobre a imigração deixou de ser uma questão estritamente nacional e passou a ser uma questão de âmbito alargado e que diz respeito a todos os Estados-membros. As entidades entrevistadas realçam o facto de o enquadramento político das questões relacionadas com a imigração, as minorias étnicas, a discriminação e o racismo, bem como outras dimensões sociais, ter de ser feito não só ao nível nacional mas também ao nível europeu.

As entidades (DGSP, APAV, INDE) referem ainda que a formulação de políticas de integração deve ter em atenção a diversidade de minorias migrantes e não migrantes e a complexidade e as necessidades específicas de cada uma para que não haja *“leis injustas, discriminatórias e segregativas de umas comunidades em relação a outras”* e, também, para que os obstáculos que se apresentam à sua execução concreta no quotidiano sejam ultrapassados. Defendem que se deve promover a discussão em torno dos argumentos daqueles que defendem *“campanhas ou legislação específica para imigrantes”* e os argumentos dos que defendem *“campanhas para todas as pessoas/grupos na mesma situação de exclusão social de modo a poder atingir-se um consenso”*. Por outro lado, é dito que se *“verificam alguns impedimentos legais que demonstram má consciência”* (DGSP), nomeadamente em relação à lei de imigração em vigor, que é considerada *“um pouco discriminatória”*, defendendo-se que os imigrantes e as minorias étnicas, *“apesar de pagarem impostos/segurança social, etc, mas estando ilegais, não têm direito a apoio jurídico nem social”* (APAV, INDE, DGSP).

No que diz respeito à representação que as instituições têm em relação à *sociedade portuguesa e aos grupos de imigrantes e minorias étnicas*, a análise torna-se ainda mais complexa. Embora a sociedade portuguesa assuma por vezes uma postura de desconfiança em relação ao estranho e ao desconhecido, não deixa contudo de ser percepcionada como tolerante e dotada de uma certa abertura, aceitando e respeitando os grupos minoritários e as populações imigrantes. Os representantes da GNR e da PSP afirmam que “*na sociedade portuguesa não existe racismo, que não há preconceito nem discriminação*”. Em oposição, a representante da APAV caracterizou a sociedade portuguesa como sendo “*uma sociedade que não estava preparada para a diversidade cultural porque as pessoas continuam a discriminar, porque há muita ignorância*”, uma vez que se criam muitos estereótipos e se generalizam as situações a todos os membros do grupo étnico ou nacional, sem que para tal exista qualquer fundamento. Finalmente, alguns actores institucionais referem que ainda existem muitos preconceitos em relação à cor da pele (DGSP). Os actores institucionais dizem que formalmente as oportunidades são iguais para todos, mas na prática os imigrantes e as minorias étnicas não acedem nas mesmas circunstâncias a todos os direitos de cidadania, designadamente aos mesmos serviços e às instituições. Isto acontece porque não se tem em conta que existem limitações específicas de base (menor domínio da língua, défice de informação, dificuldade em lidar com a cultura institucional da maioria, para não referir a completa ausência de direitos dos imigrantes indocumentados) que requerem respostas orientadas e específicas, de molde a garantir a incorporação plena dos imigrantes e das minorias étnicas nos esquemas universais de resposta social.

Em relação à *caracterização das populações imigrantes* presentes em Portugal e às *minorias étnicas*, o que é dito corrobora os saberes quotidianos e as opiniões de senso comum acerca dessas comunidades.

Os ciganos são referidos como sendo a comunidade mais discriminada em Portugal. É dito que possuem características muito próprias mas que estão integrados na sociedade portuguesa, ou caminham para isso, através de uma alteração progressiva do seu estilo de vida (passagem do nomadismo à sedentarização). A sua principal característica é ser um grupo fechado que se centra na família e na sua comunidade.

«Creio que face a esse grupo específico com determinadas características, tem uma filosofia de vida, uma mentalidade muito própria, um grupo fechado, mais difícil de interacção em termos de comunidade, uma vez que são muito fechados, digamos que a vivência muito para dentro da comunidade das famílias, das próprias famílias, mas eu creio que no geral estão perfeitamente integrados e, pronto, com as actividades que desenvolvem, nomeadamente os mercados, etc., a venda em mercados, e, portanto, creio que é um grupo, pronto, tem determinadas características, mas está perfeitamente integrado na sociedade portuguesa, prova disso é se for a um mercado, os mercados estão cheios de pessoas, portanto, há muitos vendedores ciganos já em lojas, também, mas a população convive, estão perfeitamente integrados, dentro das suas actividades» (GNR)

«a afectividade da sociedade portuguesa face à comunidade cigana ainda não está muito perceptiva. Notámos isso quando tentávamos colocá-los numa empresa e não conseguíamos trabalhos. Ainda há discriminação. (GNR)

(...) Os principais problemas da inserção dos ciganos são ao nível da cultura e também porque são discriminados, por causa das vestes e da maneira de estar que as pessoas não aceitam» (GNR)

Os imigrantes de Leste são vistos como sendo dotados de qualificações escolares e profissionais superiores à média da população nacional, pois muitos dos imigrantes que exercem actividades como domésticas, pedreiros, empregados de comércio e *barmans*, possuem formação universitária ou um diploma de ensino médio. Por outro lado, os entrevistados referem que há pessoas que pensam que os imigrantes de Leste vêm para cá desempenhar actividades equivalentes ou mesmo superiores às que exerciam no seu país de proveniência, havendo assim uma continuidade ao nível do seu estatuto social entre a origem e a sociedade de recepção. Segundo esta perspectiva, os imigrantes não são vistos como intrusos mas como “uns coitadinhos” que têm sorte em receber o salário mínimo e que, por mais precária que seja a sua actual situação profissional, esta é sempre melhor do que aquela que tinham no seu país de origem.

Ainda em relação a este grupo imigrante, as entidades entrevistadas são unânimes em afirmar que:

“é um absurdo não se aproveitarem as qualificações, isto é, as capacidades dos recursos humanos vindos do Leste europeu. É um absurdo não integrar estes recursos em áreas técnicas e científicas num país com défice nalgumas áreas e taxas de analfabetismo elevadas e taxas de formação académica baixas” (DGSP).

Os entrevistados não deixam de evidenciar a boa imagem que foi criada em torno dos imigrantes de Leste europeu enquanto factor facilitador da interacção étnica e cultural, bem como de uma melhor integração na sociedade.

Finalmente, os africanos são vistos como indivíduos trabalhadores e “pessoas de bem”. Em geral, são dotados de baixas qualificações escolares e profissionais, tendem a exercer actividades profissionais precárias e desqualificadas; têm situações familiares instáveis e onde existe violência doméstica; são pessoas com residência fixa, casadas e com vários filhos (famílias numerosas) ou são solteiros e partilham a casa com outras pessoas. Esta representação generalizadora justifica que os problemas mencionados sejam identificados como factores indutores de exclusão social, com implicações relevantes no quotidiano dos indivíduos, condicionando muito a sua situação social.

As entidades realçam também a importância que representa a língua portuguesa e a proximidade em termos de relações históricas e culturais no relacionamento com determinados grupos imigrantes – populações dos PALOP e do Brasil –, enquanto elementos facilitadores de integração.

Quanto à opinião dos actores institucionais sobre a *integração dos migrantes e minorias não migrantes*, os entrevistados começam por afirmar que o conceito de integração só faz sentido se se falar no seu oposto: a exclusão; referem mesmo que *“é utópico falar em sociedades onde todos estão plenamente integrados”*. Em geral, os actores sociais estão integrados e/ou simultaneamente excluídos de alguma esfera ou sistema relacional (família, amigos, trabalho, religião, etc.), não se podendo falar de pessoas plenamente

integradas, mas apenas integradas em determinadas esferas sociais e graus de intensidade diferenciados, conforme os contextos sociais em que se movem.

O Representante da DGSP defende que a integração das minorias e dos imigrantes se dá

«pelo esbatimento dos seus traços culturais e das suas especificidades, através de um ajustamento gradual ao contexto social e cultural em que se inserem e às expectativas dos outros».

No entanto, esse mesmo interveniente afirma que

«ao falarmos de integração colocam-se questões como: é justo obrigar as pessoas a abdicar da sua cultura e identidade? Podem as diferentes comunidades viver em conjunto e manter as suas identidades? Que tipo de sociedade se pretende, multicultural ou assimilacionista? Qual o melhor caminho? Qual o mais viável?».

A perspectiva expressa acima, não obstante incorpore um interessante conjunto de interrogações críticas que abrem a porta à reconstrução das visões e das práticas institucionais, é sintomática relativamente ao modo como as instituições que actuam na área da segurança percebem, em termos efectivos e quotidianos, o processo de integração do “outro” na sociedade portuguesa – trata-se, essencialmente, de uma lógica assimilacionista, através da qual os imigrantes e as minorias se conformam às normas, às práticas e aos valores da sociedade dominante, tendo para isso que abdicar dos elementos inerentes à sua identidade original.

Para os entrevistados, apesar de terem sido desenvolvidos, com o apoio de várias instituições públicas, projectos e programas visando a integração dos imigrantes e das minorias étnicas residentes em Portugal, muito está ainda por fazer, em especial no que se refere à prevenção e resolução de conflitos e tensões étnicas. As instituições interrogadas preconizam que se devem adoptar medidas eficazes visando atingir esses objectivos, nomeadamente a aposta na formação escolar e cívica (não só dos imigrantes e minorias étnicas mas também dos nacionais) visando uma maior integração dos jovens

imigrantes e descendentes de imigrantes, bem como um maior respeito e compreensão por parte da sociedade global.

As fragilidades económicas do país e a debilidade das estruturas sociais de enquadramento na sociedade de acolhimento, aliadas aos baixos níveis de escolaridade, ao abandono escolar e aos *handicaps* sociais e profissionais de muitos imigrantes e dos seus descendentes, são factores apontados por todos os entrevistados como importantes na vulnerabilização daqueles, ao mesmo tempo que reforçam e facilitam a sua inserção em actividades laborais clandestinas e em outras práticas ilegais, adensando ainda mais o fenómeno de exclusão e discriminação. Os actores institucionais (DGSP, O Companheiro, INDE) acrescentam ainda que os maiores problemas dos imigrantes advêm “*das maiores dificuldades económicas e da adaptação a uma nova cultura*” com novos costumes e valores diferentes. A juntar a estes factores é referido aquilo que constitui o maior obstáculo à resolução de qualquer problema: a não regularização do seu estatuto entre nós (a “ilegalidade”).

Os imigrantes e as minorias étnicas *não são entidades internamente homogéneas*. A cultura étnica e nacional, as taxas de escolarização, a localização geográfica do local de residência, o tipo de alojamento, o grau de integração social, os níveis e a intensidade da pobreza e da exclusão – são aspectos distintivos inter e intragrupo. No entanto, existe uma forte tendência para a construção de estereótipos, designadamente sobre determinados bairros, grupos sociais e étnicos, o que condiciona *a priori* a percepção e o comportamento não só da sociedade maioritária mas também das próprias minorias migrantes e não migrantes. Adicionalmente, há grandes disparidades económicas e sociais entre os diversos grupos e espaços residenciais, estando os próprios indivíduos conscientes de que são tratados de forma diferente e discriminatória pelo facto de residirem em determinado bairro e pertencerem a este ou àquele grupo étnico. Esta situação faz com que as pessoas tendam a agrupar-se, verificando-se que os critérios de proximidade “*nada têm a ver com a origem étnica, nem com a cor da pele mas antes com proximidades linguística e grupos de pertença socioeconómica*” (DGSP).

Num quadro de exclusão social, já de si fundador de discriminação e preconceito, as populações imigrantes e minorias não migrantes vêem-se muitas vezes envolvidas em

situações de discriminação institucional por parte de autoridades policiais e do sistema judicial, facto aliás confirmado por alguns estudos recentes sobre criminalidade em Portugal (Esteves e Malheiros, 2001; Seabra e Santos, 2005). Relativamente a este aspecto, também as entidades entrevistadas realçam a necessidade de se esclarecer na opinião pública a inexistência de uma relação entre a presença de estrangeiros em Portugal e a geração de sentimentos de instabilidade e insegurança, bem como o aumento da criminalidade. Estes sentimentos devem-se à centralidade que estes acontecimentos assumem na agenda dos meios de comunicação social e ao impacto destes fenómenos na percepção que as pessoas têm da realidade. As entidades entrevistadas afirmam ainda que as forças de segurança tentam estar cada vez mais próximas da população³⁹, interagir e transmitir maior segurança com o fim de atenuar sentimentos de receio e temor, promovendo assim a abertura para que as pessoas falem e denunciem as situações de injustiça e ilegalidade grave. É também referido o facto de as forças policiais não possuírem um conhecimento aprofundado e completo da realidade com que às vezes são confrontadas, o que tende a gerar, em determinadas situações, uma relação ambígua entre as pessoas e as autoridades, com consequências negativas para o próprio exercício das actividades destas autoridades, ora actuando com excesso de zelo, ora de forma fragilizada e sem eficácia.

3.2. **ETNICIDADE E ESPAÇOS DE CONFLITO II: O “OLHAR” DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS IMIGRANTES E DAS MINORIAS ÉTNICAS**

*Queríamos mão-de-obra e
vieram pessoas*

MAX FRISCH

Dos discursos produzidos pelos representantes dos grupos migrantes em Portugal emerge a associação entre a presença das minorias em contexto nacional e a sua relegação para espaços residenciais segregados. Também surge com frequência o problema da discriminação no mercado de trabalho por via dos processos

39 Estratégias como a *Escola Segura* ou o *Policimento de Proximidade* procuram cumprir este desiderato, como, de resto, é enfatizado pelas autoridades policiais.

de exploração de mão-de-obra estrangeira com escassas ou nenhuma qualificações. A esta situação acrescenta-se uma certa discriminação sociopolítica, que não pode ser dissociada da precariedade e fragilidade que caracteriza o estatuto de estrangeiro.

Uma das preocupações centrais manifestadas pelos actores entrevistados diz respeito à legislação que regulamenta a imigração e que tem incidência em complexos mecanismos de inclusão e exclusão. O tratamento reservado aos estrangeiros releva da jurisdição nacional de cada Estado soberano, regulando a sua entrada, permanência e expulsão. Como constata Baganha (2001: 135), é o exercício do direito de soberania de controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer ao Estado-nação que define as migrações internacionais como um processo social específico. A este propósito, os representantes das instituições que intervêm junto dos imigrantes assinalam a “*severidade da lei da imigração*” (Casa do Brasil), que tem como efeitos “*dividir para melhor reinar*” (Solidariedade Imigrante). Estas condicionantes resultam de políticas de imigração que dificultam a integração das minorias migrantes e que podem produzir situações de exclusão, fragilidade, precariedade e clandestinidade. Além do carácter restritivo, é também referenciado o seu carácter diferencialista, na medida em que define diferentes categorias de imigrantes, o que acarreta algumas limitações ao nível dos direitos sociais que são conferidos. Assim podemos encontrar definidos:

“... diferentes tipos de imigrantes, portanto, portadores de títulos de residência, permanência, de vistos de trabalho ou outro tipo de autorização para residir e para trabalhar em Portugal, a que correspondem, também, diferentes categorias de direitos sociais. Isso significa que há vários tipos de imigrantes. No fundo, no fundo, a própria legislação consagra diferentes tipos de imigrantes, com direitos, também, distintos. Outra característica que tem esta legislação é que no que toca a direitos sociais para a imigração, esta legislação tem vindo a afunilar. Cada vez que sai uma lei para alterar a anterior, que diz respeito a uma alteração, ou uma nova lei ou uma alteração à lei da imigração, é para cortar em direitos sociais. Vai afunilando esses direitos...” (Associação Caboverdeana de Lisboa)⁴⁰.

40 Existem expectativas relativamente ao conteúdo da proposta de Lei de entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros apresentada e discutida no Verão de 2006,

Racismo institucional

No que toca às *autoridades policiais*, a questão que se coloca é saber se estas usam o direito de monopólio do uso da violência física para proteger todos os cidadãos, ou se optam por defender alguns interesses especiais (Rex, 1987: 117). Ou seja, em que medida os actores entrevistados percebem, da parte das forças policiais, uma intervenção diferencialista ou igualitária perante os grupos minoritários comparativamente ao que acontece com os membros da maioria? A apreciação da relação entre a polícia e minorias é marcada por alguma ambivalência. No entanto, a maior parte dos depoimentos deixa transparecer uma certa negatividade quanto à actuação das forças policiais, pois consideram-na pautada por alguma discriminação, violência e abuso de autoridade. O representante da Casa do Brasil afirma a este propósito: *“Mas agora o grande problema onde sentimos maior discriminação é nos serviços do Estado, principalmente na polícia”*. A percepção de uma intervenção caracterizada, geralmente, por excesso de zelo e de violência é sobretudo notória em alguns bairros degradados da periferia da cidade de Lisboa, cuja população maioritária é composta por grupos minoritários migrantes e não migrantes.

“É sempre uma relação de autoridade. Máxima autoridade. Na década de 80 quando eu cheguei aqui, era vulgar a polícia fazer rusgas nos bairros, principalmente nos bairros mais conotados, o exemplo do caso do bairro da Pedreira dos Húngaros, a polícia fazia rusgas, a Pedreira dos Húngaros era considerada muito pior do que é considerado hoje em dia, por exemplo, a Cova da Moura.”
(Associação Caboverdeana de Lisboa).

Principalmente em bairros residenciais em que prevalecem as minorias negras, como os localizados no concelho da Amadora, parece haver uma relação tensa e por vezes conflituosa entre alguns segmentos da população e a polícia. O representante da Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde declara abertamente: *“Claro que não é tão brando num bairro de minoria africana escura”*. Daí ser comum entre estas

na medida em que pretende facilitar o contacto entre os empregadores nacionais e a oferta de trabalho estrangeiro num contexto de satisfação de necessidades de mão-de-obra, para além de, pelo menos aparentemente, procurar simplificar o sistema de vistos.

populações a designação “des policiers comme l’adversaire et l’envahisseur” (Mucchielli, 2002:105), ou seja, a polícia tende a ser encarada como um inimigo e adversário.

“Ainda há pouco tempo um jovem que ainda não se sabe, não se conhece os contornos da morte dele, mas fala-se, pronto, se foi espancamento na esquadra da polícia e tudo mais, ali no Concelho da Amadora, e tudo mais. Evidente, de facto, que é uma zona de tensão quase permanente entre moradores, a população e sobretudo com as autoridades policiais.” (Associação Guineense de Solidariedade Social).

No plano formal, as minorias parecem dispor das mesmas oportunidades e igualdades, mas na verdade tendem a ocupar um lugar subalterno na sociedade, associado à execução de determinadas actividades socialmente desvalorizadas e, frequentemente, não pretendidas pelos nacionais, bem como, à ocupação dos espaços socioresidenciais marginais e menos acolhedores. Mas estes efeitos resultam de processos muito mais vastos que remetem para o sistema de estratificação social, a segmentação do mercado de trabalho e as próprias políticas de habitação e ordenamento do território. Parece haver um efeito de penalização na medida em que se faz sentir aos imigrantes e aos membros dos grupos minoritários não migrantes que eles não se encontram no seu território, nem fazem parte daquela comunidade nacional, sendo por isso colocados à margem. Como estes processos coarctam as oportunidades sociais que lhes são concedidas, a ascensão socioprofissional torna-se mais difícil, assim como o acesso a posições de mérito, o que acontece fundamentalmente com os imigrantes oriundos das ex-colónias africanas e os seus descendentes, mas também com os ciganos:

“(…) na Administração Pública é difícil você ver um negro com uma função a assumir uma posição hierarquicamente superior, é difícil ver um negro, por exemplo, ao longo das estruturas profissionais, por exemplo, na área da saúde a exercer uma posição como director clínico, director de serviço, director de hospital, não se vê.” (Associação Guineense de Solidariedade Social).

O *atendimento* diferencialista a nível institucional, nomeadamente em determinadas repartições públicas que aparentemente discriminam os estrangeiros, é um fenómeno que surge de forma recorrente entre os entrevistados. O tratamento encontrado nas repartições da Administração Pública é geralmente classificado como discriminatório e estigmatizante, principalmente quando é feito em locais específicos e exclusivamente reservados a imigrantes. Esta lógica acentua a diferença e gera nos imigrantes sentimentos de exclusão e marginalização. O seguinte excerto de entrevista expressa claramente este facto:

“Mas há atitudes racistas institucionalizadas, as pessoas não são tratadas em muitos lugares, na maioria dos lugares, com algumas excepções, as pessoas não são tratadas de uma forma digna tal e qual como os outros e muitas vezes há alguns serviços que são estigmatizantes, ou seja, são só para imigrantes. Porque é que por exemplo um imigrante tem que se dirigir sempre ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para tratar da revalidação, das suas legalizações, etc., Porquê? Porque é que não vão a um poder local, porque não vão a uma junta de freguesia, porque não vão ... o problema coloca-se assim ... a imigração está sempre relacionada com criminalidade, marginalidade e outras coisas mais ... portanto, têm departamentos específicos relacionados com policiamento só para imigrantes; isso estigmatiza, a atitude já é outra.” (Solidariedade Imigrante).

Por sua vez, acontece que também pode haver a tendência de as pessoas com pertença às minorias que são vítimas de discriminação interpretarem todas as acções dos membros não pertencentes ao seu grupo ou minoria étnica como racistas quando, na realidade, pode tratar-se simplesmente de uma relação de exploração, de opressão ou exclusão social, que aliás afecta também muitos dos membros autóctones de classes desfavorecidas ou em situação de vulnerabilidade. As dificuldades de integração na sociedade de acolhimento experimentadas pelos estrangeiros são acrescidas pelo facto de serem diferentes, por terem outras características fenotípicas, e não terem domínio sobre o funcionamento das instituições da sociedade maioritária. Este argumento é apresentado pelo representante da Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde:

“é preciso ter acesso a quem está no Estado, no poder político, etc., para poder ultrapassar as dificuldades e até chegar a ter acesso a alguns reconhecimentos (...) então nós que viemos temos que nos sacrificar, temos que nos esforçar vezes dois, vezes três, vezes quatro, vezes cinco para conseguir alguma coisa ... ou seja, o nosso esforço tem que ser redobrado, triplicado para se conseguir impor.”

A discriminação não pode ser confundida com as diferenças de classe no interior das próprias populações migrantes. Com efeito, não encontramos nestas populações uma espécie de homogeneidade social, mas sim processos de heterogeneidade e de diferenciação interna e que se traduzem em clivagens sociais intragrupo, que se reflectem também no plano residencial.

“Há mais grupos dentro da sociedade que já ultrapassaram, nomeadamente os jovens que já passaram (...) alguns obstáculos, muitos preconceitos, já passaram. Mas ainda têm também dificuldades em conviver com algumas diferenças (...) mas isto é tão complicado que infelizmente o mau tratamento, as dificuldades e os problemas estão postos a todos. Vamos aos hospitais, é de uns e outros. Claro que é quase natural, mais provável que quem for diferente e tal tenha mais dificuldades. Mas também tem os mesmos problemas. Pode-se dizer, para ser atendido são as mesmas demoras, nas repartições públicas, etc., etc. Eu não vou muito por aí, para o caso ... logo é discriminado; não, o problema é geral. Quem não tem grandes apoios, grandes conhecimentos nessa sociedade, quer seja cá em baixo ou mais acima, tem quase os mesmos problemas. (...) Quem está nos bairros, esses mal afamados, é gente da construção civil, gente de baixa condição, baixos recursos económicos, baixo capital cultural, etc., etc.” (Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde).

Não é assim de negligenciar a relevância que a pertença de classe também adquire no plano das desigualdades intra- e intergrupos migrantes e/ou étnicos. Efectivamente, já pesquisas anteriormente realizadas em Portugal em torno da comunidade cabo-verdiana tinham evidenciado a existência de “imagens diferenciadas” (Saint-Maurice, 1997), fenómeno que, por sua vez, não passa despercebido às instituições que representam os imigrantes.

“Agora, não é que seja insensível, que a associação seja insensível ao que se passa com a imigração em geral. Portanto, com a sorte dos imigrantes, com o tratamento por parte do SEF ou das autoridades da administração ou isso em geral, e até das polícias. Mas não é um problema vivido, sentido pelos associados, pela associação em termos institucionais” (Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde).

Nos processos de estigmatização das populações minoritárias, é de destacar o contributo dos *meios de comunicação social* que tendem a reforçar e a consolidar os estigmas associados a populações minoritárias migrantes e não migrantes. De um modo geral, a imagem que a comunicação social difunde em relação a estas populações é tendencialmente negativa, pessimista e sensacionalista, o que contribui para reforçar os sentimentos de medo e rejeição face a estas populações. O seguinte relato revela uma evolução positiva, ainda que recente, ao nível do tratamento e divulgação de informação que envolva membros dos grupos minoritários:

“A comunicação social, também durante muito tempo, hoje felizmente já não, mas durante muito tempo, às vezes só quando era um acto criminoso cometido por um negro faziam disto notícia durante alguns dias (...) de uma maneira que, hoje já não tanto, mas há uns anos atrás era quando um negro cometia um crime ... dez brancos podiam cometer o mesmo crime, mas se fosse um negro esse crime era badalado, era exponenciado de uma forma extraordinária” (Organização dos Quadros Técnicos de Cabo Verde – OTEC).

Os representados entrevistados salientam a tendência que os órgãos de informação manifestam em criminalizar os imigrantes, nomeadamente os negros. Outro aspecto amplificado pelos meios de comunicação social é a violência e a insegurança nos bairros cujos residentes são maioritariamente imigrantes, minorias não migrantes e nacionais de classes populares. A má imagem que envolve estes espaços segregados e proscritos afecta sobretudo as populações africana e cigana e cria dificuldades acrescidas e barreiras que limitam o seu reconhecimento e aceitação por parte da sociedade maioritária.

“A comunicação social não nos ajudou em nada. (...) Nós temos uma certa comunicação social, um certo jornal sensacionalista que realmente resolveram malhar nos africanos. Os africanos são uns terrores. (...) Porquê, a gente ficava numa mesma coluna da comunicação social vinha (...) africano esfaqueou, não sei quê, na porta de uma discoteca em letras grossas, mas vinha assim numa coisinha deste tamanho em duas linhas: “pai matou filha!” Mas assim pequenininho. Mas porquê, porque eram portugueses. Aqueles não davam notícia. Notícia era os cabo-verdianos à porta de uma discoteca. Portanto, a comunicação social nos prejudicou imenso, estragou imenso a nossa imagem, estragou muito daquilo de bom que nós tínhamos, mas hoje em dia já estão mais comedidos, já têm mais responsabilidade naquilo que vão dizendo e vão fazendo.” (Morabeza Associação).

Do estranho como ameaça ao estigma da cor e do bairro

Perante as constantes crises económicas que afectam o mercado de emprego, o imigrante tende a ser encarado por alguns sectores da sociedade de acolhimento como mais um concorrente. Assim se difunde entre os autóctones um sentimento de ameaça face às minorias migrantes. Para César Monteiro (1997: 57), o diverso é entendido como ameaça não por ser diverso mas por aquilo que representa. Face ao estrangeiro, por vezes, há uma certa renitência em conceder espaços de liberdade para manifestar as suas especificidades etnicoculturais. Adicionalmente, a sociedade maioritária assume uma postura paternalista, não privilegiando o verdadeiro intercâmbio cultural, dificultando a abertura e a comunicação entre as partes. Esta situação provoca fechamento e retracção entre maioria e minorias, sendo notório *“um certo afastamento e rejeição em relação àquilo que é diferente, em relação àquilo que pode potencialmente ser seu concorrente. As pessoas têm essas atitudes proteccionistas, fecham-se, não interagem e depois as atitudes muitas vezes chegam a uma atitude de rejeição”* (Solidariedade Imigrante). O que é um facto relevante é que tais comportamentos de rejeição são observados fundamentalmente no plano do discurso e da acção por parte das camadas mais desfavorecidas ou mais próximas das populações de origem imigrante (Marques, 2000: 37).

“Há pessoas que se calhar preferiam que não houvesse população, que não houvesse entre nós esses grupos de imigrantes, especialmente agora devido ao emprego, por causa do problema do emprego, portanto, a presença do estrangeiro pode ser um, pode ser vista como uma consequência do desemprego, por parte das pessoas menos preparadas, não é? ‘ah, vêm cá para a nossa terra, eles vêm cá para tirar os nossos empregos...’ ” (Organização de Quadros Técnicos de Cabo Verde – OTEC).

Assim, a presença dos imigrantes parece provocar atitudes e comportamentos de oposição na sociedade de recepção, principalmente entre autóctones de meios populares. Um dos receios associados à presença de um número crescente de migrantes com uma diversidade de pertenças nacionais é a conflitualidade étnica que se manifesta mais a nível local e está associada à ideia de ameaça realista. Receia-se a concorrência económica e o desemprego, teme-se a exclusão social e a equiparação ao estatuto social de imigrante. Um outro impacto é o aparecimento do racismo com contornos étnico-culturais, tendo por base uma sensação de ameaça abstracta e generalizada, podendo desembocar na demonização do outro e na assunção de atitudes de fechamento e de apelo à homogeneidade cultural da sociedade (Marques, 2000: 37). *“Nós sentimos no dia a dia maior discriminação por parte da sociedade e população local. Costuma associar a imigração com a violência e criminalidade”* (Casa do Brasil). Tais receios expressam-se em casos concretos, nomeadamente em atitudes discriminatórias que têm *“a ver com a cor da pele, as pessoas quando vão alugar uma casa, quando vão não sei quê, ou muitas vezes mesmo quando vão à procura de trabalho em primeiro lugar olham para a cor da pele”* (Solidariedade Imigrante). É comum ouvir-se dizer: *“eu não sou racista, mas ...”*. No entanto, consciente, e sobretudo inconscientemente, emergem preconceitos, atitudes ou comportamentos discriminatórios em relação a certos grupos étnicos, ao recusar dar-lhes trabalho, arrendar-lhes uma casa e, especialmente, aceitar que um(a) filho(a) case com um negro(a) ou cigano(a) (Wieviorka, 1992; Silva, 2000: 61). Assim, o sentimento de insegurança em relação a algumas comunidades imigrantes reflecte-se na desconfiança e retracção, fruto de imagens preconceituosas criadas no seio da sociedade. Apesar de ser menos declarado de forma manifesta do que no passado, o racismo continua a fazer parte do senso comum e da nossa vida quotidiana (Castles, 2000: 173-174).

“(...) os primeiros imigrantes a chegarem a Portugal eram oriundos das colónias portuguesas. Ainda que declaradamente não fossem reconhecidos como imigrantes, eram reconhecidos como os cabo-verdianos que vieram de Cabo Verde para aqui, mas que quando se falava mesmo com as autoridades, as autoridades dizem: “ah, com Cabo Verde não há problema, temos boas relações com Cabo Verde, temos imensos acordos com Cabo Verde assinados e não sei quê, e os cabo-verdianos não são, para nós não são estrangeiros ...”. Mas isso é o discurso oficial ... isso é o discurso oficial. Oficial, isto é, de cúpula. Oficial de cúpula. Se tu vens para baixo, de facto há um desconhecimento absoluto, havia um desconhecimento absoluto, e havia uma verticalidade no olhar da sociedade, para essas pessoas era um olhar de cima para baixo. Essas pessoas estavam habituadas (...) com a história de que havia uma relação colonial entre os portugueses e os povos, em que esses povos eram olhados cá em baixo porque eram considerados tendo uma cultura inferior, eram seres que eram comandados dentro de uma hierarquia colonial, e essa situação no início da nossa presença em Portugal é transposta quer nos portugueses para nós, mas é transposta também em muitas situações que nós falhámos com os portugueses. Os nossos primeiros imigrantes tinham um olhar, uma atitude de subserviência ...” (Associação Caboverdeana de Lisboa).

Ser negro em Portugal ainda é visto de forma negativa. Perante esta lógica de desigualdade e inferiorização, *“há quem pense que os imigrantes são burros”* (Solidariedade Imigrante), e a dificuldade da não-aceitação de pessoas não europeias diferencia o acolhimento que é prestado aos grupos imigrantes em Portugal. Não se trata apenas do facto de se ser estrangeiro, da origem do imigrante, ou do seu espaço residencial, existe também o estigma da “cor”, algo muito mais marcante e que parece condicionar a interacção social. A este propósito, as organizações entrevistadas referem a diferença de tratamento por parte da população e instituições da sociedade maioritária face aos fluxos migratórios provenientes da Europa de Leste, comparativamente aos africanos. A Associação Morabeza, referindo-se aos primeiros fluxos de imigrantes para Portugal, ainda na década de setenta, relembra que *“depois quando começou a seca em 1970, 1971 vieram os primeiros imigrantes (...) trabalhar para as obras da J. Pimenta e da Lisnave.*

Essa franja da imigração foi uma imigração muito mal tratada. Muito mal tratada porque Portugal não tinha experiência, não tinha vivência de imigração”. Nos últimos anos, assistimos a um tratamento favorável por parte da maioria face aos imigrantes de Leste, notório numa maior solidariedade, abertura e aceitação.

“Nos últimos três anos, direi ... tiveram uma atenção melhor para os imigrantes, porque começaram a chegar os imigrantes de Leste. Os imigrantes de Leste eram mais reivindicativos, e aqui del rei, dá impressão que foi um fenómeno, foi uma coisa que apareceu, toda a gente quis solidarizar-se com os imigrantes porque eles eram assim, eles eram assado e vinham para aqui e tinham problemas. Portanto, aqui del rei, foi uma chamada de atenção repentina para a imigração, como se realmente em Portugal nunca tivesse havido imigração, sabendo nós que os cabo-verdianos nunca tiveram as oportunidades que agora os de Leste estão a ter. Nunca tivemos essas oportunidades, nunca ninguém se preocupou connosco, nunca ninguém cuidou da gente. Portanto, eu acho que há neste momento uma outra visão da imigração, e nós, agora, vamos apanhando por tabela, vamos por acréscimo.” (Morabeza Associação).

Espaços de conflitualidade e tensões intergrupais: uma síntese das perspectivas institucionais

De modo a identificar-se e ser reconhecido como sujeito, o imigrante necessita de construir uma imagem de indivíduo como depositário de uma cultura tradicional, o que vai a par da depreciação, desqualificação e estigmatização de que é alvo por parte da sociedade dominante. As comunidades de fixação mais antiga vêm manifestando uma tendência para a crescente reivindicação de direitos plenos no país de destino (Évora, 2001). De uma forma geral, tende-se a negligenciar os efeitos políticos da emigração/imigração que se escondem sob a justificação do carácter económico da deslocação, sob a aparência de uma transferência de mão-de-obra, esquecendo-se facilmente que se transferem cidadãos, indivíduos nacionais, sujeitos políticos, pessoas. O imigrante, geralmente, é confundido com o excluído e expulsável, justificando-se isto com a defesa da identidade

nacional e com as práticas de inserção na sociedade receptora. O imigrante é geralmente representado na sociedade de acolhimento como alguém que intrinsecamente não lhe pertence.

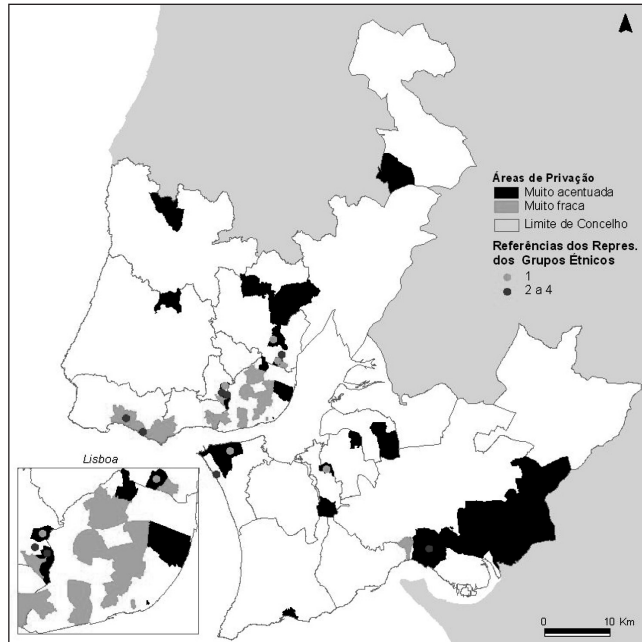
O imigrante é um “estranho no estrangeiro” que, dada a hostilidade do novo meio que o envolve, acciona mecanismos de defesa que o levam por vezes a comportar-se de uma maneira individualista e desconfiada. A consciência da existência de um processo de interacção desigual, de preconceitos em relação à origem, cor da pele ou mesmo em relação ao local de residência, expressa-se, em muitos, por um sentimento de marginalidade, sobretudo nos descendentes e populações mais jovens, afectando o seu desempenho escolar, assim como o seu percurso no mercado de trabalho.

“As pessoas têm plena consciência de que estão a ser maltratas em Portugal, podem não se manifestar... por questões que muitas vezes têm a ver com os próprios interesses pessoais e familiares... interesses que têm a defender e a preservar porque também não estão muito seguros porque estão numa situação de grande fragilidade, então é difícil, é difícil as pessoas muitas vezes exprimirem o seu descontentamento e a sua revolta, mas as pessoas têm plenamente consciência de que estão a ser discriminadas e maltratadas e a serem usadas.”
(Solidariedade Imigrante).

Perante este contexto, o espaço para as alternativas associadas ao vandalismo desafiante e à delinquência alarga-se substancialmente.

As manifestações de discriminação e racismo incidem frequentemente sobre as populações de espaços residenciais segregados e desqualificados, com destaque para aquelas que são identificadas como minorias, tanto migrantes como não migrantes. São sobretudo os bairros com uma forte incidência de populações negras com origem nas ex-colónias e populações ciganas os espaços mais referenciados como problemáticos ou percebidos como focos de conflito. Com frequência, estes lugares ganham notoriedade pública junto dos *media*, publicitando-se as intervenções supostamente aparatosas da polícia nestes locais, aspecto que aparece bem vincado nos discursos dos

FIGURA 10 – *Clusters territoriais de privação e locais problema referenciados pelos representantes dos grupos étnicos*



próprios representantes dos grupos empíricos. Entre os espaços classificados pelos entrevistados como espaços “sensíveis”, encontramos os bairros Fim do Mundo e Marianas⁴¹ no concelho de Cascais, Pedreira dos Húngaros⁴² em Oeiras, 6 de Maio, Falagueira e Cova da Moura no município da Amadora, Quinta do Mocho e Apelação (Quinta da Fonte), em Loures, Bela Vista (Setúbal) e Costa da Caparica, na margem sul.

Embora se verifique uma sobreposição importante entre as referências espaciais efectuadas pelas instituições de segurança e de regulação dos conflitos e as referências espaciais dos representantes dos grupos étnicos, estas últimas tendem a desvalorizar as

41 Durante o decurso do presente estudo, este bairro de barracas foi objecto de um processo de realojamento implementado pela Câmara Municipal de Cascais, tendo entretanto sido demolido.

42 Na sequência de um processo idêntico ao verificado com as Marianas, no âmbito

localizações centrais e a dar ainda mais destaque aos bairros de privação e sobre-representação de imigrantes localizados na periferia, notando-se uma maior diversificação destes, com inclusão de mais espaços dos concelhos de Oeiras e Cascais e, também, da margem sul do Tejo.

Esta leitura surge na sequência do que se afirmou antes, partindo de uma perspectiva de “bairros sensíveis” ou “bairros com conflitos” que se centra nos espaços de maior concentração das minorias étnicas, produtores de exclusão e sujeitos a uma forte estigmatização e ao controlo das autoridades. Para os representantes dos grupos étnicos, as referências não estão nos índices de violência ou nos crimes registados, mas antes nas situações de privação e desvantagem que se vivem nestes bairros, geradoras de exclusão, tensão e conflito. Afinal, trata-se de espaços relegados, “zonas a evitar”, “bairros deserdados”, onde estão alojados os trabalhadores pouco qualificados (ou até indiferenciados)⁴³, os desempregados, os imigrantes e as minorias étnicas, bem como os “jovens sem futuro”. No fundo, a lógica passa por colocar à distância e de forma concentrada grupos sociais desacreditados, desencorajados, que constituem uma ameaça à ordem social. Estes espaços são marcados por problemas sociais, como o desemprego, o insucesso escolar, o vandalismo, a delinquência, a degradação da habitação ou o tráfico e consumo de drogas (Geoideia, 2004).

do Programa PER, este bairro foi demolido pela Câmara

Municipal de Oeiras durante o Período em que decorreu este trabalho.

43 Entre estas populações são recorrentes as formas precárias de emprego (bem como de trabalho clandestino), ou actividades ilícitas que contribuem para o prolongamento de práticas de sobrevivência precária. Relembre-se, ainda, que a variável salários é decisiva nos estudos da pobreza e da exclusão social.

Estamos perante áreas problemáticas, ou seja, territórios mais vulneráveis à coexistência e conjugação de vários factores causais de conflitualidade urbana, tais como a exclusão social, a pobreza, a marginalidade dos jovens e o tráfico e consumo de drogas.

“As conflitualidades e tensões existem em lugares que são autênticos territórios de etnicidade, nomeadamente bairros... nomeadamente em locais de clara exclusão social onde a pobreza existe; mas isso são situações criadas... criadas, nomeadamente os novos realojamentos, o modo como as

peças estão a ser realojadas, portanto aí os conflitos estão latentes, eles existem; aí a droga é outra... aí há tráfico de droga, aí há criminalidade, aí há marginalidade, mas isso é fomentado, isso faz parte desses factores de exclusão social que as políticas não combatem e perpetuam e aí não tem a ver só com imigrantes, tem a ver com imigrantes e portugueses, tem a ver com pessoas excluídas que são empurradas para a marginalidade e exclusão social. Há territórios, há... nós conhecemos muitos deles, nós trabalhamos com muitos imigrantes que vêm dessas zonas, desses bairros... que vivem em constante conflitualidade.” (Solidariedade Imigrante).

A instabilidade e precarização socioeconómica marca as condições de vida de muitos imigrantes e dos seus descendentes, situando-os na base da hierarquia social e expondo-os potencialmente a forte exploração, sobretudo devido à sua eventual fragilidade jurídica. Adicionalmente, vai-se desenvolvendo a consciência, sobretudo entre os jovens, da posse de um menor leque de oportunidades formais e socialmente aceites para aceder à oferta de bens proporcionada pela actual sociedade de consumo, o que aliado a certas influências de súbito sucesso pode levar facilmente alguns membros das minorias a procurar obter um lucro rápido e fácil, prestando-se à comercialização de drogas ou à prática de furtos. Estas actividades podem parecer atractivas a alguns jovens, maioritariamente do sexo masculino, até por uma questão de necessidade de afirmação identitária e etária junto dos seus pares e da própria maioria. É neste quadro de vida que por vezes têm lugar os conflitos com a polícia, que nalguns casos assumem contornos muito violentos, resultando em experiências extremamente negativas de mortes, quer de jovens pertencentes às minorias, quer de agentes policiais.

3.3. ETNICIDADE E ESPAÇOS DE CONFLITO III: DO CONFLITO À CRIMINALIDADE – AS PERSPECTIVAS DOS RECLUSOS ESTRANGEIROS E DO GRUPO CIGANO (MINORIA NACIONAL)

Como mencionámos no capítulo introdutório, o conflito implica confronto, antagonismo, sendo uma das suas facetas mais visíveis e extremas a prática de delitos criminais. A

conflitualidade provoca instabilidade social e desorganização, podendo-se traduzir em desrespeito e infracção às normas que regulam a sociedade e são legitimadas por esta. Os conflitos remetem para a falta de consenso, causando distúrbios, desequilíbrios e atritos públicos. Gilberto Velho (1988) associa este fenómeno a uma crise de expectativas de comportamento, limitando o funcionamento expectável da sociedade. Na linha do que fizemos no primeiro capítulo, não podemos, no entanto, deixar de invocar aqui Merton (1967), que sustentava que os comportamentos desviantes podiam ser também comportamentos inovadores, por isso, indutores e construtores de mudança social. Neste momento de análise, interessa-nos, contudo, abordar a faceta mais severa e gravosa da conflitualidade protagonizada por imigrantes e cidadãos nacionais de etnia cigana cujas manifestações se traduziram em actos danosos puníveis segundo a lei penal, nomeadamente através da aplicação de penas de prisão.

Antes de avançarmos, parece-nos importante evitar confusões terminológicas e conceptuais, sendo pertinente lembrar o que se entende por crime e delito. Na bibliografia jurídica, o delito aparece como equivalente ao crime, sendo definido como um acto voluntário, declarado punível por lei⁴⁴, constituindo-se assim como um acto que ofende preceitos morais e legais. Para Beccaria (1764/1998), a verdadeira medida dos delitos é o dano que é causado à sociedade. Interessa-nos aqui abordar aqueles que contribuem para a desestruturação ou mesmo destruição da sociedade ou de quem a representa, assim como outros que ofendem a segurança privada de um cidadão na sua vida, bens e honra. *A priori* haverá uma maior sensibilidade social e até política, primeiro face aos crimes contra as pessoas e, depois, face aos que ofendem a propriedade e o património. Por exemplo, os crimes relacionados com estupefacientes constituem um tipo de criminalidade que se relaciona com outras actividades ilícitas que vão desde o crime contra a propriedade até aos crimes de índole económica.

44 *Código Penal de 1852 nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)* (2002), Lisboa, Ed. Do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, p. 27.

O crime é uma violação imputável e culposa da lei penal, implica uma infracção e por isso é alvo de repreensão e punição. Obviamente que nem todos os crimes são puníveis com pena de prisão; contudo, por razões relacionadas com a exploração empírica da informação, na breve incursão analítica que relataremos de

seguida, o nosso enfoque centrou-se apenas na criminalidade perpetrada por estrangeiros e ciganos, punível com pena de prisão.

3.3.1 Os estrangeiros em situação de reclusão no espaço da AML, em 2003

Numa perspectiva meramente sincrónica é possível afirmar que a maior parte dos estrangeiros em reclusão prisional é originária dos PALOP, constituindo 78,6% (905) do total de reclusos não nacionais. Como os estrangeiros nacionais dos PALOP residentes na AML, segundo os Censos de 2001, correspondiam a menos de 40% do total, parece ser de admitir que esta sobre-representação se prende muito mais com as características socio-económicas e demográficas destes grupos do que com quaisquer outras características⁴⁵. Entre os nacionais dos PALOP sobressai o elevado número de Cabo-Verdianos (547), seguindo-se os Angolanos (209) e depois os Guineenses (90), o que está de acordo com a dimensão demográfica destes colectivos migrantes em território nacional.

De realçar que grande parte dos reclusos com nacionalidade cabo-verdiana residem no eixo Amadora (25,4%) – Sintra (14,4%) e em Oeiras (11,1%). Os Angolanos, por sua vez, têm um padrão de distribuição residencial um pouco mais disperso, surgindo Sintra como a principal zona de residência (28,7%), logo a seguir Lisboa (22,5%) e depois Loures (13,4%).

A preponderância entre a população prisional estrangeira oriunda dos PALOP é seguida, ainda que à distância, pela crescente relevância do quantitativo de efectivos provenientes dos países da Europa de Leste (10,3% do total de estrangeiros, ou seja, 118 indivíduos), o que vem corroborar evidências empíricas quanto à sua presença em termos quantitativos, mas também quanto à sua crescente visibilidade.

De destacar entre estes reclusos os nacionais da Roménia com 43,2% (51), os da Moldávia que representam 27,1% (32), seguindo-se os da Ucrânia, com 22,9% (27). Nestes estrangeiros é possível observar algumas regularidades quanto à sua dispersão

⁴⁵ A este propósito, ver Santos, Tiago e Seabra, Hugo (2005).

pele território da AML: Lisboa e logo a seguir Sintra (o concelho que tem concentrado a maior dinâmica de expansão urbanística de toda a AML, ao longo dos últimos 10-15 anos, período em que a chegada destes imigrantes conheceu um impulso muito significativo) emergem como os cenários residenciais por excelência para os reclusos destes 3 países.

QUADRO 14 – Reclusos estrangeiros com residência nos concelhos da AML, por nacionalidade, em 2003

Nacionalidades/ Concelhos	Total	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira	Outros - margem norte	Almada	Barreiro	Moita	Seixal	Setúbal	Outros - margem sul
EUROPA	145	9	9	47	8	8	29	10	4	2	1	1	1	6	10
EUROPA/U.E. (15)	23	1	4	4	4	3	3	1	1	0	0	0	1	0	1
EUROPA DE LESTE	118	8	3	43	3	5	25	9	3	2	1	1	0	6	9
MOLDÁVIA	32	1	1	10	1	0	9	1	2	1	0	1	0	3	2
ROMÉNIA	51	5	1	18	0	5	9	5	0	0	1	0	0	0	7
UCRÂNIA	27	2	1	10	2	0	6	3	1	0	0	0	0	2	0
ÁFRICA	940	193	49	137	103	68	184	21	14	47	30	34	31	21	8
PALOP	905	189	48	122	101	68	178	17	13	47	29	33	31	21	8
ANGOLA	209	20	8	47	28	2	60	5	6	12	3	2	8	3	5
CABO VERDE	547	139	31	56	49	61	79	11	2	33	22	28	15	18	3
GUINÉ-BISSAU	90	13	6	10	15	2	31	0	5	1	4	3	0	0	0
MOÇAMBIQUE	10	1	2	2	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	49	16	1	7	6	3	7	1	0	1	0	0	7	0	0
AMÉRICA	50	2	4	8	4	2	10	1	1	13	0	0	0	3	2
BRASIL	40	2	4	7	2	1	8	1	1	10	0	0	0	2	2
ÁSIA	14	1	0	12	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
SUB-CONTINENTE INDIANO	7	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1 151	205	62	204	115	78	223	33	21	62	31	35	32	30	20

É também digna de nota a percentagem dos reclusos sul-americanos, que no contexto geral representam apenas 4,5% dos reclusos (50 indivíduos), sendo de realçar que cerca de 81% são oriundos do Brasil. Almada e Lisboa aparecem como os concelhos de residência da maior parte dos reclusos do Brasil.

Em reclusão prisional não existem indivíduos oriundos da América do Norte e da Oceania. As percentagens de reclusos da UE (15), com 2%, e da Ásia, com 1,2%, são muito pouco significativas. Entre os europeus da UE regista-se nos estabelecimentos prisionais portugueses uma maior presença de Espanhóis e de nacionais dos Países Baixos, com residência bem demarcada territorialmente, centrando-se no eixo Cascais-Oeiras, em Sintra, e, também, em Lisboa e Loures. Entre os asiáticos, os Paquistaneses são os mais presentes nas prisões nacionais.

Esta abordagem dos espaços de residência dos detidos não nacionais no contexto residencial da AML, embora apresente bastantes limitações, uma vez que o nível de desagregação da informação estatística não permite uma análise micro, centrada nos bairros, parece confirmar a interpretação que se vem desenhando ao longo desta pesquisa: os grupos de estrangeiros que apresentam maior vulnerabilidade socioeconómica e maior juventude estão mais representados nas prisões nacionais, correspondendo os seus espaços residenciais aos bairros social e fisicamente desqualificados da coroa suburbana de Lisboa, que temos vindo a identificar como *guetos de exclusão*. De referir que, em 1997, uma equipa de investigadores da Universidade do Porto dirigida pela arquitecta Cecília Delgado, constatou que 48,7% dos reclusos naturais do Porto eram residentes nas freguesias de maior implantação de bairros sociais – 31,0% de Campanhã, 12,3% de Paranhos, 9,8% de Lordelo do Ouro e 9,4% de Ramalde. Estas conclusões contrariam a tese que tende a correlacionar bairros segregados/minorias migrantes e não migrantes e criminalidade, apontando para uma correlação entre áreas de privação e geração de delinquência, na óptica específica das áreas residenciais dos delinquentes detidos. Apesar disto, cremos, também, que é necessário algum cuidado e resistir à tentação de fazer associações fáceis entre criminalidade e pobreza/exclusão social. Efectivamente, não podemos ocultar o papel do Estado, quer ao nível macro dos processos de criminalização da pobreza, quer ao nível micro da (má) produção de espaços

residenciais ditos “de privação” que, por omissão ou deficiente intervenção, são caracterizados pela exclusão e pela conflitualidade.

No contexto da pesquisa que aqui estamos a dar conta e numa perspectiva de complementaridade face à informação estatística disponível, decidimos entrevistar alguns informantes-chave que estão em reclusão prisional na AML. Optámos por entrevistar protagonistas sociais sobre os quais pouco ou nada se conhece em termos de vivência em contexto prisional: os ciganos portugueses e os imigrantes de Leste (principalmente Russos e Ucrrianos). Estas entrevistas decorreram em 3 estabelecimentos prisionais (EP), importando referir que não foi autorizada a gravação da conversa por parte dos serviços responsáveis. Optámos então por redigir algumas notas a partir das 15 entrevistas realizadas, (5 entrevistas no EP do Linhó, 6 no de Caxias e 4 no EP de Tires). O nosso olhar centrou-se no que é definido usualmente por criminalidade legal, ou seja, aquela que resulta do número de casos julgados e objecto de condenação judicial (os reclusos efectivamente condenados) e a criminalidade real, que é aquela cometida num dado contexto e tempo (porque ainda nem todos os arguidos tinham sido objecto de condenação⁴⁶).

Parece-nos pertinente justificar a escolha destas duas populações com características bem diferenciadas e com um estatuto de cidadania bem distinto em contexto nacional.

Os imigrantes de Leste constituem um das populações migrantes com maior número de efectivos entre nós, tendo apresentado uma fortíssima taxa de crescimento entre 2000 e 2003. Deve referir-se, contudo, que se encontram fortes contrastes e especificidades entre as nacionalidades que o senso comum identifica como europeus de Leste. Esta

população suscitou em nós um renovado interesse até porque, aparentemente, parece ter uma maior facilidade de integração em Portugal, pois aprende com mais facilidade a língua portuguesa, tem uma maior mobilidade geográfica e exteriormente as diferenças visíveis ou imaginadas não são tão acentuadamente contrastantes com as da população portuguesa (nomeadamente ao nível da cor da pele, da textura do cabelo, da forma como se vestem,

⁴⁶ Daí termos entrevistado um indivíduo que estava em prisão preventiva há 1 mês, e um outro há 4 anos e meio; contudo, este último já tinha recebido a sentença de pena de prisão de 6 anos.

do nível cultural e educacional). A imagem projectada entre 2000 e 2002 pelo discurso comum e mediático era globalmente positiva, e estes imigrantes, diferentemente de outros com os quais temos uma experiência de co-presença mais longa, “despertam facilmente solidariedades informais”, “não arranjam problemas”, “são mais educados”, “estão a animar as aldeias”, “têm outra preparação”, sendo “mais fácil lidar com eles”. Sabe-se que, actualmente, a situação e o discurso mediático e público parece não ser tão favorável, emergindo alguns atritos entre os próprios nacionais dos vários países de Leste ou entre estes e a população nacional. Alguns mitos foram criados, tendendo-se, por vezes, a associar, de forma generalista e abusiva, a imigração de Leste às “máfias” e à criminalidade violenta, enquanto a imigração feminina emerge, não raras vezes, interligada a actividades como a prostituição e o alterne. Acrescem a estas representações outras que perspectivam estes imigrantes como uma ameaça simbólica, mas sobretudo realista, o que se prende com as dificuldades económicas e a “crise” do mercado de trabalho em contexto nacional. Estas são algumas das razões que nos levaram a indagar junto dos reclusos de Leste quais as suas trajectórias desde a origem ao país de destino e, principalmente, qual o acolhimento que lhes foi prestado em Portugal e o porquê da sua situação de reclusão. Interessou-nos averiguar se numa perspectiva criminal e penal estes novos imigrantes carregam e interiorizaram o estigma que se confirma (ou não?) e que os associa a um novo tipo de criminalidade de carácter violento e organizado (associação criminosa e auxílio nas redes de imigração ilegal).

Quanto aos ciganos⁴⁷, tende-se a associá-los a um certo parasitismo, atribuindo-se-lhes comportamentos destrutivos e violentos que põem em causa a ordem social. Para muitos, os ciganos não passam de um grupo decadente, que não evoluiu; são “atrasados”, por isso, condenados a desaparecer, perdidos no tempo actual, considerando-se que vivem numa ociosidade contínua, revelando uma ocupação grupal exuberante e ostensiva do espaço público e uma permanente insubmissão ao trabalho e à escola. É relativamente recorrente ainda a associação do racismo à droga, nomeadamente no que concerne aos ciganos. Os ciganos são, geralmente, responsabilizados pela deterioração do “clima social”

47 Subiste ainda alguma indefinição quanto ao número de ciganos residentes em Portugal, pois encontramos uma diversidade de fontes com quantitativos distintos: o ACIME aponta para 45 000, Paulo Machado (1994) e outros indicam 30-35 000, e 92 000 é o número apontado pela Asociación Secretariado General Gitano de Madrid, em 1992.

de convivência devido à droga, ao medo, à agressão e à delinquência. É-lhes atribuída uma condição de “estranheza” e de diferença, atitude que tem por base intuítos discriminatórios e segregacionistas. A sociedade dominante oferece-lhes múltiplas oportunidades de integração, no entanto, eles são acusados de se afastarem e não se quererem integrar. Recusam a integração e a organização social provenientes da sociedade não cigana.

Para a maioria, a postura dos ciganos parece ser bem diferente da dos imigrantes, sobretudo dos imigrantes de Leste, porque estes respeitam os valores centrais da sociedade dominante. A hostilidade e a rejeição face ao grupo cigano assumem configurações diversas, que, por exemplo, se manifestam na visibilidade da segregação social e étnica de que são alvo nas operações de realojamento que decorrem nos espaços suburbanos. Os *media* parecem não estar isentos de responsabilidades no que toca à construção duma imagem do cigano como transgressor da ordem social, contribuindo de forma directa e indirecta para a sua rejeição que, sob diversos aspectos, é um elemento marcante nas relações entre os ciganos e o seu meio imediato. Face aos ciganos, surgem por vezes sentimentos de medo, de hostilidade e de repúdio que se traduzem em tensões que tendem a “exasperar-se em antagonismos e em conflitos, sobretudo em períodos como o actual, marcados por dificuldades económicas e de desemprego: depressa se encontrando os *bodes expiatórios*”, resultando daí, para os ciganos, “um tratamento duro numa insegurança permanente” (Liégeois, 1987).

Ao longo dos tempos, a imagem que se retém do grupo étnico cigano é uma imagem negativa, que vai das queixas apresentadas às Cortes até ao conjunto das medidas introduzidas no quadro legislativo, sendo daí inteligível o estereótipo e a imagem deformada partilhada pela sociedade em geral. De salientar que ao longo do tempo subsistiu no “nosso ordenamento jurídico um preceito que determina que a GNR exerça uma especial vigilância sobre os nómadas, isto é, sobre os ciganos (Art. 81º do Regulamento da GNR). Estes são cidadãos e até cidadãos portugueses. Mas são portadores de uma *capitis deminutio*, relegados para uma posição subalterna, em razão da raça” (Costa, 1995: 17). Sob impulso do Procurador Geral da República, o Art. 81º do Regulamento da GNR foi submetido à apreciação do Tribunal Constitucional. O Acórdão nº 452/89, de 28 de Junho, viria a considerá-lo não inconstitucional por maioria, com o argumento de

que “os nómadas não são só os ciganos e que nem todos os ciganos são nómadas: não haveria assim uma discriminação em função da raça, antes uma especial perigosidade potenciada pelo nomadismo” (*Idem*: 16). Entre nós, os nómadas são na sua maioria ciganos, estando este grupo sob suspeição e sob uma vigilância discriminatória. Comprovando que é a condição de ciganos (e não de nómadas) que desperta a suspeição, a polícia (as diversas polícias) vem sujeitando nos últimos anos, a pretexto de prevenção criminal, os bairros ciganos e de coabitação multiétnica dos subúrbios das grandes cidades a uma apertada vigilância, com rusgas (...) dirigidas a uma comunidade inteira” (cf. *Idem*: 17). Um sentimento de rejeição e de suspeição colectiva é incutido já na nossa infância, sendo remanescente no imaginário colectivo, a frase: “Come, se não vem aí o cigano com um saco e leva-te!” (Campos, 1997: 2). Apesar desses condicionalismos, de forma lenta mas progressiva a fixação e a coabitação do grupo étnico cigano é hoje um facto inegável, ainda que tal processo decorra por vias distintas das propostas pelos textos legais ao longo dos tempos⁴⁸.

3.3.2 Breve leitura da situação prisional dos detidos ciganos: os “números” em 1998

Refira-se que por imperativos legais não é possível obter informação numérica e qualitativa com base na discriminação étnica do indivíduo, resultando daí não possuímos dados sobre os ciganos encarcerados. No entanto, é possível, ainda que limitativo, fazer alusão a um estudo de carácter exploratório e realizado por funcionários da própria Direcção-Geral de Serviços Prisionais em que se procurou conhecer o perfil sociográfico dos reclusos ciganos.

Em Maio de 1998 existiam 787⁴⁹ processos de reclusos de etnia cigana nas prisões portuguesas. Fazendo uma breve síntese do perfil social destes reclusos é possível observar que os detidos ciganos tinham residência, em primeiro lugar, no distrito do Porto, seguindo-se depois Lisboa, Aveiro e outros distritos urbanos. Cerca de 80% nunca frequentaram a escola (situação ainda mais severa no caso das mulheres) e 77% eram vendedores ambu-

⁴⁸ Estas questões relacionadas com os aspectos históricos da perseguição exercida sobre os ciganos podem ser encontradas em Mendes, 1997.

⁴⁹ Estamos a fazer referência ao estudo de Moreira (1998).

lantes. Relativamente à situação prisional destes reclusos, constata-se que 20% tinham duas ou mais reincidências; 64% estavam detidos por crimes relacionados com o tráfico de estupefacientes e 22% por roubos e furtos simples ou qualificados; 55,6% estavam já condenados com penas privativas de liberdade e 34,7% aguardavam julgamento em prisão preventiva; mais de metade tinha penas a cumprir que se situavam entre os 3 e os 9 anos (destes, 39,9% entre 3 e 6 anos). Tomando como termo de comparação os escalões das penas atribuídos à restante população prisional, Moreira (1998: 13) afirma claramente que “as diferenças revelam um agravamento do quadro penal dos reclusos ciganos face ao dos outros companheiros”, uma vez que se regista uma menor proporção de ciganos com penas até 3 anos, invertendo-se esta tendência a partir daí. Parece desenhar-se uma tendência que parece desvendar, ainda que sem evidências empíricas suficientemente ponderosas, uma propensão para a penalização e criminalização dos ciganos por parte das instituições normativas da sociedade, o que está em sintonia com a situação detectada para os reclusos estrangeiros. Como veremos através dos extractos das entrevistas, confirma-se uma tendência para a atribuição de penas de média e longa duração (superiores a 3 anos).

3.3.3 Percepções de discriminação por parte dos imigrantes de Leste e ciganos face aos sistemas judicial e prisional⁵⁰

50 Estas questões estão ainda em discussão no âmbito da dissertação de doutoramento de Maria Manuela Mendes, intitulada “Grupos Étnicos e Imigrantes: Representações e Emoções face à Discriminação” no âmbito do I Curso de Doutoramento em Ciências Sociais do ICS. De referir que a recolha de informação junto dos reclusos decorreu entre Junho e Outubro de 2004.

Embora esteja garantida a protecção dos direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos, importa perceber o tratamento que é conferido aos grupos imigrantes e minorias (nacionais ou não), dada a sua maior vulnerabilidade a situações de discriminação. Estes direitos tocam de perto diversas esferas da vida dos indivíduos, como sejam, a religião, a família, a educação, o acesso à informação e aos meios de comunicação, a participação política, o trabalho, o acesso à segurança social, a propriedade, o acesso ao Direito e aos tribunais. É nestes sectores da vida social que as minorias nacionais e os grupos imigrantes se encontram particularmente expostos a processos discriminatórios, daí

merecerem uma especial atenção, nomeadamente na sua relação com os sistemas judicial, policial e prisional.

Dos discursos dos imigrantes reclusos que foram entrevistados, parece ser consensual a representação de que os estrangeiros provenientes da Europa de Leste experienciam uma dupla discriminação, comparativamente à situação de outros estrangeiros e à população portuguesa também detida.

Os imigrantes entrevistados (N=9) observam que, enquanto aos cidadãos da União Europeia são conferidos alguns direitos, aos de Leste em contexto de reclusão não lhes são atribuídos nem direitos, nem oportunidades. Esta ideia contraria a tese defendida por Gomes Canotilho de que os direitos dos estrangeiros e grupos imigrantes não devem ser considerados especiais, ou excepcionais mas produtos de princípios universais (Canotilho *et al.*, (coord.) 2000: 249). A este propósito, Pedro, um moldavo de 25 anos, afirma claramente: *“não temos, por sermos estrangeiros, mas se for da UE é diferente. Um italiano que estava aqui já foi a precária; têm direitos. Os de Leste não têm oportunidades.”* (não regularizado, solteiro, 9 anos de escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhó).

Os entrevistados põem em causa o que está consagrado na legislação nacional, em que se confere aos estrangeiros e apátridas que residam habitualmente em Portugal e aos requerentes de asilo o direito de protecção jurídica que inclui o direito de acesso aos tribunais, ao patrocínio judiciário, a ser informado em língua que compreenda, a ter um intérprete gratuito, entre outros aspectos. Aos estrangeiros não residentes é também reconhecido o direito a protecção jurídica, se o mesmo for atribuído aos portugueses pelas leis dos respectivos Estados (Canotilho [coord.], 2000).

É difícil ser imigrante em Portugal, mas as dificuldades são potenciadas quando se está numa situação de reclusão num país estrangeiro, cuja língua oficial é distante da língua materna. Os entrevistados consideram que a própria lei é discriminatória, colocando-os numa situação de desigualdade face a outros reclusos. Pavel⁵¹ é ucraniano e faz alusão à discricionariedade da lei:

51 Relembra-se aqui que os nomes de todos os reclusos entrevistados são fictícios com o objectivo de proteger as suas identidades.

“No meu país cada crime é um crime e não se apanha tanto tempo. Em Portugal, sem razões as pessoas são presas. Se eu fosse português nunca entrava preso. A lei portuguesa não está preparada para estrangeiros. Prendem as pessoas e depois não querem saber mais da pessoa. Depois de preso é tudo uma mentira.” (não regularizado, 29 anos, pós-secundária (+ 4 anos), operário da indústria e construção, Faro, detido no Linhó)

Revelam que é difícil perceber a lógica de funcionamento do sistema jurídico português, as dificuldades são ampliadas pelo facto de não dominarem a língua. Pavel afirma a este propósito que *“No meu país, há muita corrupção, mas sei falar a língua e sei como funciona a lei. Aqui, é mais difícil perceber como funciona a lei.”*

A lei portuguesa afigura-se-lhes como algo de estranho, já que todos os entrevistados se interrogam sobre o porquê da sua prisão e declaram que não cometeram qualquer crime. Com efeito, e à luz do sistema de valores e de referências do seu país de origem, os entrevistados de Leste consideram que o acto que cometeram jamais poderá ser classificado como crime. Os reclusos manifestam o seu descontentamento e a sua revolta, declarando que se consideram prejudicados e até defraudados pela justiça portuguesa. Nina manifesta claramente o seu desagrado:

“Primeiro, eu fui testemunha num processo que era uma briga, uma confusão entre Ucrânios e Moldavos, e depois fui acusada, acusaram-me por nada, por conhecer as pessoas? Na Ucrânia eu não vou à cadeia por conhecer as pessoas. Eu não pensava que isto era crime. Aqui, vivemos num outro mundo...” (40 anos, ucraniana, regularizada, 10 anos escolaridade, operária da indústria e construção, Fátima, detida em Tires)

Alguns dos entrevistados referem ainda que quando foram detidos e foram presentes pela primeira vez ao juiz não lhes foi disponibilizado apoio ao nível da tradução, assinalando também a existência de irregularidades nos seus processos. Pedro assinala algumas incorrecções de carácter ligeiro patentes no seu processo: *“Meteram-me num processo, não tive o apoio de ninguém, nem de advogado, nem de tradutor. A PJ faz o que quer,*

escreveram no processo que fui apanhado no dia 28, quando fui apanhado no dia 27.“ (25 anos, moldavo, não regularizado, 9 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhó)

Para além disso, não deixam de criticar as noções que fundamentam a sua condenação. A este propósito, e fazendo um breve historial dos conceitos associados à criminalidade de Leste, os próprios referem que em 2000 e 2001, os imigrantes de Leste eram condenados por terrorismo, mais tarde esse termo foi substituído pelo de máfia, generalizando-se o estereótipo estigmatizante e socialmente difundido entre as instituições normativas do Estado de que qualquer nacional da ex-URSS é sempre um potencial “mafioso” ou “terrorista”. Mais recentemente, os reclusos de Leste passaram a ser condenados por associação criminosa. A propósito desta inflação terminológica, Alex, que tem nacionalidade russa, mas cidadania ucraniana, afirma:

“4 anos antes era tudo «terrorista». O juiz que no meu processo deu preventiva foi o mesmo que esteve no julgamento e houve uma violação da lei, porque o mesmo juiz não pode estar nas duas coisas. (...) A polícia junta tudo, apanha uma pessoa no Porto, outra no Algarve e outra em Lisboa, não há crime nenhum e junta tudo no mesmo processo. A polícia já percebeu o absurdo disto tudo, agora, falam em associação criminosa, como é possível que apanhem 24 pessoas e digam que todos usavam a mesma arma, uma pequena arma, uma 6.23.” (45 anos, não regularizado, pós-secundário (+ 3 anos), operário da indústria e construção, Silves, detido em Caxias)

O tratamento desigual por parte do sistema judiciário suscita um forte desagrado por parte dos entrevistados, nomeadamente no que se refere ao não acesso a saídas precárias⁵² quando atingem – de pena. Dos depoimentos, é possível depreender que os estrangeiros só solicitam precária quando atingem 2/3 de pena, mas muito raramente aquela lhes é concedida. Nina exemplifica esta situação com a sua própria experiência pessoal:

52 Segundo a Direcção-Geral de Serviços Prisionais, as saídas precárias prolongadas podem atingir o máximo de 16 por ano e são concedidas aos reclusos condenados a pena superior a 6 meses e que já tenham cumprido 1/4 desta. A sua concessão é da responsabilidade do Tribunal de Execução de Penas.

“A sentença foi prisão por 16 meses, já passou 1/5 de pena, depois 2/3 de pena e não dão possibilidade ao estrangeiro para sair antes, isso é discriminação. Advogado escreveu uma carta ao juiz para eu sair em condicional, recebi resposta que juiz vai chamar quando tiver tempo, isto foi antes de férias e ainda nada, há muita burocracia em Portugal.” (40 anos, ucraniana, regularizada, 10 anos escolaridade, operária da indústria e construção, Fátima, detida em Tires)

Alegam, ainda, que nunca têm acesso ao RAVI (Regime Aberto Voltado para o Interior)⁵³. É de evidenciar ainda que a duração do período de prisão preventiva parece ser relativamente longo no caso dos reclusos de Leste. Pedro afirma que está nesta situação há 4 anos e 6 meses; outros dizem que estiveram nessa situação pelo menos 1 ano.

“Já foi o julgamento, a sentença foi de 6 anos, o advogado tinha 20 dias para apresentar recurso da prisão preventiva. Estou em prisão preventiva desde 2000, quase há 4 anos e meio, o tribunal não quer dar separação do processo.” (25 anos, moldavo, não regularizado, 9 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhó)

53 Ainda segundo a fonte acima referenciada, o Regime Aberto pode ser Voltado para o Interior ou para o Exterior e aplica-se em geral aos reclusos condenados. Enquanto que o RAVI é concedido pelo director do estabelecimento prisional, e possibilita o exercício de actividades dentro do perímetro do estabelecimento, sob vigilância mitigada, o RAVE é concedido pelo director-geral aos reclusos que, após cumprimento de parte substancial da pena de prisão, pretendam trabalhar, frequentar cursos de formação profissional ou seguir um programa de tratamento de toxicod dependência no exterior.

O tratamento diferencial estende-se ainda à interdição em frequentar acções de escolarização e de formação profissional no interior do estabelecimento prisional. São várias as situações em que os imigrantes viram rejeitado o seu pedido para frequentar tais acções. Consideram que isso se prende com as suas origens nacionais, já que os da UE têm permissão para o fazer. Mais uma vez, Pedro sente-se discriminado porque *“Quería aprender língua inglesa, mãe diz para aprender, já pedi autorização aos técnicos e directores, mas não deixam. Porque não sou da UE, porque não tenho documentos que são precisos.”*

Outros alegam razões distintas, mais plausíveis, nomeadamente o facto de estarem em Portugal numa situação não regularizada ou

não terem consigo documentos que atestem as suas habilitações escolares. Olena apresenta justificações mais razoáveis ao dizer: *“eu queria aqui estudar (no E.P.), mas como eu não tenho tudo legalizado eu não posso, isso eu gostava”* (29 anos, ucraniana, não regularizada, 11 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada dos serviços, Lisboa, detida em Tires).

No entanto, e neste contexto, Igor constitui uma espécie de excepção, pois embora lhe tenha sido vedada inicialmente a sua participação numa acção de formação, em fase posterior conseguiu que a sua candidatura fosse aceite. Realça no entanto que foi o único estrangeiro de Leste que teve autorização para o efeito, o que se pode dever ao seu “bom comportamento”. O próprio ficou surpreendido e deixa bem clara a excepcionalidade da sua situação:

“Também há discriminação aqui na cadeia. Fizeram aqui uns cursos de informática levados a efeito por um centro de formação protocolar dos trabalhadores da justiça e o anúncio era só para portugueses e europeus da UE, eu estava interessado, assim como outros estrangeiros, eu tive que pedir muito às pessoas do IRS e do sector de educação, depois deixaram-me ir, mas fui o único, os outros não entraram e não percebi porquê.” (30 anos, russo, não regularizado, pós-secundário (+ 1 ano), empregado da administração, comércio e serviços, Setúbal, detido em Caxias)

Os reclusos ciganos (N = 6) também se queixam de que em geral não lhes são concedidas saídas precárias, supondo-se que a justificação para tal se prenda com a suspeição de que haverá fuga do recluso. Filipe sente-se fortemente prejudicado com esta prática percebida como discriminatória: *“Já atingi 2/3 da pena e estou à espera. Já é a terceira vez que peço a precária e não dão porque têm medo que eu fuja, para onde? Deviam ver a situação da pessoa, então, se eu tenho 5 filhos, eu não os ia deixar.”* (29 anos, português, 3 anos escolaridade, trabalhador não qualificado do comércio, Lisboa, detido em Caxias)

E referem ainda haver discriminação quanto à permissão do exercício de actividades profissionais no interior do estabelecimento prisional; pode-se falar mesmo de uma

continuidade em termos de práticas discriminatórias entre o mundo exterior e o que se passa no interior do sistema prisional. Júlio declara-se lesado a este nível e já questionou directamente os técnicos e as chefias sobre esta situação concreta:

“Aqui, ando há 2 anos a pedir trabalho e não me dão. Só pode ser por eu ser cigano, porque dão ao de Leste e ao brasileiro. A trabalhar passa-se melhor o tempo; porque eu aqui não ouço música, não tenho vícios, vou para a escola de manhã. Eu já disse ao chefe: “é por eu ser cigano?” Ele disse: “não tenho nada”.

– “São racistas?”

Aqui também são racistas? Dá trabalho ao amarelo, ao preto, ... aos brasileiros e de Leste arranjam”. (Júlio, 33 anos, português, não sabe ler e escrever, empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Relativamente ao funcionamento do estabelecimento prisional, os reclusos assinalam o facto de os serviços técnicos (serviço social e psicologia) nunca os contactarem, referindo também que não dispõem de forma permanente e eventualmente preventiva de cuidados médicos, até porque a enfermaria funciona com algumas limitações. Júlio deixa transparecer a sua preocupação e inquietação face a estas lacunas de funcionamento no estabelecimento prisional:

“Eu não tenho razão de queixa daqui, mas a enfermaria não tem nada, eu apanhei aqui micoses e já falei com a ajudante que é brasileira e não me dão nada; até já fiz queixa ao advogado e ao chefe e não se faz nada. A enfermaria não tem medicação e se não pudesse mandar comprimidos de casa eu não sei como é que seria.”

Por outro lado, e mais recentemente, as direcções dos vários estabelecimentos prisionais impuseram restrições na quantidade de números de telefone e de telemóvel para os quais se pode ligar, havendo também um controle quanto aos destinatários das chamadas telefónicas.

De forma muito abreviada, os reclusos russos e ucranianos fazem alusão à forma como decorre o seu dia-a-dia na prisão. Um dos aspectos mais reiterados é o facto de não ser possível ter amigos no interior deste tipo de instituição, uma vez que lá se encontra o “*pior da sociedade*”. Principalmente para os estrangeiros, a permanência no estabelecimento prisional é difícil porque não têm cá familiares (todos os entrevistados) e por isso nunca ou raramente recebem visitas, como refere Pavel: “*o comportamento do português é diferente até porque tem visitas, vê os filhos. Para mim, não é importante que tragam alguma coisa. O que é importante é as pessoas. Não sabem o que é não ver a família.*” (ucraniano, não regularizado, 29 anos, pós-secundário (+ de 4 anos), operário da indústria e construção, Faro, detido no Linhó)

Referem que se sentem isolados e desapoitados não só a nível do patrocínio jurídico, mas também a outros níveis (falta de produtos de higiene pessoal e alguns alimentos), nomeadamente por parte da embaixada do seu país de origem, hipoteticamente devido à falta de recursos financeiros, como salienta Nina: “*Nós temos dificuldade e a nossa embaixada não tem dinheiro. Nós quando precisamos de alguma coisa pedimos às nossas visitadoras, mas não podemos pedir sempre. Nós precisamos de produtos de higiene e aqui não nos dão nada, nem pasta de dentes.*” (40 anos, ucraniana, regularizada, 10 anos escolaridade, operária da indústria e construção, Fátima, detida em Tires)

A conflitualidade entre as diferentes populações em reclusão é um fenómeno que assume alguma saliência nos depoimentos dos interlocutores de Leste. Entre os reclusos perpassa a ideia de que há estrangulamentos nas redes de comunicação interna (entre sujeitos encarcerados), de que as relações são camufladas e opacas, existindo ainda códigos e hierarquias internas difíceis de desvendar. Apesar das limitações dos nossos instrumentos de pesquisa quanto à apreensão destas dinâmicas e mecanismos, foi possível depreender, a partir dos discursos produzidos pelos entrevistados, a existência de um clima de hostilidade latente, que a qualquer momento pode tomar a forma de conflito aberto.

Principalmente os imigrantes entrevistados salientam a existência de conflitos entre reclusos, nomeadamente agressões físicas no interior da própria cela e que envolvem reclusos

de Leste e reclusos de origem africana. Boris conta como é que foi agredido na sua própria cela: *“quando entrei para aqui eu estava sozinho e os outros reclusos bateram-me e tiraram-me os lençóis e o guarda não fez nada.”* (25 anos, russo (etnia chechena), não regularizado, 12 anos escolaridade, desempregado, Faro, detido no Linhó). Não compreendem a inacção por parte dos guardas prisionais, observadores passivos destas ocorrências, conforme menciona Dimitri, contando a sua experiência pessoal:

“Eu não sou racista, mas africano é muito racista e eu pensava que não, mas verifiquei isso cá dentro. Houve aqui uma confusão e 50 pessoas pretos entraram na minha cela e bateram em mim; eram 50 a bater em 3 e partiram braço a outro e guarda não fazia nada, fechou tudo e só ria.” (55 anos, russo (cidadania ucraniana), regularizado, pós-secundário (+ de 4 anos), empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Alguns Ucranianos só em Portugal tiveram a sua primeira experiência relacional com indivíduos de origem africana; já os nacionais da Rússia afirmam ter contactado no seu país de origem com indivíduos africanos, nomeadamente em contexto universitário, quando eram estudantes. Contudo, não deixa de ser curioso constatar que na maior parte dos depoimentos dos reclusos de Leste é evidente uma certa antipatia e animosidade face aos africanos. Pedro deixa transparecer no seu discurso a superioridade dos nacionais dos países de Leste face aos imigrantes africanos ao afirmar:

“Somos mais educados, temos mais estudos, temos outra cultura. Africanos não têm nada na cabeça, por isso os portugueses preferem os de Leste; os de Leste são mais trabalhadores. Os portugueses comparam os de Leste com os africanos e se olharem bem vão ver como são as coisas... não é?” (25 anos, moldavo, não regularizado, 9 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhó)

Boris assume no seu discurso um tom ainda mais radical, acentuando a inferioridade cultural, intelectual e civilizacional dos africanos face aos europeus de Leste.

“As pessoas de cor preta é discriminado, mas também a educação é diferente. Os imigrantes de Leste são mais bem aceites porque são educados. Essa pessoa africana vem de um país muito atrasado e essas pessoas têm pouca coisa na cabeça; só 2 ou 3 é que são inteligentes, os outros não, fazem barulho, falam alto, cheiram mal, não lavam roupa, andam sujos.” (25 anos, russo (etnia chechena), não regularizado, 12 anos escolaridade, desempregado, Faro, detido no Linhó)

Este entrevistado deixa bem claro a supremacia e a dominação dos reclusos de Leste no interior no estabelecimento prisional, de tal modo que os guardas prisionais os temem. A este propósito, Boris relata pelo menos uma situação de conflitualidade exacerbada entre reclusos de Leste e guardas, tendo sido necessária a intervenção das forças especiais para sanar o conflito:

“Aqui na cadeia guardas são mal-educados, riem e chateiam “ah de Leste, terrorista”, é brincadeira, mas fico nervoso, depois calma. Mas em geral os guardas são mal-educados, não estudam para estarem aqui, só ganham dinheiro, abre e fecha porta. Em 2002 entraram aqui as tropas especiais, bateram, houve tiros. (...) Pensavam que os de Leste iam fazer aqui uma revolução, nós não queremos fazer aqui nada de mal, mas eles têm medo de nós, por nós temos mais disciplina. As tropas especiais fizeram uma barricada, os portugueses foram separados e foram para outro lado e nós ficamos cercados. Só bateram nos estrangeiros, houve balas de plástico, alguns apanharam 4 e 5 balas, e tiraram-nos as facas e os ferros. Bateram, houve confusões, provocações – “filho da puta”, fiquei cheio de nódoas negras e quase com um braço partido.”

De uma forma geral, e quotidianamente, os entrevistados avaliam como relativamente amistosa a relação que mantêm com os guardas prisionais; no entanto, consideram que estes tendem a adoptar um comportamento agressivo e por vezes até violento, face aos reclusos africanos. Dimitri assinala: *“aqui tem bom guarda e tem mau guarda que quer mostrar força, tem pouca inteligência; outros fazem o seu trabalho. Sobre nós não são agressivos, mas sobre pretos sim.”* (55 anos, russo (cidadania ucraniana), regularizado,

pós-secundário (+ de 4 anos), empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Quanto aos ciganos, as preocupações que nos levaram a questioná-los em situação de reclusão prisional vão ao encontro das interrogações que os próprios suscitam, nomeadamente aqueles que não estão inseridos em contexto prisional. Torna-se agora pertinente recolocar a hipótese atrás enunciada: sendo a população cigana em contexto nacional tão pouco expressiva em termos de dimensão, porque encontramos nos estabelecimentos prisionais um número de ciganos aparentemente tão elevado? Será que os organismos normativos do Estado tendem a criminalizar e a penalizar os ciganos? Daniel não é recluso, mas no contexto de um estudo mais amplo⁵³ que estamos a levar a efeito, o próprio questiona o investigador:

“(...) é assim, o que acontece é que atendendo ao número – e eu não estou a criticar os 45, senão estou sempre a falar dos 45 mil – se depois formos também atender ao número de reclusos, se calhar é uma percentagem muito elevada da população cigana que está presa.

E aí é natural que depois as pessoas estão a ser penalizadas. Não sei se estão a ser presas correcta ou incorrectamente. Não sei os casos, não os conheço, o que admito é que a percentagem é bastante elevada atendendo ao número... ao universo populacional. Se calhar... agora se acontece ou não, se há uma tendência mais penalizante ou não, isso já não sei.

Admito, admito. Se calhar era importante questionar o porquê disto. Não me queria pronunciar, mas gostaria que quem de direito tentasse perceber porque é que são tantos... porque é que estão tantos presos. Alguma coisa não está bem.” (38 anos, português, ensino superior, quadros técnicos intelectuais e científicos, Barreiro, não detido)

Os entrevistados de etnia cigana corroboram a ideia de que as forças policiais e os tribunais continuam a olhar para o cigano com suspeição; Marco sublinha “só por serem ciganos já pensam

⁵⁴ Mendes, Maria Manuela (2004), *op.cit.*

certas coisas, mesmo sendo inocentes.” (23 anos, português, 6 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da construção, Évora, detido no Linhó)

Parece que o princípio da inocência presumida não se aplica aos ciganos. Entre as instituições normativas parece ainda prevalecer o estigma de que o cigano é sempre culpado, como refere Jorge:

“continuo a achar que o princípio da inocência até prova em contrário não se aplica aos ciganos, aplica-se ao contrário. O cigano é culpado até prova em contrário e isso está muito enraizado na população... e está muito enraizado porquê? Não é ir buscar à história, mas se durante 4 séculos o cigano era condenado pelo facto de ser cigano, ele não precisava de fazer nada, ele não precisava de roubar uma galinha ou ter enganado alguém na compra de um burro. Era por ser cigano, era cigano, és condenado às galés, és para o desterro, és preso, é não sei quê.” (47 anos, português, ensino superior, quadros técnicos intelectuais e científicos, Torres Vedras, não detido)

Outros entrevistados vão mais longe nas suas observações e afirmam que “há juízes racistas”, porque africanos e ciganos são sempre condenados, Martinho afirma convictamente: *“há juízes racistas, as penas são maiores... Ciganos ou pretos são todos condenados.”* (26 anos, português, 4 anos escolaridade, trabalhador não qualificado do comércio, Évora, detido no Linhó). Parece haver um acesso diferencial à lei e às potencialidades que o sistema jurídico oferece por parte dos diferentes grupos sociais, o que é mais notório no caso dos imigrantes da Europa de Leste, mas também é verdade para os ciganos. A condenação ou a liberdade parecem depender em grande medida da possibilidade de se poder aceder a um “bom advogado”. Neste sentido, Rosário afirma mesmo que: *“Se eu tivesse um advogado bem pago eu não estava aqui. (...). Os ciganos e os africanos são bastante discriminados. Os advogados quando vão defender ciganos e africanos não pedem como aos outros 1000 contos, pedem logo 5000 ou 8000 contos. A um branco pedem 500-1000 contos; alguns dão fortunas e ficam igual. Para mim, é um oficioso, não comem nada.”* (35 anos, portuguesa, 4 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Sintra, detida em Tires).

Por norma, quer os ciganos, quer os reclusos de Leste recorrem a advogados officiosos, mas são sobretudo os de Leste que manifestam uma forte desconfiança face aos advogados, afirmando mesmo que os advogados não os defendem. Uma das situações mais recorrentes nas queixas dos reclusos é o facto de os advogados deixarem ultrapassar os prazos para apresentação de recurso face às sentenças. Ao que tudo indica, foi isto que aconteceu com Olena:

“(...) advogado falso, tinha 20 dias para escrever recurso, mas não entregou o recurso; arranjei outro advogado e descobri tudo: eles mentiram e deram-me tudo para me calar, eu abri processo contra advogado”. (29 anos, ucraniana, não regularizada, 12 anos, trabalhadora não qualificada dos serviços, Lisboa, detida em Tires)

Parece haver uma relação de distanciação e até de alienação entre defensor e arguido. Em geral, os entrevistados criticam com veemência a conduta ética e profissional dos advogados, nomeadamente officiosos; Pedro afirma claramente a este propósito que:

“O advogado esqueceu-se de nós. O advogado officioso «enterrou-me»... É linguagem de prisão, aprendi aqui... só me prejudicou.

Depois um amigo arranjou-me um advogado que dizia que era bom, mas só esteve uma vez comigo, pediu 50 contos para fazer o recurso e não pediu mais nada, nem veio cá mais. Não estou sentenciado, porque tinha que receber um documento oficial a dizer a sentença e até agora não recebi nada.” (25 anos, moldavo, não regularizado, 9 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhó)

Estranhamente, Igor está detido há cerca de 3 anos e diz que ainda não conhece o seu advogado de defesa:

“Eu nem sabia o nome do advogada, deram-me o contacto e eu escrevi para advogada, mas depois veio a carta devolvida, a morada que me deram não era de

advogada. O juiz fazer memórias futuras e eu dizer: «quero fazer uma pergunta» e ele dizer: «só pode fazer perguntas ao advogado», isto foi em Março. Em Maio, eles dizerem agora tens novo advogado, só que eu nunca vi este advogado, é só teatro; não falo com ele e muitas testemunhas de defesa já saíram do país.» (30 anos, russo, não regularizado, pós-secundário (+ 1 ano), empregado da administração, comércio e serviços, Setúbal, detido em Caxias)

Os próprios ciganos, assim como os imigrantes russos e ucranianos, ainda que devido a razões diferentes, revelam que desconhecem a legislação e que têm dificuldades em accionar os possíveis meios de defesa. Boris afirma que *“A polícia fala em máfia e a justiça acredita-se. Nós não conhecemos a lei.”* (25 anos, russo (etnia chechena), não regularizado, 12 anos escolaridade, desempregado, Faro, detido no Linhão)

Esta mesma dificuldade (embora não ao nível linguístico) pode ser encontrada entre os reclusos ciganos, como alude Filipe: *“há dificuldades e o Governo não ajuda muito e os ciganos não conhecem as leis.”* (29 anos, português, 3 anos escolaridade, trabalhador não qualificado do comércio, Lisboa, detido em Caxias)

Os reclusos de Leste salientam que a maior parte dos seus companheiros de reclusão são portugueses e africanos, sendo de destacar a preponderância desta última população. A droga é o principal motivo da condenação. A mesma constatação é veiculada pelos ciganos, e pode ser observada tanto nos estabelecimentos prisionais masculinos, como nos femininos. Júlio observa que: *“agora até é mais os pretos. O preto está mais mal visto; as cadeias estão carregadas de pretos.”* (33 anos, português, não sabe ler nem escrever, empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

O mesmo móbil da condenação caracteriza a população cigana que está detida, quer sejam mulheres, quer homens. São raros os casos detidos por outras razões, no entanto, entre os ciganos entrevistados, apenas um estava a cumprir pena por tráfico de droga. Evidenciam que entre os estrangeiros predominam os nacionais do Brasil e outras nacionalidades da América do Sul (por exemplo, Venezuelanos), cujo principal motivo de cumprimento de pena está também relacionado com a droga (são “correios de droga”).

“Aqui, há muitos estrangeiros, o que há mais é dos países de Leste por falsificação de documentos, ou porque não têm documentos ou então por tráfico de droga. Os Brasileiros e os sul-americanos como os Venezuelanos também é por droga. Os africanos é quase tudo por droga, o que há mais aqui é pretos.” (Júlio, 33 anos, português, não sabe ler nem escrever, empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Os entrevistados ciganos e do sexo masculino afirmam que no passado havia mais reclusos de etnia cigana do que na actualidade: “aqui, já houve mais ciganos. Antigamente havia mais «larápios», agora, vem da droga” (Júlio, 33 anos, português, não sabe ler nem escrever, empregado da administração, comércio e serviços). As reclusas ciganas referem o facto de haver no estabelecimento prisional de Tires um elevado número de mulheres ciganas residentes no Norte do país.

“As ciganas é por droga, no RAVI há 6 ou 7 e nos pavilhões há mais. Estão aqui muitas ciganas do Norte. Também há aqui detidas de leste devido à droga. Entre as estrangeiras, há mais brasileiras por serem correios de droga.” (Elsa, 28 anos, portuguesa, 7 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Vila Nova da Barquinha, detida em Tires)

Parece claro, pelo menos nos estabelecimentos prisionais por nós contactados, que o número de reclusos com nacionalidade portuguesa é muito superior ao número de estrangeiros; contudo, entre os nacionais, os motivos da reclusão são diversificados, embora prevaleçam, tanto entre a população masculina, como na feminina, os crimes ligados, directa ou indirectamente, a estupefacientes. Dimitri constata que *há mais Portugueses detidos do que estrangeiros. Noventa por cento das pessoas que estão aqui é por tráfico; aqui, há muitas pessoas da Venezuela, Porto Rico e Brasil.* (55 anos, russo (cidadania ucraniana), regularizado, pós-secundário (+ de 4 anos), empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Os entrevistados originários da Rússia e da Ucrânia revelam que o principal motivo que justifica a reclusão dos indivíduos de Leste é o *auxílio à imigração ilegal*, sendo o segundo

principal motivo a associação criminosa. Na maioria dos casos, estes indivíduos foram presos nos anos 2000 e 2001, tendo-se registado, desde aí, uma tendência para o decréscimo. Igor retrata bem esta realidade:

“Se calhar são estrangeiros, mas estou a incluir aqui os africanos, que são os que predominam. Os africanos e os portugueses é por droga. As pessoas de Leste, em primeiro lugar, é por auxílio à imigração ilegal, depois associação criminosa e foram todas detidas em 2000/ 2001, depois disso acabou. A justiça portuguesa trabalha assim por modas: primeiro foram as máfias de Leste e depois foi a pedofilia, falam muito no assunto durante um tempo, mas depois acaba e não se fala mais no assunto.” (30 anos, russo, não regularizado, pós-secundário (+ 1 ano), empregado da administração, comércio e serviços, Setúbal, detido em Caxias)

A reclusão é uma medida privativa de liberdade, que tem subjacente uma ideologia correccional; contudo, mesmo os reclusos questionam até que ponto essa função é bem sucedida. Elsa sublinha que a prisão pune, mas não promove a reinserção do indivíduo, dado o elevado número de reclusas reincidentes.

“Às vezes as pessoas saem daqui e são piores do que quando entraram. Quando vim para cá era uma «bananazinha», isto aqui «é uma escola», eu vejo pessoas que nunca consumiram e saem daqui a consumir, vejo ciganas que aqui se relacionam com mulheres. As pessoas não saem daqui melhores. Eu sou assim e não houve alterações em mim; há coisas que eu antes nem sonhava, agora, estou alerta. O que elas fazem por um «pacote», ou por um café. Há pessoas aqui que é a 3ª e a 4ª vez, isto não é a melhor forma de integrar e punir as pessoas.” (28 anos, portuguesa, 7 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Vila Nova da Barquinha, detida em Tires)

3.3.4 Tipo de crime e razões da detenção

Entre os reclusos nacionais da Rússia e da Ucrânia, a principal razão de detenção prende-se com a prática de uma criminalidade de contornos específicos associados ao fenómeno da imigração e que é a associação criminosa, extorsão e auxílio à imigração ilegal. Todos os entrevistados interpretam o seu procedimento como uma “ajuda” a outros imigrantes recém-chegados a Portugal, fazendo a mediação entre o potencial trabalhador e o empregador na procura de trabalho, ou quando este se recusava a pagar ao trabalhador. Assumem esta “ajuda aos seus concidadãos” à luz do sistema de valores prevalente no seu país de origem, pois ali qualquer apoio formal ou informal implica sempre uma contrapartida. Por exemplo, Igor fala com um certo à-vontade da prática em questão:

“Não havia extorsão, sequestro, nem tirar documentos, eu ajudava as pessoas a encontrar trabalho, mas só ajudava quem queria. Pessoa quer ou não? Eu fazia contactos e gastava dinheiro a fazer isso. Mas a forma como a polícia explica isto, isto parece crime. Na Rússia tudo tem um custo. A pessoa tem escolha, se vai pedir a alguém para arranjar trabalho, isso vai ser pago, porque a outra pessoa vai gastar dinheiro, mesmo que a pessoa não tenha dinheiro, eu ajudo-a e fiz isso várias vezes...” (30 anos, russo, não regularizado, pós-secundário (+ 1 ano), empregado da administração, comércio e serviços, Setúbal, detido no Linhão)

Aos seus olhos, esta prática afigura-se como legítima e socialmente relevante. Os imigrantes condenados por este tipo de delito asseveram que não sabiam que esta prática constituía crime entre nós. Alex tem 45 anos, já esteve preso na Ucrânia durante 14 anos, e interpreta esta prática ilícita como uma actividade económica equivalente a qualquer outra.

“(...) há 4 anos as firmas mandavam pessoas para aqui e eu ajudava a procurar trabalho, ajudava com comida e quando patrão enganar eu ia falar com ele e muita gente me agradecer.

A pessoa paga depois, mais tarde; era uma ajuda; não tem sequestro e eu não ficava com passaporte da pessoa. Eu quando ia procurar trabalho para outra pessoa, eu pagar

almoço a patrão, eu gastava gasolina nesses contactos. Eu ajudar e eles pagavam para mim 200 dólares.” (russo, cidadania ucraniana, não regularizado, pós-secundário (+ 3 anos), operário da indústria e construção, Silves, detido em Caxias)

Importa referir que este tipo de criminalidade é perpetrado geralmente por homens e está associado à atribuição de penas mais pesadas – entre 5 e 7 anos. Nenhuma das mulheres está detida por esta ordem de razões e por isso estão a cumprir penas mais leves. Quase todos os entrevistados – exceptuando 2 casos – estavam em situação não regularizada. Estes reclusos, na sua quase totalidade, não têm um passado ligado ao crime, pois apenas um deles já cumpriu pena por roubo no seu país de origem.

QUADRO 15 – Síntese do perfil social dos reclusos imigrantes de Leste, tipo de crime e tempo de reclusão e de pena

Reclusos de Leste	Tipo de crime	Tempo de reclusão	Tempo da pena
Pavel, 29 anos, ucraniano, casado, 1 filho, irregular, em Portugal desde 2000, ensino superior, operário da indústria e construção,	Extorsão e associação criminosa	4 anos	7 anos e 6 meses
Alex, 25 anos, moldavo, solteiro, irregular, em Portugal desde 1999, 3º Ciclo E.B., trabalhador não qualificado da construção civil	Associação criminosa	4 anos e 6 meses em preventiva	6 anos (sentença)
Olena, 29 anos, ucraniana, divorciada, irregular, em Portugal desde 2001, 11º ano, empregada da administração, comércio e serviços	Burla informática	1 ano e 9 meses	2 anos e 6 meses
Nina, 40 anos, ucraniana viúva, situação regularizada, em Portugal desde 2001, 10º ano, operária da indústria e construção	Agressão à integridade física	11 meses	1 ano e 4 meses
Boris, 25 anos, russo, solteiro, irregular, em Portugal desde 2000, ensino superior incompleto, inactivo	Associação criminosa e extorsão	3 anos	7 anos
Dimitri, 55 anos, russo, casado, 2 filhos, situação regularizada, em Portugal desde 2000, ensino superior, empregado da administração, comércio e serviços	Burla e auxílio à imigração ilegal	1 ano e 4 meses em preventiva	NS
Alex, 45 anos, russo, divorciado, 2 filhos, irregular, em Portugal desde 2000, ensino médio, operário da construção civil	Associação criminosa e auxílio à imigração ilegal <i>Nota: esteve preso na Ucrânia 14 anos, por roubo</i>	4 anos	7 anos
Andrey, 29 anos, ucraniano, solteiro, irregular, em Portugal desde 2001, ensino superior, trabalhador não qualificado da construção civil	Associação criminosa e auxílio à imigração ilegal <i>Nota: reincidente, já esteve preso alguns meses por falta de documentos (?)</i>	1 mês em preventiva	NS
Igor, 30 anos, russo, divorciado, 2 filhos, irregular, está cá desde 2000, ensino médio, empregado da administração, comércio e serviços	Associação criminosa e auxílio à imigração ilegal	2 anos e 9 meses	5 anos e 6 meses

A maioria dos ciganos não está detida por tráfico de estupefacientes, mas sim por roubo, o que contraria o estereótipo de senso comum – “o do cigano traficante”. Marco e Martinho afirmam que não roubavam por necessidade, e aquilo que roubavam era “pouca coisa”.

“Estou aqui por roubo, ainda era gaiato e «bebia uns copos», foi só por «maluqueira», andava nos copos com os amigos... bebíamos uns copos, variavam e roubavam. Só dois dos amigos é que foram presos, um deles é cigano. Começaram a abrir e a fazer processos e começaram também a juntar os processos, um dia mandaram uma carta para me apresentar no posto, fiquei logo detido...” (Marco, 23 anos, português, 6 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da construção, Évora, detido no Linhó)

Estes roubos emergem como uma prática associada às influências desenvolvidas no contexto de “grupos de amigos”, referindo Martinho que a actuação delinquente era, precisamente, uma actividade colectiva:

“Os furtos eram cometidos em grupo, com o A., roubavam pequenas coisas. Eu não precisava de dinheiro, o meu pai até me dava o que eu queria, mas foi por influência dos outros.” (26 anos, português, 4 anos escolaridade, trabalhador não qualificado do comércio, Évora, detido no Linhó)

Filipe afirma que cometeu vários roubos, mas o seu *leitmotiv* era outro: financiar o consumo de drogas duras. O entrevistado acrescenta que iniciou a sua carreira de toxicodependente com 21 anos, quando esteve na tropa e quis experimentar, não por influência de outrem, mas por vontade própria:

“A gente fuma porque quer, ninguém nos obriga ou diz para consumir; a pessoa cai porque quer provar, eu andava com uma pessoa que era toxicodependente, não era propriamente meu amigo. Eu não picava, apenas fumava na prata.” (29 anos, português, 3 anos, trabalhador não qualificado do comércio, Lisboa, detido em Caxias)

Refere que ao tornar-se consumidor frequente de drogas, se afastou da sua família, bem como da sua comunidade, só pensava em si. Inicialmente os roubos eram cometidos em grupo, mas com o passar do tempo autonomizou-se e passou a perpetrar sozinho esses actos. Filipe descreve a forma como actuava:

“Para ganhar dinheiro tive que roubar. Juntei-me com um rapaz cigano e com uma rapariga não cigana, eu ficava dentro do carro e eles iam e roubavam as lojas, por exemplo de roupa. Por último eu já fazia isso, mas sozinho. Actuava à noite, eu partia a montra e roubava o que podia, era aquela coisa para a droga e isso durou algum tempo.”

Alguns dos outros reclusos ciganos revelam que também foram de algum modo afectados pelo consumo e/ou tráfico de droga, quer ao longo do seu percurso pessoal específico, quer por via da sua biografia familiar.

Júlio faz alusão ao seu percurso pessoal passado que também se entrelaçou com a droga:

“Já andei a roubar «chavóis» (leitores), tive 16 anos de droga e em 1994 curei-me, estive 30 dias fechado, nessa altura era solteiro e drogado. (...) Comecei com 14/15 anos e cheguei a «picar» em casa por curiosidade; a minha mãe dava-me dinheiro para ir comprar aos ciganos que vendiam droga lá ao pé de casa, e eu picava-me em casa ao pé da minha mãe, não fosse acontecer alguma coisa de mal, ter uma overdose; por isso, é que nunca apanhei nenhuma doença.”
(33 anos, português, não sabe ler nem escrever, empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, detido em Caxias)

Esta é a terceira vez que Júlio está preso, embora sempre por roubo, “estive preso em 89 e 90 por roubos de putos, relógios e coisas assim. Entre 89 e 94 estive preso 4 meses por roubar lojas, como a Bambi, apanhava sempre penas de 6 meses.” No entanto, considera que desta vez está preso injustamente. Efectivamente, o caso assume discursivamente alguma opacidade até porque envolve questões de lealdade relacionadas com outros membros do grupo cigano, como se pode depreender do seguinte relato:

“Desta vez que foi em 2003 eu falei verdade, mas como sou cigano não se acreditam em mim, acreditam-se no senhor. (...) mas eu não podia dizer quem foi, por causa da nossa lei; dois disseram-me que sim e dois disseram não, então, houve uma contradição e deram-me 12 anos e meio. Neste processo há senhores⁵⁵ e tem também a ver com tráfico de droga, porque foi um roubo de droga...”

QUADRO 16 – Síntese do perfil social dos reclusos ciganos, tipo de crime e tempo de reclusão e de pena

Reclusos ciganos	Tipo de crime	Tempo de reclusão	Duração da pena
Marco, 23 anos, português, casado, 5 filhos, 2º Ciclo EB, trabalhador não qualificado da construção civil	Roubo	3 anos e 4 meses	5 anos
Martinho, 26 anos, português, solteiro, 1º Ciclo EB, trabalhador não qualificado do comércio	Roubo	4 anos	7 anos e 6 meses
Rosário, 35 anos, portuguesa, casada, 5 filhos, 1º Ciclo EB, trabalhadora não qualificada do comércio	Burla <i>Nota: reincidente, já esteve presa uma vez por tráfico de estupefacientes</i>	3 anos	4 anos e 4 meses
Elsa, 28 anos, portuguesa, casada, 1 filho, 2º Ciclo EB, trabalhadora não qualificada do comércio	Tráfico de estupefacientes	4 anos	6 anos
Filipe, 29 anos, português, separado, 5 filhos 1º Ciclo EB incompleto, trabalhador não qualificado do comércio	Roubo	3 anos e 4 meses	5 anos
Júlio, 33 anos, português, casado, 5 filhos, não sabe ler nem escrever, empregado da administração, comércio e serviços	Roubo <i>Nota: reincidente, já esteve preso duas vezes por roubo</i>	1 ano	6 anos

Rosário fala do determinismo dos seus antecedentes familiares ligados ao crime de estupefacientes; diz que vem de uma “família da droga”, o pai vendia droga, acabou por ser preso e faleceu a cumprir pena de prisão. Para além disso, também dois membros da sua fratria foram toxicodependentes, são seropositivos e já estiveram presos.

“Quando se tem uma família ligada à droga, é como se fosse um ciclo vicioso e acaba por acontecer muita desgraça. É muito difícil uma mulher meter-se na droga, mas com o que aconteceu com os meus irmãos a gente pára, nunca mais vendi droga, nem ninguém

⁵⁵ Termo utilizado pelos ciganos para designar os membros da população branca, maioritária.

na minha família.” (Rosário, 35 anos, portuguesa, 4 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Sintra, detida em Tires)

A própria já vendeu droga e este foi o motivo que a levou pela primeira vez à prisão, quando tinha 23/24 anos. Diz com clareza: *“com 20 anos tive a ambição de meter-me nesses negócios (...) fui detida tinha 23/24 anos, era ainda muito criança, entrei grávida de 6 meses, meti recurso e tive as minhas filhas ao pé de mim, a outra tinha 3 anos”*; na actualidade encontra-se a cumprir pena por burla. Rosário fala no *“vício do dinheiro”*, que confere ao indivíduo poder, liberdade e prazer. Para esta entrevistada *“os drogados têm o vício da droga e nós temos o vício do dinheiro, é um vício. Eu não sou capaz de ir à rua com pouco dinheiro. Se numa noite só tivesse 20 contos no bolso, já não dormia a pensar o que eu iria fazer no outro dia só com esse dinheiro.”*

A única situação de detenção por crimes relativos a estupefacientes é protagonizada por uma mulher. Elsa tem apenas 28 anos e alega as dificuldades de subsistência, bem como a necessidade de independência financeira face à família de origem, já que na altura o marido se encontrava detido e tinha um filho a seu cargo.

“Eu antes de vir para aqui vendia droga. O meu marido estava preso, eu estava farta de depender da minha mãe e um cunhado ofereceu-me para eu vender, e eu vendia directamente aos toxicod dependentes e até a guardas que iam lá. É um ciclo vicioso e uma maneira fácil de ganhar dinheiro fácil.” (portuguesa, 7 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Vila Nova da Barquinha, detida em Tires)

A atractividade exercida por este tipo de práticas prende-se essencialmente com a facilidade e rapidez com que se pode ganhar muito dinheiro. Os riscos que correm e o sentido de ilegalidade são secundarizados face às vantagens resultantes destes *“negócios”*. Rosário afirma sem rodeios:

“(...) as pessoas metem-se porque é dinheiro fácil, não medem as consequências, não têm que se levantar cedo e ganham batelões de dinheiro, então são detidas

2ª, 3ª e 4ª vez, como há casos aqui. Os ciganos querem mais e mais dinheiro e só muito tarde é que vêem o mal que fazem, por vezes, chegavam ao meu pé rapazes a ressacar e ainda faltava 100 ou 200 escudos, mas eu vendia-lhes na mesma.” (35 anos, portuguesa, 4 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Sintra, detida em Tires)

Diferentemente do que se registou entre os reclusos de Leste, a maioria dos ciganos detidos insere-se nos estratos sociais mais baixos da sociedade e apresenta níveis de escolaridade muito reduzidos – sempre inferiores à escolaridade mínima obrigatória actual e com uma sobre-representação dos indivíduos apenas com a instrução primária (1º ciclo), a que se junta um recluso analfabeto, apesar da juventude deste efectivo (entre 23 e 25 anos). Também em contraste com os imigrantes de Leste, de uma forma geral os ciganos não contestam a pena que lhes foi aplicada, nem tão-pouco a legitimidade da sua reclusão. Citando mais uma vez Rosário, a entrevistada salienta: *“(…) até foi bom ter vindo presa, porque os meus filhos e marido conseguem viver com esse dinheiro, é uma lição que os meus filhos me têm dado.”*

Todos os reclusos ciganos têm na actualidade ou já tiveram familiares em primeiro ou segundo grau também detidos, é o caso de Rosário:

“Já andei muito tempo de luto, o meu pai foi detido por tráfico e acabou por falecer no estabelecimento prisional de Caxias, morreu-me também um irmão com 33 anos, seropositivo e toxicodependente, e tenho uma irmã de 27 anos seropositiva e também toxicodependente e que também já esteve detida...”

Por vezes, no grupo cigano, parte do grupo familiar é detido em conjunto; foi o que sucedeu com Elsa:

“Fomos detidos na mesma altura 6 irmãos, 3 saíram quando foram ouvidos e 3 ficaram; ficou um cunhado que se suicidou, ficou o meu marido que apanhou 7 anos e 3 meses e é reincidente. Eu já sabia que os meus irmãos iam sair porque eles não tinham nada a ver, um deles era menor e eu só pedia para que eles

saíssem, preferi assim: que eles saíssem e eu ficasse.” (28 anos, portuguesa, 7 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Vila Nova da Barquinha, detida em Tires)

A rede de suporte familiar e até de amizades dos reclusos ciganos mostra-se afectada pela tendência para a criminalização dos ciganos e para a relegação do grupo para espaços sociais ligados à marginalidade.

Entre os reclusos de Leste, apenas um dos entrevistados (Dimitri) tem uma filha que na actualidade se encontra detida em Portugal.

3.3.5 Discriminação por parte das forças policiais na óptica dos grupos entrevistados

Os reclusos da Rússia e da Ucrânia falam da existência de agressões físicas perpetradas no momento da detenção, e também logo após a detenção, mas já no interior das esquadras, nomeadamente em situação de interrogatório⁵⁶. Pedro refere o excesso de zelo, particularmente o uso de força física mesmo em situações de pós-detenção, deixando antever que os abusos por parte dos agentes podem assumir contornos imprevisíveis:

“Quando estava no calabouço em Faro, eu estava sentado e o tabaco estava em cima da mesa, e levantei-me para o ir buscar e eles deram-me uns empurrões e eu não percebi porquê. Muitos abusam do poder que têm, batem nas pessoas, usam de uma linguagem agressiva, o que se nota pelo tom de voz, apesar de não perceber o que eles dizem; algumas pessoas que estão detidas dizem mesmo que foram torturadas.” (25 anos, moldavo, não regularizado, 9 anos escolaridade, trabalhador não qualificado da indústria e da construção, Albufeira, detido no Linhão)

56 Mais uma vez, não se sabe até que ponto não haverá aqui um excesso de vitimização por parte dos entrevistados, ou, em contrapartida, um excesso de violência por parte das autoridades policiais ou, ainda, a ocorrência dos dois fenómenos em simultaneidade. A falta de elementos empíricos não nos permite discutir com profundidade e com total rigor esta questão.

Essas agressões assumem num outro caso um excessivo grau de violência, violando claramente os direitos humanos, segundo o relato proferido por Alex:

“Estive na cadeia da PJ em Faro 2 dias sem comida e sem nada, puseram-me algemas e dentro da polícia houve agressões físicas, a polícia queria que eu escrevesse que eu conhecia pessoa de X e não deu advogado, nem tradutor. O outro ucraniano que foi apanhado comigo puseram um saco plástico na cabeça, puseram a bracelete e batiam-lhe com lista telefónica.” (45 anos, russo, cidadania ucraniana, não regularizado, pós-secundário (+ 3 anos), operário da indústria e construção, Silves, detido do Linhó)

Segundo os entrevistados, a polícia parece manifestar uma excessiva suspeição relativamente aos estrangeiros de Leste. Por exemplo, Boris refere que o argumento da perigosidade associada aos imigrantes russos e ucranianos, considerados “terroristas” e “mafiosos”, legitima as agressões físicas cometidas pela polícia sobre estes estrangeiros:

“Fui para a esquadra, entraram dois polícias da PJ à civil, mostra bolsos, um fala português, o outro em inglês. Um deles deu-me uma chapada porque eu ouvia música. Também bateu no meu colega que percebia melhor do que eu português, bateu em mim também, mas o meu colega apanhou mais.

Eu falei com tribunal que fomos agredidos; – não é interessante!

Porquê bater em mim?

– Não interessado nisso.” Fomos acusados de crime organizado de Leste, uso de bruta força e extorsão porque tirávamos dinheiro aos outros de Leste e que o entregávamos a terceira pessoa. (...) Polícia precisa de nova coisa e procura máfia, polícia precisa de mostrar que trabalha e precisa de mostrar obra.” (25 anos, russo (etnia chechena), não regularizado, 12 anos escolaridade, desempregado, Faro, detido no Linhó)

Olena tem 29 anos, é ucraniana e conta com algum pormenor que não foi bem tratada pela polícia (Polícia Judiciária) quando decorreu o interrogatório, sendo alvo de intimidações permanentes:

“Eles brincavam comigo; eu contar a verdade e eles diziam: «fala mais, vais apanhar 15 anos». Eu queria ir para casa de banho e eles diziam: «espera». Não fumar, não dormir, trataram-me mal, não percebo! Eu fui sozinha, por livre vontade, comportamento estranho destes polícias!

Havia um outro homem que a dada altura foi comprar tabaco para mim e dizia: «diz para mim a verdade, eu não digo nada». Parece que estava a falar com uma criança.” (29 anos, ucraniana, não regularizada, 11 anos de escolaridade, trabalhadora não qualificada dos serviços, Lisboa, detida em Tires)

Quando questionada sobre o que sentiu e como reagiu às questões colocadas e à pressão e tensão inerente àquela situação, sob uma aparente tranquilidade, Olena revela sentiu muita raiva, exteriorizada através do choro; assim, ela confessa “ chorei muito, não podia fazer nada.”

Também os reclusos com pertença ao grupo étnico cigano aludem aos abusos de poder por parte da polícia que se traduzem num uso excessivo da força perante os ciganos. Assinalam que esta forma de actuação também pode ser observada no contacto com outros grupos étnicos classificados como “grupos perigosos”, como sejam os africanos.

Falam num sentimento de medo incorporado no grupo cigano face às forças policiais que poderá estar associado à marginalização e perseguição de que têm sido alvo ao longo da história, mas, também, ao desconhecimento ou aos poucos conhecimentos que possuem em matéria de leis e dos direitos que lhes assistem. João esclarece com um maior grau de profundidade esta difícil relação entre ciganos e polícia:

“É assim: sentem-se (que não são, que não são), sentem-se superiores ou querem-se fazer superiores às outras pessoas e para mim são mentes perversas

que se escondem naquela farda para fazer essas coisas. Certas coisas que eles fazem. (...) Porque é assim: porque não têm voz activa, não conhecem as leis que é uma coisa muito importante conhecer as leis e os nossos direitos. E a maior parte não conhece e então atemorizam-se com coisas insignificantes que a polícia faz com que sejam na altura coisas muito graves mas não são e como não têm conhecimento das leis, deixam-se ir.” (45 anos, português, sabe ler e escrever, trabalhador não qualificado do comércio, mas está à procura de trabalho, Amadora, não detido)

Nos bairros de residência de ciganos e de outras minorias, as rusgas desencadeadas pela polícia assumem contornos de alguma violência; quando ocorrem detenções entre ciganos não é raro que todos os efectivos adultos da mesma família sejam detidos. Rosário, 35 anos, detida pela segunda vez, relata as circunstâncias que envolveram a sua última detenção:

“No bairro do Zambujal quando há rusgas a polícia entra em casa das pessoas de forma violenta e parte tudo o que encontra pela frente. A primeira vez que fizeram uma rusga não partiram nada, eu tinha a droga no avental, foi na Buraca, a polícia algemou os rapazes, a mim também, o meu marido, o meu cunhado e a minha irmã, porque «era tudo mau» ”. (portuguesa, casada, 5 filhos, 4 anos escolaridade, trabalhadora não qualificada do comércio, Sintra, detida em Tires)

Luís tem 54 anos, reside em Lisboa e realça o contributo da “polícia de proximidade” na medida em que tem ajudado a desvanecer, por um lado, o medo dos ciganos face à polícia e, por outro, a opacidade do sistema jurídico.

“Por exemplo, às vezes um cigano... recebe uma contrafé em casa, ele fica apavorado. Nunca matou ninguém, nunca roubou, nunca fez mal a ninguém, mas ele fica assustado. Porquê? Porque isso é uma herança que ele tem... a mente dele já está virada para que se vem um papelinho daqueles a casa ele tem que se apresentar na polícia, já sabe que vai ser maltratado, que vai ficar preso e que vão judiar com ele e que ninguém lhe vai dar uma atenção devida, que vai ser sempre (...). Mas pode ser a multa do carro, pode ser qualquer coisa assim tão simples

como uma multazinha. E, então, quando havia o problema desse programa, polícia de proximidade, nós às vezes temos facilidade de chegar e dizer “o que é isso?”

Eu explicava a eles o que era, «é pá, isso não tem importância» e diziam, então as pessoas vinham e não acontecia nada, eles resolviam as situações.” (português, 9 anos escolaridade, empregado da administração, comércio e serviços, Lisboa, não detido)

3.3.6 Breve síntese

Lamenta-se a ausência de dados estatísticos para as unidades de análise inferiores ao concelho de residência do recluso estrangeiro, uma vez que assim é difícil estabelecer uma análise mais aprofundada em termos de ligação aos espaços de privação discutidos em momentos anteriores deste texto. Adicionalmente, não foi possível aceder a informação quantitativa sobre os reclusos ciganos, o que também veio limitar os resultados do estudo. A indisponibilidade desta informação tem a ver com imperativos legais ponderosos que se prendem com a proibição de se fazer qualquer tipo de discriminação étnica e racial dos indivíduos. Embora este posicionamento seja legítimo, responsável e até respeitável, poderá, eventualmente, contribuir para alimentar ainda mais o mito (ou a realidade?) de que há uma tendência clara em Portugal para a criminalização e penalização dos cidadãos nacionais de etnia cigana? Até que ponto adensam mais o estigma e a negatividade do indivíduo portador do capital étnico (ser cigano), como se fosse *a priori* algo depreciativo e de que não se pode falar...

Com base nos depoimentos e nos dados estatísticos de 2003, também parece preocupante o elevado número de homens e mulheres em reclusão e que são nacionais dos PALOP ou que são portugueses mas que têm origens africanas. Face a estes segmentos de população, parece também registar-se alguma tendência para a criminalização, que supostamente se regista também para os ciganos, como já foi referido⁵⁷.

⁵⁷ A este propósito, ver Seabra e Santos, 2005 e 2006.

Em particular, a análise da situação dos reclusos ciganos permite-nos concluir que:

- existem ligeiras limitações ao nível dos direitos que lhes assistem em termos de garantias processuais e acesso ao direito e aos tribunais, designadamente a aparente dificuldade quanto a saídas precárias prolongadas;
- subsistem dificuldades no acesso ao exercício de actividades profissionais no interior dos estabelecimentos prisionais;
- existe uma menor capacidade económica para aceder aos defensores, recorrendo-se a advogados officiosos, em relação aos quais existe, por vezes, alguma desconfiança (até pela sua reduzida experiência);
- prevalece entre os ciganos uma certa desconfiança face aos juízes que, segundo estes, dificilmente acreditam na inocência do indivíduo cigano;
- sobressai entre os ciganos a suspeição de que os juízes atribuem penas mais pesadas aos ciganos do que aos outros cidadãos nacionais;
- por vezes regista-se uma não aplicação do princípio da inocência presumida face ao indivíduo cigano por parte das autoridades policiais, observando-se excesso de zelo e até violência manifesta no momento da detenção e também do interrogatório;
- os crimes mais comuns, pelo menos entre os entrevistados, são o roubo e o furto, relegando para segundo plano os delitos relacionados com estupefacientes (embora estes, por motivos directos ou indirectos, também tenham significado);
- a penalização via reclusão não tem produzido reintegração ou esta tem sido muito limitada, dado haver indícios de que a reincidência tem algum significado neste grupo.

Relativamente aos reclusos de Leste é de ressaltar entre as principais linhas de força:

- maior restrição ao nível dos direitos que lhes assistem em termos das garantias processuais e acesso ao direito e aos tribunais comparativamente ao que sucede com os Portugueses, mas também com os nacionais da UE: ausência ou deficiente apoio ao nível dos serviços de tradução; existência de irregularidades processuais; informação lavrada em tribunal não compreensível porque não é na sua língua materna ou numa língua que lhes seja acessível; não acesso a saídas precárias com – de pena; não acesso ao RAVI; prolongamento da prisão preventiva;
- interdição de frequentar cursos de escolarização e de formação profissional;
- falta de apoio prestado pelos consulados e pelas associações de direitos humanos e de imigrantes;
- menor capacidade económica para aceder aos defensores, recorrendo-se a advogados oficiosos, em relação aos quais existe, por vezes, alguma desconfiança (até pela sua reduzida experiência);
- relatos de ocorrência de violência física e verbal nas acções de detenção e, por vezes, durante os interrogatórios por parte dos agentes da polícia;
- a representação estigmatizante do europeu de Leste como mafioso e terrorista, aparentemente partilhada pelos juízes e agentes das forças policiais (opinião veiculada pelos reclusos).

3.4. **ETNICIDADE E ESPAÇOS DE CONFLITO IV – UMA APROXIMAÇÃO À IMAGEM CONSTRUÍDA PELA IMPRENSA**

Nas sociedades actuais, os meios de comunicação de massas são uma das principais, se não a única, fonte de informação de grande parte das pessoas. Torna-se portanto muito importante perceber a importância dos *media* nos processos de construção social da realidade, quer como indutores implícitos quer explícitos, de ideias e atitudes de estigmatização, xenofobia, racismo e de anti-racismo. Adicionalmente, os *media* são fundamentais para a geração das imagens que associamos aos diferentes espaços, contribuindo fortemente para a construção das representações sociais. Um espaço percebido como violento ou degradado pode ser ainda mais violento ou degradado se os *media* o construírem como tal e reproduzirem, sistematicamente, essa imagem. Na verdade, seria interessante contrapor o número de notícias referentes a aspectos positivos e a aspectos negativos que incidem sobre as denominadas áreas problemáticas em meio urbano. Não será difícil prever que as segundas se sobreporiam, certamente, às primeiras.

De facto, os meios de comunicação social difundem constantemente notícias que de uma forma directa ou indirecta se relacionam com o fenómeno da imigração e a presença de imigrantes e minorias étnicas em Portugal e, particularmente, em determinados lugares das cidades portuguesas. Os assuntos podem ir desde a chegada de imigrantes ao nosso país à lei de entrada, permanência e expulsão, passando por questões relacionadas com as condições de vida das minorias e/ou a sua situação laboral e habitacional, até aspectos de interacção (conflitos e tensões) entre os diferentes grupos migrantes e não migrantes de carácter minoritário com presença no actual contexto da sociedade portuguesa.

Os actores institucionais entrevistados salientam a importância do papel dos *media*, afirmando que *“eles constituem o principal factor que origina reacções de intranquilidade e desconfiança face aos grupos imigrantes e minorias étnicas a residir no país”* (DGSP), através de uma *“construção da realidade que nem sempre é fiel à realidade efectiva”* (O Companheiro, APAV, INDE). Ao ampliarem os problemas e descaracterizarem as

notícias, os *media* contribuem para uma agudização dos problemas e para a criação de estereótipos, servindo muitas vezes de veículo para a construção e gestão do medo.

Do ponto de vista das instituições que trabalham com as comunidades imigrantes e as minorias étnicas, “os *media* *deviam ter um papel mais responsável não só na divulgação das actividades negativas dos grupos, como efectivamente acontece, mas de forma irresponsável, mas também na divulgação e num reforço educativo das acções positivas desenvolvidas por estas comunidades*” (PSP, GNR). Esta ideia evidenciada pelas instituições entrevistadas vai ao encontro do que é revelado pelos recentes estudos empíricos (Cádima, 2003; Carneiro, 2004) acerca do papel dos meios de comunicação social na mudança de valores, na divulgação de informação que possibilite a correcção de falsas crenças e de práticas socialmente reprováveis face aos imigrantes e grupos minoritários nacionais. Para Roberto Carneiro (O.I. Maio 2004: 7), é no processo de construção e desconstrução de atitudes perante o “Outro” que “os *media* ocupam um lugar privilegiado de intermediação cultural, ou seja, de produção e de disseminação simbólica”. Seguindo de perto esta afirmação, e elegendo-a como ponto de partida para a discussão que se segue, efectuámos no contexto deste estudo uma análise meramente exploratória a dois jornais da imprensa diária com o intuito de perceber a existência de fenómenos de discriminação discursiva face aos grupos minoritários migrantes e não migrantes. Sem pretensões de exaustividade analítica e crítica, procurámos observar a forma como são noticiados os conflitos, os grupos minoritários envolvidos e os cenários espaciais de ocorrência. No fundo, pretendemos fazer uma aproximação ao modo como a imprensa representa espaços e grupos e, também, aos potenciais efeitos ao nível da reprodução discursiva de fenómenos de estigmatização, discriminação, racismo e exclusão junto dos públicos de recepção.

O nosso olhar centrou-se nos jornais *Correio da Manhã* e *Público*, sendo possível constatar a orientação que cada um desses jornais procura ter na transmissão da informação. Analisámos um total de 281 peças, sendo 142 do *Correio da Manhã* e 139 do *Público*, reportando-se a um período temporal que vai de 1998 a 2003.

Esta informação vem complementar as outras fontes de informação por nós usadas (dados estatísticos, bibliografia, discursos orais) no contexto da actual pesquisa, sendo

assim possível perceber qual o contributo dos *media* enquanto construtores de imagens e difusores de sentimentos (sobretudo estereotipados e negativos) face aos imigrantes e minorias nacionais.

De um modo geral, o ano de 2000 destaca-se, em relação aos outros anos escolhidos para análise, com uma maior percentagem de casos noticiados. É, no entanto, o jornal *Público* que nesse ano apresenta um maior volume de notícias neste âmbito, elevando a percentagem total para 25,6%. Este valor baixa até o ano de 2002, voltando a aumentar ligeiramente no ano de 2003.

QUADRO 16 – “Peças jornalísticas” analisadas segundo os anos

Anos	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
1998	19	26	45	16,0
1999	23	18	41	14,6
2000	29	43	72	25,6
2001	30	21	51	18,1
2002	20	13	33	11,7
2003	21	18	39	13,9
Total	142	139	281	100,0

Em relação aos meses de maior produção de “peças jornalísticas”, Fevereiro (12,8%) e Abril (10,3%) apresentam os maiores valores e, em contrapartida, os meses que iniciam o Verão – Junho e Julho – baixam para quase metade desses valores. Entre os dois jornais verificam-se discrepâncias interessantes e que nos parecem dignas de nota: principalmente nos meses de Janeiro e Setembro, denota-se uma tendência para uma maior cobertura de notícias que envolvam grupos minoritários por parte do jornal *Público*, comparativamente ao *Correio da Manhã*.

QUADRO 17 – “Peças jornalísticas” analisadas segundo os meses

Meses	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
Janeiro	8	15	23	8,2
Fevereiro	19	17	36	12,8
Março	6	10	16	5,7
Abril	13	16	29	10,3
Maiο	13	10	23	8,2
Junho	12	5	17	6,0
Julho	10	8	18	6,4
Agosto	18	8	26	9,3
Setembro	4	18	22	7,8
Outubro	14	11	25	8,9
Novembro	12	11	23	8,2
Dezembro	13	10	23	8,2
Total	142	139	281	100,0

Quanto à envólvecia de indivíduos nas ocorrências, apesar de haver uma certa divergência entre os dois jornais, o Quadro 18 aponta para percentagens mais elevadas quando são um a dois ou dois a cinco indivíduos. O *Correio da Manhã* (CM) parece centrar os episódios retratados no indivíduo, tendência também recorrente, embora mais esbatida, nas “peças” do *Público* (P). É por demais evidente a focalização em torno de acontecimentos grupais (em 36% das notícias do CM e 40,0% do P).

QUADRO 18 – Número médio de indivíduos envolvidos nos eventos noticiados

Nº de indivíduos	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
Um a dois	61	39	100	35,6
Dois a cinco	30	45	75	26,7
Seis a dez	22	18	40	14,2
Mais de dez	22	28	50	17,8
Sem informação	7	9	16	5,7
Total	142	139	281	100,0

O facto de mais de 30% das notícias referirem ocorrências em que intervêm grupos confirma a existência de situações de conflito de carácter colectivo e, sobretudo, o interesse dos órgãos de informação nestas. Refira-se, contudo, que isto não significa a existência de violência colectiva organizada ou de estratégias grupais de violência do tipo “gang” (numa perspectiva estrita), uma vez que, em diversos casos, se trata de situações em que a tensão está associada a “ajuntamentos” populacionais circunstanciais, cujo conteúdo é, já de si, potencialmente tenso (e.g., zonas de lazer nocturno, jogos de futebol...).

É de destacar nas características sociais dos indivíduos envolvidos nos episódios noticiados a preponderância do sexo masculino. Os dados patentes nos Quadros 19 e 20 corroboram as informações recolhidas nos outros níveis da análise empírica, onde se observa que os conflitos e a violência são maioritariamente perpetrados por grupos de jovens do sexo masculino. Imprensa e dados policiais estão neste caso em sintonia.

QUADRO 19 – Sexo dos indivíduos envolvidos nos eventos noticiados

Sexo dos indivíduos	Correio da Manhã	%	Público	%	Total (N)	Total %
Apenas masculino	105	78,4	68	80,0	173	79,0
Apenas feminino	7	5,2	1	1,2	8	3,7
Ambos os sexos	22	16,4	16	18,8	38	17,4
Sem informação	8	---	54	---	62	---
Total	142	100,0	139	100,0	281	100,0

Contudo, e apesar de não termos reservas quanto a esta tendência, supomos que poderá haver uma subavaliação do número de efectivos femininos, nomeadamente ao nível da delinquência juvenil, devido a razões de ocultamento, invisibilidade e de controlo social. O imaginário social e também o discurso mediático tende a construir figuras arquetípicas que se reproduzem perpetuamente, e de difícil desmistificação. Saliente-se, no entanto, que o jornal *Público*, mesmo destacando o envolvimento dos indivíduos do sexo masculino nos conflitos, é menos informativo no que se refere à identificação do sexo, comparativamente ao *Correio da Manhã*.

Relativamente às idades dos protagonistas que ganham notoriedade pública nas “peças” noticiadas destaca-se a categoria social dos jovens. No quadro 20 verificamos que cerca de 63,3% das ocorrências têm o envolvimento de jovens e de menores.

QUADRO 20 – **Categorização etária dos envolvidos nos eventos noticiados pelos jornais**

Categorias etárias	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
Jovens (menores)	8	10	18	11,4
Jovens (entre 18 a 29 anos)	34	33	67	42,4
Adultos jovens (30 a 44 anos)	23	2	25	15,8
Adultos (45 a 64 anos)	1	0	1	0,6
Jovens (menores ou não) e adultos	15	10	25	15,8
Adultos e adultos jovens	4	0	4	2,5
Jovens e menores	6	9	15	9,5
Outros casos	1	2	3	1,9
Sem informação	50	73	123	---
Total	142	139	281	100,0

Se atentarmos no quadro seguinte, observamos que a referência à intervenção das forças policiais (PSP, GNR e Polícia Municipal) assume especial intensidade (em 97,6% das notícias). Esta regularidade encontrada em ambos os jornais poderá indiciar a gravidade pública dos eventos que possivelmente põem em causa a ordem social, procurando obviamente os órgãos de comunicação social legitimar o consenso público e a ideologia dominante, para além de pretenderem noticiar fenómenos de alguma espectacularidade, frequentemente envolvendo confrontos entre a polícia e os cidadãos com perturbação intensa da ordem pública.

QUADRO 21 – **Instituições envolvidas nos eventos noticiados**

Instituições	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
PSP, GNR, Polícia Municipal	103	101	204	97,6
SEF	1	1	2	1,0
Bombeiros	1	2	3	1,4
Sem informação	37	35	72	---
Total	142	139	281	100,0

Relativamente à hora da ocorrência, constatamos que as situações surgem na maioria das notícias no período da noite e madrugada, quando os mecanismos de controlo social público (formal e informal) estão enfraquecidos e os comportamentos que induzem risco de violência aumentam (frequência de espaços de lazer nocturno, desertificação de algumas áreas essencialmente dedicadas ao comércio e serviços, elevado número de fogos vagos e deteriorados, ausência de iluminação pública...). O período nocturno assume assim uma elevada centralidade ao nível dos incidentes relatados, o que parece vir ao encontro dos sentimentos de medo e insegurança que geralmente o senso comum associa à noite. A este propósito, é de registar que o *Público* denota uma maior preocupação em relatar a hora da ocorrência, comparativamente ao *Correio da Manhã*.

QUADRO 22 – Hora de ocorrência dos eventos noticiados

Horários das ocorrências	CM	%	Público	%	Total (N)	Total (%)
Madrugada (02:31-06:30)	26	28,0	38	32,2	64	30,3
Manhã (06:31-12:00)	15	16,1	12	10,2	27	12,8
Período de almoço (12:01-14:30)	7	7,5		0,0	7	3,3
Tarde (14:31-17:30)	7	7,5	19	16,1	26	12,3
Final de tarde (17:31-20:00)	6	6,5	9	7,6	15	7,1
Noite (20:01-02:30)	31	33,3	40	33,9	71	33,6
Todo o dia	1	1,1		0,0	1	0,5
Sem informação	49	---	21	---	70	---
Total	142	100,0	139	100,0	281	100,0

Segundo o conteúdo noticiado em ambos os jornais, parece que os espaços de conflito e tensão socioétnica se concentram em Lisboa (32,6%), seguindo-se os concelhos da Amadora (17,9%) e de Oeiras (10,3%). Embora com valores mais baixos, não é de negligenciar as ocorrências nos concelhos de Loures, Odivelas e margem sul. Merece ainda realce a importância do município de Setúbal em comparação com o conjunto dos restantes concelhos da margem sul.

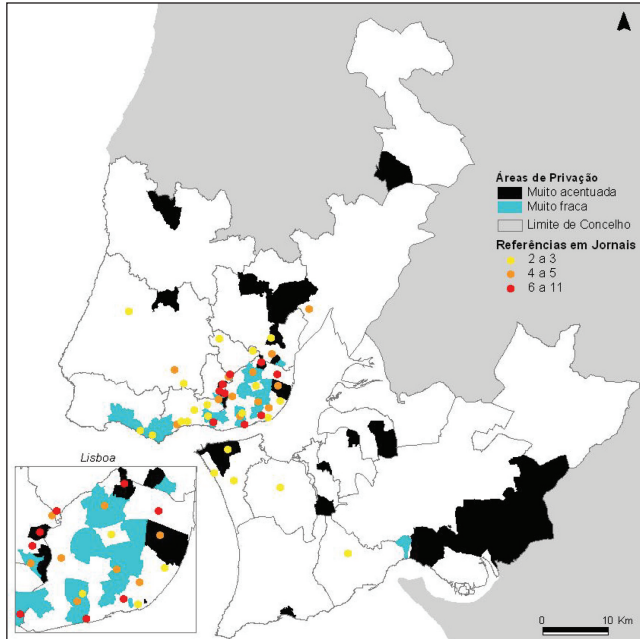
QUADRO 23 – Concelhos em que ocorreram os eventos noticiados

Concelhos	Correio da Manhã	Público	Total (N)	Total (%)
Lisboa	45	44	89	32,6
Amadora	24	25	49	17,9
Cascais	5	6	11	4,0
Loures	9	12	21	7,7
Odivelas	10	7	17	6,2
Oeiras	15	13	28	10,3
Sintra	8	7	15	5,5
V. F. Xira	2	10	12	4,4
Outros da margem sul*	12	5	17	6,2
Setúbal	8	6	14	5,1
Sem informação	4	4	8	---
Total	142	139	281	100,0

* Nota: Incluem-se aqui os concelhos de Almada, Barreiro, Palmela, Montijo, Seixal e Sesimbra.

Parece ser relevante sublinhar que não se pode inferir a partir destas informações que os espaços de ocorrência sejam também e necessariamente os locais de residência dos indivíduos e grupos envolvidos. Não é de estranhar que Lisboa, pela sua centralidade, se constitua em “marco simbólico na organização espacial da paisagem urbana” (Delgado, 1997: 99), cenário privilegiado de eventos e incidentes excepcionais ou não, dada a diversidade e multiplicidade de oportunidades e protagonistas sociais.

FIGURA 11 – **Clusters territoriais de privação e locais de conflito/criminalidade referenciados em Jornais (Público e Correio da Manhã)**



Adoptando uma escala de análise mais fina (figura 11), assente no lugar ou no bairro, verifica-se que os conflitos e os crimes relatados têm uma razoável distribuição pela Área Metropolitana Norte e, particularmente, no interior da cidade de Lisboa. Uma vez que se trata de relatos de eventos efectivamente ocorridos e não da representação de espaços associados a tensões, criminalidade e violência, compreende-se esta representação cartográfica mais disseminada, uma vez que, como vimos anteriormente, a maioria dos delitos reportados às polícias ocorre na via pública, frequentemente em espaços intensamente percorridos, em *interfaces* de transporte ou em locais de passagem mais desprotegidos.

Não obstante a distribuição geográfica mais disseminada das notícias, verifica-se, contudo, uma concentração dos eventos noticiados em alguns dos bairros degradados que têm vindo a ser mencionados, onde aparecem sobrerrepresentadas minorias étnicas nacionais e estrangeiras, com destaque para os que se localizam no concelho da Amadora junto aos limites com Lisboa e Odivelas (Cova da Moura, Fontainhas, Azinhaga dos Besouros...), Ameixoeira e Chelas/Olivais, na área oriental da cidade de Lisboa, e ainda a Pedreira dos Húngaros, em Oeiras.

Embora mitigada, parece emergir, uma vez mais, uma tendência para sobrevalorizar os acontecimentos que ocorrem nestes bairros, constituindo-os, mais facilmente, como notícias. Efectivamente, a observação do quadro 24 mostra que os concelhos da periferia imediata de Lisboa, nomeadamente Odivelas, V. F. Xira, Oeiras e sobretudo Amadora, aparecem sobrerrepresentados nas notícias relativas a delinquência e violência, quando comparamos estas dados com as denúncias de crimes registadas pelas autoridades.

Como referimos no final do capítulo anterior, se é verdade que algumas situações de extrema violência ocorrem nos bairros degradados localizados nos concelhos mencionados, com algum destaque para a Amadora, não é menos verdade que estas correspondem a um conjunto minoritário dos delitos denunciados. Deduz-se daqui que a necessidade da espectacularidade jornalística faz com que os focos dos *media* incidam sistematicamente nestes espaços, acentuando os elementos negativos neles existentes e reforçando o estigma que já possuem. Tudo isto contribui para a sua desvalorização, tanto em termos de frequência social, como de valor de mercado, incluindo-se aqui quer os bairros em si, quer a envolvente próxima.

O espaço público é o cenário por excelência dos conflitos relatados pelos órgãos de imprensa por nós analisados. Em especial a rua surge como o local de destaque da ocorrência dos principais tipos de conflitos. Este tipo de espaço pressupõe diferentes graus de intensidade de apropriação ao longo do dia, existindo locais e momentos de menor controlo (redução da frequência de utilização, menor vigilância), designadamente nos locais de passagem e encontro entre os actores sociais. Se recordarmos que é à noite

QUADRO 24 – Município de ocorrência dos crimes registados pelos jornais e dos crimes denunciados às autoridades nos concelhos da AML-Norte – 1998-2003

	Jornais		Registados pelas autoridades			
			Total		Contra pessoas	Contra património
	Abs.	%	Abs.	%	%	%
TOTAL	242	100,0	71113	100,0	100,0	100,0
Lisboa	89	36,8	5316	48,0	40,6	52,0
Amadora	49	20,2	6996	7,5	7,9	7,7
Cascais	11	4,5	34126	9,8	11,0	8,5
Loures	21	8,7	5401	7,6	11,1	7,2
Mafra	0	0,0	1232	1,7	2,0	1,3
Odivelas	17	7,0	3497	4,9	5,1	3,0
Oeiras	28	11,6	4268	6,0	5,9	6,5
Sintra	15	6,2	7874	11,1	12,4	10,7
V. F. Xira	12	5,0	2403	3,4	4,1	3,0

	sobrevalorização das notícias
	desvalorização das notícias
	equilíbrio

e durante a madrugada que se regista uma maior frequência de eventos nocivos, conclui-se que é neste tipo de contextos que se torna mais fácil a ocorrência de violência e de outros delitos.

QUADRO 25 – Cenários concretos em que decorreram os eventos noticiados

Cenários concretos	CM	%	Público	%	Total (N)	Total (%)
Discoteca/Bar ou porta destes estabelecimentos	11	11,2	19	17,8	30	14,6
Rua (sem mais indicações)	33	33,7	29	27,1	62	30,2
Estabelecimento comercial (ou porta de um centro comercial)	17	17,3	15	14,0	32	15,6
Táxi	3	3,1	17	15,9	20	9,8
Transportes colectivos	2	2,0	3	2,8	5	2,4
Residência	9	9,2	4	3,7	13	6,3
Outros	23	23,5	20	18,7	43	21,0
Sem informação	44	---	32	---	76	---
Total	142	100,0	139	100,0	281	100,0

Também os estabelecimentos comerciais e de diversão nocturna aparecem como palcos onde emergem, com alguma frequência, alguns conflitos, nomeadamente assaltos a pessoas e rixas entre indivíduos (como se pode ver no Quadro 25). O espaço residencial ocupa um lugar pouco relevante quando comparado com os outros cenários, podendo-se eventualmente inferir daqui uma certa tendência para a dissociação entre espaços de residência dos protagonistas e espaços de conflito.

Mais de metade dos conflitos focados nas notícias jornalísticas dizem respeito a assaltos com violência e ameaça a pessoas e a rixas ou violência física entre indivíduos e grupos. É de destacar a relevância que é atribuída aos problemas entre os envolvidos nos eventos e as forças policiais. Este parece ser um tema “sensível” e que merece a atenção da imprensa, já que 15,3% dos eventos publicitados se referem a actos de violência contra as autoridades policiais e rusgas e detenções por parte da polícia.

QUADRO 26 – Tipo de conflito mais frequente nos eventos noticiados

Tipo de conflito	CM	Público	Total (N)	Total (%)
Assalto a pessoas (c/ violência ou ameaça)	34	48	82	29,2
Assalto a estabelecimento (c/ violência ou ameaça)	14	18	32	11,4
Rixa ou violência física entre indivíduos independentes	15	51	66	23,5
Rixa ou violência física entre grupos de indivíduos	9	5	14	5,0
Crime passionai	5	2	7	2,5
Violência doméstica	2	2	4	1,4
Violação	1	1	2	0,7
Furto a pessoas	3	1	4	1,4
Furto a residências ou comércio	4	1	5	1,8
Rusgas e detenções policiais	22	3	25	8,9
Violência contra autoridades policiais	12	6	18	6,4
Falsificação de documentos e dinheiro	6	---	6	2,1
Outros	15	---	15	5,3
Total	142	139	281	100,0

Observa-se no quadro 27, que nas “peças jornalísticas” do *Correio da Manhã*, as origens étnica e/ou nacional dos protagonistas sociais envolvidos nos conflitos são claramente mencionadas, em comparação com o que se verifica no jornal *Público*. É de notar que os ciganos são os mais referenciados em ambos os jornais, sobretudo no *Correio da Manhã*, seguindo-se os africanos/negros (no CM) e os Cabo-Verdianos no *Público*. Por outro lado, os nacionais de Angola e os da Ucrânia merecem algum destaque por parte do *Correio da Manhã*.

Podemos também observar que no *Correio da Manhã* os grupos étnicos referenciados aparecem quase sempre como delinquentes, enquanto no *Público* são mencionados de uma forma relativamente ambivalente, ou seja, na dupla perspectiva – a de vítimas, e a de delinquentes. Ainda no *Correio da Manhã*, verificamos que os ciganos e africanos/

QUADRO 27 – Pertenças étnicas e/ ou nacionais dos indivíduos envolvidos nos eventos noticiados

Grupo étnico e Nacional	Correio da Manhã			Público			Total			
	Vítima	Delinq.	Ambos	Vítima	Delinq.	Ambos	Vítima	Delinq.	Ambos	Total
Portugueses/Lusos	2	0	1	1	-	1	3	0	2	5
Ciganos	7	20	5	1	-	5	8	20	10	38
Africanos	3	29	-	-	-	1	3	29	1	33
Port./origem afric.	1	6	1	-	1	2	1	7	3	11
Cabo-Verdianos	3	4	2	-	-	4	3	4	6	13
Angolanos	3	7	1	2	-	-	5	7	1	13
Guineenses	1	2	-	-	-	-	1	2	0	3
Europeus de Leste	1	5	-	2	-	1	3	5	1	9
Ucranianos	6	5	1	1	-	1	7	5	2	14
Brasileiros	3	1	3	-	-	-	3	1	3	7
Total	30	79	14	7	1	15	37	80	29	146

negros surgem destacadamente como delinquentes. Denota-se assim uma tendência para a penalização destes dois grupos sociais, erigidos em responsáveis pelos distúrbios e pela perturbação da ordem pública. Importa referir que o tratamento discriminatório de que é alvo o grupo cigano está patente em 26% das ocorrências noticiadas; no entanto, este valor é ultrapassado pelos indivíduos identificados como africanos; se somarmos aos africanos/negros os nacionais dos PALOP, observa-se então que a discriminação discursiva surge em 42,5% dos eventos.

Se compararmos os dois jornais entre si, nota-se que parece haver um maior cuidado no tratamento destas notícias por parte do *Público*, já que a referência à origem étnica é menos frequente, e quando acontece não é feita no sentido de difamar e denegrir os grupos em questão. Numa perspectiva mais genérica, verifica-se que nas notícias do *Correio da Manhã* se atribui um maior destaque às características individuais dos envolvidos, assim como se viu nos quadros 19 e 20 e se confirma no quadro 27. Por outro lado, o *Público* dá uma maior ênfase às referências espaciais e temporais dos aconteci-

mentos, como se observa nos quadros 22 e 23, respectivamente, e que se confirma neste último quadro. Observa-se uma tendência para a etnicização e racização dos episódios identificados como fenómenos de conflito, sobretudo incidentes excepcionais de carácter negativo. É notório que estes dois órgãos de informação têm distintas orientações jornalísticas e perante os mesmos eventos produzem e transmitem leituras diferenciadas.

Ao etnicizar as notícias referentes a conflitos, sobretudo o *Correio da Manhã* ajuda a construir uma imagem negativa de alguns grupos (ciganos, africanos negros...), o que contribui para acentuar o processo de estigmatização na sociedade portuguesa. Neste âmbito, o grupo cigano e os africanos parecem ser as principais vítimas, o que vem ao encontro da análise efectuada ao longo de todo este capítulo. Estes grupos são encarados como “desviantes”, que têm comportamentos não consonantes com a “norma”, por isso, carecem de adaptação às regras sociais. De facto, não deixa de ser curioso realçar a ênfase que é conferida aos ciganos, quando o número total de efectivos populacionais de etnia cigana a residir em Portugal é relativamente baixo.

Em termos conclusivos, os *media* analisados parecem legitimar o consenso público, sendo que, no caso do *Correio da Manhã*, se poderá afirmar que há uma reprodução flagrante, por vezes, porventura eventualmente subtil de ideologias racistas. Há neste jornal, mas poderá haver em outros órgãos de comunicação social, a produção e reprodução de fenómenos discriminatórios e racistas que perpassam para a opinião pública. As notícias analisadas indiciam processos de produção e reprodução de estereótipos já existentes na sociedade sobre os imigrantes e minorias étnicas nacionais, tendencialmente percebidos como uma ameaça, ou seja, “pessoas problemáticas”, causadoras de instabilidade e de problemas. A partir da informação veiculada, os públicos de recepção poderão facilmente, embora esperemos que não acriticamente, construir modelos mentais redutores e generalizações simplistas sobre os grupos minoritários migrantes e não migrantes.

Chama-se a atenção para a complexidade das relações entre sociedade/ideologias/*media* e públicos, até porque aqui nos limitámos a apontar algumas conclusões de

carácter exploratório efectuadas no âmbito de uma pesquisa que se pode considerar preliminar.

No entanto, não queríamos deixar de finalizar esta análise sem tecer algumas considerações sobre os profissionais que produzem as notícias e as condições sociais e institucionais em que se enquadram. Não podemos esquecer que os jornalistas se situam num determinado espectro ideológico e se posicionam numa dada classe social (classes média e média-alta), supostamente na sua maioria pertencem ao grupo dominante e constroem uma interpretação dos factos que pontuam a realidade consonante com o *status quo*. A produção de textos jornalísticos tem subjacente um processo de construção (em que estão presentes a percepção, a selecção e a reconstrução) no qual, apesar do esforço de objectividade e rigor, estes profissionais poderão deixar transparecer crenças, valores e cognições pessoais que se interligam com a sua socialização, experiência de vida e também profissional⁵⁸. Mas é necessário ter ainda em linha de conta as condições sociais e institucionais de produção da informação a montante, já que “o produto jornalístico é essencialmente um produto de uma organização e dos seus constrangimentos” (Breed in O.I. Maio 2003: 14).

Ficam por saber quais os reais e profundos efeitos das notícias junto dos grupos “difamados”. Será que resistem a estes estereótipos? Ou incorporam o estigma e o confirmam nas suas práticas?

Por outro lado, era importante desvendar até que ponto as notícias que aludem aos grupos em análise também os escutam e os solicitam enquanto fontes de informação; ou seja, será que os produtores de notícias “dão voz” aos “supostamente desviantes” protagonistas centrais das notícias veiculadas?

⁵⁸ Estas questões são desenvolvidas de forma aprofundada por van Dijk, Teun A. (1997).

CAPÍTULO 4.

CASOS DE ESTUDO:

ESPAÇOS DE CONFLITO CONVERGENTES E DIVERGENTES

Este capítulo procura explorar duas situações sócio-espaciais concretas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) – os bairros da Cova da Moura e da Quinta da Fonte (Apeiação) –, caracterizados por défices elevados em termos sociais e urbanísticos e, também, por possuírem uma importante diversidade étnica. Embora dotados de características sócio-étnicas e urbanísticas distintas, ambos os espaços são fortemente estigmatizados no contexto da AML, aparecendo associados a situações de tensão e mesmo conflito. Trata-se de dois casos de estudo que pretendem fornecer uma leitura específica e aprofundada do que até aqui se discutiu a um nível mais extensivo, tanto em termos geográficos – a Área Metropolitana de Lisboa –, como em termos da problemática.

4.1. O BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA

4.1.1. Introdução

Este texto analisa os resultados obtidos nas entrevistas realizadas a algumas instituições⁵⁹ que desenvolvem as suas actividades junto da população do bairro do Alto da Cova da Moura, trazendo para a reflexão alguns tópicos como a conflitualidade, a violência, a exclusão e a segregação sócio-espacial.

O mundo moderno deu origem a uma dupla bipolarização: a) um acentuar de desigualdades articuladas pelo sistema mundial moderno (centro/periferia); e a b) separação existente entre incluídos e excluídos dentro de uma mesma sociedade. Com a evolução dos efeitos da globalização torna-se cada vez mais claro perceber que a mistura dessas disparidades tem chegado

59 Às quatro instituições entrevistadas na Cova da Moura e na sua envolvente referidas no Anexo 3, deve acrescentar-se a PSP da Amadora. Esta parte do estudo foi concluída com duas sessões de entrevistas em grupo, uma com quatro participantes adultos e a segunda com uma participação mais juvenil de nove entrevistados. Os nomes referidos em relação aos *focus groups* 1 e 2 são todos fictícios.

além-fronteiras. Isto é, deparamos com um alastramento das desigualdades, cada vez mais marcadas, tanto no centro como na periferia do sistema mundo. Podemos pôr a questão noutros modos dizendo que, sem tirar a importância do eixo oeste-leste, existe um Sul no Norte e um Norte no Sul. Como exemplifica a situação da AML apresentada no capítulo 2, a geografia das cidades revela claramente esta disparidade, colocando, de um lado, as zonas ricas, bem planificadas, espaçosas e com construções de qualidade e, de outro lado, os bairros de realojamento e os bairros degradados e mal equipados, que apresentam problemas vários, tais como a ocupação ilegal de terrenos, as construções precárias com deficientes condições de conforto, os défices de acessibilidade ou a elevada densidade de ocupação do espaço e dos próprios alojamentos.

Na actualidade das sociedades modernas industrializadas, encontramos modificações na estrutura das relações interpessoais, cada vez menos densas, mais especializadas e espacialmente mais fragmentadas, o que aponta para o desenvolvimento de comunidades sem propinquidade. Isto deve-se à superficialidade das relações que o modo de vida urbano impõe, emergindo graus de sociabilidade e segurança colectiva mais fracos, em comparação com a vida tradicional e rural onde ocorria uma multiplicidade de relações coesas devido à endogamia familiar e ao maior grau de isolamento.

Nas sociedades ocidentais, vamos encontrar, entre os grupos mais desfavorecidos da sociedade que residem nas áreas mais degradadas, a grande maioria dos imigrantes oriundos da África, Ásia e América Latina. As dificuldades que enfrentam e a fragilidade em que se encontram, tanto a nível social como jurídico, resultam num processo de retracção relativamente ao exercício dos seus direitos cívicos. Estes imigrantes ocupam a maior parte do seu tempo no trabalho e o tempo que lhes resta não dá para adquirirem algum conhecimento adicional, o que resulta num processo de desinformação que acaba, de algum modo, por também contribuir para limitar o seu acesso aos direitos. Por exemplo, apesar de todo o esforço efectuado por parte das associações, mesmo com dificuldades estruturais, o *feedback* dos indivíduos é deficiente, o que dificulta ainda mais o trabalho das mesmas no sentido de melhorar a inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento, promovendo a afirmação mais positiva dos seus membros e combatendo

a automarginalização. De qualquer forma, convém referir que nem todos os indivíduos são afectados em todos estes aspectos.

Os espaços ocupados pelas minorias migrantes reúnem, frequentemente, grupos informais de indivíduos unidos por laços étnicos, familiares, religiosos e, também, por um mesmo objectivo (económico e de unidade de pertença). Assim, Monteiro mostra que as redes migratórias se socorrem de elementos tradicionais e inovadores, utilizando sistemas de relações ligados à cultura de origem (Monteiro, 1997: 375). Então, contrariamente às redes sociais das sociedades receptoras, as redes sociais dos imigrantes africanos em Portugal (parentesco e amizade) tendem a tornar-se densas, geograficamente extensas, e geralmente com níveis elevados de solidariedade, em virtude da incerteza (Portes, 1999: 136) que cria a necessidade de maior aproximação e lealdade entre os vários elementos da rede.

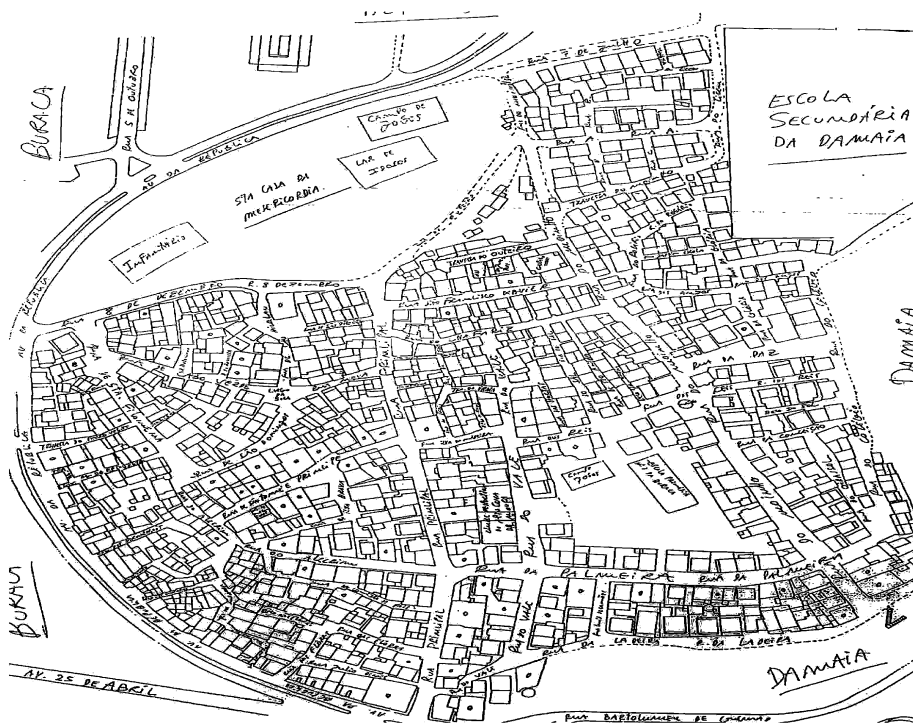
Para Monteiro (1997:299), na experiência dos próprios migrantes, verifica-se uma diferença entre a “primeira geração” (os imigrantes na verdadeira acepção da palavra) e a seguinte (os descendentes). “Socializados numa determinada cultura, os primeiros viram-se forçados a abandonar o seu país e a adaptar-se a outro, enquanto os segundos, nasceram e foram escolarizados no país de acolhimento, não conheceram o país de origem dos seus pais; em última análise, fazem efectivamente parte da sociedade do país de acolhimento.” O mesmo autor refere ainda que esta pertença não os impede de preservar características específicas que lhe são inculcadas através de um longo processo de socialização familiar, resultado da existência de laços culturais e sentimentais com a cultura e a nação de que são originários seus pais

Nos pontos que se seguem iremos fazer, em primeiro lugar, uma breve caracterização do bairro do Alto da Cova da Moura. Num segundo momento, desenvolveremos uma análise relativa às situações de conflito e tensão resultantes da interacção entre os grupos minoritários que habitam alguns dos espaços segregados no contexto da sociedade receptora. Isto será complementado, numa terceira parte, com algumas referências aos problemas da criminalidade e da delinquência juvenil. Por fim destacaremos, a partir dos elementos recolhidos nas entrevistas realizadas e nos documentos consultados, algumas medidas de prevenção e de resolução dos conflitos.

4.1.2. Caracterização do bairro

O bairro do Alto Cova da Moura faz parte das freguesias da Buraca (maior parte da área) e da Damaia e está situado na zona oriental do concelho da Amadora. É delimitado a norte pela linha de caminho-de-ferro de Sintra, a sul e a oeste por arruamentos com um trânsito relativamente intenso, confinando a leste com uma urbanização de blocos residenciais de promoção privada.

FIGURA 12 - Bairro do Alto da Cova da Moura (mapa-síntese simplificado)



Consta que o nome de Alto da Cova da Moura veio da ligação feita entre o morro (*alto*) situado numa extremidade onde se cultivava trigo, o buraco (*cova*) correspondente a uma pedreira localizada noutra extremidade e *Moura*, nome de uma família (os Mouras) que habitava nas proximidades da pedreira⁶⁰. As informações existentes referem que o bairro começou a crescer logo em 1974. No entanto, foi a partir do ano de 1977 que, com o beneplácito inicial das autarquias locais⁶¹, se intensificou a ocupação clandestina deste terreno privado⁶², com a construção inicial de barracas e edifícios precários, que, ao longo dos anos, foram evoluindo para construções de alvenaria de tijolo (bastantes de qualidade aceitável ou mesmo boa). Esta evolução foi acompanhada por um processo de instalação de muitas infra-estruturas básicas (saneamento, recolha de lixo, asfaltamento algumas vias, iluminação pública) e mesmo de alguns equipamentos (e.g. escola primária, actual EB1), por parte da autarquia da Amadora.

É um bairro composto por uma população maioritariamente cabo-verdiana, tendo uma boa parte desta vindo directamente de Cabo Verde para Portugal. Também ali residem alguns Cabo-Verdianos que vieram de outras ex-colónias, em particular de São Tomé, bem como de alguns países da Europa como a Alemanha ou a Holanda. Há, ainda, um grupo de retornados portugueses oriundos de África (sobretudo Angola e Moçambique) e algumas famílias que migraram do interior de Portugal, procurando o local para se instalarem e tentarem minorar as dificuldades económicas de acesso ao alojamento. Grande parte das famílias portuguesas reside no bairro desde o início da sua formação. Encontramos também, com alguma expressividade, outros africanos dos PALOP e, em muito menor número, alguns Brasileiros. Os imigrantes de Leste que passam pelo bairro, devido à sua grande mobilidade geográfica, têm um período de fixação curto no local. Portanto, é uma população heterogénea, com uma mistura de população alóctone e autóctone, embora a grande maioria seja africana, constituída essencialmente por imigrantes vindos de Cabo Verde e descendentes dos mesmos nascidos em Portugal.

60 Historial apresentado pela Associação de Moradores do bairro do Alto da Cova da Moura.

61 Inicialmente Oeiras e, após a criação do município da Amadora, em 1979, esta última.

62 O Bairro tem uma área aproximada de 16,5 ha. A maior parte deste terreno pertence a um único proprietário privado, existindo ainda duas outras parcelas (bastante mais pequenas) na posse de outros privados. Finalmente, há uma quarta parcela que é pertença da Fazenda Pública.

Com aproximadamente 6000 habitantes, é uma população com uma proporção significativa de jovens, sendo a grande maioria menores de 30/35 anos e muitos com menos de 20 anos⁶³.

“De facto, a maior expressão é dos Cabo-Verdianos, não é? É a grande maioria, e com muita população abaixo dos 30. Portanto, eu diria mesmo que cerca de 50, 55% é abaixo dos 30 anos. Há uma grande expressão de jovens no bairro” (Junta de Freguesia da Buraca).

“É praticamente jovem, a grande maioria com menos de 35 anos; há alguma população idosa neste momento, se calhar são as pessoas que vieram de Cabo Verde, são dos primeiros que imigraram, não numa representatividade muito grande (...)” (Associação Cultural Moinho da Juventude)

Parece dominar a estrutura de família nuclear. Contudo, várias famílias mono-parentais existentes no bairro contrariam a estrutura predominante. Como nos foi descrito numa das entrevistas:

“... predominantemente, já se sabe que as famílias são quase todas uma família nuclear de base normal, embora não sejam casados ou casam-se mais tarde com o tempo, existem também muitas famílias monoparentais, com filhos na média entre os dois e três filhos neste momento, há uma ou outra família com mais de três filhos, mas a média será os três filhos, por regra. Em termos de taxa de natalidade não existe acréscimo nenhum, tem sido sempre regular, embora uma ou outra família tenha sempre maior cuidado, se calhar, na primeira geração tinham sempre os quatro e os cinco, e neste momento baixou para três, dois, três” (Associação Cultural Moinho da Juventude).

O nível de escolaridade da população é baixo, mesmo entre os jovens, não ultrapassando na maioria dos casos o 3º ciclo do Ensino Básico. Apesar do nível de escolaridade médio ter crescido em relação à geração mais velha, a baixa escolaridade demonstra

⁶³ Relatório Final da Iniciativa Bairros Críticos – Bairro da Cova da Moura. INH/GTL, 2006.

que são poucos os jovens que prosseguem os estudos, verificando-se um elevado insucesso escolar, bem como o abandono escolar precoce. Da entrevista à escola Secundária D. João V extraiu-se o seguinte:

“Maioritariamente no ensino básico. No 3º ciclo. No 3º ciclo temos muitos oriundos daqui da Cova da Moura. No secundário já não é assim ... Já não é porque, por causa do insucesso, porque eles desistem, há o abandono escolar, há uma parte que passa. Mas grande parte dos alunos da Cova da Moura chegam até ao 8º, 9º ano, alguns chegam até ao 9º ano mas vão-se dispersando durante o ensino básico” (Escola Secundária D. João V).

Alguns casos de maior sucesso, geralmente raparigas, conseguem singrar a nível da educação e chegar ao ensino superior. Contudo, grande parte procura enquadrar-se no mercado de trabalho mais cedo em face das dificuldades económicas, optando pela procura antecipada de trabalho, acabando por reproduzir as ocupações exercidas pelos pais, como a construção civil, entre os homens, e os serviços domésticos, nas mulheres. Apesar de tudo, verifica-se nos últimos anos uma maior diversificação das ocupações, como evidenciam os exemplos dados por uma das instituições entrevistadas:

“Sim, mesmo em termos de emprego diversificou muito mais que anteriormente. Anteriormente, praticamente havia empregadas domésticas, empregadas de limpeza e pessoas que trabalhavam nas obras, na construção civil. Neste momento já há diversos, embora seja na hotelaria, no turismo, no comércio e serviços, mas começou a diversificar de alguma maneira o trabalho” (Associação Cultural Moinho da Juventude).

Embora o desemprego não pareça ser especialmente elevado, muitos desenvolvem “trabalhos pesados”, com contratos de trabalho precários e auferindo baixos salários, ligados a actividades desqualificadas e socialmente desvalorizadas, sendo comuns a precariedade e o trabalho clandestino. E para fugirem às dificuldades e tentarem encontrar o ajuste necessário às despesas mensais sentem-se obrigados a procurar um segundo complemento nas horas vagas ou nos fins-de-semana. Por outro lado, verifica-se

também que existem muitos pequenos comércios espalhados pelo bairro, na sua maioria ligados à cultura africana, o que evidencia a procura da subsistência por meios independentes⁶⁴. A mesma justificação é dada para a prática de actividades ilícitas tais como o tráfico de droga, um meio mais fácil e rápido de satisfação das necessidades impostas pela sociedade de consumo.

Comparativamente a outros bairros de construção ilegal da Área Metropolitana de Lisboa, o Alto da Cova da Moura apresenta melhores condições e infra-estruturas, o que se deve ao esforço da própria população e das associações que ali realizam o seu trabalho. Tal realidade é realçada por estas associações.

“O bairro em si parou de crescer há muito tempo. Em termos de condições, acho que este é um dos bairros com maiores condições que qualquer um dos outros bairros de, cuja forma seja clandestina, que tenha iniciado como clandestino. Em termos de infra-estruturas o que se passa é que não há uma renovação contínua e constante das próprias autarquias, o investimento é muito no de, em termos de bairro, criou-se em termos de habitação, tentou-se sempre criar um modelo que valoriza muito as moradias, algumas pintadas, outras por acabar, etc., mas têm todas mais ou menos essa estrutura, e de alguma forma, conseguiu-se dar algumas condições mínimas ao bairro. E em termos de estruturas nota-se isso no dia-a-dia, não é? E principalmente quando se diz de outros tipos de bairros. É claro que depois existem coisas que falham como por exemplo, em termos de lixo, em termos de limpeza, em termos de espaço, em termos de manutenção da iluminação, e isso são vícios que são importantes de acabar” (Associação Cultural Moinho da Juventude).

⁶⁴ Encontram-se espalhados por todo o bairro vários cabeleireiros, restaurantes e bares, agências de viagens e mercearias-cafés, além de várias bancas de venda de roupa ou de hortaliças, frutas e outros alimentos.

“Temos saneamento básico, temos telefone, temos electricidade, foi uma luta muito grande que eu travei aqui há uns anos atrás, já há muitos anos, mas actualmente temos isso tudo. O que não temos a 100%, e isso não é conseguido, porque não é uma coisa que se faça e que fique feita, é a questão da limpeza que depende da Junta e da Câmara e das

circunstâncias políticas ou não das pessoas que lá estão e que assumem ou não esse compromisso. Actualmente estamos muito mal a nível de limpeza ...”
(Associação de Moradores).

Embora existam muitas habitações com boas condições, edifícios de alvenaria de tijolo com 2 ou 3 andares, não passa despercebido, no entanto, que uma boa parte dos edifícios apresenta condições deficientes em termos de alinhamento de fachadas ou isolamento, emergindo nalguns quarteirões características alveolares, com construção progressiva de alojamentos e quartos que ocupam espaços intersticiais e interiores, de acesso difícil. Além do mais, vários quarteirões do bairro estão sobrelotados de habitações e de arruamentos desalinhados, faltando espaços de estacionamento e espaços públicos de estar.

A população do bairro do Alto Cova da Moura, constituída maioritariamente por cabo-verdianos e descendentes, é portadora de uma dinâmica social muito própria que se estrutura em redes informais e que se caracteriza pela densidade e multiplicidade de relações interpessoais. Primeiramente, há uma componente espacial que engloba a habitação, o bairro ou a zona (entendida como unidade de vizinhança mais alargada) e a localização de um modo geral. No bairro há alguns indícios de aproximação a uma cultura rural (cultivo de pequenas hortas, sobretudo nas imediações, níveis de interconhecimento elevados...) e uma relação muito forte entre o interior e o exterior do alojamento. Também há uma espécie de extensão da família por todo o bairro, criando laços muito fortes de sociabilidade e de solidariedade. Numa reacção à exploração e à discriminação, os residentes mantêm entre si a coesão, a solidariedade e a ligação às suas tradições, o que se explica em parte por uma necessidade psicosocial de sobrevivência e de autodefesa (Filho, 1996: 278).

As suas relações assumem um carácter de entreaajuda em qualquer aspecto da vida não só entre os “patrícios”, mas em geral com toda a população do bairro. As redes de amizade e de parentesco têm um papel extremamente importante na mobilização na procura de trabalho. Muitas vezes, ou na maior parte das vezes, são os familiares e amigos que servem de apoio na recepção e na procura do primeiro emprego. As

instituições podem produzir ligações mais alargadas, reforçando as relações dos indivíduos com a própria sociedade de acolhimento, mas isso apenas quando não se trata das instituições constituídas pelos imigrantes nos espaços fechados dos bairros.

Por outro lado, encontramos as associações que, perante os vários factores que contribuem para uma posição desfavorecida do bairro e da sua população, se vão movendo como meio de valorização cultural, da identidade e dignidade dos habitantes.

4.1.3. **Conflitualidade e tensões sócio-étnicas**

Um primeiro problema facilmente identificável neste contexto tem a ver com a condição social do bairro. Como é característico da maioria da população imigrante, os residentes no bairro do Alto da Cova da Moura procuram encontrar trabalho e meios de sobrevivência no país de acolhimento. Pelo seu baixo estatuto sócio-económico estão, frequentemente, situados na base da hierarquia sócio-profissional, como trabalhadores “desqualificados” e, eventualmente, sujeitos a exploração devido à sua maior vulnerabilidade. É uma população estigmatizada em função da sua classificação como “imigrantes pobres vivendo num bairro degradado”, que resulta do seu estatuto social e mesmo racial, situação que tem implicações ao nível da constituição de uma cultura de resistência que se pauta pela recusa consciente dos elementos da cultura dominante e por um sentimento de frustração e de pessimismo perante as oportunidades existentes na sociedade portuguesa (Pires, 2000: 136).

Trata-se de uma população com índices elevados de actividade (Baganha *et al.*, 2000 in Pires, 2000: 78), com horários longos, inexistência de contratos, trabalho informal, exclusão dos esquemas de segurança social e elevada rotação de emprego. Inserem-se em mercados locais de emprego segmentados, isto é, ocorre um processo de etnicização de determinados segmentos do mercado de trabalho. As diferenças culturais e raciais, aliadas à persistência das desigualdades na estrutura ocupacional, comportam esta segmentação étnico-laboral da população imigrante alimentando situações de desigualdade que dificultam seriamente os processos de integração.

A situação de desigualdade é também enfrentada pelos jovens adolescentes no espaço da escola, não só pelo reflexo das insuficiências económicas que muitas vezes limitam os meios necessários para responderem às exigências daquela, mas também pelo distanciamento associado a linguagens e códigos de percepção distintos. “Le langage académico-scolaire est très proche de certaines classes sociales avanta­ géées, et très peu maîtrisé par les enfants de groups sociaux infériorisés... Certains enfants sont obligés de faire un ajustement du codage de communication pendant que d’autres enfants avancent dans leur programme scolaire” (Dinello, 1995:43).

Tratando-se de um espaço composto maioritariamente por uma população de origem estrangeira, a primeira questão que se coloca neste ponto tem a ver com o problema da interculturalidade, pensado em termos da relação entre o Eu e o Outro. Isto é, em sociedades europeias, para além da condição desprivilegiada em termos sociais que muitos migrantes enfrentam, há um padrão de comportamentos e valores contrastantes⁶⁵ com a cultura das sociedades receptoras, podendo mesmo interferir na identidade do indivíduo que acaba por se sentir como “um estranho no estrangeiro” (Filho, 1996: 259).

As oportunidades por vezes são coarctadas devido à forte concentração espacial da população imigrante que acaba por coincidir com a concentração espacial da desigualdade, isto é, situações e experiências sociais marcadas pela exclusão, pelo não acesso ao mercado de trabalho e à sociedade de consumo. Dito de outro modo, a progressiva concentração das famílias africanas no Alto da Cova da Moura reforça o estigma possuído por estas, em virtude da sua associação a uma *no go area*. Estigma do bairro e estigma dos residentes tornam-se assim a cara e a coroa da mesma moeda.

A paisagem social que tentamos descrever até este momento também revela tensões e conflitos sociais pela falta de direitos de cidadania e por processos de incompreensão mútua relacionados com as dificuldades em aceitar o “outro”. Mais do que um facto de identificação ou não ao espaço de residência, o que propomos aqui é também a (im)possibilidade de acesso, pertença e

65 Para Fernando Luís Machado, alguns grupos minoritários, nomeadamente os Cabo-Verdianos e os ciganos, marcam-se por um duplo contraste (social e cultural), encontrando-se, por isso, mais próximos de situações de etnicidade forte, coincidindo minimamente nos pontos de continuidade com a sociedade de acolhimento (2002).

convivialidade nos espaços da sociedade de acolhimento, devido às condições socialmente cimentadas. Podemos constatar uma sobreposição de imagens onde as comunidades imigrantes estão destacadas como “coisa fora do lugar”, simbolicamente suja e perigosa (Douglas, 1966; 1970 in Arantes, 1997: 261). Sendo assim, encontramos fronteiras simbólicas que separam as duas comunidades, a imigrante e a autóctone. Isto é, elas podem encontrar-se e convergir nos mesmos espaços, mas, entretanto, não vivem o mesmo mundo. Há apatia, estranhamento, podendo mesmo desencadear-se expressões de não-aceitação. Neste caso, o bairro do Alto da Cova da Moura pode ser entendido como uma *no go area* pela sua carga de bairro degradado, de população imigrante e negra.

“São dois factores diferentes. Um é o bairro. É o nome que dá. Que aparece nos media, nestes e não sei quê? Acho que até não perdem muito tempo a explicar quem é que lá está, quem é que não sai nos media. Se fizer uma análise totalmente, do que aparece na televisão, raramente perdem tempo. Ou dizem são uns delinquentes, e pronto, deve ser tudo delinquente, independentemente da origem (...). São pretos, pronto. Depois é que, se calhar, aí porque é um bairro de uma grande intensidade de população migrante, e isto faz alguma confusão às pessoas da maneira como estão. Por regra, quando eu me candidato a um emprego é o nome, não é a população que lá está, é o nome Cova da Moura. Depois é a população em si, por exemplo, os da Buraca encaram de uma forma, são todos a morar “em monte”, porque é que não saem de lá (...), e isto acaba por criar confusão não só à população da Buraca mas a Lisboa, etc. Depois existe o factor negro. Também não estou a dizer que um europeu de Leste passe muito bem no país. Depois há o factor negro, que isto, de certa maneira, influencia” (Associação Cultural Moinho da Juventude).

É um espaço fortemente retratado pelo estigma e associado à violência. São constantes as rusgas policiais e as crianças e adolescentes vivem aí a sua condição híbrida de serem social e culturalmente invisíveis. Os jovens, mesmo quando entretidos nos seus afectos e dramas pessoais, são percebidos como pessoas violentas e perigosas que, ao aproximarem-se de alguém que passa, provocam rejeição, medo e agressividade. Em suma, são

percebidos como o elemento mais perigoso da *no go area*, um espaço a evitar, para as populações vizinhas e mesmo para a sociedade em geral:

“Eu tenho um colega meu que é branco e ele disse onde é que moras? E eu: moro ali. Ai em baixo na Buraca e disse a ele para vir a minha casa, como eu fui à casa dele e disse sim, para vir a minha casa para buscar o livro de inglês. Ele disse que não vem, não vem na Cova da Moura porque está com medo. Mas depois quando ele veio cá ele disse: «pá, não tem nada de mal»” (Focus Group 2, Wilson).

Em Portugal, os fenómenos de exclusão e de desqualificação sócio-espacial assumem uma particular severidade em espaços de concentração de grupos pobres, nomeadamente em áreas urbanas e peri-urbanas marcadas pela segregação, pela escassez de equipamentos e serviços e por dificuldades materiais da maioria dos moradores, despossados da possibilidade em participar no mercado de consumo. Entre as situações habitacionais mais comuns que se inscrevem neste quadro de vida, são de destacar os bairros de habitação social, os bairros clandestinos, as zonas de casas abarracadas e os bairros populares e antigos das cidades. A vivência nestes contextos residenciais (re)produz processos de marginalização cumulativa e intergeracional (Geoideia, 2004).

A dramatização da insegurança e a imagem negativa muito fomentadas pelos meios de comunicação social contribuem para a difusão da associação generalizada entre jovens negros e os símbolos da cultura juvenil e a criminalidade juvenil/práticas anti-sociais” (Geoideia, 2003: 20), criando assim o “mito do(s) bairro(s)” (Avenel, 2004). Segundo os relatos das entrevistas realizadas verifica-se, por um lado, um tipo de imprensa sensacionalista e pouco coerente que pode incitar a discriminação e o medo dos bairros e da população que neles reside e, por outro, uma imprensa que procura analisar o fenómeno e as suas consequências, de certo modo, imparcialmente. Como expressou o Toy numa das sessões de *focus group* (2): “qualquer reportagem que é feita aqui no bairro é sempre pelo aspecto negativo, nunca é pelo aspecto positivo”. A abordagem dos *media* consiste em construir uma imagem dos problemas dos bairros e da violência de tal forma que as

informações transmitidas não se coadunam com a totalidade do local nem com o quotidiano de muitos, se não a maioria, dos que vivem no bairro. Daí que Cyprien Avenel fale de um “estereótipo jornalístico” (2004: 35).

Em suma, a assunção de imagens negativas prescritas pelo meio exterior ao bairro e a difusão de informação estigmatizante estrutura e condiciona a construção de identidades, nomeadamente face ao bairro de residência e ao espaço envolvente. A percepção e sentimento que surgem associados a estas imagens manifestam-se em termos pessoais numa espécie de inquietação, já que se está ciente da rejeição de que se é alvo por parte da sociedade envolvente (Mendes, 2002).

4.1.4. Criminalidade, delinquência e condutas de risco

Falar do bairro do Alto da Cova da Moura implica falar das crianças, adolescentes e jovens que passam o seu dia-a-dia entre a escola, a casa, as associações, pelas ruas e bares do bairro no estreitamento das relações que se vão constituindo entre os grupos de amizade. Como temos visto, são crianças e jovens que se encontram perante condições de vulnerabilidade e de um processo de integração deficiente na sociedade portuguesa. Assim, a identificação com o espaço do bairro é mais do que um rebuscar das origens, uma procura da satisfação da necessidade de pertencer a uma comunidade; mesmo que nascidos cá sentem-se “do lado de fora”.

Para Laurent Mucchielli (2002:83-87), “la délinquance juvénile est un fait social, qui évolue au cours de l’histoire d’une société ... la délinquance juvénile n’est pas absente d’une société qui connaît la grande misère, les pathologies familiales, la disparition de l’interconnaissance et le tout début de la société de consommation”. Perante o crescimento económico e a sociedade de consumo, por um lado, e o alargamento das desigualdades, por outro, ao mesmo tempo que se impõem padrões de estética e de integração no mundo do consumismo, afastam-se aqueles que não estão possibilitados de se enquadrarem nos mesmos padrões.

“Eles querem ter (...) dinheiro para ter telemóvel, ou porque é que aquele tem isso, e eu não tenho, e portanto, os pais estão preocupados a trabalhar, mas como as qualificações são tão baixas, os vencimentos são tão baixos que não conseguem ter uns Nike, não é? E portanto, carregando todas essas questões, económicas e sociais, eu aí não vejo que seja uma situação cultural (...), é, de facto, de ciclos de pobreza, são de facto ciclos de dificuldades, eu não vejo que seja ligado à cor ou à raça, ao credo, nada disso. São ciclos de pobreza. As pessoas não conseguem fazer face àquilo que os jovens querem, e as ânsias dos jovens, de facto, são cada vez mais letais, o consumismo é terrível” (Junta de Freguesia da Buraca).

Para além da situação de fragilidade económica das famílias, a condição dos jovens pode agravar-se quando se encontram em situações de famílias desestruturadas ou marcadas pela crise, pois as funções sociais desta unidade reservada às relações de parentesco estão actualmente ameaçadas. Imediatamente as funções de socialização ficam sob risco, uma vez que também a escola não responde de modo a garantir o sucesso dos jovens, cabendo à rua, aos amigos ou à comunicação social esse papel. Neste caso, as famílias imigrantes representam fontes de conflito e tensão que proporcionam condições pouco favoráveis para uma adolescência harmoniosa, devido aos desequilíbrios familiares e às constantes pressões de interiorização dos códigos culturais da sociedade de acolhimento, essencialmente através da escola e, ao mesmo tempo, dos códigos do grupo por intermédio da célula familiar. Citando Child (1943 in Portes, 1999: 97), “os filhos dos imigrantes que se conseguem mover com sucesso entre os dois mundos representam uma minoria”. Por outro lado, o desvio e a delinquência representam também uma tentativa de lutar contra uma imagem desvalorizada de si próprios, potenciando processos de afirmação de identidades(s) (juvenil, africana, etc.) e contribuindo para a rejeição aos códigos culturais e sociais da sociedade de acolhimento (Monteiro, 1997: 301). A escola aparece como o primeiro cenário revelador desta conflitualidade. Como refere Monteiro (*idem*), “apesar do papel integrador que assume a escola como agente de aprendizagem das normas vigentes na sociedade receptora e, entre ela, da linguagem como instrumento de compreensão e de comunicação, constata-se um maior fracasso escolar entre os filhos dos imigrantes que os dos autóctones.” Assim, “o insucesso escolar será seguido de uma

insatisfatória inserção profissional e, por conseguinte, de uma experiência de frustração psicológica e de marginalidade social” (*idem*: 303).

Uma vez que o controlo exercido pelos pais é reduzido, os jovens e as crianças estão mais propensos a condutas de risco (Pais, 2003). Como é mencionado numa das instituições contactadas:

“Elas crescem por elas próprias (...). Aí, na rua, muito entregues a si próprias e, portanto, é uma forma de elas (...) crescerem sozinhas. E eu acho que muitos desses miúdos que hoje em dia fazem essas coisas, é muito porque se criaram sózinhos” (Junta de Freguesia da Buraca).

Tratando-se de uma geração que se sente marginalizada, não sendo muitas vezes considerada parte plena da sociedade do país onde nasceu e também não conhecendo – nem sentindo, com frequência – afinidades muito fortes com o país de origem dos pais, podem surgir, então, estímulos à desconfiança e ao desafio para com a sociedade envolvente. O meio mais fácil, para muitos jovens e crianças, será confiar naqueles com quem se identificam, aqueles com quem passam os dias, isto é, os colegas e amigos; enfim, a rua. A rua é um espaço de vivência e de socialização por excelência de muitos jovens e crianças que residem nos bairros degradados, com valores e regras próprios, muitas vezes associados ao domínio do mais forte. Deste modo, grande parte desses jovens e crianças podem constituir-se numa espécie de “prisioneiros” do próprio meio.

O forte do desejo de pertencer a um grupo, bem como a identificação com esse grupo, pode justificar uma vida de riscos (e.g., consumo do álcool, tabaco, drogas, furtos, brigas, vandalismo (...)) sobretudo se alguns desses “riscos” estiverem associados às práticas quotidianas do grupo. O risco pode corresponder para alguns jovens a uma forma de libertação mediante evasão, procurando reencontrar um sentido de existência, uma renovação de identidades instáveis. Um jovem num ambiente de bairro com as características que temos definido, ou no meio de um grupo de amigos que seguem determinados padrões, procura manter um estilo de vida fundado numa simbologia de virilidade, de força física, da capacidade de correr riscos.

“E porque também, como eles juntam-se todos, e porque são cerca de vinte ou de trinta, quando alguém passa, sente-se assim um bocadinho incomodado. Porque são vinte ou trinta, todos a olhar, e acho que isto incomoda um bocadinho. Sentem-se superiores, eu acho que isso lhes dá uma força incrível, e acho que eles já fazem de propósito, porque lhes dá força” (Associação Cultural Moinho da Juventude).

Numa fase de vida em que os jovens estão a construir as suas identidades, a identificação com os grupos de amigos intensifica-se, perdendo-se, por vezes, a capacidade de autonomia individual, mesmo quando alguns jovens afirmam ter grande margem de liberdade (Pais, 2003: 409). Normalmente, as influências de amigos têm o efeito de arrastamento para as práticas desviantes e para os consumos viciantes. Assim, encontram-se muitas vezes num impasse entre a adesão aos valores dos grupos nos bairros ou a actuação de acordo com os valores e expectativas dos pais e da sociedade. Tal situação é denominada por Min Zhou de “dilema de escolha forçada” (1997 in Pires, 2000: 110).

O sistemático desafio aos limites da ordem, através do desvio à lei e de uma recusa da autoridade, constitui uma crítica implícita ao funcionamento da sociedade (Pais, 2003: 402). A iniciação no sistema que envolve actos anti-sociais, como crimes e assaltos, bem como o tráfico ilegal, podem induzir a um ciclo de violência e de degradação das relações entre jovens e certas instituições e equipamentos públicos como a polícia, os transportes e a escola. Tais actos podem, então, causar uma propagação da violência no tempo e no espaço através do conflito permanente com estas instituições, principalmente com a polícia. Esta espiral de tensão acaba também por dar origem a conflito explícito e a violência em situações aparentemente evitáveis com recurso a intermediação prévia.

“O bairro não tem dinheiro, e depois não têm vontade política para resolver os problemas. O bairro (...) não é por acaso que um pequeno conflito de jovens na sequência de uma reportagem que passa na imprensa de um, porque tinha sido praticamente assassinado por um polícia, os jovens ficaram afrontados e foram apedrejar, que era uma coisa que se resolvia facilmente” (Focus Group 1).

Numa reacção de circularidade e em sinal de desagrado face à violência policial, os jovens e, eventualmente, alguns moradores tendem a reagir violentamente face à presença das forças policiais nestes espaços. Nestes territórios, a polícia é por norma encarada como *persona non grata* ou, como refere L. Mucchielli, “ la designation des policiers comme l’adversaire et l’envahisseur” (2002:105). Alguns autores, como M. Wieviorka (1992) referem a existência de uma espécie de racismo policial, que resulta da confluência de factores diversos: uns de carácter estrutural, ligados ao modo de funcionamento e à cultura da polícia (instituição normativa), outros, de ordem mais conjuntural, determinados pela situação social, pelas instituições e pelo sistema político. Nesta perspectiva, os polícias não são apenas agentes que asseguram a “normalidade” do funcionamento de uma organização social que os transcende. Assim, e apesar da burocracia e das regras administrativas que limitam o seu trabalho, os polícias são também actores individuais e colectivos, que exprimem uma subjectividade e dispõem de graus de liberdade que permitem a redefinição das suas práticas. A cultura da instituição policial integra um conjunto de métodos de intervenção e de normas e comportamentos estruturados quer pela identidade profissional, quer pelas condições institucionais do trabalho policial. Essa cultura parte de uma base de pressupostos mais ou menos constantes ao longo do tempo: o sentimento de constituir o último pilar numa sociedade em desestruturação, o dever de constituir uma espécie de paliativo face às disfunções das instituições sociais, assentando a sua intervenção num universo simbólico-ideológico estruturado com base num sistema classificatório de alguns grupos sociais em categorias que estão sob contínua “suspeição” – são as “categorias marginais” – entre as quais se destacam a dos “ciganos” e a dos africanos (Mendes, 1998).

Dos grupos e dos gangs?

A caracterização que é atribuída a determinados bairros, nomeadamente ao Alto da Cova da Moura, e a presença de problemas associados ao desvio e delinquência juvenil não justificam a existência de grupos organizados designados como *gangs*. É preciso referir que a existência de indivíduos e pequenos grupos associados, por exemplo, à prática de furtos ou ao tráfico não tem qualquer ligação organizada com a larguíssima maioria da

população, seja ela imigrante ou não. Tais indivíduos, assim como foi referido em todas as entrevistas realizadas, representam uma claríssima minoria.

Situações pontuais poderão desencadear conflitos entre indivíduos, pertencentes ao mesmo bairro ou não, em alguns casos até com alguma gravidade. Por vezes, um pequeno grupo, geralmente de adolescentes, junta-se devido às influências entre colegas para pequenos furtos ou outras experiências desviantes.

“Agora, eu tenho noção que eles não fazem sempre coisas boas. Que eles juntam quatro ou cinco e vão assaltar alguém porque querem dinheiro para ir ao cinema. Isso faz deles um gang? Eu chamo grupo de jovens que teve pancada para naquele dia ir assaltar.” (Junta de Freguesia da Buraca)

Por vezes acontecem conflitos passionais derivados do excessivo consumo de álcool, no calor de uma discussão, ou mesmo de problemas gerados nas discotecas, facto muitas vezes associado à exibição de uma atitude de virilidade entre os jovens. Tais situações podem por vezes ser transportadas para o bairro ou outros locais de proximidade no quadro de um “ajuste de contas”. Acontece que a presença, directa ou indirecta, de armas, “normaliza” as relações com a violência e facilita (e justifica) respostas do mesmo teor. Para muitos, o conflito auto-regula-se, através do medo (que silencia e afasta as pessoas) ou da resposta “na mesma moeda”.

O tráfico e a degradação do espaço

Nos bairros degradados organiza-se, por vezes, uma economia paralela e um mercado informal, relacionado em parte com uma espécie de economia da delinquência e da marginalidade (tráfico de drogas, de armas e de dinheiro falso, receptação de objectos roubados, etc.) que tem incidência na degradação da pessoa (traficante-consumidor, “dealer”-consumidor ou apenas consumidor), das relações sociais e do espaço físico (caves que servem de habitação e para “tráficos”, espaços públicos e semipúblicos onde se trafica e se consome droga, destruição da iluminação pública, espaços e equipa-

mentos públicos vandalizados). Esta degradação social e ambiental tem impacto nos contextos vivenciais ao criar um clima social marcado por algumas tensões e até por conflitualidades manifestas. Alguns destes bairros, de forma visível ou na penumbra, são mercados de drogas ilícitas e, apesar do controlo sócio-policial, a oferta parece não acabar, mesmo que temporariamente ocorram pequenas diminuições dos fluxos mais visíveis. Ou seja, por vezes a acção policial pode ter apenas efeitos ao nível da dispersão de um grupo de *dealers* e atenuar alguma centralidade do tráfico de estupefacientes. Estes contextos rapidamente são alvo de estereótipos por parte dos *media* que amplificam a dimensão e a importância do consumo e das transacções, criando-se uma espécie de “rumor insegurizante” (Fernandes, 1995: 25) em torno destes bairros (Geoideia, 2004).

É neste contexto que se constrói um mundo “lateral”, constituído pelo quotidiano de alguns jovens do Alto da Cova da Moura, que desenvolvem uma economia informal em determinadas zonas do bairro. O tráfico de substâncias ilícitas vem ganhando algum terreno em algumas ruas, enveredando esses jovens por uma via mais rápida de ganhar dinheiro. Na falta de condições locais e de perspectivas, alguns deixam-se levar pela ilusão de um caminho que parece fornecer satisfações mais fáceis, ou, em alternativa, ao invejarem um amigo ou um familiar bem sucedido, tornam-se um alvo fácil nas malhas do tráfico.

Este vem sendo o maior problema para o bairro, até mesmo referido pelos mais novos que fizeram parte de um dos nossos grupos de entrevistas.

“Neste momento é a venda de droga e isso. O tráfico que fazem aqui no bairro, e por mais que a gente tente lutar contra isso, onde há muitas das nossas crianças que estão a nascer e estão a crescer neste momento vão assistindo a isso pelo bairro, percebe-se? É o aspecto mais negativo neste momento no bairro” (Focus Group 2).

Este é um problema que vai deteriorando cada vez mais a imagem do bairro, aumentando a degradação do meio e as situações de violência e assaltos, uma vez que a frequência

dos consumidores de drogas contribui para agravar as situações de conjugação de riscos, tornando o ambiente mais pesado e menos confortável.

4.1. 5. **Notas finais de reflexão**

O problema da droga, da delinquência e da violência no Alto da Cova da Moura apela a uma coordenação de esforços, tanto de entidades públicas e privadas quanto da comunidade e das famílias afectadas. E é no sentido do reconhecimento e não da descaracterização que importa assumir e intensificar medidas de prevenção, regulação e superação das conflitualidades, criando condições para combater as situações de segregação, estigmatização e de exclusão social. Os resultados das entrevistas realizadas no bairro do Alto da Cova da Moura revelam que é necessário criar espaços de oportunidades para maior participação e interacção das pessoas com as instituições da sociedade, nomeadamente a escola e a PSP, abrindo oportunidades de maior diálogo, prevenindo, assim, comportamentos de risco.

Tivemos oportunidade de perceber nas várias entrevistas a necessidade de uma maior acção por parte da população do bairro na interacção com a sociedade envolvente e suas instituições. Outro aspecto, corresponde à importância da comunicação social para a construção de uma imagem mais positiva, mostrando também o lado “bom” do bairro.

Tendo em consideração condições como a participação dos indivíduos na sociedade onde se inserem, isto implica também fazer algo por esta, contribuindo activamente para a dinâmica e a qualificação do meio onde se encontram. Quando isso se verifica, a integração e a relação indivíduo/sociedade é positiva, efectuando-se, desde logo, uma troca simbólica com benefícios mútuos. A superação de situações sociais de instabilidade implica a intervenção de intermediários, como organizações de imigrantes abertas ao trabalho, e o estabelecimento de parcerias entre entidades governamentais e civis. Na afirmação de Boaventura de Sousa Santos (1998), a cidadania tem de redescobrir as potencialidades democráticas do trabalho, procurando nos diferentes tipos de trabalho

respeitar os patamares mínimos de inclusão. Deste modo, minimizar-se-ão as posições de desvantagem relativamente ao conjunto mínimo de bens e serviços que configuram uma qualidade de vida aceitável e as próprias condutas de risco, tidas como comportamentos desviantes face às normas e aos valores que conformam o padrão considerado de referência.

É no sentido a inverter a profunda desqualificação urbana e social evidenciada no bairro do Alto da Cova da Moura, e alcançar a revitalização social e económica das comunidades residentes, desenhando um novo quadro de vida que promova a sua integração, que foi desenvolvida a intervenção URBAN II da Damaia-Buraca, com quatro objectivos estratégicos:

- 1. Requalificar o ambiente urbano e valorizar o espaço público, criando condições para que seja um palco seguro onde se valorizem as relações sociais e intergeracionais, amenizando as clivagens urbanísticas entre o bairro da Cova da Moura e a envolvente, dotando toda a zona de uma estrutura verde que requalifique o ambiente existente e promova uma nova imagem;*
- 2. Integrar a população africana, através da criação de condições facilitadoras de acesso ao mercado de emprego, de manutenção no sistema educativo, garantido condições para a valorização e prática da sua cultura;*
- 3. Revitalizar o ambiente social, através de acções que contribuam para a construção de um tecido social mais sólido e solidário, capaz de integrar e apoiar os grupos populacionais mais marginalizados e desfavorecidos;*
- 4. Valorizar o contexto sócio-educativo da população juvenil, dotando-a de condições físicas e de um conjunto alargado de actividades lúdico-pedagógicas que diminuam as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar, condicionando e tentando inverter a prevalência de percursos desviantes e as marginalidades (Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II Amadora (Damaia-Buraca), Relatório de Execução-2002, 2003: 2-3).*

Este Programa, que vigorou até ao final de 2006 e não abrangia apenas a Cova da Moura, uma vez que incluía uma área bastante mais vasta, teve alguns impactos positivos ao nível da inserção e do sucesso no 1º ciclo de escolaridade, na criação de oportunidades de emprego e formação e mesmo na melhoria de alguns equipamentos. Contudo, as intervenções de fundo – em matéria de propriedade dos terrenos, reabilitação, segurança, dinamização e qualificação das actividades económicas, abertura ao exterior... – continuam por fazer.

É por esta razão que o desenho da intervenção participada sócio-territorial para a Cova da Moura, concebida no âmbito do Programa Governamental Bairros Críticos, coordenado pelo Instituto Nacional da Habitação, procura integrar todas as dimensões no âmbito de uma única acção, construída em conjunto com todas as instituições públicas e do 3º sector com actuação no Bairro. Só em 2012 poderemos fazer uma avaliação integral deste processo, mas a sua concepção e a metodologia de trabalho participado que a possibilitou criam boas expectativas.

Para finalizar esta reflexão, enquadrando-a num quadro mais amplo, ficam aqui as palavras de A. Giddens:

“Acredito que se possa assumir que todas as formas de violência devem ser minimizadas tanto quanto possível, sejam elas legítimas ou ilegítimas. Em outras palavras, a tendência das autoridades governantes no sentido de assegurar o monopólio dos meios de violência não deveriam ser equacionadas como um recurso cada vez maior à violência” (1966: 206 in Tavares dos Santos, 2000: 20).

Em suma, no actual contexto das cidades e sociedades, urge a necessidade de uma alternativa (radical) capaz de realizar projectos sociais e políticos que possibilitem a reconstrução da solidariedade e da dignidade humana, promovendo a mediação dos conflitos e articulando os valores da justiça social, do equilíbrio ecológico, da não violência e da liberdade de acção colectiva, no espaço-tempo dos processos sociais globais.

4.2. O BAIRRO DA QUINTA DA FONTE (APELAÇÃO)

Para além de informação estatística e documental sobre o bairro, para a análise da questão dos conflitos neste recorreu-se, tal como na Cova da Moura, à realização de entrevistas institucionais, seguidas de duas sessões de *focus groups*, a primeira destinada a adultos (4 participantes) e a segunda com um grupo de sete jovens⁶⁶.

4.2.1 Caracterização geral do Bairro

O bairro Quinta da Fonte, que foi construído entre 1994 e 1995 e fica situado no concelho de Loures, freguesia da Apelação, começou a ser ocupado por residentes a partir de 1996. Esta freguesia pertence ao concelho de Loures e conta com 6043 habitantes (Censos 2001). Embora os traços de alguma ruralidade ancestral ainda estejam presentes, quer na paisagem (algumas casa rurais, o moinho recuperado, resquícios da ocupação agrícola do espaço), quer nas práticas sócio-culturais dos residentes mais antigos da freguesia, as últimas quatro décadas e, especialmente, os derradeiros 15 anos, foram marcados por um processo de transição, não só ao nível demográfico, mas também nos domínios económico e da paisagem urbana.

Embora a função residencial seja predominante na freguesia, devendo também destacar-se um conjunto de actividades ligadas ao comércio e aos serviços de proximidade, a boa acessibilidade contribuiu para que se acentuassem os movimentos de pendulação em direcção a Lisboa e a Loures, o que está associado a uma afirmação das actividades económicas nos sectores dos serviços e, também, da construção civil. Ainda que a inserção da Apelação na lógica suburbana de Lisboa já se venha a sentir desde há algumas décadas, é nos anos 90 e, particularmente, com a construção da Quinta da Fonte, que esta se acelerou substancialmente tendo-se também modificado as características do

espaço urbanizado e da demografia local. Por um lado, aos prédios mais novos da área central da freguesia juntou-se um conjunto de blocos de grandes dimensões, distinto de todo o resto, e perfeitamente demarcado na paisagem. Por outro, este

⁶⁶ As seis instituições entrevistadas na Apelação constam do Anexo 3.

bairro de realojamento, que possui mais de 1/3 dos residentes na freguesia e foi o maior responsável pelo enorme crescimento demográfico registado no último período intercensitário (aproximadamente +77%), contribuiu fortemente para a diversificação étnica e geracional da freguesia, trazendo para este espaço muitos novos residentes, frequentemente jovens de origem africana ou cigana. Deste processo resulta uma justaposição de duas realidades sócio-demográficas distintas, uma mais envelhecida e ainda marcada por valores culturais mais tradicionais e outra, claramente jovem, com défices sociais importantes, associada ao Bairro da Quinta da Fonte (Rede Social no Concelho Loures: 2005).

Algumas características:

«Este bairro (freguesia) apetecia aqui viver. Está a dois passos de Lisboa, é uma zona onde as pessoas se sentiam bem» (Junta de Freguesia da Apelação)

«A freguesia não tem capacidade para empregar (estas populações), o comércio e as actividades económicas são muito poucas, são pequenos estabelecimentos familiares» (Junta de Freguesia da Apelação).

Em termos demográficos, a freguesia da Apelação distingue-se das restantes pertencentes ao concelho de Loures por duas razões:

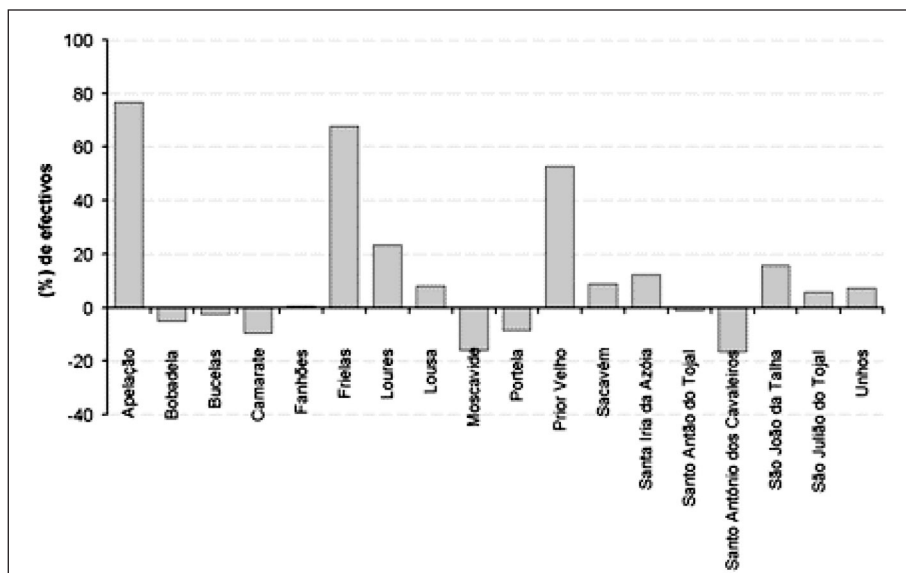
- ✓ Apresenta o maior crescimento populacional (77%) relativo no último período intercensitário (1991-2001), principalmente devido a um recuo de 3,41 do índice de envelhecimento. Segundo os censos, a estrutura etária da freguesia é das mais jovens do concelho.
- ✓ Nesse período duplicou também o número de indivíduos residentes com 65 ou mais anos, passando de 310 para 606.

QUADRO 28 – Indicadores Demográficos da Freguesia da Apelação

	1991	2001
Índice de envelhecimento	51,32	47,91
Percentagem de idosos	9,1	10,0
Percentagem de jovens	-----	20,9
População residente com 65 ou mais anos	310	606

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001. Adaptado de Relatório Social C. M. Loures

FIGURA 13 – Variação relativa da população – 1991-2001



Fonte: Estatísticas Demográficas da Câmara Municipal de Loures

Esta dinâmica rejuvenescedora da freguesia deve-se em boa parte à construção do bairro da Quinta da Fonte, que apresenta uma estrutura etária bastante jovem. De facto, dos 2213 residentes no bairro, 52% têm 24 anos ou menos.

QUADRO 29 – **Composição etária do Bairro da Quinta da Fonte**

Anos	N.º	%
0-4	67	3,0
5-9	247	11,2
10-14	320	14,5
15-19	310	14,1
20-24	202	9,2
25-29	142	6,4
30-34	157	7,1
35-39	239	10,8
40-44	175	7,9
45-49	121	5,5
50-54	65	3,0
55-59	45	2,0
60-64	35	1,6
65-69	29	1,3
70-74	27	1,2
75-79	13	0,6
80 e mais anos	12	0,5
Total	2206	100

Fonte: Câmara Municipal de Loures, DMH in *Diagnóstico Social da Comissão Social Interfreguesias de Apelação, Frielas e Unhos*.

Inicialmente, o Bairro Quinta da Fonte pretendia ser uma cooperativa de habitação, mas «a dada altura, uma das cooperativas que era proprietária daquele terreno parece não ter conseguido finalizar a construção e teve de procurar arranjar uma parceria com algumas outras cooperativas; no entanto, o que é certo é que também não arranjaram entendimento nesse aspecto» (Junta de Freguesia da Apelação). Por outro lado, na mesma altura, houve também «a necessidade de um local para realojar um grupo de pessoas que vinham de diversos locais – Expo 98, Prior Velho e Quinta da Serra» (Centro Comunitário

da Quinta da Fonte). Assim, a Câmara Municipal de Loures propôs a compra de uma parte do empreendimento a fim de instalar nesse espaço algumas habitações sociais. É neste contexto que ocorreu, entre 1996 e 1998, um processo de realojamento de várias populações no bairro da Quinta da Fonte.

Por conseguinte, o bairro é caracterizado pela presença simultânea, por um lado, de construções físicas de uma cooperativa e de habitações de realojamento e, por outro, por uma população “lusa” que reside maioritariamente nas habitações da cooperativa, e por uma população essencialmente composta por imigrantes (africanos) e por ciganos que foram realojados.

O bairro é referenciado como tendo vários aspectos positivos, nomeadamente o número e diversidade de estabelecimentos comerciais: existem cabeleireiros, restaurante/churrasqueira, supermercados, padaria, papelaria, etc:

«existe de tudo um pouco e o que existe dá perfeitamente para esta comunidade»
(Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

É também referida a existência de vários equipamentos e infra-estruturas que valorizam o bairro:

«neste bairro existe um leque de ofertas que não existe noutras locais, noutras freguesias, porque tem aqui, tanto no lado desportivo como no lado cultural e educação, um leque bastante grande de actividades» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

«o bairro tem um polidesportivo, tem actividades radicais, tem um centro comunitário, onde tem um espaço de jovens e existe a própria escola que está muito perto do bairro» (Focus Group 1).

A localização e o próprio clima do bairro são realçados como factores muito positivos *«a Apelação em termos de localização e clima é um bairro excelente»* (Focus Group 1).

Apesar de haver algumas críticas ao facto de os transportes públicos não passarem directamente pelo bairro, é destacada como positiva a rede de transportes públicos que serve a freguesia da Apelação.

Não obstante tudo isto, o bairro aparece como tendo de facto muitos problemas, nomeadamente insegurança, carências económicas e sociais das famílias e dos jovens e vários conflitos de vizinhança.

4.2.2 Bairro e contexto envolvente – identificação dos principais problemas

Insegurança

A insegurança é um dos principais problemas do bairro e os sentimentos de medo associados são encarados como sintomas de uma patologia intrínseca ao bairro. De facto, *«as pessoas não se sentem seguras e há várias queixas que nos são transmitidas constantemente; dizem: ali é preciso ter muito cuidado por causa dos assaltos»* (Junta de Freguesia da Apelação), existindo também um acesso relativamente fácil a armas de fogo no bairro. Ou seja, um dos principais problemas do bairro relaciona-se com a segurança de pessoas e bens, sendo muito visível no próprio funcionamento dos estabelecimentos comerciais; *«estes estabelecimentos em baixo fecham todos cedo, às nove e meia estão todos fechados, antigamente fechavam mais tarde, meia-noite»* e nas acções das pessoas *«as pessoas têm medo de sair à noite»* (Junta da Freguesia da Apelação). Nesse sentido, e embora no bairro exista um policiamento regular *«eles têm os carros-patrolhas que circulam ali, de vez em quando há operações da polícia de choque, mas essas são situações mais graves»*, defende-se um policiamento de proximidade porque *«agora já não há, agora a polícia anda toda de carro (...)»*, no entanto *«achamos que a presença da polícia nos moldes que havia antigamente, de presença na rua, seria mais eficaz»* (Junta de Freguesia da Apelação).

Adicionalmente, a relação destes moradores com a polícia nem sempre é pacífica.

«Muitas vezes vêm (a policia), não fazem nada, deixam-se estar dois a dois só de vigilância, andam de um lado para o outro, mas também ninguém faz nada»; outras vezes *«aqui a população, principalmente os jovens, não gostam nada disso mas aí é em todos os bairros, não é só aqui, há sempre um atrito com a polícia»* (Pastoral do Ciganos). Normalmente, quando há problemas, verifica-se uma grande unidade da população do bairro contra a polícia: *«quando chega a policia, eu sou testemunha disso, seja ciganos, seja africanos, seja o que for, normalmente eles estão contra a polícia e manifestam-se contra a polícia»* (Pastoral dos Ciganos). Embora não se tenha verificado *«excesso de violência»*, o facto é que *«Naquele bairro com a polícia, a polícia tem tido muitos problemas ali, desde apedrejamentos a destruição de viaturas, agressões e outras, várias situações; aqui em baixo a relação é pacífica»* (Junta de Freguesia da Apelação; Escola EB/2,3 da Apelação).

Em relação a este clima de medo e insegurança, houve por parte da população uma mobilização para pedir a construção de uma esquadra na freguesia, mas não teve resultados: *«houve até uma altura em que se fez um abaixo-assinado a pedir uma esquadra da PSP para aqui mas isso nunca foi avante»* (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia da Apelação). Contudo, esta ideia mantém-se e prevê-se a construção de uma esquadra mais perto do bairro, apesar de também ser dito que *«a construção da esquadra não vai resolver a situação porque eles têm poucos meios humanos para actuar»* (Junta de Freguesia da Apelação).

Neste aspecto da insegurança é realçado o papel da comunicação social que sempre se mostra muito interessada nestes casos e que foca essencialmente os grupos de jovens.

«A comunicação social tem muita culpa e deviam ter mais cuidado» (Pastoral dos Ciganos), nomeadamente na cobertura desproporcionada e no empolgamento com que relatam os acontecimentos bem como na rotulagem espontânea e difusão de estereótipos: *«acontece uma coisinha que não tem nada a ver e daqui a 24 horas está uma história que você nem pode imaginar e não foi nada disso: coisas pequeninas vão-se avolumando e tornam-se coisas muito grandes»* porque

«a comunicação social faz um alarido e parece que todos são criminosos, todos os jovens andam metidos em confusões, todos os jovens andam fugidos da polícia, toda a gente tem droga, toda a gente vende armas» (Pastoral dos Ciganos).

Nas questões da segurança há também a perspectiva dos próprios responsáveis e técnicos que trabalham nas instituições do bairro ou na freguesia que contrariam o sentimento de medo evidenciado pelos moradores: *«eu nunca senti medo, ando aqui a qualquer hora, venho de carro, nunca me aconteceu nada»* (Pastoral dos Ciganos); *«eu ando no bairro e não tenho problema, não tenho medo»* (Junta de Freguesia da Apelação).

Em síntese, parecem identificar-se três ideias-chave: i) uma ideia de insegurança que aparece associada ao insuficiente (e, porventura, desadequado) policiamento (decorrente da aparente escassez de meios humanos e materiais por parte da polícia) face à criminalidade verificada (essencialmente assaltos) e a alguns conflitos de vizinhança; ii) a emergência de comportamentos defensivos, e por vezes agressivos, da população residente face a ações mais expressivas e de maior dimensão da polícia e iii) uma crescente mediatização do crime e da violência.

Conflitos e Tensões

Em relação aos conflitos e tensões existentes no bairro, é dito que:

«todos os bairros têm esse problema (...) as pessoas pedem para sair do bairro porque sempre há confusões com os jovens, porque de pequeninas coisas se fazem grandes e porque não há grandes relações de vizinhança, as pessoas juntam tudo (...) Há pessoas que me dizem a mim que sentem medo e que não se sentem seguras aqui, mas também não sei até que ponto é que é para mudarem de casa ou saírem de casa, mas a verdade é que há pessoas que moram no bairro que não gostam de viver aqui» (Pastoral dos Ciganos).

Informações recolhidas nos dois *focus group* apontam para a existência de algumas tensões entre a comunidade cigana e a africana. Ainda assim, a interlocutora da Pastoral dos Ciganos diz que os «*conflitos entre etnias, não me parece que haja... há alguns conflitos de vizinhanças, coisas que acontecem porque são vizinhos e que podem acontecer no meu bairro ou noutra bairro qualquer*». São ainda identificados outros problemas mais graves como «*álcool, violência, toxicodependência, tráfico de droga e de armas no bairro*» que estão na origem de maior parte dos problemas e conflitos do bairro (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia da Apelação). Na escola também não costuma haver grandes conflitos étnicos: «*de vez em quando surge uma ou outra situação, mas por norma não é racial (...) não é tanto um conflito racial mas conflito grupal*» (Escola EB/2,3 da Apelação). No entanto, e apesar de não haver aqui «*grandes problemas entre brancos e negros*», existem alguns problemas entre «*brancos/negros e ciganos mas principalmente entre negros e ciganos*» e por essa razão é que se observa uma separação física e relacional dos dois grupos (Escola EB/2+3 da Apelação).

Em relação aos espaços de conflito, as opiniões são quase unânimes: os problemas acontecem na zona comercial do bairro onde ocorre uma maior concentração de jovens, adultos e das respectivas actividades. De facto, o comércio existente centra-se exclusivamente numa zona (Av. José Afonso) identificada como sendo uma das mais problemáticas do bairro.

«neste bairro, os conflitos vêm todos ali de uma zona, (...) da parte comercial do bairro (...) os grandes e os pequenos conflitos saem todos dali» (Pastoral dos Ciganos)

A Escola aparece também como um local onde há muitos conflitos, mas aqui os conflitos têm uma natureza diferente «*o facto é que a escola é uma extensão do bairro. Os problemas que há na escola são os problemas que há no bairro... quando eu vejo a tensão aumentar aqui na escola eu quase que posso chamar a polícia e dizer – intervenham no bairro porque vai haver “chatices”*» (Escola EB/2,3 da Apelação).

Em relação aos envolvidos, as opiniões não variam muito: quem fomenta muito a instabilidade do bairro são uns grupos de jovens que estão sinalizados, todos sabem quem são

e são esses grupos que geram muitos problemas (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia da Apelação; Escola EB/2,3 da Apelação), até porque «os velhos são poucos e normalmente não saem de casa porque têm medo de vir à rua; a população dos adultos é educada, não há problemas com eles pois são pessoas que trabalham» (Junta de Freguesia da Apelação).

Esta situação remete-nos para a questão da existência ou não de *gangs* no bairro. As evidências mostram-nos a presença de grupos relativamente hierarquizados de jovens que muitas vezes praticam actividades delinquentes; estes grupos juvenis têm frequentemente líderes que «conseguem incentivar os outros a fazerem as maldades por eles» (Escola EB/2,3 da Apelação) e isto acontece porque eles próprios têm uma hierarquia interna: «na estruturação que eles próprios criam entre eles: há os mais fortes, os mais fracos... há uma hierarquia e eles cumprem muito essa hierarquia; portanto há uns que estão mais acima na hierarquia, há uns que se encaixam nessa hierarquia e há outros que se afastam e não têm nada a ver. Portanto existe essa ordem social que é trazida do bairro» (Escola EB/2,3 da Apelação). Por outro lado, as idades destes jovens variam entre os sete-oito anos até aos quinze-dezasseis, havendo alguns jovens já com vinte e tal anos (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia da Apelação; Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Estes grupos têm uma composição heterogénea, «têm ciganos e africanos, têm de tudo» (Pastoral dos Ciganos), ou seja, os problemas com os jovens são transversais a todas as comunidades que vivem no bairro.

«Estes problemas não são específicos de ciganos ou africanos, é um todo (...), por famílias» (Pastoral dos Ciganos)

Contudo, estas características não nos dizem que estes grupos sejam de facto *gangs*. Tudo indica que não são. Efectivamente, estes grupos de indivíduos deixam-nos algumas dúvidas não só quanto à natureza da sua organização interna, como em relação ao facto de possuírem algumas das características dos *gangs*, como sejam o uso de um qualquer símbolo específico por parte dos membros do grupo, a delimitação de um território/ espaço público que considerem propriedade sua ou o tempo de duração do grupo e envolvimento dos seus membros, bem como o envolvimento em actividades criminosas.

Efectivamente, como referimos no capítulo 1.1.2, um *gang* pressupõe a existência prévia de uma subcultura, de uma forma alternativa de organização social baseada na marginalidade e delinquência, visível e consciente, que resulta de uma ineficácia dos mecanismos normais de socialização e integração social como sejam a família ou a escola. Como refere Herpin (1992:113) «os *gangs* representam o efeito espontâneo dos jovens para criar uma sociedade adequada às suas necessidades, quando ela não existe».

Por outro lado, «a sub-cultura delincente não é mais do que o conjunto das prescrições à volta do qual se estabelece o acordo dos membros do grupo (...) é uma forma de cultura na qual certas formas de actividade delincente são exigências essenciais, caso se queira desempenhar os papéis dominantes suportados por essa cultura» (Cloward e Ohlin).

É precisamente a presença de indícios da inexistência dessa subcultura, dessa nova forma de organização social, que nos faz afirmar que não existem *gangs* neste bairro, pelo menos no sentido mais estrito e “duro” do termo. De facto, o que nos parece é que estes comportamentos marginais e delinquentes têm muito mais a ver com o desafio da autoridade estabelecida, através de actos de rebeldia, frequentes, mas relativamente espontâneos, associados a certas fases da vida, como a adolescência.

Normalmente, as práticas ilícitas ocorrem fora do bairro, nas imediações e bairros próximos, mas no bairro também existem algumas situações (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia da Apelação; Centro Comunitário da Quinta da Fonte). São esses grupos de jovens que desestabilizam e que assaltam, não só no bairro mas também noutros bairros, fazendo com que às vezes haja problemas entre bairros e com outros grupos (Pastoral dos Ciganos). Ainda assim, e apesar de haver indícios de alguma conflitualidade entre bairros e com alguns grupos de outros bairros, parece-nos que esta situação não se relaciona com conflitos de base étnica ou racial, mas sim com vários outros aspectos, nomeadamente os estereótipos criados quer em relação ao bairro, quer em relação aos seus habitantes (situação que se interioriza e se reflecte nas atitudes dos indivíduos), a construção da própria identidade dos indivíduos que inclui rituais de iniciação marcados pela

exuberância da virilidade numa fase determinada da vida (adolescência, por exemplo), a constituição ou afirmação de uma identidade comum (de um grupo ou de um bairro) ou simplesmente uma certa rivalidade relativamente ao mesmo recurso ou objectivo (e.g., rivalidades próprias de competições desportivas entre bairros). Muitos destes jovens nasceram já em Portugal ou imigraram ainda muito novos. Não têm qualquer contacto directo com a cultura dos seus familiares mas também não se identificam com nenhuma cultura em particular. Há um défice de valores, regras, normas sociais e culturalmente estabelecidas.

«muitos destes jovens e crianças são oriundos de famílias que vieram de África ou então já nasceram cá; eles são portugueses enquanto nasceram mas enquanto nacionalidade são da origem dos pais porque não há um processo destes em querer inseri-los na comunidade» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

Esta situação, aliada às próprias características das famílias e ao meio envolvente, leva a que os jovens facilmente abandonem e/ou negligenciem a escola e sejam atraídos por caminhos de delinquência e marginalidade (Pastoral dos Ciganos).

Existem algumas discrepâncias quando se trata de referir a natureza dos conflitos, uma vez que existe uma certa tensão e receio entre as populações residentes no bairro e esse facto impede muitas vezes que os problemas se resolvam e cessem de imediato. O facto é que os entrevistados desvalorizam as tensões e conflitos étnico-culturais e preferem falar em conflitos de vizinhança:

«Na minha perspectiva não tem a ver com um grupo de ciganos ou de africanos ... o problema de ser cigano, de ser africano, neste bairro não se põe, é mesmo problema de vizinhança» (Pastoral dos Ciganos)

«Os problemas que ocorrem, normalmente são com os jovens e principalmente jovens africanos (...), por causa do álcool há constantemente rixas» (Junta de Freguesia da Apelação)

«Muitos dos problemas que o bairro tem é porque a própria população não consegue resolver os seus próprios problemas; é assim, as coisas acontecem mas eles também não se querem preocupar ou porque têm filhos ou porque têm que ir trabalhar e não querem ter problemas com estes grupos, antes, com estes jovens, que lhes podem causar problemas pessoais» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

É também realçado o facto de, em geral, os conflitos não terem aumentado ao longo do tempo, apontando-se uma certa estabilização. Contudo, registam-se algumas contradições a este nível, existindo duas posições diferentes: uns referem uma certa estabilização nos conflitos, outros um acréscimo destes.

«Nós estamos aqui desde que houve os realojamentos e não sinto que haja mudança, que esteja pior ou melhor. São sempre os mesmos problemas, estão sinalizados, a gente até os sabe, toda a gente sabe», até porque «isso tem a ver com famílias, há umas que estão bem e há outras que se desmoronaram. Agora que eu veja o bairro pior do que quando viemos para aqui, não» (Pastoral dos Ciganos)

Mas há quem diga que têm vindo a aumentar as situações de furtos, roubos e violência devido essencialmente «à falta de ocupação de alguns jovens que andam aí e já são viciados nisso; é o meio de vida deles (...) e alguns é para comer». Por outro lado, há opiniões que referem o facto de a escola acabar por contribuir, indirectamente, para o “aperfeiçoamento” da criminalidade dos jovens, uma vez que, ao “explicar” o quadro normativo e a suas características, acaba por “dar pistas” relativamente aos modos de contornar essas mesmas normas.

Segregação espacial

Em relação à ausência ou não de segregação espacial do bairro, as opiniões também não são unânimes.

«O bairro Quinta da Fonte no seu início teve preferência em relação à freguesia toda em si; agora neste momento não me parece, mas no início teve» (Junta de Freguesia da Apelação)

No entanto, o bairro Quinta da Fonte está não só geograficamente afastado do centro da freguesia, o que já por si constitui uma manifestação de segregação, como está também afastado de um grande centro urbano, o que provoca também algum isolamento principalmente por parte dos mais jovens, impedindo a sua socialização com outros espaços que não o bairro onde moram.

«uma das características deste bairro que o distingue de outros bairros sociais: é o isolamento deste bairro em relação a outros (...) porque qualquer outro bairro normalmente tem uma situação dita socialmente normal à volta, nem que seja um centro comercial, onde as coisas estão todas bonitinhas, onde está tudo limpinho, onde temos uma segurança que não permite determinado tipo de situações, ou temos um hospital, onde temos uma habitação dita normal, aqui não, aqui encontramos uma situação rural (...) o bairro está completamente isolado aqui no meio deste valezinho em que ninguém nos vê e ninguém nos conhece, onde há pessoas que se calhar nunca saíram daqui» (Escola EB/2,3 da Apelação)

Afirma-se também que apesar de haver uma tendência para o fechamento do bairro em relação ao exterior através de *«uma identidade comum»*, isso é normal, porque, *«onde quer que a gente viva há uma identidade com esse espaço»*; e também porque *«se há uma parte do bairro que talvez se feche muito aqui dentro, há outra parte de algumas famílias que eu penso que estão muito bem integradas, quer no bairro, quer fora do bairro»* (Pastoral dos Ciganos). Ou seja, não podemos afirmar de modo algum que o bairro seja um gueto. Ainda assim, o entrevistado da Junta de Freguesia da Apelação afirma que o bairro *«não será neste momento (um gueto) mas se as coisas continuarem assim é capaz de não tardar muito»*. Representantes de outras instituições vão mais longe, afirmando que *«aquele bairro é um gueto»* porque *«os que moram fora do bairro têm medo de entrar lá, ninguém entra lá; e quem lá vai são pessoas que entram lá pontualmente (...) E a*

polícia mesmo só entra lá em carros de choque e em grandes grupos, não entram lá um ou dois agentes, não entram porque não podem entrar» (Escola EB/2+3 da Apelação)

O facto de o bairro ter tendência a fechar-se sobre si mesmo é referido como causa de algum receio e descontentamento da população.

«as pessoas antigas da freguesia e algumas pessoas do próprio bairro são pacíficas (...) e vejo que as pessoas estão descontentes e estão a começar a fugir daqui e embora alguns pode ser pela falta de trabalho, muitos é pelo ambiente social daqui» (Junta de Freguesia da Apelação)

Por outro lado, as pessoas não se identificam com o bairro, com as suas casas e também por isso querem sair.

«as pessoas não se consideram parte deste bairro e por isso é que querem sair, consideram que não é isto que elas querem, que não é este o bairro que elas querem, não é isto que elas sonharam: a casa, o bairro» (Pastoral dos Ciganos)

Um outro factor que contribui para o isolamento do bairro e exclusão das populações é a inexistência de uma interacção quotidiana entre as pessoas da “Apelação velha”, como se referem todos em relação ao núcleo antigo da freguesia, e as pessoas do bairro. As relações que se estabelecem são impessoais e de cariz utilitarista, pois as pessoas do bairro deslocam-se à “Apelação velha” para usufruir de alguns serviços e algumas pessoas da “Apelação velha” deslocam-se ao bairro apenas para darem alguns passeios.

«grande parte das pessoas da Apelação velha não se deslocam ao bairro, evitam ir lá» (Junta de Freguesia da Apelação)

«as pessoas da “Apelação velha” não vêm aqui a este bairro, para eles seria melhor se isto estivesse fechadinho e ninguém entrasse ou saísse» (Pastoral dos Ciganos)

Por outro lado, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e as instituições que trabalham no bairro e na Apelação têm bastante dificuldade em desenvolver actividades que reúnam as diferentes populações que coexistem na freguesia, proporcionando-lhes espaços e momentos de interacção. Todas as actividades realizadas são em recintos fechados e normalmente dirigidas a segmentos específicos da população (idosos, jovens). As razões apresentadas prendem-se com o facto de as várias tentativas implementadas no passado não terem reunido a adesão da população, para além de os jovens vandalizarem, frequentemente, os equipamentos necessários ou direccionados para as actividades.

Racismo e discriminação

Não se pode dizer que não haja um ou outro caso de racismo do exterior face ao próprio bairro, em especial da população do núcleo antigo da freguesia.

«há algumas pessoas que fazem discriminação do bairro mas não são todas; mas há aí algumas pessoas que fazem e começam a inventar... não vão lá para cima, porque aquilo tratam mal, assaltam os miúdos, fazem trinta por uma linha, tiram a roupa aos miúdos uns aos outros... não deixam passar os filhos e nem sequer vão lá à escola»

«pode haver um ou outro que faça discriminação que não goste deles mas não é assim grande escala» (Junta de Freguesia da Apelação)

Mas, por outro lado, é referida a existência de processos de automarginalização: *«noto um bocadinho que os grupos de ciganos e africanos se automarginalizam»* (Junta de Freguesia da Apelação).

Ou seja, há a tendência para os indivíduos centrarem as suas relações no seu grupo étnico. Por outro lado, é mencionada a existência de alguma discriminação em relação aos ciganos: *«ninguém quer ficar com os ciganos, isso também é verdade e que seja dito; até a nível da outra população há... quando se sabe que há um realojamento, tenta-se*

sempre que os ciganos não vão e até mesmo a própria população que vai ser realojada, que vai ocupar essas casas dizem isso» (Junta de Freguesia da Apelação).

Mas, no que diz respeito às oportunidade dos estrangeiros e dos ciganos na sociedade portuguesa, conclui-se que estas, apesar de teoricamente iguais, na realidade não o podem ser porque à partida as pessoas não estão em igualdade de circunstâncias:

«muitos jovens e pessoas chegam aqui para procurar emprego, etc; como sabe agora exigem o nono ano, o que é que acontece, estas pessoas não têm possibilidade e a partir daí...; acontece muito com as mulheres, então elas não têm hipótese nenhuma... que fazemos? Vamos pôr estas pessoas a estudar? Quer dizer, isto é tudo muito complicado, porque estas pessoas à partida não têm as mesmas oportunidades porque basta não ter escolaridade e é logo impeditivo delas... e o que é acontece? vão para estas empresas de limpezas onde são exploradíssimas e pouco mais podem fazer... » (Pastoral dos Ciganos)

Por outro lado, diz-se que todos têm acesso quase ilimitado à informação, mas *«falta a capacidade de assimilar: eu tenho gente que não sabe gerir uma casa, saber limpar uma casa... há pessoas que não fazem, não aprenderam, não têm apetência»* (Pastoral dos Ciganos). O facto é que estas populações têm um défice de recursos escolares, profissionais e culturais, bem como diferentes capacidades de acesso a essa informação:

«Mas eu penso que o grande, grande entrave é a escolaridade; isto limita logo todas as possibilidades» (Pastoral dos Ciganos)

Relativamente ao mercado de trabalho, é possível identificar alguns casos de racismo institucional, sendo mencionados exemplos de serviços públicos que limitam seriamente, ou mesmo recusam, o emprego a membros da etnia cigana, porque entendem que estes não possuem a necessária disciplina de trabalho.

A acrescentar aos problemas vividos no próprio bairro, há também que ter em conta o próprio contexto e envolvente do bairro, isto é, as imagens construídas sobre o bairro e a

sua população e de que forma isso influencia o comportamento e as atitudes das populações. Neste aspecto, é de suma importância o papel da comunicação social:

«Na zona envolvente ao bairro e nos meios de comunicação social dá-se muita importância às coisas, mesmo aos acontecimentos quotidianos e sem grande importância. Por exemplo, nesta zona, tudo o que acontece, mesmo que não envolva pessoas da Quinta da Fonte, é visto como culpa e responsabilidade deles (...) e tudo isso gera instabilidade para as pessoas que moram aqui» (Pastoral dos Ciganos)

«...a comunicação social peca porque são eles que fazem com que estes bairros fiquem marcados para sempre: às vezes basta uma notícia mais empolgada... para que o bairro fique logo rotulado e depois as pessoas que vivem aqui na Apelação, os vizinhos, também vêem isso e também sentem... isto gera... é como uma bola de neve» (Pastoral dos Ciganos)

4.2.3. Identificação das principais causas

Neste contexto, torna-se necessário identificar os principais tipos de motivos que, *a priori*, condicionam o funcionamento e a estruturação do bairro, bem como as relações sociais que se estabelecem tanto no seu interior, como em relação à envolvente.

i) Características da população

O bairro Quinta da Fonte é caracterizado pela diversidade étnica da sua população, apresentando características sócio-culturais e demográficas muito diferentes das verificadas no resto da freguesia.

A população residente é maioritariamente oriunda de países africanos (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, outras de menor dimensão); há também uma elevada percentagem de população de etnia cigana; e há uma minoria de portugueses brancos. A maioria da

população tem como profissões: comerciantes de venda ambulante, operários da construção civil e empregadas domésticas ou limpeza; de notar também a elevada percentagem de desemprego, como se pode verificar no quadro 30.

- ❖ As actividades profissionais são frequentemente caracterizadas pela instabilidade, em que muitas vezes as pessoas *«vão trabalhar uma semana e ficam outra em casa»*; são trabalhos onde os rendimentos são baixos, o que conduz as pessoas a *«terem dois trabalhos em simultâneo»*, e são trabalhos com propensão a situações de exploração e horários abusivos *«a maioria das famílias saem cedo para trabalhar e regressam tarde a casa»* ou seja, *«nota-se que existe nalgumas, muitas famílias a questão do trabalho precário e clandestino, onde a oferta é muita e a segurança é pouca»* (Centro Comunitário da Quinta da Fonte).
- ❖ A população do bairro é muito jovem comparada com o resto da freguesia (ver quadro 29, página 215).
- ❖ Uma das principais características destas famílias é também a sua grande carência social e económica, *«há muito desemprego, há pessoas que não querem trabalhar e há uma grande parte que vive com rendimentos mínimos»*, *«há ali de facto muita miséria»* e as famílias vivem com grandes problemas económicos (Junta de Freguesia da Apelação; Pastoral dos Ciganos).

Afirma-se que as famílias ciganas são mais estáveis e fazem um maior acompanhamento dos jovens do que as africanas, uma vez que nestas últimas são aparentemente mais frequentes as situações de desestruturação (Pastoral dos Ciganos; Escola EB/2,3 da Apelação): verificam-se igualmente situações de alcoolismo e violência doméstica contra as mulheres.

- ❖ Refere-se também o facto de haver um desacompanhamento destas famílias por parte das instituições: *«muitas famílias viviam em bairros de barracas e eram apoiadas até por algumas instituições locais e depois vêm e ficam sem nada, já não têm esse apoio e às vezes é muito complicado»* (Pastoral dos Ciganos).

- ❖ Uma outra característica destas populações é a existência de uma tendência para a reprodução social e geracional de situações sociais desfavoráveis, isto é «*eu tenho famílias que seguem os passos dos pais, é incrível: os pais nunca fizeram nada ou fizeram uns biscates, nunca tiveram emprego certo, uma família desestruturada, ela nunca teve planeamento familiar e que nunca estudaram, têm aquelas quartas classes mal feitas e depois acabaram por deixar de estudar, elas acabaram por ficar grávidas muito cedo, etc; os pais fizeram isso e os filhos vão seguir o exemplo dos pais*» (Pastoral dos Ciganos).

QUADRO 30 – Principais profissões por titular de alojamento na Qta. da Fonte

Profissão	Nº	%
Construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores)	169	31,1
Vendedores, caixas e similares	85	15,6
Desempregados	65	11,9
Reformados	54	9,9
Serviços pessoais e domésticos	40	7,4
Pessoal da limpeza, porteiros e similares	39	7,2
Total	544	100,0

Fonte: CM Loures/ DMH, registo de dados “Gestão de Habitação”, Janeiro 2003

ii) Dimensão do Bairro

A dimensão excessiva do bairro é também apresentada como um factor gerador de conflitos e tensões. Chega-se a afirmar que «o bairro é um monstro de problemas» (Pastoral dos Ciganos), referindo-se também que «devia ter sido realizado um realojamento mais disperso porque neste bairro meteram muita gente ao mesmo tempo: quinhentas e tal famílias» (Junta de Freguesia da Apelação).

De facto, foram construídos no total 786 fogos, dos quais aproximadamente 200 são da cooperativa: *«inicialmente estava previsto que aquele bairro teria apenas entre 120 a 130 famílias realojadas, o facto é que agora há praticamente 586 fogos de realojamento pertencentes à Câmara, com cerca de 500 famílias, calculando-se que naquele bairro haja para cima de 2000 pessoas, pois no início, segundo as informações que recolhemos, estavam ali cerca de 1900 cidadãos realojados, de várias etnias»* (Junta de Freguesia da Apelação).

iii) Processo de Realojamento

Um outro factor referenciado como «um barril de pólvora» e foco de constantes conflitos e tensões diz respeito ao facto de se ter concentrado num mesmo espaço, não só muitas famílias da mesma etnia – «eles próprios não querem estar em bairros só de ciganos e africanos» –, mas também de diferentes grupos étnicos. Este problema vem já desde o processo de realojamento que, desde o início, não foi pacífico, provocando uma forte contestação por parte da população já residente na freguesia.

«O realojamento daquele bairro (...) não foi do agrado da população residente mais antiga. A população contestou, houve várias reuniões» (Junta de Freguesia da Apelação)

Aquando do realojamento *«houve a necessidade de inserir as pessoas em casa o mais rapidamente possível»* e essa situação levou a que não se ponderasse bem a questão de colocar pessoas com diferentes culturas e modos de estar a viver no mesmo prédio, pelo que agora *«não há um prédio só de ciganos ou só de africanos, há uma junção das pessoas»* e isso causa muitos problemas de vizinhança. Por outro lado, não se respeitaram as características das populações *«por exemplo, os ciganos estão muito habituados a viver junto ao solo nas suas casas e agora há pessoas a viver no terceiro e quarto andar e isso torna-se complicado para eles se adaptarem a este contexto»* (Centro Comunitário da Quinta da Fonte).

Resumindo, «o realojamento foi mal feito, primeiro porque não foi auscultada a população local, quando o fizeram já o facto estava consumado e, por outro lado, não foi bem entregue à população que veio» (Junta de Freguesia da Apelação).

iv) Deficientes condições de habitabilidade

Também são referidos como problemáticos aspectos relacionados com a própria construção e qualidade dos edifícios e casas do bairro, isto é, as deficientes condições de habitabilidade dos alojamentos.

«a construção (das casas) não foi das melhores... se analisarmos a construção de perto verificamos que as casas foram feitas pelo mais barato e, portanto, há uma diferença das casas que foram feitas para a cooperativa e as que foram feitas para realojamento» (Junta de Freguesia da Apelação)

Não obstante, as deficientes condições de habitabilidade prendem-se também com carências económicas dos próprios agregados – «eu entrei na casa de alguns quando fiz os censos 2001 e via como é que as casas estavam... algumas estavam de facto miseráveis e via-se a condição monetária em que as pessoas vivem» (Junta de Freguesia da Apelação) – e com o aumento do número de membros das famílias residentes, tanto por via da natalidade, como das migrações, sendo referenciados no bairro vários casos de imigração irregular. Neste contexto, ocorrem transmissões ilegais de alojamentos – «há muita gente que foi realojada e “venderam” (as casas) sem autorização dizendo que emprestaram a casa» (Junta de Freguesia da Apelação) – e situações de sobrelotação dos mesmos (dimensão dos agregados; número de agregados por alojamento) – «sei de situações de casas que têm 11, 12 e mais pessoas dentro de uma casa com três divisões; ainda no outro dia apareceu aí um pedido de uma família que também tem 14 pessoas dentro da casa deles» (Junta de Freguesia da Apelação). Finalmente, outros problemas também graves prendem-se com as características das famílias: «há pessoas que o ter de pagar uma água, uma renda, uma luz, é complicado porque na barraca tinham a luz de uma puxada, a água era do tanque e portanto quando se vêem obrigados a ter uma renda

fixa, a pagar água e luz... por isso é que você vai aqui a certas casas e muitas não têm água, outras já foi cortada a luz» (Pastoral dos Ciganos). Efectivamente, nalguns casos, não há uma adequada gestão do orçamento doméstico – *«há famílias que não conseguem: hoje gastam tudo e amanhã passam fome»* (Pastoral dos Ciganos) –, dificultando a satisfação das necessidades quotidianas, sobretudo em determinados períodos do mês.

Todas estas situações relacionam-se com outros problemas, nomeadamente a falta de condições de estudo e oportunidades para os jovens, a deterioração dos espaços e equipamentos comuns dos prédios, a degradação das relações de vizinhança e um certo ressentimento social.

v) *Uso, deficiente manutenção e degradação dos espaços públicos*

Embora a aparência física do bairro seja salientada pela positiva, são apresentadas algumas críticas não só à construção e localização de edifícios, como por exemplo a escola e alguns equipamentos, mas também à degradação dos espaços públicos.

«Eu acho que o bairro está bem, tem boa apresentação, para quem vê de longe parece ser um bairro com boas condições» (Junta de Freguesia da Apelação)

«o bairro, quer visto de cima ou de lado, de qualquer perspectiva é um bairro bonito, visto de longe» (Associação de Moradores)

Porém:

«As escolas têm uma péssima arquitectura para escolas integradas em bairros destes» (Escola EB/2,3 da Apelação)

«quem vive dentro do bairro constata que existem locais ou coisas que não deveriam existir, como pracetas, avenidas e largos, que em certos casos não têm o uso correcto e não se deviam situar nesse lugar» (Associação de Moradores)

«devia ter a construção física da estrutura de um bairro social: casas mais quadradas, com menos recantos, esconderijos, com menos túneis» (Escola EB/2,3 da Apelação)

Em relação ao respeito e uso do espaço público e à manutenção e limpeza do bairro é dito que: *«em termos de higiene depende da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Loures e tem sido muito bem tratado, não obstante a localização de alguns contentores e a não existência da casa do lixo que hoje é uma moda» (Associação de Moradores; Focus Group 2)*. Constata-se, assim, que a degradação dos espaços públicos prende-se essencialmente com dois aspectos: por um lado, a falta de sensibilização ambiental da população e, por outro, com a desocupação, a delinquência e o vandalismo juvenil, associados ao absentismo e abandono escolar.

«se muitos dos problemas entre moradores se relacionam com o uso e conservação do espaço público é porque se faz pouca sensibilização dos moradores e dos utentes que acabam por não saber como fazer melhor as coisas e usar melhor o espaço que têm» (Associação de Moradores)

É dito ainda que as pessoas deviam ser sensibilizadas para o uso e manutenção e gestão quer das casas onde moram, quer do espaço físico comum em que estas se inserem.

«Falta a estas populações uma motivação, uma sensibilização para a casa nova que vão receber (...) devia haver um acompanhamento técnico de equipas, uma sensibilização para a passagem de um bairro de barracas para um bairro social, a utilização das casas, dos prédios, do espaço comum, porque há aqui situações em que a casa está impecável mas se for preciso o patamar das escadas está completamente sujo ou partido; não há essa sensibilização para o colectivo, devia fazer parte do respeito pelo espaço colectivo mas não há e eu acho que isso é falta de informação» (Pastoral dos Ciganos)

A degradação do espaço público, com lixo e “monos” abandonados na via pública, vandalização de carros e de outros equipamentos colectivos, bem como das partes comuns

dos prédios (elevadores, caixas de correio, portas dos prédios e outros), para além da destruição dos equipamentos da escola e de lazer (por exemplo, polidesportivo e balneários deste), traz obviamente consequências, pois é visível e marcante.

«se for a um prédio, nota que ou é as caixas do correio que não existem ou a porta que não existe ou é a puxada da electricidade que vem de um vizinho para outro ou é a água que vai para o outro ou é a tv cabo que é puxada por todos (...) a questão do lixo, existe muito essa problemática...» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

Ou seja, verifica-se uma degradação não só dos próprios equipamentos mas também da qualidade de vida dos habitantes e das relações de vizinhança. A nível simbólico ocorre um gradual acréscimo do desinteresse, desgosto e mesmo vergonha dos moradores face ao espaço onde residem.

vi) Infraestruturas, equipamentos e ocupação dos tempos livres dos jovens

Em termos de equipamentos e infra-estruturas, a freguesia tem um jardim-de-infância (localizado no meio do bairro), duas escolas primárias e uma escola do 2. e 3. ciclos; no entanto, é realçado o facto de que *«dado o variado leque de necessidades, o bairro tem uma carência bastante grande de alguns equipamentos de retaguarda como seja um berçário e um ATL para os jovens»* (Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Um outro problema referenciado prende-se com a inexistência de infra-estruturas e actividades de tempos livres para jovens, nomeadamente porque a ausência prolongada dos pais implica que muitas crianças e jovens estejam desacompanhados durante uma parte significativa do dia, com diversas consequências potencialmente nefastas: alimentação insuficiente ou desequilibrada, não acompanhamento na realização das tarefas escolares, substituição – e não complemento – da socialização familiar pela socialização de rua, etc. Efectivamente, a população juvenil encontra-se numa situação de risco. Há graves situações de carência social e familiar e há uma forte tendência para comportamentos delinquentes e desviantes, uma vez que à falta de objectivos pessoais e profissionais junta-se um deficiente ambiente familiar e social, bem como a necessidade de os jovens cumprirem

algumas exigências sociais e culturais de modo a poderem equiparar-se aos seus pares, não olhando aos meios a que têm de recorrer para cumprir essas aspirações.

«existem aqui grupos de jovens, dos dez aos dezasseis anos, que se não forem acompanhados e se não tiverem um projecto de vida, vão ter uma vida marginal»
(Centro Comunitário da Quinta da Fonte)

Porque, de facto, o que acontece é que *«normalmente nestes bairros eles chegam com 15 ou 16 anos e já se consideram homens perante a comunidade e já lhes são permitidas certas e determinadas coisas como as bebidas alcoólicas, etc; e depois estes jovens não têm nada para fazer... não vão à escola, trabalho não têm, curso também não, não têm nada para fazer... Alguns não, mas muitos juntam-se com estes grupos que há nos bairros que roubam e que fazem; tornam-se toxicodependentes e é aí que eles se perdem; porque não há objectivo nenhum»* (Pastoral dos Ciganos)

vi) Insucesso, absentismo e abandono escolar

O insucesso, o absentismo e o abandono escolar foram unanimemente referenciados como problemas centrais do bairro.

De facto, a grande comunidade juvenil do bairro caracteriza-se por um nível elevado de desocupação escolar e profissional, verificando-se que muitos destes jovens não possuem qualquer tipo de orientação ou de projectos pessoais e profissionais concretos para a sua vida.

A maioria dos jovens, sobretudo ciganos e africanos, deixa os seus rituais escolares a meio do percurso obrigatório. Estando matriculados, faltam constantemente às aulas e/ou causam problemas de vários tipos no interior das escolas, como por exemplo conflitos com colegas e funcionários docentes e não docentes, danificação de infra-estruturas escolares; para além de obterem, no geral, um mau aproveitamento escolar (Pastoral dos Ciganos; Junta de Freguesia; Escola EB/2,3 da Apelação).

As causas para que isto suceda são de várias ordens, desde carências económicas – «a maior parte dos alunos aqui na escola recebe apoio» (Escola EB/2,3 da Apelação) –, aos baixos níveis de escolaridade dos pais e a uma certa desvalorização da escola entre alguns membros das principais comunidades:

«o que acontece é que a nível escolar as famílias ciganas (...) não conseguem mudar uma mentalidade que é: a escola não é importante; eles não acham a escola importante (...) A maior parte acha que a vida do cigano é a venda ambulante e ponto final ».

Por outro lado,

«o africano sabe que a escola é importante e que as habilitações são importantes para um futuro que não seja as obras e as limpezas, mas mesmo assim, também não fazem nada porque há muitos outros problemas» (Escola EB/2,3 da Apelação).

As raparigas da comunidade cigana também constituem uma particularidade e o motivo porque deixam de estudar tão cedo prende-se com o facto de os «ciganos são muito contra e não gostam de haver casamentos mistos e portanto tiram as raparigas muito cedo da escola, ou seja, as raparigas não vão estudar porque não convém estarem em contacto com outros rapazes não ciganos; então elas começam muito cedo a ser donas de casa, a aprender, porque também estão à espera para casar» (Pastoral dos Ciganos). Por outro lado, parece haver um desfazamento entre os currículos escolares e o mercado de trabalho (ou entre teoria e prática) e uma grande desarticulação entre a escola, a família e o meio de origem.

Esta situação acarreta obviamente consequências, como aliás já foi visto anteriormente, nomeadamente o insucesso, absentismo e abandono escolar precoce e problemas disciplinares nas escolas que se traduzem num aumento da delinquência juvenil e das trajectórias de marginalidade. Adicionalmente, estes défices de instrução aparecem associados a dificuldades de inserção no mercado de trabalho, remetendo os jovens para

empregos desqualificados e precários, frequentemente associados a períodos de desemprego (decorrente dos baixos níveis de escolaridade atingidos). Em suma, o abandono escolar precoce leva a uma reprodução das carências económicas e sociais das populações.

Em síntese, pode concluir-se que as causas para a existência de conflitos e tensões, quer entre os próprios moradores do bairro, quer com a sua envolvente, são de vária ordem, mas prendem-se essencialmente com as características das famílias (carências económicas e baixos salários; desqualificação profissional, precariedade e desemprego), e com os problemas e dificuldades que afectam os jovens (elevadas taxas de insucesso, abandono e desqualificação escolar). Assim, o principal problema do bairro relaciona-se com a existência de elevados níveis de pobreza e exclusão social das famílias e jovens residentes no bairro, verificando-se que a sua reprodução e perpetuação parecem estar associadas à existência de conflitos e tensões, mais ou menos latentes ou manifestas.

4.2.4 Ideias e acções para a prevenção e resolução dos conflitos no bairro Quinta da Fonte

As entrevistas efectuadas junto das instituições do bairro permitem elencar um conjunto preliminar de acções situadas em domínios diversos que, se devidamente aprofundadas e articuladas, podem funcionar como um bom ponto de partida para o desenho de um programa local de intervenção social⁶⁷.

i) **Parcerias/Cidadania**

- ❖ Envidar esforços no sentido de uma maior articulação entre todas as entidades (escolas, associações locais, centros de formação profissional, centros de emprego, Câmara Municipal, Junta de Freguesia): trabalho em rede e em parcerias, para que *«todo o trabalho realizado com*

⁶⁷ Note-se, de resto, que o diagnóstico das freguesias de Apelação, Frielas e Unhos, elaborado pela Rede Social no Concelho de Loures (2006), já avança com algumas destas propostas, dando-lhes, inclusivamente, um carácter mais estruturado.

os jovens e a população tenha uma continuidade (...), para que a criação de recursos na comunidade do bairro tenha uma resposta positiva do exterior», porque acontece muitas vezes criarem-se condições, – «fazemos formação, encaminhamos os jovens para escolas de formação profissional, damos a conhecer, eles vão ver e estão interessados» – mas depois surge uma panóplia de problemas quando chega a hora de preencher papéis e documentação «ou porque não têm idade para trabalhar, ou porque não tem escolaridade para a formação profissional, ou porque não têm documentação», que leva a que eles acabem por não ser inseridos nem na formação profissional, nem no mercado de trabalho e fiquem «a vaguear pelo bairro sem nenhuma ocupação», conduzindo a situações de exclusão e marginalidade (Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Em síntese, urge dar continuidade às práticas positivas e desenvolver alternativas em áreas mais carenciadas, direccionadas para estes segmentos da população que ficam excluídos dos sistemas formais – profissional, escolar e de formação.

- ❖ Combater a inércia quer das instituições – «enquanto não nos sentarmos a uma mesa e estivermos sempre, sempre a fazer diagnósticos e a trabalhar a sério e haver dinheiro para os projectos, então talvez daqui a uns anos as coisas estejam melhor» (Pastoral dos Ciganos) –, quer das próprias populações – «talvez estas equipas de que eu falo de aproximação e intervenção fossem importantes para isso» (Pastoral dos Ciganos). Porque, de facto, «toda a gente está de acordo que alguma coisa tem de ser feita, toda a gente sabe onde se pode começar, quais são as famílias problemáticas, isso está tudo; agora, é preciso é começar... fazer projectos, para isso é preciso dinheiro, terreno e não há e o que há é muito pouco» (Pastoral dos Ciganos).

ii) **Intervenção social Junto das famílias e jovens**

Desenvolver um trabalho efectivo de rua tendo toda uma estrutura técnica de suporte com «equipas de pessoas que trabalhassem no terreno» (Pastoral dos Ciganos) e incluíssem «animadores socioculturais, psicólogos, etc» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte), em

que o objectivo final fosse não só um trabalho de integração dos jovens, mas sim que «trabalhassem com as famílias, acompanhassem de perto» (Pastoral dos Ciganos), isto é, «se partisse do pressuposto que o essencial é trabalhar com a família e através dela chegar-se aos jovens» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Em suma, o trabalho teria que ser desenvolvido em dois patamares simultaneamente: famílias e jovens.

- ❖ Criar mais-valias para o bairro para que as pessoas se sintam mais integradas e se promova uma maior interacção entre as diferentes populações: «*neste momento há alguns projectos que foram conseguidos e muitos ainda estão a ser desenvolvidos como por exemplo o voluntariado, actividades com idosos e jovens envolvendo as famílias e a dinamização do polidesportivo*» (Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Há também a necessidade de criar novas infra-estruturas no bairro, com novas valências que dessem apoio às populações em diversas áreas como «*apoio familiar, à toxicodependência, ao alcoolismo, à violência doméstica*» (Pastoral dos Ciganos).
- ❖ Maior articulação entre a escola, o bairro e as famílias: «*Aqui nestes bairros deviam ter uma equipa muito forte de psicólogos, assistentes sociais para fazer o acompanhamento das famílias, para estarem presentes, para haver um acompanhamento integrado entre escola, o bairro e família. A escola devia estar aberta e atenta para estas questões e problemas; a escola devia ser um complemento ao bairro e à família porque eu penso que a escola está muito fechada*» (Pastoral dos Ciganos).

iii) **Habitação**

- ❖ Implementar comissões de lote ou condomínio de forma a tentar resolver os problemas de vizinhança relacionados com a manutenção dos prédios.
- ❖ Reforçar a intervenção da Câmara Municipal, enquanto proprietária dos imóveis, na resolução de problemas estruturais dos edifícios, no controlo da sobrelocação

dos alojamentos e no (re)ajustamento das rendas às verdadeiras necessidades dos inquilinos.

- ❖ Reforçar as estratégias de *mix* residencial e social, uma vez que a dimensão excessiva dos bairros sociais é referenciada como sendo uma das questões problemáticas:

«eu concordo com a junção de pessoas dos bairros sociais juntamente com pessoas de bairros de classe média (...) em que haja uma dispersão das famílias criando prédios mistos (...) até porque eu tenho a experiência de algumas famílias ciganas que viviam todas juntas e depois foram realojadas dispersamente e não tem havido problemas; e alguns problemas que houve da reacção dos vizinhos que não queriam lá famílias ciganas, agora dizem – afinal não há problema nenhum». (...) «eu não concordo com bairros sociais muito grandes, é um disparate; são muitos problemas graves que se juntam» (Pastoral dos Ciganos).

«deviam-se transferir as pessoas para outros locais e realojá-los em zonas dispersas, ou então destruir os prédios e à medida que se fossem destruindo ir realojando as pessoas» (Junta de Freguesia da Apelação);

iv) **Educação/Formação**

- ❖ Partindo da ideia de que a marginalidade decorre em boa medida de socializações escolares incompletas, da ausência de projectos profissionais, de contextos problemáticos de bairro e de défices de compreensão intercultural, devia haver um reforço do investimento na educação e na integração (via preventiva), através, por exemplo, da implementação de mais projectos e da chamada de atenção às instituições que trabalham nesta área para a necessidade de uma intervenção integrada no bairro e em especial na comunidade juvenil: *«tem havido alguns projectos mas falta muita coisa, o bairro está muito necessitado, há muita coisa*

que se podia fazer aqui; (...) faltam muitos projectos e muitas instituições virem para cá trabalhar (...) e trabalhar especialmente com estes jovens» (Pastoral dos Ciganos).

- ❖ Apostar fortemente na formação profissional destes jovens através de uma maior divulgação dos cursos de formação profissional nas escolas, até porque, em termos de sonhos, de perspectivas e de oportunidades, sofrem muito a pressão e os condicionalismos da sua situação social e económica: *«se por um lado são imaturos no sentido em que talvez não lhes tenha sido permitido ter uma infância normal e por outro lado por viverem situações tão duras, por viverem num bairro complicado, têm uma noção mais real da vida e não têm aquela ideia – não, eu agora continuo por aí fora e vou ser engenheira ou medica»,* ou seja, eles (...) *não têm grandes perspectivas (...) e as expectativas são baixas» (Escola EB/2,3 da Apelação).* Por outro lado, em relação aos cursos de formação profissional, *«há pouca oferta ou há pouca divulgação desses cursos, eu ainda não percebi bem... a noção que tenho é que eu procuro mas não encontro» (Escola EB/2,3 da Apelação).*
- ❖ Implementar alguns processos de discriminação positiva destas escolas e destes alunos: *«nestes bairros, estas escolas deviam estar viradas para a comunidade, deviam ser escolas diferentes porque as crianças também são diferentes» (Pastoral dos Ciganos).* Em termos académicos, *«deviam ter currículos alternativos que as escolas pudessem usar consoante a região em que se inserem e as características da população. Obviamente têm de ter um fio condutor comum e obrigatório mas acho que se podia dinamizar com algo apelativo a estes jovens»* e, ao nível pedagógico, *«... devia haver outro tipo de castigos, sei lá, trabalho comunitário, por exemplo (...) porque «se há uma criança que tem um desenvolvimento muito mau, se é violenta, o que é que me interessa que a escola diga que ela se portou muito mal e que vai uma semana para casa; isso não é nada, mas se quando se notasse que havia um problema com uma criança, há um psicólogo que faz um acompanhamento, aí as coisas podiam melhorar» (Pastoral dos Ciganos).* A escola também não tem grandes alternativas neste aspecto: *«eles*

não obedecem a regras e nós não temos poder para lhes impor regras» (Escola EB/2,3 da Apelação).

- ❖ *Sendo um dos principais problemas da escola a rotatividade dos professores, sugere-se que: «(...) a solução era arranjar um grupo de escolas problemáticas e criar um corpo docente estável e que se mantivesse durante três ou quatro anos para que se pudessem criar projectos que fossem cumpridos até ao fim (...) até porque a rotatividade neste sentido e nestas condições seria sempre uma mais-valia para qualquer escola» (Escola EB/2,3 da Apelação).*

- ❖ *Apostar na formação dos professores e auxiliares da acção educativa, de modo a que estes estejam preparados para lidar com as diversas situações que podem ocorrer quer dentro da sala de aula, quer no recinto da escola, em contextos escolares difíceis como estes dos bairros sociais: «neste contexto uma formação extra dos professores que viessem trabalhar nestas escolas, em termos de multiculturalidade, diversidade étnica, etc, seria também de extrema importância para que se fizesse um melhor trabalho» (Escola EB/2,3 da Apelação). Neste âmbito, a formação no domínio da gestão de conflitos seria uma clara mais-valia.*

v) **Segurança**

- ❖ *Reforçar os meios operacionais e logísticos da PSP, visando aumentar a frequência e eficácia do policiamento e patrulhamento (via preventiva e repressiva), até porque «nós tivemos aqui uma altura em que tínhamos a polícia de proximidade, em que eles tinham um bom relacionamento com os estabelecimentos, visitavam a autarquia, conversavam com as pessoas e eles já os conheciam lá no bairro e aqui andou um pouco melhor; acabaram com isso e a situação voltou a agravar-se» (Junta de Freguesia da Apelação).*

4.2.5 Principais constrangimentos

- ❖ «*O problema não está em trabalhar com as pessoas, não está na sua falta de iniciativa ou de informação, o problema não está na dificuldade de entendimento entre técnicos e populações*». A maior dificuldade relaciona-se com questões financeiras porque «*ao nível do social, quando se tenta fazer projectos para estes bairros, nunca há dinheiro, o dinheiro é sempre pouco*» (Pastoral dos Ciganos). Efectivamente, para elaborar projectos, contratar equipas, fazer levantamentos de problemas e planeamento exaustivo de todas as necessidades de cada uma das famílias, há um trabalho complexo e contínuo, e «*isso (...) são coisas que requerem dinheiro e neste momento há muito pouco (...) agora é tudo muito complicado, parece que andamos a pedir esmolas*» (Pastoral dos Ciganos).
- ❖ Um outro constrangimento importante prende-se com a falta de recursos humanos: «*pedir recursos humanos hoje em dia é quase um sacrilégio*» (Escola EB/2,3 da Apelação).
- ❖ Não há uma forte actividade associativa no bairro e «*muitas das associações que estão aqui no bairro não são muito activas; têm o seu nome mas não são muito visíveis para a comunidade*», como por exemplo a Fasel e a Morna que vêm de fora e a Associação Guineense ou mesmo a própria Associação de Moradores do Bairro (Centro Comunitário da Quinta da Fonte). Esta situação dificulta não só a recolha de informação quanto aos problemas e necessidades existentes, como também a realização de actividades várias como por exemplo acções de formação sobre cultura cigana ou africana abertas à comunidade; acções de formação para a cidadania (acesso e requisitos para a cidadania; instituições e direitos sociais básicos; deveres), que poderiam ser uma mais-valia para o entendimento e compreensão inter-étnica.
- ❖ Há também uma desresponsabilização por parte das instituições na resolução dos problemas de delinquência. «*Isso é uma caso difícil de resolver, só vendo. Essa situação não compete à Junta de Freguesia; à Junta de Freguesia só compete alertar a Câmara e esta depois alertar o Ministério da Administração Interna*» (Junta de Freguesia da Apelação).

4.3 COVA DA MOURA E QUINTA DA FONTE: SÍNTESE COMPARATIVA

Com o intuito de permitir uma leitura comparativa, mais clara e sistematizada, das características dos dois bairros, inclui-se abaixo um quadro com uma síntese dos elementos fundamentais, tanto em termos de caracterização básica, como dos conteúdos e processos associados aos conflitos.

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos)

Dimensões	Quinta da Fonte	Alto da Cova da Moura
Características sociais e demográficas	<ul style="list-style-type: none">- Composição étnica e nacional: população natural dos PALOP e seus descendentes, ciganos e população lusa, na sua maioria residente nos edifícios de promoção cooperativa. A população da Quinta da Fonte acumula uma série de desvantagens sociais: reduzidos recursos sociais, baixos níveis de instrução, más condições habitacionais e também pobreza económica;- Estrutura etária bastante jovem.- As actividades profissionais são desqualificadas, socialmente desvalorizadas e normalmente instáveis e com propensão a situações de exploração e horários abusivos;	<ul style="list-style-type: none">- Composição étnica e nacional: Cabo-Verdianos e seus descendentes. Trata-se de uma população heterogénea, com um número razoável de africanos dos outros PALOP e Portugueses. Também podemos encontrar, embora em pequeno número alguns residentes brasileiros e imigrantes de Leste, estes últimos com um período de fixação muito curto;- Estrutura etária bastante jovem;- Uma elevada percentagem da população está ligada a actividades profissionais desvalorizadas e normalmente instáveis e com propensão a situações de exploração e horários abusivos;

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos) *continuação*

Dimensões	Quinta da Fonte	Aito da Cova da Moura
Características do edificado	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios altos (9-10 pisos), desenvolvidos em diversas bandas. Degradação do edificado e vandalização do espaço público, que apresenta espaços ajardinados e alguns equipamentos (e.g. polidesportivo descoberto). 	<ul style="list-style-type: none"> - Edifícios de dois e três pisos, nalguns quarteirões com pequenos jardins, noutros completamente imbricados sem qualquer espaço de separação. Urbanização espontânea, densa, com arruamentos desalinhados e falta de espaços públicos “de estar”.
Principais problemas existentes	<ul style="list-style-type: none"> - Características da população como desestruturação familiar, alcoolismo e violência doméstica; - Grande dimensão do bairro e “separação” face à envolvente; - Posse ilegal de armas; - Processo de realojamento deficiente; - Deficientes condições de habitabilidade como sobrelotação das casas e degradação física destas e dos edifícios (em especial partes comuns dos edifícios); - Uso, manutenção deficitária e degradação dos espaços públicos; - Insuficiência de infra-estruturas e equipamentos; - Absentismo e abandono escolar – Insucesso 	<ul style="list-style-type: none"> - Tráfico de droga; - Alcoolismo; - Pequenos furtos; - Posse ilegal de armas; - Deficientes condições de habitabilidade – sobrelotação, desrespeito pelas normas urbanísticas básicas; - Uso, manutenção deficitária e degradação dos espaços públicos, já de si insuficientes; - Absentismo e abandono escolar – Insucesso
Tipo de tensões e principais conflitos detectados	<ul style="list-style-type: none"> - Insegurança; - Segregação espacial, com sentimento de exclusão e discriminação face ao exterior do bairro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Segregação espacial, com sentimento de exclusão e discriminação face ao exterior do bairro;

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos) *continuação*

Dimensões	Quinta da Fonte	Alto da Cova da Moura
	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos e tensões de vizinhança e entre grupos de jovens do sexo masculino; - Racismo e discriminação; - Desagrado em relação às actuações da polícia podendo gerar confrontos com a mesma. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de marginalização; - Condutas de risco e desvio entre alguns jovens do sexo masculino; - Algum desagrado em relação às actuações da polícia podendo gerar confrontos com a mesma.
<p>Evidências e formas de estigmatização (do bairro; de grupos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não se pode afirmar que o bairro é um gueto mas há um certo fechamento do bairro (não tanto do bairro ao exterior mas do exterior em relação ao bairro); - Existem alguns estereótipos em relação à população do bairro, em especial aos jovens (assaltam, roubam, destroem carros) e ao próprio bairro (existem muitos conflitos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Imagem do bairro como uma <i>no go area</i>; - Estereótipo de generalização da violência no bairro; - Grande concentração de africanos no bairro; - Contraste cultural; - Generalização de uma imagem negativa e “estereótipo jornalístico” (bairro mais violento da AML).
<p>Factores internos potenciadores de conflitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - População muito jovem; - Baixos níveis de escolaridade; - Elevada taxa de desemprego/desocupação; - Défice na ligação entre a família/grupo) e a escola; - Instabilidade emocional e familiar com especial relevância para carências ao nível dos mecanismos de socialização familiar (reduzida imposição de regras, mecanismos de apoio e de controlo deficitários); - Carências económicas dos agregados; 	<ul style="list-style-type: none"> - População jovem com baixa escolaridade; - Défice na ligação entre a família/grupo) e a escola; - Instabilidade emocional e familiar com especial relevância para carências ao nível dos mecanismos de socialização familiar (reduzida imposição de regras, mecanismos de apoio e de controlo deficitários); - Fragilidades económicas; - Situações de desigualdade de oportunidades; - Desocupação, delinquência e

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos) *continuação*

Dimensões	Quinta da Fonte	Aito da Cova da Moura
	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de sensibilização da população para os problemas de higiene urbana; - Desocupação, delinquência e vandalismo juvenil. Infância e adolescência desfavorecidas e vivência muito associada à rua; - Noção diferenciada de apropriação e uso do espaço público por parte dos diferentes grupos sócio-culturais residentes; - Existência de becos que facilitam a prática de actividade ilícitas. 	<p>vandalismo juvenil. Infância e adolescência desfavorecidas e vivência muito associada à rua;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura urbana “fechada” e informal com becos e ruas estreitas que facilitam a prática de actividade ilícitas;
Factores externos potenciadores de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Existe no bairro um mix social e étnico “forçado” (lusos, ciganos e africanos), que resulta de um processo de realojamento com deficiente preparação; - Há a percepção de desigualdades na qualidade construtiva dos prédios de habitação pública e da cooperativa; - Bairro tem 2213 residentes face aos 6043 do total da freguesia; - População local foi deficientemente auscultada relativamente ao processo de realojamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de alguns indivíduos na regularização de residência no país; - Serviço de higiene urbana deficiente; - Dificuldade de legalização do bairro; - Imagem negativa generalizada como espaço sujo, degradado e violento. - Presença do tráfico de droga em alguns espaços do bairro e a conseqüente atracção de traficantes e toxicodependentes causa tensões sociais;
Evidência de conflitos intergrupos e interbairros	<ul style="list-style-type: none"> - Há indícios de alguma tensão entre grupos de jovens ciganos e jovens africanos. Os motivos não são muito explícitos mas podem prender-se com a concretização 	<ul style="list-style-type: none"> - Os problemas de alcoolismo geram rixas passionais entre os indivíduos; - Problemas ocasionais gerados nas discotecas (pessoais e/ou

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos) *continuação*

Dimensões	Quinta da Fonte	Alto da Cova da Moura
	<p>de alguns estereótipos e manifestação de alguma rebeldia própria de jovens adolescentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há indícios de alguma rivalidade entre bairros, mas que não parece relacionada com conflitos étnicos. Identificam-se, por exemplo, rivalidades associadas a competições desportivas entre bairros; - Indícios de pequena delinquência praticadas na envolvente do bairro por parte de jovens residentes no bairro; - Identificação de tensões e conflitos em meio escolar. 	<p>intensificados pelo excesso de álcool) podem arrastar-se a todo o bairro;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problemas e confrontos entre alguns jovens e as forças policiais; - Indícios de pequena delinquência praticadas na envolvente do bairro por parte de jovens residentes no bairro.
<p>Perfil dos principais protagonistas dos conflitos (Pessoas mais associadas a tensões e conflitos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de jovens, com idades compreendidas entre os 8 e os 25 anos, sobretudo ciganos e de origem africana, que não têm ocupação; - Jovens adultos com problemas de alcoolismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adolescentes e jovens, com destaque para rapazes de origem africana, que abandonam a escola precocemente e não possuem qualquer tipo de ocupação, passando o dia-a-dia a viver com os amigos na rua; - Jovens envolvidos no tráfico de droga.
<p>Respostas institucionais face aos conflitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Procuram-se promover algumas actividades de ocupação dos jovens (ATL – pastoral dos ciganos até ao primeiro ciclo inclusive; atelier de capoeira e outras actividades promovidas pela CML); - Tentam-se organizar comissões de lote; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilização das associações locais no sentido da promoção cultural, desconstrução da imagem negativa e iniciativas de promoção educacional das crianças, adolescentes e jovens do bairro; - Tentativa de proximidade entre a escola (E.S. D. João V) e a

Cova da Moura e Quinta da Fonte (Apelação) – Síntese comparativa das principais dimensões analíticas (gerais e específicas, no domínio dos conflitos) *continuação*

Dimensões	Quinta da Fonte	Aito da Cova da Moura
	<ul style="list-style-type: none"> - Solicita-se a reintrodução de programas de policiamento de proximidade; - Reforço dos projetos de intervenção social na escola; - Medidas e respostas integradas no âmbito das opções da Rede Social no Concelho de Loures (freguesia da Apelação). 	<p>população do bairro através da promoção artística (graffiti) dos alunos e festas (por exemplo, casamentos) no espaço da escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de segurança nas escolas: “Escola Segura”; - Mobilização por parte de algumas associações (Moinho da Juventude) na aproximação das forças policiais e percepção de sua acção para bem-estar público; - Mobilização dos moradores e das associações para legalização do bairro. - Projectos no âmbito dos programas sócio-urbanísticos URBAN II (Damaia-Buraca) e, mais recentemente, <i>Bairros Críticos</i> (Cova da Moura).

CAPÍTULO 5.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO

No momento de encerrar este estudo, importa retomar as questões de partida e o modelo analítico que funcionaram como os elementos orientadores da pesquisa desenvolvida. Se o conflito ocupa o lugar central na problemática abordada, é a potencial dimensão étnica deste, tanto em termos espaciais (a partir dos bairros étnicos ou dos supostos guetos), como em termos sociais, que aqui importa verdadeiramente delimitar, aprofundar e discutir.

Centrando-nos na questão relativa à existência de conflitos de base étnica na Área Metropolitana de Lisboa, os resultados do trabalho desenvolvido apontam para uma resposta de teor essencialmente negativo. Efectivamente, como tivemos oportunidade de apresentar nos capítulos 2 e 4, as incivildades e os conflitos que se relacionam ou têm origem nos bairros periféricos onde a população de origem imigrante, sobretudo africana, está sobre-representada, são praticados por jovens, na sua larga maioria rapazes, pertencentes a classes sociais desfavorecidas. Daqui decorre, de imediato, que as dimensões classe, género e idade são fundamentais para compreensão do fenómeno, emergindo a questão étnica como um elemento supletivo relativamente a estas.

Embora o estudo realizado realce os motivos não étnicos para os conflitos e a pequena criminalidade associada ao comportamento dos denominados “jovens dos bairros periféricos”, não se pretende, de modo algum, ocultar a existência destes processos e o impacto negativo que têm ao nível da geração de uma sensação de insegurança e da perturbação das relações sociais na cidade. Neste contexto, importa pois aprofundar e sistematizar um pouco melhor os contornos e os motivos destes conflitos e desta pequena criminalidade que têm lugar na Área Metropolitana de Lisboa.

Do conjunto de informações recolhido, os défices no processo de sociabilização dos jovens emergem como um factor fundamental para compreender as trajectórias desviantes. Por um lado, a família – e, num quadro mais geral, os adultos – parece ter

dificuldades em funcionar como referência, não conseguindo transmitir aos jovens muitos dos mecanismos de controlo social e das regras fundamentais de funcionamento no âmbito de uma sociedade em mutação acelerada, onde valores como a juventude, o hedonismo ou o consumismo se impõem. Claro que esta situação se agrava nos contextos sócio-urbanísticos estudados, uma vez que nestes bairros os casos de desestruturação familiar associada à pobreza, ao emprego precário, aos horários longos e “por turnos” e ao próprio desemprego, não só dificultam os processos de acompanhamento corrente das crianças e dos jovens, como desvalorizam os adultos, muitas vezes percebidos como desprovidos dos recursos que permitem singrar numa sociedade que apela fortemente à competitividade, ao capital humano, ao capital económico e a uma boa rede de relações sociais. Por outro lado, a escola, com destaque para o sistema público, que deveria funcionar como uma instituição capaz de contribuir para corrigir as desigualdades sociais, acaba por desempenhar mal (ou não desempenhar de todo) este papel, em virtude dos défices na formação continua dos docentes, da assunção de estratégias de ensino para um estudante médio (que não existe...), da adopção de uma linguagem e de um conjunto de referências para o sucesso baseado nos códigos da classe média, do pouco reconhecimento do trabalho e do esforço (de alguns) docentes por parte dos pais, dos pares e, frequentemente, da própria tutela.

Perante esta situação, em que a família e a escola deixam de funcionar como referenciais de sociabilização, alguns jovens afastam-se destas instituições, crescendo os casos de absentismo, abandono e insucesso escolar, ao mesmo tempo que a rua, ponto de encontro com pares da mesma idade, do mesmo sexo e da mesma condição social, emerge como principal espaço de sociabilização. De alguma forma, a rua e o “grupo da rua” acabam por substituir (e não complementar) as outras instâncias de sociabilização.

Como estas “culturas de rua” se situam, fortemente, no âmbito do universo masculino, marcado por afirmações de virilidade, de força e de desafio (Pais, 2003), o afastamento pode dar lugar à provocação e, posteriormente, ao conflito, à violência e ao pequeno crime, emergindo facilmente como vítimas as instituições percebidas como opressoras (a escola, mas também outras, com destaque para a polícia) e os adultos, sobretudo os “outros”, de classes sociais e grupos étnicos diferentes, mas principalmente de fora do bairro.

Como se pode observar, este défice nos processos de sociabilização não pode ser dissociado da situação de carência económica e de privação social em que se encontram estes jovens. As limitações a este nível condicionam o sucesso escolar e profissional e, também, o acesso a um conjunto de produtos e serviços considerados referências na sociedade de símbolos e signos contemporânea (roupa e vestuário de marca, telemóveis, aparelhagens de som, etc.). Este último desajuste, entre a oferta proporcionada pela sociedade de consumo e os desejos de consumir impossíveis de satisfazer por via legal e socialmente aceite, incentiva a prática de pequenos crimes contra a propriedade que acabam por se misturar com atitudes de desafio que pretendem evidenciar a força face aos outros, à maioria. Já a interpretação das limitações ao desenvolvimento de trajectórias sociais ascendentes assumem um carácter mais complexo, até porque os jovens não desejam, na maioria dos casos, reproduzir a situação sócio-profissional dos pais, sobretudo se estes são percebidos como “pobres” ou como activos de profissões pouco valorizadas⁶⁸. Neste contexto, classe social e grupo étnico de pertença acabam por se cruzar, sobretudo no caso dos jovens de origem africana, pois a consciência da existência de situações de discriminação e mesmo racismo no mercado de trabalho e noutros domínios da vida social, como a habitação ou a relação com as instituições públicas, acaba por acentuar sentimentos de insatisfação e revolta face à sociedade maioritária, pondo em causa a coesão social, não apenas por via da pobreza, mas também pelo lado da etnicidade. Em suma, tende a ocorrer um processo de etnicização da pobreza, não apenas porque as populações africanas estão sobre-representadas nos bairros degradados da periferia da AML e entre os grupos mais pobres da sociedade portuguesa, mas também porque, nestes casos, as limitações aos processos de ascensão social conjugam défices de capital social, humano e económico (elementos centrais) com práticas discriminatórias e racistas, mesmo que subteis (Vala, 1999).

Para além das duas grandes questões mencionadas (défices de sociabilização e situação de privação), a produção de estigmas e a construção de representações sobre bairros e grupos, abordada no terceiro capítulo, emerge como outro aspecto relevante no processo de desenvolvimento de práticas desviantes e de conflitos. Efectivamente, as “representações” acerca de uma suposta reali-

68 A este propósito ver a dissertação de mestrado de Barbosa, C.E. (2006), apoiada por este projecto, onde são apresentados interessantes depoimentos de jovens da Cova da Moura.

dade são mais do que imagens desta, influenciando a sua construção, o modo como são percebidos os seus componentes e o próprio desenho das interpretações ou respostas que requer. No caso concreto dos conflitos em estudo neste relatório e dos grupos e espaços que lhe estão, pretensamente, associados, torna-se claro que as instituições entrevistadas e, sobretudo, a imprensa constroem uma imagem dos espaços de delinquência e dos grupos étnicos que tende a penalizar negros e ciganos, bem como certos bairros localizados na periferia de Lisboa, com destaque para os localizados nos concelhos de Oeiras, Odivelas e Amadora. Sem negar os conflitos e a prática de delitos, nalguns casos de natureza violenta e frequentemente associados ao tráfico de droga, que ocorrem nalguns bairros destes municípios, o discurso que é transmitido para a opinião pública criminaliza a pobreza, seja por via dos bairros degradados, seja por via dos “pobres propriamente ditos”, com destaque para os membros dos grupos étnicos minoritários. Acaba-se assim por acentuar o carácter pretensamente negativo e antissocial das pessoas e dos espaços, dando pouca relevância aos processos positivos que têm lugar nos bairros estigmatizados e que são protagonizados pelos grupos minoritários, com destaque para os ciganos e para os indivíduos africanos e de origem africana. E como o estigma formata a realidade, estes discursos reforçam a situação de *no go areas* de bairros já de si bastante herméticos, afastando residentes e população maioritária, que, ao sentir-se mais insegura, exige respostas imediatas, de carácter forte, visível e que penalizem os presumíveis infractores. Estes, frequentemente os tais jovens de origem imigrante, encontram aqui mais um motivo para justificarem os seus comportamentos anti-sociais, como a provocação de conflitos ou a prática de pequenos crimes, fortemente perturbadores da ordem pública.

Embora a dimensão étnica não assuma um carácter central nos domínios de explicação que destacámos, é evidente o seu cruzamento com todos eles, uma vez que a estigmatização negativa recai mais fortemente sobre determinados grupos étnicos, parece ocorrer

uma etnicização da pobreza e os défices de sociabilização são acentuados pelas distâncias culturais que dificultam o “diálogo escolar” e a assunção de uma condição de “dupla pertença” ou de plena integração dos jovens na sociedade de destino dos pais. Perante isto, é evidente que a xenofobia, o racismo e o défice (real ou percebido) de direitos de cidadania⁶⁹ acentuam o potencial de

69 Convém lembrar que a Lei da Nacionalidade em vigor até ao final de 2006 pressunha um princípio básico de *jus sanguinis* que dificultava o acesso à cidadania portuguesa

revolta dos jovens, podendo contribuir, ainda que supletivamente, para a emergência de conflitos e de práticas criminais. Contudo, embora se possa considerar a existência de um elemento étnico nos conflitos, não podemos considerar tratar-se de conflitos étnicos, uma vez que outros níveis de identidade (e.g., de classe, de género, territorial ao nível do bairro) parecem sobrepor-se, quer enquanto factores de coesão do “grupo de pares”, quer enquanto elo de oposição face ou “outro”⁷⁰. Embora no caso do Bairro da Quinta da Fonte se tenham detectado alguns elementos de provocação e tensão grupal explícita entre jovens negros e jovens ciganos, a rivalidade entre bairros associada a disputas de grupos de jovens do sexo masculino pretensamente justificadas por competições desportivas ou por relações com raparigas parece ter bastante mais significado.

Discutidos os fundamentos dos conflitos e a posição supletiva da dimensão étnica nestes, vale a pena debruçarmo-nos agora sobre a questão relativa à existência ou não de *gangs* nos bairros da AML e, em concreto, nos dois bairros estudados. Já tivemos oportunidade de responder a esta pergunta, referindo que os jovens dos bairros não aparecem organizados em *gangs*, no sentido mais estrito e violento do termo, uma vez que os grupos em que se integram, embora possuam uma liderança reconhecida, alguma inscrição territorial, uma certa lógica de lealdades internas e sejam marcados pela prática de pequena delinquência, revelam uma razoável abertura, uma certa volatilidade e um “quadro de actividades” em que a criminalidade não está necessariamente presente. Em nosso entender, existem alguns *street gangs* ou, mais correctamente, *soft gangs* que reúnem grupos minoritários de jovens de determinados bairros degradados das periferias que incluem entre as suas práticas, normalmente não organizadas e espontâneas, as provocações, o vandalismo e o pequeno crime, de reduzida gravidade, mas muito perturbador. Esta violência grupal, que, segundo os dados apresentados no subcapítulo 2.3, conheceu um aumento nos primeiros anos do século XXI, pode ser agravada por processos como as actividades colectivas que envolvem muitos indivíduos e o consumo de álcool (como as festas nas discotecas da Cova da Moura) e, também, a facilidade com que os jovens contactam (e adquirem) armas nestes bairros. Finalmente, um último elemento

por parte dos filhos de estrangeiros nascidos em território nacional.

70 Ao situar esta questão das “identidades alternativas” num quadro mais vasto, correspondente às sociedades da Europa Ocidental e América do Norte, Horowitz (1985/2000: 19) refere que “ethnicity in the West typically does not displace all other forms of group difference”.

particularmente grave diz respeito ao eventual cruzamento desta pequena criminalidade com a criminalidade organizada, perigosa e potencialmente violenta praticada por adultos e adultos jovens, como acontece com o tráfico de estupefacientes. Este assume forte expressão na Cova da Moura, embora as informações recolhidas junto dos actores institucionais apontem para uma razoável separação entre as incivildades dos grupos de jovens locais e a criminalidade associada ao tráfico, que só marginalmente se cruza com a primeira.

Chegados a este ponto, pode parecer que a situação que caracteriza os bairros da AML (secundarização da dimensão étnica dos conflitos, eventual existência de alguns *soft gangs*...) é pouco problemática e não requer acompanhamento ou implementação de medidas adicionais de intervenção social e de atenuação dos conflitos. Nada mais incorrecto. Para além das incivildades praticadas gerarem uma situação de mal-estar no conjunto da população que, em conjunto com as dificuldades de integração dos jovens descendentes de imigrantes, desafia a coesão social, os riscos de agravamento das condutas desviantes, dos conflitos e da criminalidade grupal são significativos e requerem o desenho de estratégias preventivas e a sua implementação. Se não se combater a estigmatização de espaços e grupos, reforçar as medidas de segurança preventiva e melhorar os processos de sociabilização existentes através de acções interinstitucionais que possibilitem o acompanhamento dos jovens e das famílias desde idades muito precoces, existem riscos não negligenciáveis de generalização e aumento da frequência do vandalismo e dos conflitos. Adicionalmente, a falta de acompanhamento e de apresentação de alternativas para os jovens acabará, inevitavelmente, por conduzir alguns destes à criminalidade adulta, necessariamente mais grave e violenta.

Para concluir, impõe-se fazer uma referência à questão dos *guetos*. Neste trabalho, bem como noutros artigos elaborados por alguns dos seus autores, procurou demonstrar-se que não existem *guetos* étnicos na Área Metropolitana de Lisboa, em virtude da relativa diversidade que caracteriza a maioria dos bairros (ciganos, africanos de várias origens, lusos...), da dispersão da população estrangeira por vários locais da AML e da observação de algum grau de abertura territorial na grande maioria destes espaços, sobretudo quando comparados com situações tomadas como protótipo nas cidades dos EUA (o *gueto negro*

ou *real*, na acepção de Peach, 1996). Tendo isto em consideração, parece mais correcto falar de bairros étnicos do que de *guetos*, embora o termo *gueto* reputacional também seja passível de utilização, se bem que nos pareça menos pertinente.

Não obstante a rejeição do termo *gueto* quando assente numa dimensão de etnicidade, já nos parece possível aplicar o termo *guetos dos pobres* ou, mais correctamente, “*guetos de exclusão*” a alguns dos bairros social e urbanisticamente degradados da AML. Nestes casos, os níveis de estigmatização ligados à pobreza e à criminalidade – não necessariamente a mais elevada da Área Metropolitana –, à degradação do espaço público e do edificado e as más condições sociais (insucesso e abandono escolar, baixas qualificações, desemprego frequentemente elevado...) geram e acentuam o isolamento face à envolvente, dando origem a uma espiral de pobreza que dificulta os processos de mobilidade social ascendente da população.

Face às problemáticas detectadas e aos contornos que estas assumem, encerra-se este estudo com um pequeno conjunto de sugestões, que nalguns casos sintetizam e reconstróem o que foi referido no quadro das acções específicas avançadas para os bairros da Quinta da Fonte e da Cova da Moura. Estas sugestões constituem apenas mais um contributo para a implementação de uma estratégia que vise uma melhor integração dos jovens descendentes de imigrantes pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, o controlo da delinquência nos bairros periféricos e a mitigação dos conflitos em geral e a prevenção dos conflitos de base étnica, em particular. Em termos concretos, sugere-se:

A – No domínio espaço-residencial

- i) Generalização a diversos bairros social e urbanisticamente degradados, com as devidas adaptações e correcções de modo a melhorar o processo e a garantir a sua imbricação em cada território, de programas de intervenção sócio-urbanística integrados (vários ministérios, autarquias, instituições locais e população), construídos com uma forte participação dos residentes e dos “utilizadores” (comerciantes, empregados, etc.), desde a fase de diagnóstico até à fase de imple-

mentação, passando pela de concepção. A iniciativa, para já experimental, Bairros Críticos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2 de Agosto – DR n.º 172, Série I – B, de 7 de Setembro) parece constituir um bom ponto de partida para este tipo de intervenções nalguns bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, eventualmente, numa ou outra cidade média portuguesa.

- ii) Reforço das estratégias de diversificação do realojamento (apoio à auto-construção, ao retorno voluntário, à aquisição de habitação), alargando o âmbito das parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector, incluindo-se aqui administração central, municípios, banca, cooperativas de habitação e instituições particulares de solidariedade social.
- iii) Assunção de que o realojamento nem sempre é a melhor solução, o que implica aproveitar os elementos positivos dos processos de urbanização espontânea (na Cova da Moura, nalgumas ilhas do Porto...) e integrá-los no quadro de planos integrados de intervenção sócio-urbanística, que façam da reabilitação e da requalificação os princípios básicos de intervenção. Nestes casos, a adopção de normas urbanísticas mais flexíveis, como se faz no caso da reabilitação e legalização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) é fundamental.
- iv) Reforço das opções de realojamento que incorporem o princípio do mix social e étnico, evitando grandes bairros de habitação social – como a Quinta da Fonte – que concentrem os problemas já existentes nos bairros pré-realojamento e que emirjam como enormes discontinuidades sócio-urbanísticas face à envolvente. Nalguns casos extremos, o estado de degradação urbanística de alguns edifícios e/ou o efeito desestruturador que causam no conjunto do bairro podem justificar a sua demolição, no quadro de intervenções integradas de requalificação de bairros sociais, e a reinstalação da população afectada noutros locais.
- v) Garantia de que os bairros de realojamento possuam, desde o início do processo, um espaço público equipado, adequado à população e regularmente conservado.

Sabe-se que a vandalização destes espaços é frequente, como evidencia, por exemplo, a situação da Quinta da Fonte. No sentido de minorar estes processos de degradação intencional, frequentemente praticados por jovens, torna-se fundamental que a gestão dos lotes, do espaço público e dos equipamentos envolva a autarquia e os residentes, seja através de um tecido associativo forte e activo (como acontece na Cova da Moura), seja pela promoção de “entes” específicos, como as comissões de lote da Quinta da Fonte.

B – No domínio jurídico

- vi) Aproveitamento das oportunidades oferecidas pela Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006 de 17 de Abril, regulamentada pelo DL n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro), que entrou em vigor no dia 15 de Dezembro de 2006, incentivando e apoiando os jovens descendentes de imigrantes a requerer a nacionalidade portuguesa. As associações que têm os imigrantes como público-alvo preferencial possuem um papel fundamental neste processo, identificando casos, encaminhando-os e apoiando-os nos necessários procedimentos jurídicos e burocráticos.
- vii) Melhoria das condições de reinserção social dos jovens estrangeiros detidos, sobretudo dos nascidos em Portugal ou chegados ao país antes dos 10 anos de idade, garantido acesso a formação nos locais de detenção e a continuidade dos processos de regularização ou de obtenção da nacionalidade portuguesa, mesmo nos casos dos indivíduos condenados ao cumprimento de penas de prisão entre 1 e 3 anos.

C – No domínio do acompanhamento, intervenção social e educação

- viii) Melhor acompanhamento dos processos de realojamento, com a assunção de estratégias ambulatoriais que, por um lado aproximem os técnicos da população

realojada e, por outro, assegurem as necessárias ligações a toda uma rede de apoio social que pode ter como base as Redes Sociais Municipais.

- ix) Implementação de programas sociais integrados, que tirem partido da experiência do Programa Escolhas, mas que tenham como foco exclusivo as Áreas Metropolitanas e reforcem as componentes de intervenção junto das famílias e das escolas.
- x) Reforço da formação de professores no domínio da mediação de conflitos e da interculturalidade e flexibilização dos programas escolares de modo a torná-los mais ajustados (em termos de ocupação e aproveitamento futuro) às crianças e adolescentes dos bairros degradados das grandes cidades, com destaque para os descendentes de imigrantes;
- xi) Manutenção e valorização do papel dos mediadores sócio-culturais e dos peritos de experiência, no contexto dos bairros e das escolas.

D – No domínio da segurança

- xii) Generalização do programa de policiamento de proximidade a vários bairros, assumindo-o plenamente como parte integrante da estratégia policial local. Há que passar de uma fase relativamente experimental e casuística, que tem na Amadora um bom espaço de ensaio, para um processo mais generalizado, que conte com um forte empenhamento dos agentes envolvidos que devem beneficiar de formação adequada (sistemática e complementar em temas como a interculturalidade, a mediação de conflitos, os métodos pedagógicos...). Naturalmente, uma forte aposta nesta estratégia tem de ser combinada com os restantes procedimentos da polícia, incluindo-se aqui os de carácter repressivo (que devem ser eficazes, mas apresentar, na grande maioria dos casos, um *low profile*).

E – No domínio do combate à estigmatização e à reconstrução das imagens

- xiii) Incorporação de dimensões relativas à comunicação e ao marketing territorial no âmbito dos programas de intervenção sócio-urbanística e dos programas de intervenção social integrada que vierem a ser implementados nos diversos bairros;
- xiv) Reforço das acções de sensibilização junto dos media, visando a incorporação de discursos mais positivos e construtivos em torno dos bairros degradados e dos jovens descendentes de imigrantes.

ANEXOS

ANEXO 1: LISTAGEM DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS AGENTES SÓCIO- -INSTITUCIONAIS

INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS. DURAÇÃO DAS ENTREVISTAS

“O Companheiro” (3H00)

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2h30)

Associação Antigos Alunos (2h00)

Associação Caboverdiana (1h45)

Associação Guineense de Solidariedade Social (Aguineenso) (2h50)

Associação Solidariedade Imigrante (1h30)

Casa do Brasil (2h30)

Comunidade Islâmica (1h00)

Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) (1h45)

Guarda Nacional Republicana (GNR) (1H25)

Intercooperação e Desenvolvimento (INDE) (2h00)

Morabeza Associação (1h45)

Organização dos Quadros Técnicos Caboverdeanos (OTEC) (1H30)

Polícia de Segurança Pública da Amadora (PSP Amadora) (2h00)

ANEXO 2: **GUIÃO DE ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS COM INTERVENÇÃO JUNTO DOS IMIGRANTES E CIGANOS**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Nº da entrevista

Nome do entrevistador

Data

Duração

Local de realização

Observações

I. Estrutura orgânica da instituição

Identificação da instituição

Designação (*o mais completa possível; designação mais conhecida pelos utentes*)

Endereço

Telefone

Fax

Email

Estatuto jurídico (*tem estatuto de utilidade pública; qual o estatuto definido no DR*)

(No caso de associações: tem reconhecimento oficial por parte do ACIME?)

Historial da organização

Fundação (*quando; onde; por quem; razões?*)

Objectivos estatutários (*Quais os objectivos desta instituição segundo os seus estatutos?*)

Actividades iniciais e razões para a sua implementação.

Populações-alvo (dimensões a abranger: *Nº de utentes por actividade; que populações se procurava atingir com essas actividades? Características dessas populações – idades, sexo, profissões, nível de escolaridade, zonas de residência, nacionalidades, origens geográficas, pertenças étnicas*).

Âmbito geográfico de intervenção (*nível local, regional, nacional, transnacional?*)

Acção da instituição na actualidade

Objectivos actuais. Avaliação da sua concretização (*Como avalia a concretização dos objectivos actuais? Está satisfeito com o nível de concretização?*)

Actividades e serviços actuais; projectos em desenvolvimento (actuais), dificuldades (*Quais as actividades e serviços que na actualidade são desenvolvidos? Quais os projectos actuais? Existem dificuldades na sua concretização? Porquê? Quais?*)

Actividades e serviços mais e menos procurados; apoios solicitados.

(dimensões a abranger *Nº de utentes por actividade; características dessas populações – idades, sexo, profissões, zonas de residência, nível de escolaridade, tipo de famílias, nacionalidades, origens geográficas, pertenças étnicas*)

Recursos humanos (dimensões a abranger: *nº; habilitações; funções e situações contractuais; existência de voluntários – nº e funções*)

Tipo de recursos (*Que tipo de recursos dispõe esta instituição? Tem instalações próprias? Uma sede? Outro tipo de equipamento? Recursos financeiros? Outros?*)

Fontes e formas de captação de recursos (*Tem isenções fiscais? Tem fontes de rendimento – próprias (quotizações ou outras) e externas?*)

Necessidades ao nível de recursos humanos, materiais, financeiras ou outras

No caso de haver associados: nº; características dessas populações – idades, sexo, profissões, zonas de residência, nível de escolaridade, tipo de famílias, nacionalidades, origens geográficas, pertenças étnicas; formas de participação na vida da instituição.

Relações de parceria

Identificação das parcerias e das relações de cooperação (*Têm acordos de cooperação com outras instituições? Que tipo de acordos? Quem são os parceiros? Em que domínios se inscrevem esses acordos? Apoios recebidos e fornecidos? Dificuldades/facilidades no estabelecimento e manutenção dessas parcerias.*)

Pertença a organismos federativos (*nacionais, internacionais, redes, etc.*).

Tipo de apoios recebidos e retribuídos no âmbito dessas relações.

Instituições de tutela (*Quais são as instituições de tutela? Como é que são essas relações (autonomia, dependência; procedimentos relacionais?)*)

Avaliação da acção da instituição

Papel da instituição na resolução dos problemas das populações-alvo/ grupos empíricos no passado e na actualidade (*Qual é e tem sido o papel da instituição na resolução dos problemas das populações-alvo/ grupos empíricos?*)

Principais dificuldades e problemas que se colocam à sua acção no passado e na actualidade.

Lacunas e áreas a otimizar (*O que falta fazer? Quais as áreas a otimizar futuramente?*)

Objectivos, desafios e projectos futuros.

Domínios e grupos a privilegiar na sua acção futura.

II. Relações Instituição/grupos empíricos

Caracterização dos utentes/grupos empíricos (componente sincrónica e diacrónica)

Características sociais dos utentes/grupos empíricos no passado e na actualidade:

(dimensões a abranger: estrutura etária, sexual e familiar; níveis de escol., profissões dominantes, sectores de actividade, tipo de famílias, pertenças étnicas, regiões/países de origem, localização residencial)

Retrato das condições de vida dos utentes/grupos empíricos no passado e na actualidade:

(dimensões a abranger: condições de habitabilidade; zonas de residência; condições de trabalho; problemas de saúde; lazeres dominantes; espaços de convivialidade; relações de sociabilidade; grau de participação no meio; adesão a associações e actividades locais; acessibilidade aos serviços e equipamentos).

Principais solicitações e apoios mais solicitados.

Principais problemas e necessidades experienciados pelos utentes no passado e na actualidade (*causas; como resolver e quem deveria resolver; consequências*)

Instituições e serviços que não existem e que deveriam existir para apoiar estas populações.

Instituições e serviços que não apoiam, mas que deveriam apoiar estas populações no passado e na actualidade.

Interacção instituição/ utentes (grupos empíricos)

Crítérios de admissão ou formas de atendimento dos utentes no passado e na actualidade.

Formas de conhecimento dos problemas que afectam os utentes no passado e na actualidade.

Grupos que mais aderem às actividades e serviços.

Contactos com os utentes no passado e na actualidade (*tipo - grau de proximidade, grau de formalidade, periodicidade, acessibilidade*).

Participação dos associados/utentes na vida da instituição no passado e na actualidade (*formas; tipo de actividades; grau de adesão*).

Existência de técnicos, dirigentes, voluntários com pertença aos grupos empíricos (imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e ciganos) no passado e na actualidade (*nº, funções*).

Representação da acção da instituição por parte dos utentes no passado e na actualidade.

Contributo para a manutenção ou alteração da identidade dos utentes/grupos empíricos no passado e na actualidade (*valores, práticas culturais, estratégias de inserção económica, etc.*).

Limitações e dificuldades na sua acção junto dos utentes/grupos empíricos no passado e na actualidade.

III. Representações, percepções e avaliações

Percepções e avaliações de medidas e de políticas nacionais

Conhecimento e avaliação da legislação nacional ao nível do enquadramento da imigração (*dimensões a abranger: O que pensa ou como avalia?; eficácia, cobertura resultados, transformações, desafios*).

Conhecimento e avaliação da legislação sobre discriminação racial.

Conhecimento e avaliação das medidas e políticas que podem contribuir para a integração dos grupos étnico culturais minoritários (*dimensões a abranger: grau de dependência e procura; grau de cobertura; lacunas*).

(Habitação – apoio ao arrendamento, à aquisição de habitação própria, PER, outros programas de habitação social;

Educação – Educação Recorrente, Programa de Educação Multicultural, Programa Educação para Todos, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Projecto Nómada, Programa Leonardo da Vinci;

Emprego e Formação Profissional – Subsídio de desemprego e doença; protecção nas doenças profissionais e acidentes de trabalho, Univas, Clubes de Emprego, programas ocupacionais, programas comunitários (Horizon, Acess, Integra, Equal...), formação profissional;

Integração social – RMG, Programa Escolhas, Programa de luta contra a pobreza, Programa Integrar, acções locais accionadas por ex. pelas Autarquias;

Família – guarda de crianças, protecção da maternidade e da paternidade, encargos familiares).

Áreas com maior e menor cobertura; lacunas ao nível das políticas sociais.

Avaliação do fenómeno migratório e da situação dos grupos étnico-culturais minoritários

Evolução do fenómeno (*quantitativo, nacionalidades, razões, carácter (laboral, não laboral, individual, familiar, ...), localização residencial*).

Avaliação da receptividade da sociedade portuguesa face aos imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros no passado e na actualidade (*Como foram recebidos os primeiros fluxos? Grau de aceitação? E actualmente, como é a recepção e a aceitação?*)

Avaliação da política de imigração e de integração desencadeada pelas autoridades oficiais (*dimensões a abranger: resultados, eficácia, lacunas*).

Atitude dominante da sociedade portuguesa face a outros grupos minoritários (ciganos) no passado e na actualidade (*O que pensam dos ciganos? Como são encarados? Mudanças na forma como os ciganos são representados?*)

Principais problemas e dificuldades vivenciados pelos imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros no passado e na actualidade.

Principais problemas e dificuldades vivenciados pelos ciganos na sociedade portuguesa no passado e na actualidade.

Participação e mobilização da sociedade portuguesa na resolução desses problemas no passado e na actualidade (*dimensões a abranger: grau de mobilização; formas de participação; apoios prestados*).

Identificação das estratégias de intervenção social mais adequadas aos imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros.

Identificação das estratégias de intervenção social mais adequadas aos ciganos.
Identificação dos agentes melhor posicionados para desencadear tais estratégias.

Conhecimento de iniciativas de outras instituições com intervenção junto dos utentes/grupos empíricos no passado e na actualidade.

Avaliação do grau e modalidades de integração dos imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros na sociedade portuguesa no passado e na actualidade (dimensões a abranger: existência de integração; grau de integração; de que forma se integram; principais dificuldades/obstáculos à sua integração social).

Avaliação do grau e modalidades de integração dos ciganos na sociedade portuguesa no passado e na actualidade (dimensões a abranger: existência de integração; grau de integração; de que forma se integram; principais dificuldades/obstáculos à sua integração social).

O que é uma pessoa “bem integrada” na sociedade portuguesa?

Existem comportamentos na sociedade de acolhimento que dificultam a integração dos grupos imigrantes e dos grupos minoritários não migrantes. Quais?

Regista-se entre esses diferentes grupos comportamentos que dificultam a sua integração na sociedade maioritária. Quais?

Conhecimento de experiências mais positivas dirigidas à inserção social dos grupos empíricos (imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e ciganos)

Instituições que mais têm contribuído para a inserção destes grupos no passado e na actualidade.

Principais diferenças e semelhanças ao nível de valores, atitudes, comportamentos, formas de ser e de estar:

- entre ciganos/ outros portugueses;
- entre ciganos/ imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros;
- entre imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros e sociedade maioritária.

(Dimensões a abranger: Modo de vestir; língua; práticas alimentares; religião e valores religiosos; comportamentos sexuais; casamento e descendência mista; valores face à família, ao papel da mulher, ao trabalho, à escola...; valores transmitidos às crianças e jovens.

Características físicas e fenotípicas;

Características típicas ao nível comportamental (forma de agir) positivas e negativas;

Características típicas ao nível da personalidade social (forma de ser) positivas e negativas).

Diferenças e semelhanças entre:

- entre ciganos/ outros portugueses;
- entre ciganos/ imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros;
- entre imigrantes de Leste, africanos, indianos e brasileiros e sociedade maioritária.

(Dimensões a abranger: Atendendo à estrutura etária, sexual e familiar; níveis de escol.; profissões dominantes; sectores de actividade, condições de trabalho; tipo de contrato; condições de habitabilidade – tipo de alojamento, regime de propriedade);

estatuto regularizado ou não; condições e problemas de saúde; lazeres dominantes; espaços de convivialidade; relações de sociabilidade (familiares, de vizinhança, no trabalho); relações de amizade; relações com os não ciganos ou “portugueses”; redes de solidariedade – recebe apoios, tipo de apoios, quem fornece, guarda de menores; filiação religiosa; grau de participação no meio; adesão a associações e actividades locais; acessibilidade aos serviços e equipamentos).

Qualidades pessoais dos imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e dos ciganos (as que se destacam).

Racismo e discriminação

Existência de preconceitos face aos imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e ciganos no passado e na actualidade (*Quais; razões*).

Existência de discriminação face aos imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e ciganos no passado e na actualidade (*Dimensões a abranger: contextos; situações mais frequentes; aspectos ou domínios de discriminação; motivos*).

Reacções/respostas dos discriminados.

Tipo de tratamento (diferenciado ou não) no passado e na actualidade face a estes grupos:

(dimensões a abranger: locais de lazer (cafés, bares, discoteca, cinema); mercado de trabalho; procura de habitação; sistema de ensino; sociabilidades (familiares, de vizinhança, no trabalho); relações afectivas; meios de comunicação social; nos tribunais; na actuação policial; espaços públicos como hipermercados, centros comerciais, hospital).

Avaliação da situação económica, social, habitacional... dos imigrantes de Leste, africanos, indianos, brasileiros e ciganos face à que caracteriza em geral a soc. portuguesa no passado e na actualidade (*melhor, pior, igual; razões*).

Tratamento diferenciado por parte das autoridades (polícia, autarquias, IPS's, etc.) face aos autóctones, aos africanos, aos imigrantes de Leste, indianos, brasileiros e ciganos.

Oportunidades similares ou diferenciadas face à soc. portuguesa no passado e na actualidade .

Direitos não exercidos pelos grupos empíricos no passado e na actualidade

(Dimensões a abranger: direito à segurança social; ao SNS; à habitação; à educação; ao trabalho; à retribuição do trabalho; a condições de trabalho socialmente dignificantes; ao livre exercício do direito sindical; à segurança; à liberdade de expressão; à propriedade privada; à participação política; ao acesso ao Direito e aos tribunais, etc.).

Existência de marginalização e de auto-marginalização. Causas e consequências (no passado e na actualidade).

Conflitualidades e tensões sócio-étnicas no espaço

Existência de uma associação entre a presença de grupos imigrantes e não migrantes minoritários e a percepção da estabilidade e segurança na sociedade.

A presença de grupos imigrantes e grupos minoritários não migrantes é geralmente encarada como uma ameaça. Razões.

Eventualmente estes grupos tendem a ser encarados como “intrusos” e “estranhos”. Razões.

Territórios/bairros em que se regista uma maior incidência de conflitos e tensões sócio-étnicas.

Tipo, frequência, motivos, consequências, formas de resolução (de facto) desses conflitos e tensões sócio-étnicas.

É possível perceber a existência de tensões em estado de latência nesses locais.

Grupos envolvidos nesses conflitos e tensões sócio-étnicas.

Caracterização do perfil social dos grupos e/ou indivíduos que provocam ou se envolvem nesses conflitos.

(dimensões a abranger: estrutura etária, sexual e familiar; níveis de escolaridade., profissões dominantes, sectores de actividade, tipo de famílias, pertenças étnicas, regiões/países de origem, localização residencial)

Territórios/bairros em que se registam maiores taxas de criminalidade (e de práticas/ actos ilícitos. Razões.

Grupos sociais que geralmente estão envolvidos nessas práticas/actos ilícitos. Razões.

Principais necessidades e problemas existentes nestes territórios/bairros.

O que não funciona entre os moradores, as instituições e as autoridades (polícia, autarquias, IPS's, etc.)? O que se deve fazer para que tais necessidades e problemas sejam resolvidos?

Em que medida o sistema de ensino é adequado aos vários grupos étnico-culturais que coexistem na sociedade portuguesa? Razões que justificam o insucesso escolar entre os filhos de alguns grupos imigrantes e ciganos?

Em que medida a língua poderá ser um factor de conflito e de tensão?

Haverá uma tendência crescente para a guetização dessas zonas/territórios/bairros? Razões.

De que modo a ambiência e vivências nessas zonas/territórios/bairros condiciona os comportamentos e os percursos de vida de quem aí vive?

Medidas de prevenção desses conflitos e tensões sociais e étnicas.

Instituições que deveriam implementar essas medidas de prevenção.

Papel da comunicação social na cobertura destes conflitos.

Na sua perspectiva, a comunicação social molda as representações/imagens que a sociedade em geral tem sobre as áreas e grupos envolvidos em conflitos?

Avaliação da actuação das forças policiais nos locais e junto das populações em que se manifestam conflitos sociais e étnicos.

Avaliação que estas populações fazem do trabalho da polícia.

Em caso de incidentes, qual a forma de abordagem que geralmente é assumida (em termos de processos de negociação e comunicação) por parte das forças policiais e outras instituições?

Avaliação da sociedade portuguesa

Situação actual (favorável ou não; razões) face à coexistência de diferentes grupos imigrantes e não imigrantes minoritários.

Expectativas futuras de evolução.

Possíveis contactos

Outros agentes sócio-institucionais

Membros dos grupos empíricos

Identificação do entrevistado

Sexo

Idade

Nacionalidade

Profissão

Escolaridade

Funções/cargo

Tempo de inserção/ligação na/à instituição

Razões da ligação

Ligação anterior a instituições com intervenção junto dos grupos empíricos (tempo; funções; razões)

ANEXO 3: LISTA DAS ENTREVISTAS AOS AGENTES SÓCIO-INSTITUCIONAIS E SESSÕES DE FOCUS GROUP NOS DOIS BAIROS EM ESTUDO

BAIRRO QUINTA DA FONTE

Junta de Freguesia da Apelação (1h30)

Escola EB, 2/3 da Apelação (2h00)

PSP Sacavém (1h00)

Centro Comunitário da Quinta da Fonte (1h30)

Associação de Moradores (2h00)

Pastoral dos Ciganos (1h30)

Focus Group:

1ª sessão: 4 participantes (2h00)

2ª sessão: 7 pessoas (1h15)

Bairro Cova da Moura

Hospital Amadora-Sintra (45 min.)

Junta de Freguesia da Buraca (1h30)

Associação de Moradores (1h40)

Associação Cultural Moinho da Juventude (1h30)

Focus Group:

1ª sessão: 4 pessoas (1h45)

2ª sessão: 9 pessoas (1h40)

ANEXO 4: GUIÃO DE ENTREVISTA AOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS COM INTERVENÇÃO JUNTO DOS IMIGRANTES E CIGANOS NOS BAIROS SELECIONADOS COMO CASOS DE ESTUDO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

Nº da entrevista

Nome do entrevistador

Data

Duração

Local de realização

Observações

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Fundação (quando; onde; por quem; razões)

Identificação das parcerias e das relações de cooperação

Actividades/objectivos/serviços iniciais e razões

Avaliação da concretização dos objectivos

Âmbito geográfico de intervenção

Caracterização dos grupos empíricos/Populações-alvo

- Número e características – nacionalidades, pertenças étnicas, estrutura etária, sexual e familiar; níveis de escolaridade, profissões dominantes, sectores de actividade, regiões/países de origem.
- Retrato das condições de vida – condições de habitabilidade; condições de trabalho; problemas de saúde; lazeres dominantes; espaços de convivalidade; relações de sociabilidade; grau de participação no meio; adesão a associações e actividades locais; acessibilidade aos serviços e equipamentos.

Caracterização de territórios/bairros

- Principais necessidades e problemas existentes nestes territórios/bairros

O que não funciona entre os moradores, as instituições e as autoridades (polícia, autarquias, IPS's, etc.)? O que se deve fazer para que tais necessidades e problemas tenham resposta?

- Haverá uma tendência crescente para a guetização destes territórios/bairros? Razões.
- De que modo a ambiência e vivências nesses territórios/bairros condiciona os comportamentos e os percursos de vida de quem aí vive?
- Como é que as pessoas do bairro encaram os problemas existentes?
- Existe o sentimento de que o bairro é discriminado em relação a outros bairros pela autarquia?
- As autoridades oficiais desconhecem os problemas do bairro?

Conflitualidades e tensões sócio-étnicas no espaço

Territórios/bairros em que se regista uma maior incidência de conflitos e tensões sócio-étnicas, bem como onde se registam maiores taxas de criminalidade e de práticas/actos ilícitos.

- Que razões/motivos/explicações
- Tipo, frequência, consequências, formas de resolução
- É possível perceber a existência de tensões em estado de latência nesses locais
- Grupos envolvidos nesses conflitos e tensões sócio-étnicas.
- São os mesmos grupos sociais que geralmente estão envolvidos nessas práticas/actos ilícitos.
- Caracterização do perfil social dos grupos e/ou indivíduos que provocam ou se envolvem nesses conflitos
- Como é que vê o problema da delinquência juvenil?

Racismo e discriminação

- Existência de preconceitos e discriminação face aos imigrantes e ciganos

Contextos; situações mais frequentes; aspectos ou domínios de discriminação; motivos.

- Tipo de tratamento (diferenciado ou não) no passado e na actualidade face a estes grupos

Locais de lazer (cafés, bares, discoteca, cinema); mercado de trabalho; procura de habitação; sistema de ensino; sociabilidades (familiares, de vizinhança, no trabalho); relações afectivas; meios de comunicação social; nos tribunais; na actuação policial; espaços públicos como hipermercados, centros comerciais, hospital).

- Oportunidades similares ou diferenciadas face à sociedade portuguesa no passado e na actualidade;
- Reacções/ respostas dos discriminados;
- Direitos não exercidos pelos grupos empíricos no passado e na actualidade.

Direito à segurança social; ao SNS; à habitação; à educação; ao trabalho; à retribuição do trabalho; às condições de trabalho socialmente dignificantes; ao livre exercício do direito sindical; à segurança; à liberdade de expressão; à propriedade privada; à participação política; ao acesso ao Direito e aos tribunais, etc.)

- Existência de auto-marginalização. Causas e consequências.
- Existe estigmatização e/ou discriminação baseada na cor da pele?

Avaliação da Sociedade Portuguesa

- Situação actual face à coexistência de diferentes grupos imigrantes e não migrantes minoritários
- Como é que aborda a questão da cidadania/participação cívica para a população do bairro?
- Expectativas futuras de evolução.

Que passos têm sido dados no sentido da não discriminação e alargamento da cidadania?

Medidas de prevenção desses conflitos e tensões sociais e étnicas. Instituições que deveriam implementar essas medidas de prevenção.

- Percepção destes grupos face à sociedade portuguesa e aos portugueses.
- Papel da comunicação social – estratégias de cobertura destes conflitos? A comunicação social molda as representações/imagens que a sociedade em geral tem sobre as áreas e grupos envolvidos em conflitos? Em que medida o comportamento destes grupos é moldado também pelas mensagens dos média (jornais, TV, rádio)?
- Em que medida o sistema de ensino é adequado aos vários grupos étnico-culturais que coexistem na sociedade portuguesa? Razões que justificam o sucesso/insucesso e/ou exclusão escolar entre os filhos de grupos imigrantes e ciganos?

Possíveis contactos

Outros agentes sócio-institucionais

Membros dos grupos empíricos

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Sexo

Idade

Nacionalidade

Profissão

Escolaridade

Funções/cargo

Tempo de inserção/ligação na/à instituição

Razões da ligação

Ligação anterior a instituições com intervenção em bairros críticos ou junto de imigrantes e/ou minorias étnicas (tempo; funções; razões)

ANEXO 5: GUIÃO DE APOIO DO FOCUS GROUP

1. Quais são os aspectos mais positivos do bairro?

2. Quais são os aspectos negativos do bairro?

3. a) Tipo de relação entre os residentes do bairro?

[Jovens/Adultos; Diferentes grupos étnicos; Homens (Jovens rapazes)/Mulheres (Jovens raparigas)]

b) Tipo de relação com a envolvente do bairro?

(interconhecimento, actividades conjuntas, grupos envolvidos, medo das pessoas “de fora” face às pessoas do bairro; forma como a população do bairro vê as pessoas de fora)

4. Existem receios ou preconceitos face a determinados indivíduos ou grupos específicos? Quais?

5. Existe um clima de medo ou intimidação relativamente à maioria da população?

Como se manifesta? Há assuntos de que não se fala? Quais? Há grupos ou espaços que nunca são mencionados? Porquê?

6. Identificação de espaços a evitar ou considerados perigosos. Porquê? Sinais exteriores?

7. Quais os principais tipos de tensão e conflito que se manifestam no bairro?

São internos ou envolvem agentes externos? Tipos de intervenientes? Causas dos conflitos? Como se manifestam?

8. Como são resolvidas as manifestações de conflito?

Quem intervem – família, polícia, vizinhos, etc? Formas de resolução? Como é o convívio após conflito?

9. Como avalia a actuação das forças policiais?

E o papel de outros actores sociais como a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e as Escolas?

10. Medidas de prevenção/resolução dos conflitos?

Há ou não solução/soluções? Quem deve participar nos processos de resolução? Exemplos de medidas concretas a adoptar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIME** (2006). *O “Pseudo-Arrastão” de Carcavelos – documentos*. Lisboa, ACIME.
- Amersfoort**, J.C. (1990) – “ La répartition spaciales des minorités ethniques dans un état providence: les leçons des Pays Bas 1970-1990”, *Espaces, Populations, Sociétés*, n.º 2.
- Anderson**, Benedict. (1983). *Imagined Communities*. Londres, Verso.
- André I, Malheiros**, J. (2002). “Social Innovation in Adverse Milieux: opportunities in an immigrant neighbourhood in the periphery of Lisbon” in *EAEPE Conference 2001 – Comparing Economic Institutions*, Sienna, 8-11 November – edição digital.
- Aranes**, António. (1997). “A Guerra dos Lugares”. in **Fortuna**, Carlos (Org.). (1997). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras, Celta. Pp. 259-270.
- Arbaci**, S. (2002). “Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: are welfare regimes making a difference?” in Fonseca, L. et al. (eds.) *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, pp. 83-116.
- Avenel**, Cyprien. (2004). *Sociologie des «Quartiers Sensibles»*. Paris, Armand Colin.
- Baganha**, M. Ioannis. (2001), “A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”. in **Santos**, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*. Porto, Afrontamento. Pp. 135-159.
- Bailly**, A e **Ferras**, R. 1997. *Éléments d'Épistémologie de la Géographie*. Paris, Armand Colin/Masson.
- Barbosa**, Carlos E. (2006). *Vozes e Olhares de Fronteira – Os filhos de imigrantes cabo-verdianos nos bairros Alto da Cova da Moura e 6 de Maio*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- Beaud**, Stéphane e **Pialoux**, Michel (2003). *Violences urbaines, violence sociale – Genèse des nouvelles classes dangereuses*. Fayard.

Beccaria, Cesare. (1764/1998). *Dos delitos e das penas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Becker, H. (1966). *Outsiders*. New York, Macmillan Co, The Free Press.

Blanchet, A e **Gotman**, Anne (1997). *L' enquête et ses méthodes: l'entretien*. Paris, Éditions Nathan.

Blom, S. (1999) – Residencial concentration among immigrants in Oslo” in Hjarno, J. (ed.) – *From Metropolis to Cosmopolis*, Esbjerg, DCMES/South Jutland University Press, pp. 310- 328.

Buckley Iglesias, M. (1998) – *Extrangeros en Madrid/Comerciantes y Empresarios Extrangeros*. Policopiado.

Cádima, Francisco (coord) (2003). *Representações, (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Lisboa, FCT/ACIME.

Campos, Alexandra (1997) – “A palavra cigano é muito pesada” in *Público*, 19 de Janeiro.

Canotilho, Joaquim Gomes (coord.) et al.. (2000). *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*. Oeiras, Celta Editora.

Castles, Stephen (2000). *Ethnicity and Globalization*. Londres, Sage.

Castro, P.; **Freitas**, M. J.; (1991). *Contributos para o estudo de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Coser, Lewis (1956). *The Functions of Social Conflict*. Glencoe, IL: Free Press.

Costa, Eduardo Maia. (1995). “Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão”. in **Cortesão**, Luísa e **Pinto**, Fátima (orgs.). *O povo cigano: cidadãos na sombra*. Porto, Ed. Afrontamento.

- Cunha**, Isabel Ferin (coord.). (2002). “Média e discriminação: um estudo exploratório do caso português”. in *Revista do obercom*, Observatório da Comunicação, nº 5. Pp. 27-38.
- Dahrendorf**, Ralf. (2005). “A política da frustração”. *Público (Espaço Público)*, 22 Outubro de 2005, p. 5.
- Damas**. (2004). *Comunidades Migrantes, criminalidade e Integração Social – estudo de caso do programa de policiamento de proximidade no Bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”*. Dissertação de Mestrado em relações Interculturais, Universidade Aberta (policopiado).
- DGACCP/CEG**, (2006). *Portugal no Contexto das Relações Internacionais – Relatório de Conjuntura Português SOPEMI-OCDE 2005-2006*. Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (no prelo).
- Decker**, Scott H. (2005). “Immigration, Ethnicity and Gangs: Examples from Europe and the United States”. Comunicação apresentada na *X Conferência Metropolis Internacional*, Toronto, Setembro de 2005.
- Delgado**, Cecília (1997). *Insegurança urbana na cidade do Porto – estudos interdisciplinares. O cenário do delito*. Vol. V. Porto, Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto.
- Dinello**, Raimundo (1995). *Adolescents entre deux cultures*. Paris, Édition L'Harmattan.
- Esteves**, Alina e **Malheiros** Jorge (1999). “Os cidadãos portugueses nas prisões portuguesas: «sobre-representação ou ilusão?»”. in *Inforgéo* 14, pp. 77-102.
- Esteves**, Alina (1999). *A Criminalidade na Cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. Lisboa, Edições Colibri.

- Esteves**, Alina e **Malheiros**, Jorge (2001). “Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas”. in **Pinheiro**, M.; **Baptista**, L. e **Vaz**, M. (orgs.). *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*. Oeiras, Celta Editora. Pp. 95-114.
- Évora**, Iolanda Maria Alves (2001). “A Metáfora do Nacional”. in *Cultura, Revista de Estudos Cabo-verdianos*. Número especial, pp. 219- 227.
- Falk**, Michael. (2005) – “What is the impact of Immigration and Migration on Youth Gangs?”. Comunicação apresentada na *X Conferência Metropolis Internacional*, Toronto, Setembro de 2005.
- Ferin Cunha**, I. e **Almeida Santos**, C. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Lisboa, ACIME.
- Fernandes**, Luís (1995). “O Sítio das Drogas. Etnografia Urbana dos Território Psicotrópicos”. *Toxicodependências* 2, pp. 22-32.
- Ferrándiz**, Francisco e **Feixa**, Carles (Eds.). (2005). *Jóvenes sin Tregua – culturas y políticas de la violencia*. Barcelona, Anthropos Editora.
- Filho**, João Lopes. (1996). *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. Vol. II. Secretaria Geral/Ministério da Educação.
- Fonseca**, M. L.; **Malheiros**, J. M.; **Esteves**, A.; **Caldeira**, M. J. (2002). *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*. Centro de Estudos Geográficos-Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Universidade de Lisboa, n.º 56.
- Fonseca**, M.L.; **Malheiros**, J.M. (2005). *Social Integration & Mobility: Education, Housing & Health – Immisocoe Cluster B5 State of the Art Report*. Rede de Excelência Europeia – IMISCOE, Centro de Estudos Geográficos (EPRU) – Universidade de Lisboa.

- Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça** (Ed.). (2002). *Código Penal de 1852 nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*. Lisboa.
- Garcia**, Soledad. (1999). *Cidades e Cidadania*. Lisboa, Livros Plural.
- Geoideia** (2003). *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II da Amadora – Damaia-Buraca (2001-2006), 1.º relatório*. Lisboa.
- Geoideia** (2003). *Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II Amadora (Damaia-Buraca), Relatório de Execução-2002*.
- Geoideia** (2004). *Condicionantes (objectivas, subjectivas, conjunturais e estruturais) que subjazem aos percursos de exclusão de jovens e famílias que participam no programa Escolhas em 5 bairros de habitação social da AM do Porto – Relatório Final*.
- Goffman**, Erving. (1963/1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade manipulada*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- Gonçalves**, A.C. (1988). “Os Bairros urbanos como lugares de práticas sociais”. in *Revista da Fac. de Letras do Porto – Geografia*, 1.ª Série, Vol. IV. Porto.
- Guerra**, Isabel. (1994). “As Pessoas não são Coisas que se ponham em Gavetas”. in *Sociedade e Território* 20, pp. 11-16.
- Herpin**, Nicolas. (1982). *A Sociologia Americana – Escolas, problemáticas e práticas*. Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- Horowitz**, Donald L.. (1985/2000). *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley, University of California Press.
- INH** (2006). *Iniciativa Bairros Críticos – Bairro do Alto da Cova da Moura – Diagnóstico e Plano de Intervenção*. Lisboa, Instituto Nacional de Habitação (edição digital).

Jonhston, R. Forrest, J. Poulsen, M. (2001). "Are there ethnic enclaves/ghettos in English cities?". in *Urban Studies* 39(4). Pp. 591-618.

Kempen, R. Van; Özüekren, A. S. (1998), "Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World" in *Urban Studies*, n.º 35.(10), pp. 1631-1656.

Kesteloot, C.; Cortie, C. (1998) - "Housing Turks and Moroccans in Brussels and Amsterdam: The Difference between Private and Public Markets". *Urban Studies*, n.º 35 (10), Outubro, pp. 1835-1854.

Kloosterman, Robert. (1995) - "Double Dutch: polarization trends in Amesterdam and Rotterdam after 1980", *Regional Studies*, Vol. 30 (5), pp. 467-476.

Liégeois, J. P. (1987). *A escolarização das crianças ciganas e viajantes - Relatório da Comissão das Comunidades Europeias*. Luxemburgo, Ed. C.E.E. .

Maalouf, A. (2003). *Samarcanda*. Lisboa, Difel.

Macedo, Alberto (2004) - *Jovens sem Escolhas. Três anos a viver o Programa Escolhas*. Lisboa, Edição do autor.

Machado, Fernando Luís (2002). *Contrastes e continuidades. Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Lisboa, Celta Editora.

Machado, Fernando Luís (1992). "Etnicidade em Portugal. Contrastes e Politização". in *Sociologia, Problemas e Práticas* 12, 123-136.

Malheiros, J.M. (1998), "Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica" in *Finisterra*, XXXIII (66), CEG, pp. 91-118.

Malheiros, Jorge (2000). "Urban restructuring, Immigration and the Generation of Marginalised Spaces in the Lisbon Region". in **King, R.; Lazaridis, G. e Tsardanidis, C.**

(orgs.). *Eldorado or Fortress? Migration in Southern Europe*. Londres, Macmillan. Pp. 207-232.

- Malheiros, Jorge** (2001). *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Inovação*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada na Universidade de Lisboa (não publicada).
- Malheiros, Jorge** (2002). "Ethni-cities: residential patterns in Northern European and Mediterranean Metropolis – implications in policy design" *International Journal of Population Geography*, vol. 8, n.º 2, pp. 89-106.
- Malheiros, J. M. e Vala, F.** (2004). "Immigration and City Change: The Lisbon Metropolis at the turn of the Twentieth Century" in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(6), pp. 1065-86.
- Marques, João Filipe** (2000). "O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia". in *Revista Critica de Ciências Sociais* 56, pp. 35-60.
- Marques, Rui** (2005). *Uma Mesa com Lugar para Todos*. Lisboa, Instituto Padre António Vieira.
- Massey, D.** (1991-1997). "A global sense of place". in **Barnes T.; Gregory D.** (eds.). *Reading Human Geography – The poetics and Politics of Inquiry*. Londres, Arnold. Pp. 315-323.
- Marx, K.; Engels F.** (1848/1997). *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Ed. Avante.
- Massey, D.; Denton, N.** (1993). *American Apartheid and the Making of Underclass*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Mendes, Maria Manuela** (1997). *Etnicidade, Grupos Étnicos e Relações Multiculturais. Elementos para a compreensão das relações entre ciganos e não ciganos, no âmbito*

de uma Sociologia das Relações Étnicas e Ráccicas – estudo de caso de dois grupos ciganos localizados em Espinho e no Porto. Tese de dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras do Porto (policopiado).

Mendes, Maria Manuela (1998). “Etnicidade cigana, exclusão social e racismos”. in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I Série, Vol. VIII. Pp. 207-246.

Mendes, Maria Manuela (2002). “Cities archipelago in the metropolitan area of Lisbon”. in Lang, Peter (Pub.). *Consumption and the post-industrial city*. Frankfurt/New York, pp. 141-148.

Merton, R. (1967). *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque, The Free Press.

Monteiro, César Augusto (1997). *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica. O caso da Itália*. São Vicente, Gráfica do Mindelo Lda.

Moreira, J.J. Semedo (1998). “Ciganos na prisão: um universo diferente?”. in *Temas Penitenciários, Série II*, n.º 2. Pp. 5-18.

Morin, Edgar (1998) (1984). “Para uma teoria da Nação”. in *Sociologia*. Mem Martins, Publicações Europa-América. Pp. 131-137.

Moura Ferreira, Pedro (2000). “Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp.55-85.

Mucchielli, Laurent (2000). *Familles et délinquances. Un bilan des recherches francophones et anglophones*. CESDIP, Études et données pénales, n.º 86.

Mucchielli, Laurent (2002). *Violence et Insécurité – Fantômes et réalités dans le débat français*. Paris: La Découverte.

Musterd, S.; **Ostendorf**, W.; **Breebaart**, M. (1998) – *Multi-Ethnic Metropolis: Patterns and Policies*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

- Pais**, José Machado. (2003). “Grupos Juvenis: Condutas e Imagens”. in **Pais**, José Machado; **Cabral**, Manuel Villaverde (Coords.). *Condutas de Risco. Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*. Oeiras, Celta Editora. Pp. 367-412.
- PE – Portugal** (2005). *Territórios Multiculturais – Imigrantes e mudanças Sócio-Urbanísticas nos bairros das Áreas Metropolitanas*. Lisboa, Parlamento Europeu em Portugal
- Peach**, C. (1996), “Does Britain have ghettos?” in *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, Vol. 21 (1), pp. 216-235.
- Pedroso**, João e **Fonseca**, Graça (1999). “A justiça de menores entre o risco e o crime: uma passagem ... para que margem?”, in *Revista crítica de Ciências Sociais* N.º 55, Novembro de 1999.
- Pires**, Sónia B. Da Rocha. (2000). *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percorso Escolar: Jovens de Origem Cabo-verdiana versus Jovens de Origem Hindu-Indiana*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. FEUC.
- Portes**, Alejandro. (1999). “Comunidades Transnacionais”. in *Migrações Internacionais*. Oeiras, Celta. Pp. 127-144.
- Rede Social no Concelho de Loures** (2005) – *Relatório Social – Diagnóstico das freguesias de Apelação, Frielas e Unhos*. Câmara Municipal de Loures. (http://www.cm-loures.pt/RedeSocial/diag_res_ape_fri_unhos.aspx)
- Rex**, John. (1987), *Raça e Etnia*, Lisboa, Editora Estampa.
- Ritchie**, Jane e **Lewis**, Jane (eds.) (2004). *Qualitative research practice*. Thousand Oaks, Sage Publications, 38.
- Saint-Maurice**, Ane de (1997). *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras, Celta Editora.

- Salgueiro**, Teresa Barata. et al.. (1997). *Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa*. Lisboa, Relatório de Projecto, Centro de Estudos Geográficos (não publicado).
- Santos**, Boaventura de Sousa (2002). “Can Law be Emancipatory?”. in **Santos**, *Toward a New Legal Commun Sense: Law, Science and Politics in Paradigmatic Transation*. London, Butterworths. Pp. 439-496.
- Santos**, Boaventura de Sousa. (1998). *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Gradiva.
- Santos**, Boaventura de Sousa. (2001). “Os Processos da Globalização”. in **Santos**, Boaventura de Sousa (Org.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto, Afrontamento. Pp. 31-105.
- Santos**, José Vicente Tavares. (2000) “As novas questões globais”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 57/58, 13-24.
- Sassen**, Saskia. (1991) – *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, N.J.; Princeton University Press.
- Sayer**, Andrew (2000). *Realism and Social Science*. Londres, Sage.
- Seabra**, Hugo (1999). “Desviantes ou Desviados? Abordagem exploratória da participação dos imigrantes em práticas criminais”. in Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada. *SociNova Working Paper* 8. Lisboa, FCSH-UNL.
- Seabra**, Hugo Martinez de (2003) – *Criminalidade de estrangeiros julgada em Portugal*. in *Janus 2004* – Anuário de Relações Exteriores. Vários autores. Público e Universidade Autónoma de Lisboa.
- Seabra**, Hugo Martinez de (2005), *Delinquência a preto e branco. Estudo de Jovens em Reinserção*. Lisboa, ACIME.

- Seabra**, Hugo Martinez de (2005b), *Transição para a vida adulta de jovens delinquentes – Blacks e Pulas. Todos diferentes? Todos iguais?*. Policopiado.
- Seabra**, Hugo e **Santos**, Tiago (2005). *A criminalidade de estrangeiros em Portugal. Um inquérito científico*. Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.
- Seabra**, Hugo e **Santos**, Tiago (2006). *Reclusos Estrangeiros em Portugal. Esteios de uma problematização*. Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.
- Silva**, Manuel Carlos (2000). “Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação”. in *Revista Critica de Ciências Sociais* 56, pp. 61-79.
- Silvano**, Filomena (2001). *Antropologia do Espaço*. Oeiras, Celta Editora.
- Simmel**, George (2003). *Le Conflit*. Belval, Editions Circé.
- Tosi**, A.; **Lombardi**, M. (1999). “Spatial Concentration and Mobility in Milan”. *Proceedings of the Metropolis International Workshop*, Lisboa, Setembro 28-29, 1998, Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, pp. 15-38.
- Vala**, Jorge (Coord.) (1999), *Novos Racismos*. Oeiras, Celta.
- Vala**, Jorge (2002). *Diversidades e identidades: jovens negros em Portugal*. Oeiras, Celta.
- Valente Rosa**, M. J., **Seabra**, H. e **Santos**, T. (2003). *Contributos dos Imigrantes na demografia Portuguesa*. Lisboa, FLAD/ACIME.
- Van Dijk**, Teun A. (1997). *Racismo y análise crítica de los médios*. Barcelona, Paidós.
- Velho**, Gilberto (org.) (1988). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

Wacquant, Loic (1996). "Red Belt, Black Belt: Racial Division, Class Inequality and the State in the French Urban Periphery and the American Ghetto" in Mingione, E. (ed.) - *Urban Poverty and the Underclass: a reader*. Blackwell Publishers, Oxford, pp. 234-273.

Wacquant, Loic (2000). *As prisões da Miséria*. Oeiras, Celta.

Wacquant, Loic (2005), "Protección, disciplina y honor. Una sala de boxeo en el gueto americano" in **Ferrándiz**, Francisco e **Feixa**, Carles (Eds.). (2005). *Jóvenes sin Tregua - culturas y políticas de la violencia*. Barcelona, Anthropos Editora, pp. 113-128.

Westwood, Sallie e **Phizacklea**, Annie (2000). *Trans-Nationalism and the Politics of Belonging*. New York, Routledge.

Wieviorka, Michel et al.. (1992). *La France raciste*. Paris, Ed. du Seuil.

Wilson, W. J. (1987). *The Truly Disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago University Press

Wortley, Scot e **Tanner**, Julian (2005). "They got my back: Social Support, Respect and Gang Activity among Socially Alienated Toronto Youth". Comunicação apresentada na *X Conferência Metropolis Internacional*, Toronto, Setembro de 2005.

Xiberras, Martine. (1996). *As Teorias da Exclusão - para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa, Instituto Piaget.